UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Érica Emi Takahashi Nakamine

Dinâmicas Socioespaciais e Privatizações em Palmas

ESPACIALIDADES E TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE PLANEJADA

São Carlos
2018

Érica Emi Takahashi Nakamine

Dinâmicas Socioespaciais e Privatizações em Palmas

Espacialidades e Transformações na Cidade Planejada

Dissertação apresentada à Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Exemplar corrigido, sob responsabilidade da autora e anuência do orientador. O original se encontra na sede do Programa.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Manoel Rodrigues Alves

São Carlos

2018

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N163d Nakamine, Érica Emi Takahashi
Dinâmicas Socioespaciais e Privatizações em Palmas:
Espacialidades e Transformações na Cidade Planejada /
Érica Emi Takahashi Nakamine; orientador Manoel
Rodrigues Alves. -- São Carlos, 2018.
233 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2018.

1. Palmas. 2. Privatização. 3. Espaço público. 4.
Cidade planejada. 5. Sociabilidade urbana. I. Alves,
Manoel Rodrigues, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): Érica Emi Takahashi Nakamine

Título da dissertação: "Dinâmicas Socioespaciais e Privatizações em Palmas: Espacialidades e Transformações na Cidade Planejada".

Data da defesa: 06/08/2018

Orientador: Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

Comissão Julgadora:

_____
Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves
IAU/USP

_____
Profa. Dra. Eda Goes
(UNESP)

_____
Profa. Dra. Olivia de Campos Maia Pereira
(UFT)

_____
Profa. Dra. Sandra Regina Mota da Silva
(UFSCar)

Resultado:

Não votante

_____
Aprovada

_____
Aprovada

_____
APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.

Aos meus pais, Olga e Oscar, com toda gratidão.

Agradecimentos

Agradeço,

a Deus, que nos acompanha e dá sentido à caminhada;

ao meu marido Teruo, por ser minha força e alegria;

à minha família que apesar de todas as distâncias sempre me apoiou e incentivou;

ao Professor Manoel Rodrigues Alves, pela constante disponibilidade, atenção e aprendizado;

aos amigos do LEAUC, em especial, Esther, Marília, Maíra e Tainá. As ricas trocas imprescindíveis na trajetória de pesquisa e na vida da pós-graduação (vencemos juntas!);

aos colegas da Prefeitura Municipal de Palmas, pela disponibilidade de conversas e informações possíveis, imbuídos da vontade de discutir e produzir uma cidade melhor;

aos colegas da UFT, que incentivaram e contribuíram de alguma forma para esta pesquisa - em especial às professoras Olívia Maia e Patrícia Orfila;

aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, pelas contribuições e aprendizado;

à secretaria da Pós-Graduação, em especial à Flávia e Mara, pelo pronto atendimento e delicadeza nos inúmeros trâmites durante o curso;

aos amigos reunidos ao longo da minha caminhada, obrigada pela torcida de sempre;

aos amigos de São Carlos, Yanagi Taiko, Seinen - em especial Matheus - pela companhia, conversas e amizade;

às inúmeras pessoas anônimas que ajudaram na apreensão das dinâmicas do meu objeto de pesquisa.

Esta pesquisa contou com o apoio e bolsa da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo, processo 2015/17864-3.

Resumo

NAKAMINE, Érica Emi Takahashi. Dinâmicas socioespaciais e privatizações em Palmas: espacialidades e transformações na cidade planejada. 2018. 233f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018

O presente trabalho se propõe à análise do uso dos espaços públicos na cidade contemporânea, discutido a partir de desdobramentos de processos socioespaciais de produção e transformação da cidade. Este estudo tem como objeto a capital do estado do Tocantins, Palmas, cidade planejada e efetivamente ocupada no contexto do Brasil a partir de 1990. Tal contexto nos remete a investigar uma capital planejada – considerando as nuances inerentes à essa condição –, de projeto com feições modernistas, mas corporificada em um contexto social, político, econômico e cultural transformado, influenciado pelos paradigmas da vida contemporânea em suas diversas formas, em um ambiente de convergência de pessoas e culturas de todo Brasil. Para tanto, a dissertação buscou dialogar acerca das subjetividades contemporâneas na perspectiva crítica de que tais dimensões operaram importantes transformações nas formas do uso e apropriação do espaço público, logo, da vida urbana. Esse contexto urbano transformado em nome do consumo, do medo e das formas intolerantes dos afetos, têm favorecido o avanço de formas de vida privadas e segregadoras. Para explorar o caso Palmas nesse sentido, investigou-se a trajetória de formação socioespacial da capital, de um espaço desigual e fragmentado e, em última instância observaram-se as configurações e as transformações espaciais (especialmente as privatizações do espaço) do espaço projetado. A abordagem dos usos e apropriações do espaço público (stricto sensu) despontam no trabalho de campo como dimensão empírico-analítica revelando o peso das interações sociais que se realizam no espaço de algumas quadras palmenses. A construção de tais aportes da pesquisa, possibilitou analisar as dinâmicas socioespaciais de modo mais amplo, incluindo perspectivas dos processos históricos, subjetivos, espaciais e sociais.

Palavras-chave: Palmas; privatização; espaço público; cidade planejada; sociabilidade urbana.

Abstract

NAKAMINE, Érica Emi Takahashi. **Sociospatial dynamics and privatizations in Palmas: spatialities and transformations in the planned city.** 2018. 233p. Thesis (Master`s degree). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018

This thesis proposes to analyze the use of public spaces in the contemporary city, discussed from socio-spatial unfoldings processes of production and transformation of the city. This study has as its object the capital of the state of Tocantins, Palmas, a planned city, effectively occupied in the context of brazilian 1990`s. This context leads to investigate a planned capital - considering the inherent nuances to this condition -, from the project with modernist features, but embodied in a transformed social, political, economic and cultural context, influenced by the paradigms of contemporary life in its various forms, in an environment of convergence of people and cultures from all Brazil. For this, the dissertation sought to discuss contemporary subjectivities in the critical perspective that such dimensions have undergone important transformations in the forms of use and appropriation of public space, and thus of urban life. Such urban context transformed on behalf of consumption, fear and intolerant forms of affection, have supported the improvement of private and segregating ways of life. In this sense, in order to explore the Palmas case, the socio-spatial formation trajectory of the capital was investigated, of an unequal and fragmented space, and, moreover, observing the configurational and spatial transformations (especially the privatization of space) of the planned space. The approach of the uses and appropriations of the public space (stricto sensu) emerges in the field work as an empirical-analytical dimension revealing the weight of the social interactions that take place in some Palmas spaces. The construction of such research contributions made it possible to analyze broadly the socio-spatial dynamics, including perspectives of historical, subjective, spatial and social processes.

Keywords: Palmas; privatization; public space; planned city, urban sociability.

Lista de figuras e gráficos

Figura 1: Localização no contexto nacional e estadual. Fonte: IBGE, adaptado pela autora.	53
Figura 2: Siqueira Campos (à esquerda) dirigindo trator na inauguração de Palmas, com registro de ato semelhante ao do presidente Juscelino Kubitschek na construção de Brasília (à direita). Fonte: Reis (2011, p. 113).	54
Figura 3: Principais cidades do Tocantins. No extremo norte do estado: Araguaína, ao norte e ao sul de Palmas, Miracema do Norte e Porto Nacional (respectivamente) e na região sudoeste, Gurupi. Fonte: V-Brasil (s/d).	55
Figura 4: Atual território do Município de Palmas: composto pelos distritos de Taquaruçu e Buritirana. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.	57
Figura 5: Principais condicionantes físicas e proposição para áreas de urbanização. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.	59
Figura 6: Estruturação da malha viária e principais vias. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.	60
Figura 7: Imagens do projeto para a região da Praça dos Girassóis, no entroncamento entre as avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek. Fonte: GrupoQuatro (s/d).	62
Figura 8: Fotografias demonstrando a escala monumental da cidade construída e evidenciando as perspectivas que destacam o Palácio Araguaia. À esquerda, vista no sentido norte-sul da praça e à direita, no sentido sul-norte, ambas com a Av. Teotônio Segurado em destaque. Fonte: Prandi, (s/d); Força Jovem (2012).	62
Figura 9: Peça publicitária de empreendimento à beira do Lago de Palmas. Fonte: Caribe Residence e Resort (<i>on line</i>).	63
Figura 10: Croqui demonstrando intenções de compor paisagens para a capital. Fonte: GrupoQuatro (s/d).	64
Figura 11: Macrozoneamento em proposta projetual. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.	64
Figura 12: Distribuição das principais áreas comerciais na área planejada: em amarelo, comércio geradores de maiores fluxos; no extremo leste a área industrial e de comércio regional, em rosa, a locação de comércios vicinais em trechos das avenidas leste-oeste. Fonte: Coccozza (2007, p. 162).	66
Figura 13: Unidade de Vizinhança de Perry e Stein (à esquerda) e projeto para quadra 110 norte – Projeto por Sussmann Arquitetura e Urbanismo e arquitetos Alberto Silva Telles e Ruy Othake (1989). Fonte: Janniére (2013) e Sussmann (s/d).	67
Figura 14: Estudo propositivo de tipologias habitacionais e sua distribuição na quadra. Fonte: SEGAWA (1991).	69
Figura 15: Face norte da quadra 204 Sul: abertura para uso comercial. Fonte: Google street view (acima) e foto da autora (2017) (abaixo).	70

Figura 16: Rede viária para veículos na quadra 204 sul – em evidência sua praça central. O uso de cul-de-sacs e longos quarteirões causa sensação de desorientação no trânsito pela quadra. Fonte: Imagem do Google Earth, modificada pela autora (2018).....	72
Figura 17: Estratégia de ocupação da cidade em fases: visava a otimização e viabilidade financeira de implantação e manutenção da infraestrutura. Fonte: GrupoQuatro (s/d), adaptado pela autora.	73
Figura 18: Localização da Vila União no Noroeste da área planejada de Palmas. Fonte: Google Earth (2018) e SEMDUS (2014) adaptado pela autora.....	79
Figura 19: Localização de Luzimangues: mais um núcleo urbano "satélite" de Palmas. Fonte: Pinto (2014).....	81
Figura 20: Exemplo de APM no entorno da quadra 110 Norte. Foto da autora (2017) e mapa, SEMDUS (s/d) modificado pela autora (2018).	93
Figura 21: Feira da 307 norte e entorno. Foto da autora (2017)	97
Figura 22: Feira do Bosque na quadra 502 sul. Foto: MARA (2017).....	98
Figura 23: Parque Cesamar. Fonte: Tocantins TV (2015)	98
Figura 24: Material publicitário de empreendimentos verticais na quadra 404 sul. O parque Cesamar é evidenciado como elemento de prestígio e qualidade de vida. Fonte: Reserva du Parc, (<i>on line</i>) e Urban Soberano, (<i>on line</i>)	99
Figura 25: Praia da Graciosa. Fonte: Tocantins TV (2015)	101
Figura 26: Praia das ARNOs antes (primeira e segunda figura) e durante a reforma (terceira figura). Fonte: Foto da autora (2017), G1 Tocantins (2017) e Tocantins Eventos (2017), respectivamente.	101
Figura 27: Imagem de rua escura na quadra 204 sul e da praça ao norte da quadra 404 sul (direita). Fotos da autora (2015 e 2016).	104
Figura 28: Imagens do Polinésia Residence e Resort – Residencial à beira do lago. Fonte: Polinésia. Residence & Resort (<i>on line</i>).	113
Figura 29: Entrada social (foto superior) e de serviço (foto inferior) do Condomínio Aldeia do Sol – Condomínio em quadra fechada. Fonte: Takahashi (2014, p.80).....	114
Figura 30: "Condomínio" de chácaras na região rural à leste de Palmas. Fonte: Takahashi (2014, p. 82).....	115
Figura 31: Empreendimento estabelecido em chácara à beira da TO-050. Fonte: Takahashi (2014, p.82).	116
Figura 32: Entrada da quadra 110 norte ladeada por empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em lotes multifamiliares: cena comum nas quadras de Palmas. Foto da autora (2015).....	117
Figura 33: Relação entre área e quantidade de empreendimentos do tipo “horizontal de acesso controlado”. Elaborado pela autora (2018).	118

Figura 34: Pontos de observação nas quadras, observando espaços no entorno e no centro. Comumente os pontos de ônibus serviam de ponto de apoio para tais permanências. Diagrama esquemático e fotos da autora (2018).	131
Figura 35: Diagrama ilustrativo do peso das distintas estratégias de pesquisa. Elaboração da autora (2018).....	132
Figura 36: 204 sul, (uma das quadras mais valorizadas) está próxima de significativos marcos urbanos como a Praça dos Girassóis, feira da 304 sul e avenida NA-02, além de localizar-se ao lado de duas quadras comerciais (à oeste e à norte). Fonte: Imagem do Google Earth, modificada pela autora	141
Figura 37: Imagem de peças publicitárias enaltecendo atributos da quadra em função da divulgação de empreendimentos imobiliários. Fonte: Elmo Engenharia (<i>on line</i>)	143
Figura 38: Quadras 404, 504 e 606 sul (respectivamente). Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pela autora.	144
Figura 39: Quadra 110 norte servida pela avenida J.K. tem fácil acesso à região comercial da 104 sul e também à TO-050 que dá acesso à Palmas Sul e Porto Nacional. Quadra também fica próximo ao Palacinho (edifício histórico) e ao Colégio Militar de Palmas. Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pela autora.....	145
Figura 40: Contexto urbano da quadra 307 norte. Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pela autora.	146
Figura 41 Núcleo comercial consolidado na entrada oeste da quadra 504 sul. Foto da autora (2016)	147
Figura 42: Paisagens urbanas distintas – na imagem acima (307 norte) espaço fruto de transformações nos usos e formas de ocupar lotes e o espaço público, abaixo, entrada leste da quadra 504 sul conformada assim como proposto para o projeto da quadra. Foto da autora (2017) e de Guilherme Albertoni (2017), respectivamente	157
Figura 43: Muros nas ruas da 307 norte. Foto da autora (2017).....	158
Figura 44: Transformações espaciais na quadra 606 sul: acima, ocupações clandestinas em área pública; abaixo, ocupação de lotes multifamiliares sem o “condicionamento” de “vila” – isenta de fechamentos, a área criou novas passagens na quadra. Fonte: fotos da autora (2016) e mapa sobre base do Google Earth, com elaboração da autora (2018).....	159
Figura 45: Comércio conformado na margem oeste da quadra 606 sul. Foto da autora (2016)...	159
Figura 46 Fotos ilustrando a discrepância entre as tipologias habitacionais da 606 sul nas porções leste (acima) e oeste (abaixo). Foto da autora (2017) e Guilherme Albertoni (2018), respectivamente.	160
Figura 47 Movimentação na praça central da quadra 504 sul: encontros e esporte (capoeira). Fotos da autora (2016).....	161

Figura 48: Disputa por espaço no entorno da feira da 307 norte (acima) e trânsito intenso na entrada da quadra 110 norte (abaixo). Fotos da autora (2017 e 2015 respectivamente).	165
Figura 49: Passagens para pedestre na 204 sul - ambientes inertes e sem vitalidade. Foto da autora (2016).	166
Figura 50 Exemplo de caminhos informais tão importantes para a acessibilidade das quadras, quanto os acessos formais. Exemplo na quadra 606 sul em que a ferramenta Google Maps (segunda figura) considera os atalhos como vias de acesso, assim como as ruas parte do traçado oficial da quadra (primeira figura). Fonte: Mapa base da SEMDUS, 2014; Google Maps e fotos da autora (2016).	167
Figura 51 Paredes cegas na face posterior do comércio vicinal nas quadras 204 sul (esquerda) e 404 sul. Fotos da autora (2016).	169
Figura 52: Prática recorrente entre as mulheres – guarda-sol como estratégia adaptativa nos percursos da cidade. Foto da autora (2017).	173
Figura 53: Árvores como local de descanso nas quadras (204 sul e 110 norte). Foto da autora (2016)	173
Figura 54: Momentos de ócio e descanso sob as árvores. Foto da autora (2016).	174
Figura 55 A intenção de propor espaços voltados ao pedestre, inclusive com a proposição de formas edilícias (tipologia cogumelo), se corrompe na desconexão destas áreas cobertas e o sistema de arborização e existência de passeios públicos. Acima: vicinal da 110 norte e abaixo, vicinal na 606 sul. Fotos da autora (2016).	175
Figura 56: Movimentação noturna no entorno de estabelecimentos informais de alimentação. Os chamados “prensado” e “espetinho”, são elementos conhecidos em Palmas, comumente instalados nas faixas lindeiras às avenidas no entorno das quadras. À esquerda na quadra 5. Foto da autora (2017).	176
Figura 57: Imagens típicas da quadra 404 sul: Muros e cercas elétricas. Foto da autora (2016).	189
Figura 58: Uso das calçadas como rito cotidiano na 606 sul. Moradoras conversam e expõe pães para a venda. Foto da autora (2016)	196
Figura 59: Improvisações e apropriação no espaço público (307 norte). Fotos da autora (2016).	201
Figura 60: Vicinais nas quadras 404 sul e 204 sul, respectivamente. Fotos da autora (2016).	202
Figura 61: Ambientação de trecho comercial dentro da quadra 204 sul. O mesmo local sofreu transformações dos diferentes estabelecimentos que passaram por ali. Fotos da autora (2010 e 2017, respectivamente)	203
Figura 62: Comércio da 307 norte - uso das calçadas como espaço para expor produtos, bem como local de ócio e contemplação. Fotos da autora (2017).	203
Figura 63: Bares e restaurantes e a ocupação das calçadas, nas mais diversas localidades, tipos de público e tipo de estabelecimento. Imagens do comércio vicinal das quadras 110 norte, 404 sul e 204 sul (sentido horário). Fotos da autora (2017).	205

Figura 64: Ocupação de calçadas e praças pelos bares. Acima, na quadra 504 sul, bar movimentado na esquina em frente à praça central. Com o calor da tarde palmense, clientes do bar instalaram sua mesa na praça, sob a sombra da árvore. Abaixo, bares na praça central da 110 norte e 307 norte, respectivamente. Fotos da autora (2016).	205
Figura 65: Uso da praça central da 110 norte por crianças. Fotos da autora (2016).....	207
Figura 66 Trajeto recorrente dos transeuntes ao acessar a quadra 204 sul (segundo observações) – provenientes da Av. Teotônio Segurado. Em laranja o trajeto da manhã e em azul o principal trajeto do fim do dia. Fonte: mapa base do Google Earth, adaptado pela autora (2018).	208
Figura 67: Espaços públicos nas zonas limítrofes das quadras 307 norte e 404 sul (respectivamente). Fotos da autora (2016).....	210

Lista de mapas

Mapa 1: Mapa de quadras com terrenos doados pelo Estado. Fonte: Rodovalho (2012, p.117), modificado pela autora	77
Mapa 2: Ocupação dispersa já se apresenta logo nos primeiros cinco anos, rompendo com o proposto pelo projeto urbano. Fonte: SEMDUS (2015).....	78
Mapa 3: Mapa de Ordenamento Territorial Urbano de Palmas. Fonte: SEMDUS, 2015	89
Mapa 4: Localização dos principais espaços públicos de Palmas. Fonte: imagem do Google Earth, adaptada pela autora.....	96
Mapa 5: Empreendimentos horizontais de acesso controlado de Palmas, por categorias. Fonte: elaborado pela autora (2018)	111
Mapa 6:Localização e lançamento de empreendimentos horizontais de acesso controlado. Fonte: Takahashi (2014) adaptado pela autora, 2018.....	112
Mapa 7: Planta de Valores Genéricos de 2014. Elaborado pela autora a partir Lei Municipal nº 2018/2013, (2018)	135
Mapa 8: Mapa de densidade populacional. Fonte: SEMDUS (s/d)	136
Mapa 9: Mapa de inserção das quadras estudadas e contexto urbano em que se inserem. Elaborado pela autora (2018)	137
Mapa 10: Principais centralidades de Palmas: planejadas e outras formadas a partir de processos espontâneos. Fonte: OLIVEIRA (2016, p. 175).....	142
Mapa 11: Uso do solo da quadra 307 Norte. Elaborado pela autora.....	148
Mapa 12: Uso do solo da quadra 404 Sul. Elaborado pela autora.	149
Mapa 13: Uso do solo da quadra 204 Sul. Elaborado pela autora.	150
Mapa 14: Uso do solo da quadra 606 Sul. Elaborado pela autora.	151
Mapa 15: Uso do solo da quadra 110 Norte. Elaborado pela autora.....	152
Mapa 16: Uso do solo da quadra 504 Sul. Elaborado pela autora.	153

Mapa 17: Mapeamento dos atributos espaciais das quadras 307 Norte e 404 Sul. Elaborado pela autora.....	154
Mapa 18: Mapeamento dos atributos espaciais das quadras 204 Sul e 606 Sul. Elaborado pela autora.....	155
Mapa 19: Mapeamento dos atributos espaciais das quadras 110 Norte e 504 Sul. Elaborado pela autora.....	156
Mapa 20: Mapa de atividades e trajetos da quadra 307 Norte. Elaborado pela autora.	177
Mapa 21: Mapa de atividades e trajetos da quadra 404 Sul. Elaborado pela autora.....	179
Mapa 22: Mapa de atividades e trajetos da quadra 204 Sul. Elaborado pela autora.....	181
Mapa 23: Mapa de atividades e trajetos da quadra 606 Sul. Elaborado pela autora.....	183
Mapa 24: Mapa de atividades e trajetos da quadra 110 Norte. Elaborado pela autora.	185
Mapa 25: Mapa de atividades e trajetos da quadra 504 Sul. Elaborado pela autora.....	187
Mapa 26: Permanências X Interfaces entre espaço público e privado das quadras 307 Norte e 404 Sul. Elaborado pela autora.	193
Mapa 27: Permanências X Interfaces entre espaço público e privado das quadras 204 Sul e 606 Sul. Elaborado pela autora.	194
Mapa 28: Permanências X Interfaces entre espaço público e privado das quadras 110 Norte e 504 Sul. Elaborado pela autora.	195

Lista de quadros

Quadro 1: Duplas de Quadras agrupadas por similaridade de traçado.....	138
Quadro 2: Valor venal de imóveis nas quadras escolhidas (R\$/m ²), segundo a Planta de Valores Genéricos de 2014*.....	139
Quadro 3: Síntese das quadras e principais transformações espaciais	170

21 | Introdução

CAPÍTULO I

29 | Espaço e sociabilidade

32 | Subjetividades contemporâneas

42 | A urbanidade como experiência

46 | O “medo do outro”

CAPÍTULO II

53 | Processos e fatos estruturantes da atual Palmas

58 | O projeto

67 | As quadras

72 | Segregação socioespacial em Palmas

CAPÍTULO III

83 | Transformações urbanas e privatizações

92 | Espaços públicos e processos de transformação espacial em Palmas

102 | Transformações espaciais e privatizações

104 | Empreendimentos habitacionais horizontais de acesso
controlado em Palmas

122 | Os moradores dos “condomínios” palmenses

CAPÍTULO IV

127 | Usos e apropriações no espaço público: o cotidiano da cidade planejada

128 | Estratégias metodológicas

132 | Escolha das quadras

139 | Caracterização das quadras: contexto urbano, uso do solo e
paisagem

162 | Forma urbana e limites do projeto

171 | Análises e percepções do campo

209 | Considerações sobre as duplas de quadras

213 | Considerações finais

223 | Referências bibliográficas

229 | Anexo 1 – Levantamento dos condomínios horizontais fechados em Palmas

Introdução

O contexto a que se propõe o estudo é Palmas, Tocantins, capital brasileira planejada e fundada em 1989. As particularidades de um traçado baseado em pressupostos e concepções do urbanismo moderno (perpetuando um modelo historicamente esgotado) (REIS, 2011), frente às condicionantes de ocupação e apropriação da cidade - trajetória política, econômica e condicionantes culturais e sociais – delineiam o interesse acerca das espacialidades e transformações do espaço urbano em Palmas.

O espaço público, como local de diversidade, compartilhamentos e negociações, vem sendo discutido frente à emergência e colonização dos espaços privados e de normativas sociais segregadoras, além de afetos localizados entre medo e agressão, como cita Rocca (2008), exacerbados por um processo de transformações das noções de identidade e do reconhecimento do outro. A produção de condomínios horizontais fechados (entre outras espacialidades privadas) e as relações urbanas e sociais que estes representam têm sido retratados no âmbito acadêmico atual em todo o mundo e também no Brasil.

Na trajetória da autora dessa dissertação, o fenômeno de produção de condomínios horizontais fechados em Palmas foi tratado em seu Trabalho de Conclusão em 2014, abordando discursos, leis e atores envolvidos no processo de reprodução destes elementos urbanos, destacando-se pelo ineditismo do tema estudado na capital. Apesar de o trabalho anterior não abordar territorialmente as relações sociais no âmbito dos condomínios e a cidade, a partir do tema prolongaram-se questionamentos a respeito da subjetivação, usos e apropriações dos/nos espaços públicos nas quadras de Palmas, uma vez que a associação entre quadras palmenses planejadas e condomínios horizontais fechados e constantes relatos de desconforto em relação aos onipresentes muros e a pouca vitalidade urbana parecem recorrentes em rodas de conversa e publicações, como o texto do cineasta Henrique Goldman (2016) que descreve Palmas:

[...] esta nova Brasília da era da internet [...] Há bairros inteiros de classe média com casas idênticas, sem uma única árvore para lembrar que estamos no Cerrado. As casas não têm fachadas. São escondidas por muros altos com cercas eletrificadas porque vive-se com medo da própria sombra. Por dentro também são iguais, sem um móvel antigo que pertenceu à avó, sem livros, revistas ou qualquer material impresso [...].

Outras publicações, como o artigo “Palmas: entre muros, vazios urbanos e ausência de Vitalidade”, de Patrícia Orfila Barros dos Reis (2010), destacam a imagem dos muros, das dificuldades de apropriação no espaço, da sensação de falta de vitalidade e legibilidade urbana (orientação) ao transitar pela cidade, relacionadas a um certo grau de negação do espaço público. Estas manifestações demonstram o anseio de discutir as espacialidades e as percepções do espaço urbano da capital tocantinense, bem como corroboram com a noção de que a realidade de Palmas tem apontado em direção oposta às características associadas à noção do espaço público – da

diversidade e da vitalidade urbana, com possibilidades de experiência deste mundo compartilhado.

Em consequência ao quadro de transformações econômicas e sociais ocorridas principalmente desde o século XX, diversos aspectos da vida urbana modificaram-se e com eles surgiram também perspectivas críticas – interessando-nos aqui aquelas concernentes às reconfigurações da noção de espaço público e privado, e suas sociabilidades. No contexto da segunda metade do século XX, referências como Richard Sennett, Zygmund Bauman e muitos outros, assinalaram mudanças no caráter do espaço público¹, que ganharam contornos expressivos com a naturalização de razões como a “individualidade, as transformações da intimidade e a fragilidade dos vínculos humanos” (ROCCA, 2008, p. 1).

Alinhado à naturalização destas razões, a emergência da produção de espaços e subjetividades² colonizados pela dimensão privada e na proliferação de ‘enclaves fortificados’ (CALDEIRA, 2000) alavancou “um novo padrão de segregação urbana, mais fragmentado e disperso” (FREITAS, 2008, p.13). Este padrão contemporâneo de produção de cidades tem relação direta com a hegemonia do consumo, atrelada a um processo global econômico-produtivo que tende a padronizar diversas dimensões da vida urbana, dirimindo a diversidade na sobreposição das diversas camadas histórico-culturais que caracterizam determinadas sociedades. Tal hegemonia autosegregadora demonstrou ter implicações além da moradia, mas também nos âmbitos do trabalho, consumo e lazer (CALDEIRA, 2000; DUNKER, 2015), tendenciando um abandono cada vez maior dos espaços públicos e enfraquecendo a capacidade dos cidadãos nas constantes negociações vividas nas interações e mesmo na co-presença nos espaços públicos.

A alçada da violência disruptiva a partir dos anos 1980 no Brasil, assim como descreve Caldeira (2000), e o aumento da repercussão midiática dos crimes e mesmo da ‘fala do crime’ (CALDEIRA, 2000)³ incentivou cada vez mais a procura obstinada por proteção, ao ponto de “naturalizarmos o estado de emergência” (BAUMAN, 2009), da sensação de insegurança constante.

Este conjunto de transformações nas dimensões subjetivas, do modo de viver nas cidades, acompanha cronológica e espacialmente um complexo de transformações urbanas (na escala e forma urbana⁴), principalmente nas grandes cidades – no caso brasileiro, cidades advindas de um processo de urbanização que produziu desigualdades e segregação. No caso de Palmas, a cidade não atravessou transformações urbanas históricas decorrentes das mudanças de paradigmas (da cultura urbana, dos costumes, da produção de espaços privados, etc), em função de sua curta

---

¹ Este trabalho pretende analisar o espaço público voltado ao uso público como calçadas, ruas e praças de Palmas.

² A concepção de subjetividade segundo Guattari (1993), a considera como processo coletivo vinculado a componentes heterogêneos, semióticos, baseados na existência.

³ Discurso do medo da violência e do crime (re)produzido pelos próprios cidadãos, reportando experiências pessoais, de pessoas conhecidas ou mesmo de fatos veiculados pela mídia.

⁴ *Boom* populacional vivido pelas grandes cidades brasileiras principalmente na segunda metade do século XX fez aumentar a escala das cidades, com a criação de novas periferias e centralidades, modificando a estrutura das cidades.

existência. Mesmo tendo seu espaço urbano produzida apenas dentro do contexto contemporâneo⁵, apresenta uma repetição de processos observados na urbanização brasileira que geram conflitos urbanos e problemas sociais. Destaca-se para o trabalho a importância dessas aproximações e distanciamentos entre o geral (da realidade brasileira) e o particular da realidade palmense, na discussão dos processos de formação da capital, mas também no rebatimento de suas dinâmicas sociais urbanas.

Com base nisto, este trabalho tem como objetivo explorar as dinâmicas socioespaciais nos espaços públicos de Palmas (suas formas, ritmos, particularidades), relacionando-as a aspectos da produção desse ambiente urbano, especialmente nas dimensões físicas e simbólicas⁶. Busca-se identificar quais são os elementos estruturantes dessas dinâmicas socioespaciais e discutir se aspectos das subjetividades e normativas sociais (como a evitação, a discriminação do indesejado, etc.) ou paradigmas de produção de espaços privados, estandantizados, securitizados são absorvidos ou reproduzidos na capital tocantinense.

Em suma, para alcançar tal objetivo, a pesquisa buscou analisar o contexto da proposição e construção de Palmas, enfatizando os primeiros anos de ocupação da cidade, cruciais para a forma urbana atual, bem como para importantes desafios urbanos enfrentados pela gestão municipal e pela população. Atentar para aspectos históricos da formação socioespacial de Palmas, apesar de não ser o foco do trabalho, contribuiu para a compreensão das proposições iniciais do projeto urbano para a capital em contraponto com as manobras políticas e produção de desigualdades, estruturais para o atual quadro socioespacial – relacionado diretamente a uma memória urbana deste processo de ocupação da cidade, mas também da construção de estigmas urbanos das diversas localidades.

Em seguida, a pesquisa apresenta um panorama atualizado de Palmas, pontuando as estratégias da gestão municipal no tocante ao ordenamento territorial – algumas delas tentam combater problemas gerados pela ocupação dispersa operada nos primeiros anos da cidade –, e aponta também as transformações urbanas com ênfase nas espacialidades privadas, como a proliferação de *shopping centers* e de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado⁷. Nesse sentido, a dissertação identifica o avanço de processos de privatização e

---

⁵ Em uma experiência pós-Brasília, ciente das armadilhas de um urbanismo pautado em um ideal de cidade, de um instrumento de ato de poder (VELASQUES, 2010).

⁶ Paisagem, aspectos da forma urbana, condição material dos espaços públicos, condição socioeconômica local, histórico de formação do recorte observado, entre outras questões.

⁷ Destaca-se a partir daqui, o emprego do termo “empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado”, para denominar o fenômeno de empreendimentos privados de acesso controlado, como descrição genérica para “condomínios horizontais fechados”, “loteamentos fechados” e empreendimentos do gênero. Essa descrição visa enfatizar uma racionalidade privatizante, que produz segregação, independente da sua definição formal ou legal. Estão engendrados nesse processo também, os empreendimentos verticais. Entretanto, em função do recorte de pesquisa e do questionamento que compara quadras palmenses e “empreendimentos horizontais de acesso controlado”, os exemplares verticais não foram abordados.

espaços privados na cidade, relacionando-os direta e imediatamente às relações de sociabilidade engendradas na cidade – especificamente no espaço público –, foco de análise da pesquisa.

Em um terceiro momento da pesquisa, a sociabilidade urbana e os usos dos/nos espaços públicos em Palmas são colocadas em pauta, a partir da caracterização socioespacial e identificação das principais transformações urbanas em algumas áreas da capital tocantinense relacionando as implicações destes aspectos sobre as práticas e interações sociais experienciadas e registradas no trabalho de campo⁸.

A abordagem das práticas socioespaciais no espaço público na cidade de Palmas foi tratada em estudos como o de Coccozza (2007), que confronta as apropriações espontâneas frente ao determinismo do plano, em um processo estruturador de urbanidades e da conformação de lugares (com foco na região conhecida como Vila União); e também por Oliveira (2016), cujo trabalho investiga o fenômeno dos centros e centralidades, apontando o centro principal da cidade como símbolo de poder alinhado a interesses hegemônicos, enquanto subcentros populares revelam, por meio das apropriações espontâneas, a possibilidade de um espaço construído coletivamente, abrigando expressões de diversidade.

A partir da problemática colocada, amparada por um arcabouço teórico multifacetado, foi possível estruturar um caminho que perpassasse a formação e principais transformações socioespaciais de Palmas, como base para discutir suas principais implicações na sociabilidade urbana. Entende-se que a observação das práticas permite analisar comportamentos para além das perspectivas do imaginário, relacionando gestos urbanos ao espaço concreto e, portanto, verificando a relação das sociabilidades experienciadas em campo àquelas tidas como hegemônicas, predispostas ao isolamento e à fragilização das noções clássicas do espaço público.

Nesse sentido, desdobram-se questionamentos:

Quais as rupturas e transformações espaciais em relação ao projeto urbano proposto para a cidade e que desdobramentos podem ser observados nas práticas socioespaciais nos espaços públicos de Palmas?

Baseado na percepção que afirma Palmas como uma cidade formada por várias quadras-condomínio, socioespacialmente, essa hipótese se confirma? Tal percepção se relaciona unicamente ao modelo urbano definido para as quadras?

Quais as articulações entre a forma urbana e os modos de uso e apropriação dos espaços públicos das quadras planejadas? Que outros aspectos são estruturantes das práticas sociais nas quadras palmenses?

---

⁸ O recorte urbano estudado e a metodologia do trabalho de campo será detalhada no capítulo IV.

A proliferação de espacialidades privadas agrava a segregação socioespacial iniciada na ocupação dispersa e seletiva da cidade de Palmas (apregoadas por diversos estudos sobre a formação socioespacial da capital)?

O quanto as prerrogativas defendidas por manuais de boas práticas para produção de espaços públicos de qualidade, realmente se aplicam enquanto condicionantes para a promoção da urbanidade no contexto da capital tocantinense?

O quanto das teorias críticas que atestam a falência do espaço público pode ser observado no cotidiano das quadras de Palmas?

A cidade reproduz a lógica dos condomínios ou os condomínios seguem a lógica da cidade?

Considerando tais questões, a hipótese perseguida é a de que o traçado urbano sugerido para as quadras palmenses, juntamente com os contornos tomados pela arquitetura que se alastram pela cidade – de fechamentos, *designs* e sistemas de segurança opressivos ao transeunte – induz à assimilação simbólica, material e social daquilo que os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado representam enquanto modo de vida – perseguindo o *status*, a vigilância e a separação (distância do desconhecido).

Este trabalho, no contexto de Palmas, se mostra importante para enriquecer o debate sobre a produção, usos e apropriações do/no espaço público em um contexto de cidade planejada, sobretudo no âmbito da região norte do Brasil. Ressalta-se a importância de discutir tal problemática em uma cidade que ainda possui muitos vazios urbanos a serem parcelados e ocupados, oportunizando aos leitores a reflexão e o impulso para proposição de soluções ou formas de produzir e ocupar esta capital.

Metodologia e etapas da pesquisa

A dissertação busca colocar em pauta a análise do espaço público, que “passa necessariamente pela difícil articulação de aspectos que dão “concretude” à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem multifacetada do problema” (SERPA, 2008, p. 175). Numa perspectiva geral, é possível dizer que o trabalho busca estudar a temática das práticas socioespaciais no espaço público frente a processos de privatização e segregação, considerando também os aspectos materiais do espaço.

Considerando as características deste trabalho, incorporou-se um conjunto de métodos, técnicas, fontes e referências, - como forma de suprir a falta ou a inconsistência de informações relativas à cidade de Palmas, mas também adaptar as estratégias metodológicas envolvendo o estudo das práticas socioespaciais e cartografias, a partir de estudos como Coccozza (2007), Crestani (2014) e Ribeiro (2013) – desde a revisão bibliográfica nos aspectos teóricos e históricos, bem como a análise de leis, documentos, peças publicitárias e reportagens jornalísticas, além da

observação direta (e participante) – com diversas formas de registro do campo. Tais procedimentos foram realizados como descrito a seguir.

Etapa de Pesquisa bibliográfica

A partir de uma revisão bibliográfica histórica e teórica, com levantamentos em fontes primárias e secundárias, esta etapa teve como objetivo fundamentar a problemática e as questões discutidas na pesquisa, bem como orientar a abordagem empírica do trabalho de campo proposto. Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica se dividiu em duas frentes: sobre (i) as subjetividades, sociabilidades e transformações da cidade contemporânea, e acerca dos (ii) processos de formação do espaço urbano de Palmas (desde sua fundação até a atualidade), do ponto de vista histórico com desdobramentos socioespaciais. Os temas abordados foram:

(i) Subjetividades, sociabilidades e transformações da cidade contemporânea

- Produção da cidade contemporânea, suas subjetividades e a consolidação do neoliberalismo, espaço público da modernidade e seus processos de privatização e formas de sociabilidade, a sensação de insegurança e a dificuldade de lidar com alteridades.

(ii) Processos de produção do espaço urbano de Palmas (desde sua fundação até a atualidade)

- Breve histórico de planejamento e principais proposições do projeto urbano, processos de ocupação da cidade e seus principais impactos, principais transformações no espaço urbano, dos arranjos de formas de vida privada, na proliferação de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, formas de lazer e consumo privadas. Posteriormente inserem-se as quadras estudadas como objeto empírico e seu papel dentro desse contexto macro na produção do espaço de Palmas.

A partir do repertório construído ao longo dos capítulos – sobre subjetividades, histórico de formação da cidade e de seus territórios – direciona-se o estudo para o trabalho de campo, buscando nos ritos cotidianos, a retificação ou ratificação de muitos questionamentos que motivaram esta pesquisa, bem como da emergência de novas questões colocadas a partir da vivência e análise do campo.

Etapa de pesquisa de campo em Palmas

O trabalho de campo envolveu a observação direta e participante⁹ nos espaços públicos de seis quadras da área planejada de Palmas, visando identificar dinâmicas socioespaciais e elementos estruturantes dessas práticas. Foram escolhidas seis quadras¹⁰ visando diferentes

---

⁹ Portanto, podendo decorrer conversas informais com usuários.

¹⁰ As quadras palmenses podem ser explicadas alusivamente às Unidades de Vizinhança de Perry e Stein, sendo unidades semiautônomas, com residências, comércios, escolas, etc. Foram escolhidas as quadras 110 norte, 307 norte, 204 sul, 404 sul, 504 sul e 606 sul, que serão apresentadas e detalhadas no capítulo IV.

contextos: urbanos (localização, usos e equipamentos), socioeconômicos e do desenho urbano. Foram escolhidas três duplas com similaridade no desenho urbano, com objetivo de observar comparativamente se há semelhanças nos processos e práticas socioespaciais entre as duplas. Cada dupla, no entanto, apresenta diferenças nos padrões socioeconômicos de seus moradores, bem como no nível de transformação do projeto das quadras, além da localização. Esta estratégia propõe verificar as implicações destes diversos contextos, com propósito de identificar tipos ou níveis de apropriação e mesmo encontrar padrões ou episódios comuns nas diferentes quadras.

Ademais, propõe-se a leitura do espaço, considerando-se: aspectos qualitativos do espaço; contexto urbano macro e local; desenho urbano das quadras e uso do solo; conexão visual e física entre espaços públicos e privados; paisagem urbana; qualidade do espaço público; contrapondo em algumas oportunidades o espaço em projeto e o espaço da cidade construída e apropriada. O olhar sobre esses aspectos não busca a razão condicionante e inerente entre aspectos físicos e interações socioespaciais, mas sim de como esses aspectos tendenciam certas situações como a escolha de trajetos ou locais de permanência. Para análise, relacionam-se os principais elementos estruturantes da vida urbana nas diferentes quadras, sejam eles sociais, subjetivos ou relacionados à materialidade.

Etapa de elaboração de mapas e material gráfico

A extensa representação de Palmas por meio de imagens e mapas se faz necessária, uma vez que a pesquisa discute um contexto urbano específico e desconhecido por muitos, mas especialmente por discutir aspectos de sua forma urbana. Para tal, foram coletados dados primários e secundários, e a despeito das dificuldades de obtenção de algumas informações, como no caso da espacialização dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado na cidade, apropriou-se de métodos diversos, muitas vezes levantando dados manualmente, de caso a caso.

A organização do material gráfico se dividiu em dois momentos principais: relacionados à descrição de processos históricos e transformações (e mesmo descrição) do espaço; e, ainda, a elaboração de material exclusivo da pesquisa, retratando os achados do trabalho de campo.

As considerações a respeito das práticas socioespaciais, do trabalho de campo em si, utilizam a cartografia como ferramenta de representação, na tentativa de traduzir os registros e experiências em campo, representando as práticas e modos de apropriação do/no espaço (as permanências e trajetos e situações cotidianas em função das atividades e períodos específicos). Também foram elaborados esquemas gráficos de apresentação do contexto urbano e das características materiais das quadras analisadas, a fim de representar os principais aspectos espaciais observados.

Estrutura da dissertação

Para além da parte introdutória e das considerações finais, este trabalho se estrutura nos seguintes capítulos:

O **CAPÍTULO I**, intitulado “**ESPAÇO E SOCIABILIDADE**”, discute aspectos da produção da cidade, desdobramentos da consolidação do neoliberalismo, transformações do consumo e da tecnologia, assim como o atravessamento de subjetividades e a evidência da individualidade.

O **CAPÍTULO II**, intitulado “**PROCESSOS E FATOS ESTRUTURANTES DA ATUAL PALMAS**”, apresenta o histórico de planejamento, as principais proposições para o projeto de Palmas e os processos estruturantes na construção e consolidação de Palmas. Destaca-se o olhar para um contexto específico e ao mesmo tempo muito comum à urbanização brasileira, que dá margem para discutir contradições e desigualdades, diante de uma cidade fundada sob o marco do conflito fundiário. A partir do histórico de ocupação da cidade, discutem-se os principais processos e impactos da ocupação urbana dispersa.

O **CAPÍTULO III**, intitulado “**TRANSFORMAÇÕES URBANAS E PRIVATIZAÇÕES**”, discute os principais impactos dos processos de conformação urbana de Palmas, pontuando as principais transformações no espaço urbano, com foco nos arranjos de formas de vida privada, na privatização de espaços públicos e na proliferação de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, formas de lazer e consumo privadas.

O **CAPÍTULO IV**, chamado “**USOS E APROPRIAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO: O COTIDIANO DA CIDADE PLANEJADA**”, discute a subjetivação no espaço em Palmas, evidenciando a produção de sentidos dessa cidade, discutindo o recorrente questionamento acerca das representações da imagem urbana de Palmas, das dificuldades de apropriação no espaço, da sensação de falta de vitalidade e legibilidade urbana (orientação) ao transitar pela cidade. O capítulo traz a experiência de campo, de um olhar analítico a partir do repertório construído nos capítulos anteriores, utilizando a dimensão empírica como ferramenta para discutir as formas de apropriação do/no espaço público de Palmas.

Espaço e sociabilidade

Partindo do pressuposto de que as relações sociais se realizam e localizam no espaço, pensar a cidade contemporânea pressupõe a reflexão das práticas socioespaciais no cotidiano do mundo atual. A experiência do mundo, na realização da existência humana, dada nas práticas socioespaciais, coloca o movimento de constituição da cidade como meio condicionante e produto da rede de práticas humanas, vista como lugar do cotidiano, através do uso e apropriação do espaço (LEFEBVRE, 1969; CARLOS, 2015).

O curso de transformações no século XX (e ainda nos dias de hoje) na sociedade, e intrinsecamente a ela, nas cidades, tem apontado para tendências à segregação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano, apontado por diversos estudiosos com foco na dimensão pública da vida social.

O urbano de Lefebvre¹¹ – de um fenômeno aberto, inacabado, constituído como sobreposição de processos e práticas produtivas –, nasce no processo de implosão-explosão da cidade industrial (europeia), no processo de urbanização que se ativa em todo o mundo (o fenômeno urbano engloba a cidade industrial e suas problemáticas) (CARLOS, 2015). As cidades foram reconfiguradas pela industrialização, engendradas num processo de avanço técnico-produtivo como também da urbanização da sociedade – da intensa e cara “urbanização-desurbanização” (LEFEBVRE, 1986). Essas reconfigurações deram lugar a um paradigma de metrópole (CACCIARI, 2011) na complexificação das relações e da materialidade urbana. As cidades se tornaram local de produção do capital, suplantando sua lógica mercantil também na vida urbana, nas sociabilidades e no uso do espaço.

Para Cacciari (2011, p. 33), o modelo de cidades (europeias¹²) anterior a esse quadro de deterioração tinha uma dinâmica de divisão comunitária dos espaços – onde estava presente também o conflito –, mediada pela “comunhão e comunicação”. O autor, assim como Arroyo (2014), remonta à constituição de cidades a partir dos conceitos (modelos) clássicos de *urbs*, *polis* e *civitas*, questionando a validade da palavra “cidade” no contexto contemporâneo. Para Arroyo (2014), em leitura a Aureli (2011), a *urbs* é a condição material da cidade genérica, a *civitas* condição de cidadania – concernente ao *status* (direito) político de seus habitantes – e a *polis* é “o espaço de muitos, o espaço que existe entre indivíduos ou grupos que coexistem, mas

---

¹¹ Para Lefebvre, o fenômeno urbano se apresenta na realização global (ou total) da urbanização da sociedade. O presente estágio encontra-se na “fase crítica”, portanto permanece como fenômeno aberto, de onde se extrai possibilidades da realização de uma realidade livre e democrática.

¹² Cidades europeias até a época barroca.

não se trata de um espaço político naturalmente gerado, ou de um fenômeno dado, senão de um que pressupõe o conflito potencial entre as partes que o conformam” (ARROYO, 2014, p. 518, tradução nossa¹³).

Para Arroyo (2014, p. 519-520, tradução nossa¹⁴), o modelo de *civitas* romana, regido pela *lex* romana:

[...] transcende qualquer noção prévia de comunidade e é, pelo contrário, um instrumento político em si mesmo através do qual os romanos puderam incluir provações diversas em seu sistema. A lei permite que qualquer cidade seja fundada *ex novo*, nas condições de uma tábula rasa, pelo que a *urbs* responde a um tipo de cidade genérica na qual rege a lei e, na medida em que ela ocorra poderá multiplicar-se sem restrições.

A *civitas* romana possibilitou então a expansão da *urbs*, de um crescimento sem restrições, desvinculado do ordenamento político, mas regido pela *lex*. Para Cacciari (2011, p. 33, tradução nossa¹⁵), “a evolução até a metrópole foi possível porque o ponto de partida da cidade europeia não foi a *polis* grega senão a *civitas* romana”. Tal modelo de cidade irrompeu a dissolução da *urbs* tradicional das cidades europeias, transfigurado em uma única forma, como também dissolveu toda a identidade urbana.

Em consequência a esse processo, a gradual perda do caráter ativo e produtivo do centro das cidades, transformado e valorizado como objeto de consumo, coloca-se sob o risco de homogeneização do espaço e aniquilamento das diversidades. “O fenômeno urbano está profundamente transformado. O centro histórico tem desaparecido como tal. Tudo que resta são, de um lado, centros de poder e decisões e, do outro, espaços artificiais não genuínos” (LEFEBVRE, 2014, p. 567). A cidade fragmentada (ARROYO, 2014), a *urbs* fragmentada, ainda que tenha centro, não significa uma totalidade, mas sim, fragmento. A noção de totalidade para o autor, de uma unidade real – utópica –, organiza sistematicamente as formas materiais, usos sociais e significados culturais.

Boa parte dos estudos na atualidade, ao versar críticas às transformações urbanas e ao espaço público, resgata na história a ideia de que a cidade já foi constituída por espaços públicos *locus* de expressão das heterogeneidades, associadas aos encontros, trocas, convívio, urbanidade, cidadania e debate político. Autores como Graham e Aurigi em 1997 já questionavam a existência de espaços públicos em cidades ocidentais na contemporaneidade, frente ao

---

¹³ Texto original: “[...] el espacio de muchos, el espacio que existe entre individuos o grupos que coexisten, pero no se trata de un espacio político naturalmente fenerado o de un fenómeno dado sino de uno que presupone el conlito potencial entre las partes que lo conformam”.

¹⁴ Texto original: “[...] trasciende cualquier noción previa de comunidad y es, por el contrario, un instrumento político en sí, mismo a través del cual los romanos pudieron incluir poblaciones diversas en su sistema. La ley permite que cualquier ciudad sea fundada *ex novo*, en las condiciones de una tabula rasa, por lo que la *urbs* responde a un tipo de ciudad genérica en la cual rige la ley y, en medida en que elle ocurra, la ciudad podrá multiplicarse sin restricciones”.

¹⁵ Texto original: “La evolución hacia la metrópoli fue possible porque el punto de partida de la ciudad europea no fue la *pólis* griega sino la *civitas* romana”.

movimento de comodificação dos centros das cidades para o consumo, dos centros comerciais fechados nas zonas periféricas, dos novos meios de comunicação.

Arroyo (2014), por sua vez, discute criticamente as transformações no espaço público e fragmentações da cidade, utilizando alusivamente as dimensões clássicas da cidade, destacando: a *civitas* debilitada, a *urbs* fragmentada e a *polis* desafiada. De acordo com o autor, a vida urbana, baseada cada vez mais no consumo de bens e serviços personalizados entre grupos socioeconomicamente homogêneos, se coloca cada vez mais como o inverso do espaço público político, da possibilidade de ali o cidadão (ser cidadão) participar e manifestar opiniões (*civitas* desafiada).

No âmbito físico (*urbs* fragmentada), de acordo com Arroyo (2014), a descontinuidade das estruturas materiais, no crescimento rápido e desordenado de cidades, é agravada pela proliferação de enclaves, de barreiras físicas e simbólicas. Assim, o espaço público, entendido como “âmbito material e ético de integração” da vida urbana, se reconfigura como espaço de contingências – hoje não apenas no espaço público material da cidade, mas também no meio digital. Os espaços públicos passam a ser um local meramente de concentração de pessoas, desafiando seu caráter como local de conflitos.

Há a falência das principais características dos espaços públicos e suas dinâmicas socioespaciais, sob o constante desdobramento de subjetividades múltiplas, códigos e imaginários, que desagregam ações coletivas, usos, afetos e a construção da vida social. Alusivamente, Arroyo (2014) afirma que “a *polis* está desafiada como unidade de sentido”.

Ao discorrer acerca dos sentidos produzidos na cidade e da subjetivação no espaço, Guattari (1993, p.159) assume, nos anos 1990, que “a proliferação de componentes subjetivos se mostra tanto para melhor, quanto para pior”. Ainda de acordo com o autor supracitado, o mundo contemporâneo vive um momento de transformações constantes, engendrado por subjetividades mediatizadas, estéticas, “maquínicas”, dando lugar a seres desterritorializados, desvinculados de referências. O espaço para Guattari (1993) é indissociável do plano de desejos, enquanto a dimensão material e a subjetiva parcial (heterogênea) que fornece discursos, sobre os quais as subjetividades são constituídas coletivamente.

Segundo Guattari (1993), independentemente da consciência que se tem (ou não), o espaço à volta interage com os usuários e evoca aspectos históricos, funcionais, afetivos, estéticos, etc. A cidade e suas formas construídas comunicam; produzem subjetivação e se associam a outros elementos de agenciamento das subjetividades – (re)produzem discursos e estimulam os sentidos. Para Guattari (1993, p. 158):

O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São especialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas [...], mas que podem trabalhar tanto no sentido de esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva.

O enredo da ideia de cidade, espaço público e subjetividades se faz necessário para compreender características e processos fundamentais das cidades contemporâneas, dos modos de vida e experiência – questões centrais para as discussões deste trabalho. Com o objetivo de situar brevemente as dimensões que caracterizam a vida contemporânea, o presente capítulo circunscreverá bases de discussão sobre subjetividades contemporâneas, urbanidade e medo urbano.

Subjetividades contemporâneas

A hegemonia do consumo, atrelada a um processo global econômico-produtivo, acelerado pelas rápidas trocas possibilitadas pelo avanço da tecnologia e mídia, tende a padronizar diversas dimensões da vida urbana, dirimindo a diversidade na sobreposição das diversas camadas histórico-culturais que caracterizam determinadas sociedades. “Não cabe dúvida nenhuma que o território onde vivemos constitui um desafio radical a todas as formas tradicionais de vida comunitária” (CACCIARI, 2011, p. 35, tradução nossa¹⁶).

Essa hegemonia tem implicações nas novas sociabilidades e, conseqüentemente, no espaço produzido e percebido. A tendência de produção de espaços urbanos, com “um novo padrão de segregação urbana, mais fragmentado e disperso” (FREITAS, 2008, p. 13), é reflexo de processos estruturantes dos sistemas produtivos contemporâneos e de suas subjetividades engendradas. Tais reflexos, influenciados pelos modos de produção capitalista, podem ser observados tanto em países centrais como periféricos, moldados a condicionantes sociais, culturais, econômicas e políticas locais (HARVEY, 2012; MELGAÇO, 2010; VILLAÇA, 2011).

Uma das formas de sustentação do capitalismo é a expansão de suas fronteiras, o que significa expor culturas e formas de comportamento à hegemonia de consumo (HARVEY, 2012). Essa hegemonia acaba por sobrepor e transformar aspectos locais como cultura, relação com a história, tempo e territórios, num processo de homogeneização do consumo e, em certa medida, do espaço. Os empreendimentos horizontais de acesso controlado, representativos da legitimação da segregação urbana e da resignificação do conceito de público e privado no espaço urbano, limitam a sociabilidade no contexto público, pelo seu discurso de exultação da vida entre camadas sociais homogêneas – separadas fisicamente por barreiras físicas vigiadas

---

¹⁶ Texto original: “No cabe duda alguna de que el territorio donde vivimos contituye un desafio radical a todas las formas tradicionales de la vida comunitaria”.

e controladas. A compulsividade pela segurança¹⁷ e o *status* de exclusividade fazem destes empreendimentos enclaves sociais voltados a grupos homogêneos. Desta maneira, serão destacados neste item os principais aspectos de constituição das subjetividades e sociabilidades, logo, da produção do espaço urbano contemporâneo – com foco na ascensão de uma ordem homogeneizadora e privada.

Esse cenário de homogeneização e fragmentação tem se desenhado mundialmente, com distintas intensidades, em países centrais e periféricos, nos quais industrialização e urbanização ocorrem em ritmos diferentes¹⁸ (ARROYO, 2014; HARVEY, 2012). Em adição, ordens distintas como tensões econômicas, sociais e culturais produzem subjetividades incorporadas nos níveis mais globais, mas também delineiam identidades e subjetividades nas escalas mais locais.

O conceito de urbano, segundo Lefebvre (1999, p. 150), afirma que o espaço social da lógica fabril se “[...] prolonga e acentua, num plano novo, o caráter social do trabalho produtivo e seu conflito com a propriedade (privada) dos meios de produção [...]”, engendrando nesse processo também as relações institucionalizadas. Nesse mesmo sentido de afetar diversas dimensões da produção, encontra-se (partindo do campo da economia) a racionalidade neoliberal, a “nova razão do mundo” relacionada à reconfiguração ou mesmo criação de novas relações sociais, produtivas, de trabalho e de propriedade. É o fundamento da racionalidade neoliberal naturalizada, não apenas como uma razão econômica, mas também como modo de vida. Esse conceito, defendido por Laval e Dardot (2013), deu nome a obra “A nova Razão do Mundo”¹⁹.

O neoliberalismo, fundado em uma concepção econômica de vertente liberal desenvolvida a partir dos anos 1970, defende o livre mercado e a não intervenção do Estado na economia (restringindo sua ação em setores essenciais). As estratégias de ajuste neoliberal são introjetadas no contexto brasileiro, por meio das regulamentações das agências internacionais (principalmente as econômicas), que exercem influências nas gestões políticas, institucionais, relações produtivas e de trabalho. No entanto, sua ação foi além dos direcionamentos econômicos globais, por exemplo, do Consenso de Washington, dos ajustes de medidas econômicas, tributárias e da ação do Estado (LAVAL; DARDOT, 2013; RIZEK, 2015).

Essa racionalidade, ou “nova razão do mundo”, valida a lógica de mercado como um modelo social, além de enunciar o empresariamento de todas as esferas: governos, instituições,

---

¹⁷ A noção do termo segurança, segundo Melgaço (2010), relaciona-se tanto à inexistência de riscos reais de sofrer uma violência, quanto ao sentimento de estar seguro.

¹⁸ Assim como define a lei do Desenvolvimento desigual e combinado, formulada pelo marxista León Trotsky, em uma das principais contribuições ao pensamento de Marx, a realização do avanço do capitalismo tinha como condição inerente a permanência de aspectos atrasados, ou a manifestação crescente de desigualdades. Tal lei é associada ao desenvolvimento de países periféricos, em que há avanços em alguns setores da economia, combinados com aspectos atrasados como na área social, resultando em um abismo entre grupos dominantes e dominados.

¹⁹ Tradução livre de “*La nouvelle raison du monde*”, publicado em 2009 e traduzido para português como “A nova Razão do mundo” (2016) e espanhol, “*La nueva Razón del mundo*” (2013).

relações sociais, ou mesmo de si; tendo como premissa uma racionalidade competitiva, em busca do melhor custo-benefício, traçando seus objetivos, projetos e interesses. A estratégia neoliberal, descrita por Laval e Dardot (2013), denomina uma articulação com a racionalidade global, “num conjunto de discursos, práticas, dispositivos destinados a instaurar uma nova condição política”, propícias para o florescimento do mercado. Também incita discursos de liberdade de escolhas e ações, congruentes com os discursos “democráticos” pregados pelo Estado, e traz a inserção na sociedade por meio do consumo (LAVAL e DARDOT, 2013 e RIZEK, 2015).

Esse projeto de racionalidade, apoiado na fragmentação dos saberes e da disjunção social, nas palavras de Lefebvre (1999, p. 40), “constrói literalmente o vazio dentro de si [...]. Cria o campo cego”, impedindo a percepção da totalidade e da potência revolucionária do urbano. A “nova razão do mundo” resulta da incorporação de pressupostos da ordem econômica, como competitividade, produtividade e empresariamento como forma de suscitar o livre-arbítrio²⁰, naturalizando-se nas subjetividades (LAVAL; DARDOT, 2013). Essa nova razão delineia as “formas de sofrer”²¹ (DUNKER, 2015a), anteriormente resguardadas da afetação pelo capital.

A incorporação dos “sintomas”²² e a busca de reconhecimento nas formas de sofrer²³, sistematizadas por essa racionalidade, normatizam as formas de vida dos sujeitos. A delimitação e o reconhecimento das formas de sofrer determinam a natureza da experiência no mundo; ao fim, homogeneizando-as. As formas de sofrer não reconhecidas são aquelas invisíveis, fora do campo de reconhecimento social ou mesmo fora do campo da governabilidade do Estado (sujeitos excluídos das políticas do Estado não se enquadram nos perfis²⁴ e não têm suas demandas atendidas): “as formas de sofrer não reconhecidas que não dão a razão dentro do

---

²⁰ O empreendedorismo é estimulado, advindo de uma lógica em que as formas do direito do trabalho são vistas como empecilho ao livre mercado, dando ênfase às formas livres e independentes de produção, no aporte do discurso de liberdade financeira e social e de emancipação financeira.

²¹ Termo usado por Dunker (2015a) em sua obra: “Mal estar, sofrimento e sintoma”. O psicanalista traçou um paralelo entre os diagnósticos psicanalíticos e a identificação das formas de sofrer. O sofrimento, segundo o autor, é fruto das normativas sociais e delineia as formas de ser na sociedade. O “sofrimento psíquico” é a “expressão social ainda ou não mais reconhecida”; as formas de sofrer reconhecidas são aquelas “toleradas” pela sociedade e que toma os sujeitos visíveis. Os “sintomas” são evidências que apontam um “mal estar” dos sofrimentos. Parafraseando novamente a medicina psiquiátrica, Dunker (2015) explicou que os sintomas estão longe de serem explicados, mas aceitos: a medicalização (medidas imediatas que procuram sanar os sintomas ao invés de curá-los) busca afastar/evitar o mal-estar – que no âmbito socioespacial pode ser entendido como o mal-estar do século: a coletivização, democracia, relações heterogêneas. O que ele chama de “repatologização generalizada” regulamenta os termos “transtorno”, “desordem”, “desequilíbrio”. Naturalizaram-se os “sintomas”, substituindo as patologias mentais, naturalizando a convivência crônica com o sofrimento.

²² O “sintoma” é um termo que tem origem na psicanálise (em Freud e Lacan), na expressão de conflitos psíquicos; tanto como manifestação do inconsciente, como da obstinação da repetição de um impulso, ao mesmo tempo como resultado uma satisfação que perturba.

²³ O sofrimento na psicanálise é visto como necessário para superar as dores da vida. De acordo com Dunker (2015), o sofrimento relacionado à culpa se relaciona a justificativas e causas para a dor. Desta maneira, a dor naturaliza as formas de sofrimento pela culpa reflexiva, “a culpa é minha, eu causo a dor”, mobilizando também a culpa do outro, que compadece por tal sofrimento.

²⁴ Os perfis definem o enquadramento nas políticas, sob o marco de renda, gênero, escolaridade. Um exemplo disto são as exigências para as famílias ao se inscreverem nos programas sociais do Governo Federal, que enquadram e provocam *ethos* na conduta da população.

mundo dominado pelo capital são as formas excluídas de sofrer (pensar, comportar-se)” (DUNKER, 2015b). A individualidade e a competitividade são exemplos de formas de sofrer reconhecidas, das implicações dessa nova racionalidade ligadas às mudanças normativas operadas na vida cotidiana.

A naturalização de subjetividades como individualidade e competitividade esclarece a fragilização das formas de sociabilidade, que assumem a forma de contrato, como denomina Dunker (2015a). Segundo Cacciari (2011, p. 40, tradução da autora²⁵), as relações se dão a partir do “direito privado”:

Como podemos falar de uma cidade, tentando dar a este termo uma validade comunitária, se a cidade se vê regulada por formas de direito privado? Se for assim, então se trata tão só de um conjunto de pessoas que mantém relações sobre a base do interesse mútuo, de igual modo que as empresas se relacionam por meio de contratos comerciais.

A hegemonia das relações de contrato em todas as instâncias das relações sociais, de acordo com Cacciari (2011), já é um processo inevitável: distancia-se definitivamente da *polis* ou *civitas*: vive-se uma coabitação. Essas relações de contrato transformaram as sociabilidades e a vida coletiva, na medida em que as pessoas são indiferente umas às outras, com uma espécie de barreira no processo de reconhecimento de alteridades. Segundo Dunker (2015b), diante do afeto do medo, onde o comportamento natural não existe, as relações são de contrato e não de troca (de experiências). As relações sociais instrumentais e homogêneas refletem na qualidade das relações espaciais e na materialidade que se constitui.

A noção de forma de vida, segundo Dunker (2015a), exprime uma perspectiva tomada sobre um determinado “sujeito, indivíduo, eu ou pessoa. É a perspectiva que cria o sujeito, não o contrário [...]”. E prossegue: “Em vez de apelar para funções abstratas mentalistas, como a memória, a vontade e o pensamento [...], pensemos na forma de vida como articulação entre disposições e aspirações no campo da linguagem, do desejo e do trabalho” (DUNKER, 2015a, p. 280)²⁶. A linguagem, desejo e trabalho definem as características do sujeito e seu modo de se relacionar e ler o mundo. São aspirações desenvolvidas no intento de suprir os vazios dos anseios que se configuram na contemporaneidade, diante das relações estritamente instrumentais, da obrigação de ser feliz, da obrigação do sucesso financeiro, amoroso, entre outros.

---

²⁵ Texto original: “¿Cómo podemos hablar de la ciudad, intentando dar a este término una validez comunitaria, si la ciudad se ve regulada por formas de derecho privado? Di es así, entonces se trata tan sólo de un conjunto de personas que mantienen relaciones sobre la base del interés mutuo, de igual modo que las empresas se relacionan por medio de contratos comerciales”

²⁶ Na psicanálise, como explorou Dunker, a forma de vida é reconstruída no ato de diagnosticar.

A “forma de vida do condomínio”, como sugere Dunker (2015a), é uma parábola que representa uma condição de exclusividade, protegida da barbárie do mundo exterior, onde a criação de regras moldadas ao gozo de seus condôminos cria uma esfera protegida “melhor”, “mais organizada”. Esta forma de vida passa a ser administrada pela figura do “síndico”, do “gestor”, que trabalha pela regulação, visando de forma racional o custo-benefício, o lucro e as ações estratégicas, gestionando no limiar entre a vida pública e privada. Atualmente, encontramos esta figura do gestor também nas esferas da vida como educação, trabalho, “inteligência emocional”, de forma ativa, trabalhando pela proliferação das regulações táticas e em certa medida, disciplinares. Esferas não-produtivas, como a convivência e as relações sociais, passam a ser gestonadas criando leis próprias e delimitando muros (simbólicos ou físicos) – que dividem os que estão fora dos que estão dentro (formas de exclusão). A “forma de vida do condomínio” homogeneiza e instrumentaliza as relações sociais, à medida que cria consensos a favor de um bem estar “coletivo”. Essa pretensa coletividade, organizada pelo síndico, reproduz a fragmentação do trabalho nas esferas improdutivas, “mas socialmente necessárias” (LEFEBVRE, 1999, p. 40), como nas igrejas, escolas, momentos de lazer ou, ainda, nas relações pessoais:

A organização geral, isto é, espaço-temporal, da prática social tem a aparência de uma racionalidade completa porque é feita de ordens e coações. O espaço-tempo homogêneo que essa prática se esforça para realizar e encerrar é preenchido por uma multiplicidade de objetos, de atividades parcelares, de situações e de pessoas em situação, povoamento cuja coerência é apenas aparente, ainda que essa aparência se fortaleça através de sistematizações imperiosas.

Essa fórmula – da “forma de vida do condomínio” – aparentemente coerente parece prometer o sucesso e garantia de felicidade, na certeza de espaços previsíveis, homogêneos (pela exclusão dos indesejáveis), normatizados pelas próprias leis e gerido pelo síndico (figura de ordem). Dunker (2015a) destacou, no entanto, o risco dessa hegemonia privada e homogeneizante, ao passo que encolhe a diversidade e a potencialidade do espaço público como lugar de debate, das manifestações – não necessariamente espaciais (ALVES, 2015) –, do encontro de uns e outros. O sujeito submetido a esse condomínio perde sua capacidade de lidar com alteridades, gerando mecanismos de discriminação e desejo de separação.

Para Arroyo (2014, p. 543-544, tradução nossa²⁷), a contemporaneidade está:

---

²⁷ Texto original: “[...] dominada por tendencias a la globalización económica, a planetarización de los media y la infiltración de las tecnologías de la informatización de la vida cotidiana que generan experiencias de ubicuidad (simultaneidad, iterancia) predisposición a los estados virtuales (inmaterialidad, levedad, espacios digitales), significados mutantes (provisoriedad, inestabilidad, transitoriedad) e percepciones episódicas (fragmentario, inacabado, performativo) lo que favorece a una subjetividad urbana descentrada, que no puede reconocer estructuras de sentido, sino que opera a partir de formaciones eventuales e contingentes”.

[...] dominada por tendências à globalização econômica, a planetarização da mídia e da infiltração das tecnologias da informatização da vida cotidiana que geram experiências de ubiquidade (simultaneidade, interação) predisposição aos estados virtuais (imaterialidade, leveza, espaços digitais), significados mutantes (provisoriamente, instabilidade, transitoriedade) e percepções episódicas (fragmentário, inacabado, performativo) o que favorece a uma subjetividade urbana descentrada, que não pode reconhecer estruturas de sentido, operando a partir de formações eventuais e contingentes.

Esse modo de percepção fragmentado, de acordo com Crary (2014, p. 39), cercado de operações incessantes e automáticas, acontece “num momento em que a vida comum se transformou em objeto de técnica”: tudo é registrado, vira dado. O autor afirma:

Já não existem, por exemplo, circunstâncias que não podem ser gravadas ou arquivadas em imagens ou informações digitais. A disseminação e a adoção de tecnologias wireless, que aniquilaram a unicidade dos lugares e dos acontecimentos, é simplesmente um efeito colateral de novas exigências institucionais” (CRARY, 2014, p. 40).

Assim como na filosofia pós-metropolitana de Cacciari (2011), que supera o vínculo espacial ou mesmo temporal, suprindo-se da comunicação pela mediação do puro pensamento: “Semelhante forma de comunicação converte o espaço em algo totalmente indiferente e homogêneo, esse não representa já nenhuma “densidade” particular, nenhum “nada” significativo” (CACCIARI, 2011, p. 40, tradução nossa). Esse regime automatizado e incessante, “24/7” (CRARY, 2014), enfraquece tessituras complexas de experiências, memórias, identidade, implicando, segundo o autor, na perda de subjetividades particulares.

O crescimento das relações sociais mediadas pelas telecomunicações “significa que as grandes cidades, baseadas principalmente na troca cara a cara nos espaços públicos, estão se dissolvendo e se fragmentando em teias de relacionamentos indiretos e especializados” (GRAHAM; AURIGI, 1997, p. 8, tradução nossa²⁸). Para Guattari (1993, p.158), perdeu-se a corporeidade, da sensibilidade possível com o espaço construído, capaz de comunicar, de fornecer impulsos “cognitivos e afetivos”. A associação do corpo a “órgãos sensoriais” e aparatos técnico-científicos afeta as sensibilidades, assim como afirma Crary (2014, p. 41): “Apesar das declarações onipresentes da compatibilidade, ou mesmo harmonia, entre o tempo humano e as temporalidades dos sistemas de rede, disjunções, fraturas e desequilíbrio contínuo compõem a experiência real dessas relações”.

Para Crary (2014), há impactos consideráveis no uso de dispositivos e aparelhos na sociabilidade cotidiana, como em refeições, conversas, etc. No entanto, o impacto vai mais além, no que o autor chamou de “colonização sistêmica da experiência individual”. Importa pensar como as subjetividades e formas de viver contemporâneas transfiguraram a experiência e a percepção dos indivíduos, “reconfiguradas pelos ritmos, velocidades e formas de consumo

---

²⁸ Texto original: “[...] means that large cities, based previously largely on face-to-face exchange in public spaces, are dissolving and fragmenting into webs of indirect, specialised relationships”.

acelerado e intensificado” (CRARY, 2014, p. 48). Crary (2014, p. 50) afirma que a contemporaneidade é estruturada em torno de “objetivos individuais, promoção, aquisição, segurança pessoal [...]”, em que os indivíduos, assim como os produtos, se tornam obsoletos, instigando a uma aceleração do ritmo cotidiano, em constante alerta de sua própria obsolescência.

Segundo o autor supracitado, há o clichê sobre uma era tecnológica “sem precedentes”, que anuncia um processo de transformações tecnológicas de ruptura histórica, das mídias analógicas para as digitais, de um mundo informatizado, em uma referência equivalente à inovação provocada pela Revolução Industrial. Crary (2014) aponta, no entanto, que o momento contemporâneo, caracterizado por constantes mudanças e inovações tecnológicas, é um estado de transição, em que o fim – de um “futuro diferente da realidade contemporânea” (CRARY, 2014, p. 50) – não se vê nem se alcança, permanecendo como virtualidade. A constante transformação tecnológica não cessará e trará sempre a reconfiguração de sistemas – tecnológicos, mas também da experiência, da percepção, da cognição –, a qual exigirá que se familiarize a cada mudança.

A reconfiguração de aspectos como as subjetividades e a cognição não são apenas desdobramentos de um processo, senão parte de um sistema estruturado. Crary (2014) afirma que a contemporaneidade substituiu “uma ordem dominante de sistemas maquínicos e discursivos a outra” (CRARY, 2014, p. 48), em que são mantidos “dispositivos de administração e controle de seres humanos” (CRARY, 2014, p.45). O autor afirma, ainda, que o formato atual da cultura tecnológica dá continuidade a um formato iniciado na ideológica modernizadora iniciada no século XIX:

Nesse contexto emergente, o consumo de tecnologia coincide com estratégias e efeitos de poder, a ponto de se tornar indistinguível deles. Se, por boa parte do século XX, a organização das sociedades de consumo esteve ligada a modalidades de regulação e obediência sociais, hoje a gestão do comportamento econômico é idêntica à formação e perpetuação de indivíduos maleáveis e submissos. Uma lógica antiga de obsolescência programada continua em vigor, estimulando a demanda por substituição ou aprimoramento de diversos produtos. No entanto, embora a dinâmica subjacente à inovação ainda esteja amarrada à margem de lucro ou à competição entre empresas pelo domínio de um segmento do mercado, agora o ritmo acelerado de “aprimoramento” – ou da reconfiguração de sistemas, modelos e plataformas – desempenha um papel decisivo na reinvenção do sujeito e na intensificação do controle. (CRARY, 2014, p.51)

Os “dispositivos de administração e controle de seres humanos” (CRARY, 214) tomaram formas mais sofisticadas, assumindo papéis, como no consumo compulsório dos produtos de mídia (vídeos, redes sociais, etc.), obrigatórios para a familiarização e imersão no século XXI. De acordo com Crary (2014), estes conteúdos audiovisuais efêmeros são a nova condição de mercadoria atrelada a um consumo, dentro de um sistema em que o espectador assumiu papel passivo, em que acredita-se ter “escolhas” e “personalizações”, por meio de avaliações,

recomendações e “opções” geridas por algoritmos e sistemas de filtros²⁹. Essa colonização sistêmica em massa, além dos produtos de mídia, se observa também nos padrões de consumo criados por agente globais, como a indústria farmacêutica, cosmética e de moda, que cria demandas ou novos padrões de consumo.

Ainda nos anos 1990, Graham e Aurigi (1997) identificaram grupos dentro do processo de transformações tecnológicas, em que a produção e domínio de informações estavam muito mais estratificadas. Na visão dos autores, as camadas dominantes controlavam a informação e a manipulam a favor do seu interesse, agindo em diversos meios, como na imprensa, meio virtual, etc. A camada consumidora (maior e também menos influente) era “objeto” da informação manipulada pelas classes dominantes. E o terceiro grupo dizia respeito aos grupos marginalizados, excluídos desse mundo informacional do *cyberspace* pela dificuldade em seu acesso. O trabalho de Graham e Aurigi (1997), publicado há quase vinte anos, colocou em evidência uma estratificação observada no mundo real, onde camadas dominantes se articulavam na manipulação de discursos e consumo; classes dominadas incorporaram os discursos e se tornaram consumidores passivos³⁰, e as classes mais pobres à margem estavam invisíveis nessa sociedade.

Parte deste quadro de dominação de discursos e ideologia ainda pode ser observado, no entanto, hoje a inclusão digital é um fato muito mais concreto do que em 1997. No contexto brasileiro, o perfil do pobre se reconfigurou principalmente no período de governo do presidente Lula (2003-2011), em que a articulação de programas sociais e a inclusão desse perfil no escopo de atuação do mercado fez com que a camada mais pobre fosse incluída como camada consumidora. No acesso à tecnologia, no entanto, a inserção dos pobres brasileiros ainda é incipiente, visto que boa parte da população não possui acesso regular à Internet e o acesso a outros meios de tecnologia é precário³¹.

Entretanto, os “ruídos” dos distanciamentos, ou das desigualdades sociais, ainda fazem com que parte da população esteja à margem, fora de processos sociais, políticos e mesmo de consumo. Estudos recentes apontam as potencialidades da tecnologia e dos meios digitais para suscitar espaços de debate e protesto, dando lugar a novas formas de sociabilidade e manifestação, principalmente de grupos anteriormente sem representação social e política. Não

---

²⁹ Segundo Crary (2014), mesmo com uma infinidade de informações disponíveis para serem organizadas e aplicadas ao propor serviços personalizados, há uma certa diferença de conteúdos, porém uma “mesmice em seus padrões e segmentações temporais” (CRARY, 2014, p. 62).

³⁰ Alienação necessária em Marx, crucial para a sustentação do capitalismo (CARLOS, 2015).

³¹ Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) (2018), divulgados em fevereiro de 2018, 69,3% da população brasileira possui acesso à Internet, dos quais 94,6% o faziam pelo celular. Em alguns países desenvolvidos, a taxa de acesso à Internet se aproxima dos 83,8%. Esta realidade se agrava ainda quando se focaliza a região norte do país, onde se localiza o estado do Tocantins, em que 62, 4% dos domicílios possui algum tipo de acesso à Internet. Entre os principais motivos ao não-acesso estão o preço elevado e a indisponibilidade do serviço (maior taxa do país, com 24,4%).

é escopo deste trabalho discuti-los, no entanto é importante reconhecer a relevância e as proporções que tomam as interações e manifestações no meio digital.

• • •

Nessa conjuntura da planetarização do consumo e dos meios de comunicação, logo, dos paradigmas relacionados a eles, incorporou-se a experiência do consumo como a noção da experiência com o mundo – segundo relações de contrato e na substituição do valor de uso pelo valor de troca (LEFEBVRE, 1999 p. 141). No espaço construído, paradigmas privados são assimilados, sendo amplamente explorados pelo mercado imobiliário: condomínios de acesso controlado, *shopping centers*, parques temáticos. A reprodução de espaços privados (físicos ou simbólicos) e de discursos atrelados a eles é representativa da retração do valor da vida coletiva e do sentido de comunidade, diminuindo o potencial de experienciar as trocas urbanas e continuando um comportamento programado. Graham e Aurigi (1997, p. 4, tradução nossa³²) dão exemplos sobre os *shopping centers*: “Embora possam parecer ruas coloridas hospedando aglomerados de lojas, percebeu-se que são caracterizados pela tendência de limitar a vida social pública a certos locais, certas horas e algumas categorias de “atividades aceitáveis”.

A reprodução dos espaços privados fechados (ou com controle de acesso amparado pelas tecnologias) incorporou o discurso do medo da violência e do crime associado à cidade. O medo do crime toma forma no discurso dos próprios cidadãos – Teresa Caldeira nomeou tal fato como “fala do crime”. Ao justificarem seus comportamentos e escolhas em função desse quadro que o crime parece desestabilizar, esse discurso paradoxalmente pretende “alertar” sobre as mazelas do crime, mas ao mesmo tempo prolifera a hostilidade e a intolerância, transformando-se em apoio à violência como forma de punição e inspirando as vinganças pessoais. Ele também enfatiza a discriminação e estigmatização dos sujeitos “à margem”, associados à desordem e ao crime – esse medo gera mecanismos de separação e cria uma nova ordem social.

A nova ordem social, materializada em sistemas de segurança e muros, reconhece a sensação de insegurança dos espaços abertos, contrapondo a sensação de conforto de uma situação previsível e controlada: “[...] espaços públicos gerenciados e de propriedade privada, podem ser vistos como consequência do atual *zeitgeist*³³ urbano pervasivo de insegurança, a substituição gradual de praças (relativamente) abertas com lugares fortemente controlados” (GRAHAM; AURIGI, 1997, p. 4, tradução nossa³⁴). Tais simulacros de espaços públicos, na contemporaneidade, têm se multiplicado em intervenções urbanas, principalmente em locais

---

³² Texto original: “Although they can look like colorful streets hosting clusters of shops, it has been noticed that they are characterized by a tendency to confine public social life to certain locations, certain hours and certain categories of ‘acceptable activities’”.

³³ O *zeitgeist*, ou espírito de uma era, constitui-se em uma série de ideias, sentimentos, de um processo construído pela própria civilização (CARMONA, et al., 2010)

³⁴ Texto original: “privately owned and managed ‘public spaces, can be seen as consequence of the now pervasive urban *zeitgeist* of insecurity, the gradual replacement of (relatively) open squares with heavily-controlled places”.

históricos ou culturais, obedecendo a um ritmo de produção acelerado e “criando uma superabundância mundial de cenários e simulacros para turistas” (JACQUES, 2009, p. 2). Tais intervenções urbanas têm se pautado também em questões da segurança pública, em contrapartida ao cenário de terrorismo que tem descortinado nas cidades europeias e, no caso do Brasil, em contrapartida à violência urbana cotidiana.

Além dos simulacros, espaços privados de acesso restrito foram amplamente incorporados e reproduzidos no cenário brasileiro. O *gated community* norte-americano, modelo que inspirou os condomínios horizontais do Brasil, foi introduzido aqui como modelo de áreas exclusivas de moradia para grupos de “elite”, negando a cidade na qual se inseriram. Na atualidade, no entanto, o Brasil presencia a proliferação de empreendimentos fechados também para estratos sociais de menos poder econômico, perseguindo motives como a segurança e a privacidade. O sucesso dos condomínios horizontais no país dá continuidade a um contexto em que as desigualdades estão naturalizadas, polarizadas cada vez mais pelos avanços da acumulação de capital e pelas agendas urbanas e políticas mal resolvidas.

A segregação socioespacial relacionada aos empreendimentos horizontais de acesso controlado resulta num espaço urbano por vezes fragmentado, desprendido de preocupação com a totalidade ou coesão com o tecido urbano. Para Arroyo (2014, p. 530, tradução nossa³⁵), a *urbs* (da noção clássica de cidade, referente à sua materialidade) fragmentada significa que “as estruturas materiais apresentam fortes disjunções em sua continuidade material, com a crescente geração de barreiras físicas e fronteiras simbólicas, de enclausuramento [...], impedindo toda possibilidade de perceber e operar a cidade como uma totalidade sistêmica”.

As relações do condomínio, como materialização das formas sociais de segregar e de produção da cidade enquanto fragmentos, vêm sendo exploradas por diversos autores. Contudo, assim como apontou Crestani (2014), o olhar sobre as ambiências urbanas, resultantes de uma dicotomia entre o espaço aberto da cidade e o fechado dos condomínios horizontais, apresenta-se como questão pertinente à exploração das dinâmicas socioespaciais, enunciado desta pesquisa.

Considerando a complexidade das relações a serem abordadas, a pesquisa de campo será fundamental para aproximar o olhar às ambiências urbanas do objeto de pesquisa Palmas. Os questionamentos e reflexões acerca da produção da cidade se mostram importantes pela especificidade do contexto da capital palmense, mas também pela discussão de diversos aspectos relativos ao espaço urbano, ou de sua falência, de seus usos e apropriações

---

³⁵ Texto original: “[...] las estructuras materiales presentan fuertes disjunciones en su continuidad material, con la creciente generación de barreras físicas y fronteras simbólicas, de enclustramientos y áreas de vacancia que dislocan el territorio quitando toda posibilidad de percibir y operar la ciudad como una totalidad sistémica”.

Para tanto, serão abordadas a seguir formas de convivência e experiência na cidade.

A urbanidade como experiência

O urbano reúne. O urbano, enquanto forma, trans-forma aquilo que reúne (concentra). Ele faz diferir de uma maneira refletida o que diferia sem saber: o que só era distinto, o que estava ligado às particularidades no terreno. Ele reúne tudo, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes [...] (LEFEBVRE, 1999, p. 156).

Lefebvre (1999) apontou a cidade como entidade que concentra heterogeneidades num espaço em constante transformação, onde os processos não estão fechados: ao mesmo tempo em que as práticas formam o espaço, o transformam. A cidade reúne a experiência de alteridades, na qual os conflitos se apresentam.

A dimensão do mundo vivido, como afirma Netto (2012), é engendrada por heterogeneidades e permanências no “espaço da experiência”, em que as ações e atos sociais “aderem” ao material. Essa experiência atravessa a estrutura espacial e temporal, na medida em que é o meio onde o sujeito se localiza.

A cidade seria o *locus* de convergência das experiências individuais, heterogêneas, relacionando modos comuns dessas experiências (coletividade) e diferentes modos de experiência na interação urbana na forma de convívio. O autor sugere observar o modo de vida urbano como experiência sobre três aspectos:

- (i) a cidade como um modo de estruturar a experiência de cada um, tanto temporalmente quanto espacialmente, um *framing* comum da nossa experiência do mundo;
- (ii) uma estrutura que converge práticas de temporalidades distintas, um caleidoscópio que projeta atos passados no presente, em canais de movimento e lugares de atividades e memórias que conectam atos na atualidade do agora;
- (iii) a cidade como coexistência de diferentes “modos temporais e espaciais de ser” e como possibilidade de encontro e reconhecimento do outro, um *framing* da experiência da alteridade.

A noção de tempo abordada por Netto (2012) está ligada à noção do ritmo das práticas inerentes à vida urbana. A noção de tempo fragmentado e acelerado da experiência da modernidade, “no suceder de ação após ação; nos tempos consumidos em deslocamentos ao lugar de trabalho, na passagem por paradas, estações e lugares; na sequência de tarefas que se apresentam mesmo fora do trabalho” (NETTO, 2012, p. 39), remete ao senso comum do

“tempo acelerado das grandes cidades”. Essa aceleração parece reforçar-se no ritmo contemporâneo, da tecnologia introjetada, em que mais ações de forma mais rápida são possíveis e requeridas aos indivíduos. Conforme destacou Jonathan Crary, em 24/7 (2014), o tempo atual se dá na apreensão temporal de forças homogeneizadoras, de um tempo sem temporalidades. Para o autor, o mundo e também as identidades se adaptaram à flexibilização, capazes de acompanhar o ciclo ininterrupto dos mercados, das redes informacionais.

Netto (2012) afirmou que as temporalidades definidas pelo ritmo das práticas reúnem uma “pluralidade de experiências e leituras pessoais do tempo”, tendo a cidade como *locus* de convergência dessas experiências. O encontro de modos comuns de temporalidade media formas de coletividade, assim como a cidade media diferentes temporalidades na medida em que é produzida por diferentes ações conjuntas:

Essas coordenações parciais, momentâneas só são possíveis pelo agenciamento dos espaços e arquiteturas como os *topoi*³⁶ de convergência dos “múltiplos ritmos temporais” que viabilizam o urbano como “heterotemporalidade.” O espaço não pode ser visto meramente como extensão, mas heterogeneidade produzida por atos e pelo esforço do atuar coletivo (NETTO, 2012, p. 39).

Lefebvre (1999, 1986) interpreta a cidade como produto dessa construção social e reforça seu caráter de reunir heterogeneidades, sendo o conflito e o enfrentamento partes constituintes do processo de produção da cidade e virtualidade do urbano³⁷.

Netto (2012) relacionou não somente a espacialidade na produção de temporalidades e experiências do tempo, mas também da conexão entre as ações de temporalidades impregnadas na materialidade que emergem em tempos que as sucedem, como forma de comunicação de tempos distintos. O autor ainda afirmou que a produção de novos objetos em situações urbanas implica dialogar com as pré-existências produzidas “em diferentes tempos por diferentes indivíduos”. Os objetos da cidade, impregnados de temporalidades outras, de tempos distintos, possibilita a interação entre produtores de uma mesma cidade, separados pelo tempo. Examinar espacialidades e atos de outros tempos implica observar o entendimento dessa urbanidade enquanto ação coletiva:

Implica identificar como atos são produzidos coletivamente, quais as condições espaciais para tais atos sociais virem à tona a cada presente, e tornarem-se impressos no espaço da cidade e acumulados através do tempo como condição de convívio e coexistência. Urbanidades – formas de encontro e vida coletiva – parecem guardadas como forma arquitetônica e urbana durável, e assim se projetam no futuro (NETTO, 2012, p. 40).

---

³⁶ *Topoi* para Netto (2012) é uma noção relativa à posição de um espaço no sistema de espaços urbanos, atributo de localização.

³⁷ Para Lefebvre, o “virtual” se coloca como horizonte possível de constituição de uma realidade.

Materialidade e temporalidade não estão relacionadas por coincidência: os ritmos e temporalidades dos dias de hoje têm ecos no passado, nas construções sociais, temporais e espaciais. Netto (2012) citou o que Henri Bergson chamou de “a sobrevivência do passado”, significando a presença do passado e presente na mesma matéria: o que Netto (2012) vai chamar de “ser memória”. O “ser memória” relaciona percepção e memórias, completando experiências de cada sujeito. A experiência se coloca frente às memórias urbanas, impregnadas na materialidade, nas fachadas, na arquitetura, bem como nos arranjos e práticas, formas de vida:

Vimos a cidade como estrutura espaço-temporal da experiência humana, um caleidoscópio de movimentos e atos em convergências e sincronias parciais de encontros nos canais e lugares de atividades – lugares de memórias que projetam atos passados ao presente e conectam atos presentes entre si, na atualidade do agora. No entanto, há diferentes estruturas da experiência, relacionadas a diferentes modos de habitar o mundo (NETTO, 2012, p. 41).

Nesse sentido, Netto (2012) utilizou-se das distintas temporalidades e entendimento de mundo para localizar pequenas disjunções e o papel do reconhecimento dessas pluralidades para o convívio na urbanidade. Segundo o autor, uma das forças na diferenciação das temporalidades é “evidentemente social”. A primeira diferenciação se mostra na temporalidade das ações cotidianas – mais ou menos programadas – sobretudo o trabalho, que impõe uma linearidade e rigidez. A segunda diz respeito à diferenciação das temporalidades ligadas à capacidade de captar oportunidades, que se consolidam através da mobilidade e acesso às tecnologias, e cujas possibilidades tensionam-se pela materialidade, “por força de fricção espacial provocada pelas distâncias e configurações da cidade” (NETTO, 2012, p. 41). O autor sugeriu que a temporalidade de grupos sociais de menor renda parece aprisioná-los num tempo anterior, provocando “ruídos” no reconhecimento e comunicação de diferentes temporalidades.

Netto (2012, p. 35) descreveu a urbanidade enquanto “experiência do mundo e do Outro³⁸”, mediada pela cidade “como estrutura do sensorial, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de lugares e espacialidades”:

[...] a urbanidade, como experiência do outro, depende da temporalidade e espacialidade do encontro. Tanto a espacialidade quando a temporalidade da prática do outro podem colocá-lo distante de nós. Estes tempos dessincronizados são vetores de disjunção do encontro, de dissipação de possibilidades de interações futuras em ausências, distâncias, estranhamentos (NETTO, 2012, p. 42).

Sublinha-se o tensionamento dessa estrutura da experiência das alteridades, principalmente as relacionadas ao contexto de desigualdade social, mas também na reprodução das relações sociais de caráter funcional. As fraturas criadas nos âmbitos fora da esfera de

---

³⁸ O autor utilizou-se de noções da dimensão fenomenológica – esfera do sujeito (o reconhecimento do Outro a partir da sua presença em nosso campo de percepção, usando ideias de Schütz e Heidegger).

relações de trabalho (na escola, no lazer, nas relações interpessoais), começam a atingir “a parte substancial da vida coletiva e da reprodução simbólica de identidades e grupos” (NETTO, 2012, p. 43). Essas disjunções na prática social, provocadas por segregações socioespaciais e a consequente disjunção dos diferentes pode significar a naturalização do distanciamento entre os grupos distintos – reduz-se a possibilidade do encontro, interação, reconhecimento. A homogeneidade só causa o estranhamento em relação àqueles que não reconhecemos. Essas tensões parecem “iniciar na relação entre ser e mundo social, na formação das identidades e seu duplo: os processos de associação no *locus* da cidade” (NETTO, 2012, p. 43).

A definição da nossa identidade acontece no reconhecimento do outro: sabemos o que somos quando reconhecemos no outro algo que não somos. É “um movimento progressivo na busca de similaridades entre uns simultaneamente à diferenciação em relação a outros” (NETTO, 2012, p. 43). As identidades estão em contínua transformação, por isso estamos sempre em conflito; há uma constante reavaliação – identidades podem ser erigidas sob a afirmação das diferenças ou similaridades. Ao buscar reconhecer o outro, constroem-se avaliações, aproximações ou distanciamentos. Os grupos, por sua vez, têm uma forma de agregação por similaridade e, ao passo em que se constituem, passam a ter interações internas mais recorrentes que as externas³⁹. Essa “restrição de interações”, segundo Netto (2012), formada na disjunção temporal dos grupos ou “gestos de exclusão temporal” representa a distanciação dos sujeitos identificados em distintas temporalidades e espacialidades. Essa distanciação acaba por contribuir no delineamento de um cenário de segregação. Não é possível impedir a lógica de diferenciação, mas deve haver mediações para que essa estrutura de interações socioespaciais não acabe em um tecido de fragmentos, conectados apenas instrumentalmente.

O urbano em Lefebvre (1999) se assimila à noção de urbanidade, como convergência de alteridades (conflitos), como lugar das oposições e enfrentamentos, se opondo diametralmente à segregação. O autor citou que algumas diretrizes do urbanismo preferem a desagregação dos laços sociais em razão da harmonia pretendida: “Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social” (LEFEBVRE, 1999, p. 157). Tal desagregação está alinhada à produção de espaços privados na cidade contemporânea, congruente com os discursos de condomínios fechados e *shopping centers*.

---

³⁹ A redução de interações externas, segundo Netto (2012), não implica considerar tais conjuntos fechados, mas podem estar abertos a interações e a reformulações.

Na contemporaneidade da “nova razão do mundo”, da normativa social interiorizada, a obrigação individual pela sistemática produtiva e o bem estar se tornam instrumento de reconhecimento nesta sociedade. A obrigação superegóica⁴⁰ freudiana se traduz no “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 1921 *apud* DUNKER, 2015a), estruturado pela lógica da mesmice, tudo em busca de uma ilusória felicidade, que produz os conflitos atuais baseados nas desigualdades e nos preconceitos. A violência incorpora este conflito com aquilo que não conhecemos, reestrutura as lógicas de dominação e separação: “a cidade está mais diversificada, porém as formas de relacionamento, especialmente no espaço urbano se dão de maneira privada: são separadas por barreiras físicas ou segurança” (ALVES, 2015).

Segundo Rodrigues (2013), as estatísticas criminais são usadas na criação da sensação de medo e insegurança, produzindo visões específicas da realidade abordada⁴¹. O tema da violência urbana é incorporado pela população e capitalizado pelo mercado imobiliário e empresas de segurança, incitando as formas privadas de vida e segurança. Nesse sentido, os Estados também incorporam as estatísticas criminais servindo como dispositivos de governabilidade – instrumento disciplinar das gestões para justificar projetos políticos e tomadas de decisão. A legitimação de um estado de insegurança, de emergência (BAUMAN, 2009), cria comportamentos discriminatórios, além de associar o crime a determinados territórios na cidade – criando estigmas urbanos.

Esse medo generalizado é reproduzido pelos próprios cidadãos⁴², mas principalmente pela mídia que explora a violência urbana: reportam histórias das vítimas da violência urbana. O medo não se restringe apenas às camadas mais abastadas, pois assustam também as camadas mais pobres, mas de maneiras diferentes, como aponta Melgaço (2010). Esse discurso do medo generalizado enfatiza a criminalização e a xenofobia, gerando mecanismos de discriminação e criando uma nova ordem social. O medo materializado reconhece a sensação de insegurança dos espaços abertos, contrapondo a sensação de conforto de uma situação previsível e controlada. Segundo Melgaço (2010), o crescente monitoramento informacional, com intenção de controlar sistematicamente espaços e pessoas, está sendo naturalizado de tal forma que promove a gradual

---

⁴⁰ Termo da psicanálise relativo à obrigação, de uma exigência moral imperativa da personalidade, da obrigação do gozo. Para Dunker (2015), da obrigatoriedade de ser feliz.

⁴¹ Vale considerar, assim como ressaltou Melgaço (2010), que cabe duvidar sempre das estatísticas criminais, uma vez que a consistência dos dados pode ser duvidosa, pelas imprecisões e porque, no caso dos homicídios, os dados envolvendo policiais comumente não são registrados como tal, bem como não são esclarecidos. Telles (2014, *on line*) refere-se aos homicídios relacionados a policiais como “mortes em situação de confrontação”: “[...] Poderíamos dizer que assim como as “mortes em situação de confrontação” – um termo frequentemente utilizado para mostrar situações mais nebulosas, quase nunca elucidadas, e não fazia o objeto nenhum questionamento sério quanto as circunstâncias, aos atores e responsáveis”. Texto original: “*On pourrait en dire autant des « morts en situation de confrontation » – un terme souvent utilisé pour désigner des situations plutôt nébuleuses, presque jamais élucidées, et ne faisant l’objet d’aucune enquête sérieuse quant aux circonstances, aux acteurs et aux responsabilités*”.

⁴² “Fala do crime” em Caldeira (2000).

informatização securitária de espaços públicos, com implicações no potencial da cidade de trocas e relações naturais.

Segundo Bauman (2009, p. 16), o comportamento discriminatório está ligado à desconfiança em relação ao próximo, gerando comportamentos individualistas e preconceituosos. Esses comportamentos são típicos de uma sociedade moderna em que as relações – ditadas por relações contratuais como sugerem Dunker (2015) e Laval e Dardot (2013) – foram baseadas nas diferenças, por contingência, medo, na ideia de que o perigo está no “outro”, no diferente.

Para Dunker (2015a), é na tentativa de localização no tempo, do reconhecimento do estado de realidade que por essência cria-se a segregação, o estar contido ou não estar contido; posto que para que o mundo real seja dotado de sentido, é condição dessa ordenação que algo seja segregado. “As formas de segregação mudam, mas sempre existem” (DUNKER, 2015b). Ainda segundo o autor, aquilo que não conseguimos “localizar” é excluído, cria-se o “outro”. Se antes o brasileiro se reconhecia na mistura⁴³, hoje ele se identifica nas formas comportamentais reconhecidas, que por consequência segregam (o brasileiro hoje se reconhece na diferença).

O conhecimento do “outro”, conforme afirmam Netto (2012) e Dunker (2015a), principalmente no espaço público, é fundamental para desconstruir os estigmas e os preconceitos engendrados na sociedade. No ponto de vista de Netto (2012), a pluralidade humana no espaço público pode ser vista como forma do mundo de se constituir em sua condição real. A cidade media formas de interação e convivência e é ambiente de suporte da comunicação, imerso em símbolos e trocas linguísticas. Diversidade e atividades produzem conhecimento sobre a cidade e decorrem da interação entre os sujeitos, por isso a importância da copresença de sujeitos na cidade, principalmente da troca e interlocução entre eles, na produção de conhecimentos (urbanos).

O temor ao espaço público está ligado ao medo do “outro”, às incertezas dos espaços abertos, públicos – nos quais não se localiza, não se reconhece; está ligada também à obsessão no controle tecnológico, da sensação de estabilidade. O homem prefere optar pelo suposto controle e segurança do espaço, se afastando das situações imprevisíveis, da possibilidade de instabilidade de seu controle. Dunker (2015b) afirmou que os muros (físicos ou imateriais) que se constroem no entorno dos sujeitos são maneiras de afastar aquele que não reconhecemos; significa a impossibilidade da palavra, da interação entre sujeitos. Graham e Aurigi (1997), em citação à Craig Calhoun (1986), afirmou ainda que a realidade de uma sociedade hiperconectada “pode fragmentar a nossa sociedade, permitindo que cada um de nós procure isolar-se de tudo que é diferente, estranho ou ameaçador, e evitar as ocasiões para contato além das linhas de classe, raça e cultura” (Calhoun, 1986, p. 342 *apud* GRAHAM e AURIGI, 1997, tradução nossa⁴⁴).

---

⁴³ Como na exaltação da diversidade racial, pronunciada nas obras de Tarsila do Amaral, Nelson Rodrigues.

⁴⁴ Texto original: “*Telematically linked communities could fragmente our larger society, enabling each of us to pursue isolation from everything diferente, unfamiliar, or threatening, and removing the occasions for contact across lines of class, race and culture*”.

Ao abrir a discussão para entender o contexto sociocultural relativo às formas ao medo e a sensação de insegurança, é preciso analisar como a violência⁴⁵ se tornou mobilizadora do aprofundamento da segregação socioespacial e das transformações urbanas que reificam estigmatizações urbanas. Vários fatores podem ser enumerados: descrédito frente às instituições de ordem (judiciário, polícias) e a sua capacidade de mediar conflitos, a privatização da segurança⁴⁶, o aumento da violência – em sua face mais abusiva. Tais fatores contribuíram para a crescente privatização das formas de justiça, incitando o apoio à violência, da discriminação e consequente fragmentação do espaço público, exaltando a reclusão em espaços exclusivos e privados (CALDEIRA, 2000; MELGAÇO, 2010; CRESTANI, 2014; DUNKER, 2015a).

O medo do crime relaciona-se à insegurança moderna sobre a violência, que segundo Bauman (2009, p. 16), está ligada à desconfiança em relação ao próximo, gerando comportamentos individualistas e discriminatórios. Nesse sentido, Castel (2005, *apud* BAUMAN, 2009, p. 16):

[...] atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno. Segundo ele, a sociedade moderna – substituindo as comunidades solidamente unidas e as corporações (que outrora definiam as regras de proteção e controlavam a aplicação dessas regras) [...] – foi construída sobre a areia movediça da contingência: a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade.

O medo é o afeto sobre o qual se construíram vínculos sociais e por meio do qual segrega-se, cria-se a figura do indesejado, daquele o qual tememos. A aplicação do projeto neoliberal tem implicações nisso, à medida que incentiva formas de individualização, encolhe o aspecto da solidariedade e instiga algo como o “narcisismo das pequenas diferenças”⁴⁷: homogeneíza os comportamentos e torna a diversidade, ou o desconhecido, motivo de discriminação, desconfiança e medo⁴⁸.

O ponto principal desta discussão é o aparente paradoxo, opondo a noção de progresso da consolidação democrática, da conquista de direitos pela população e em medida de uma

---

⁴⁵ Procura-se abranger de forma ampla, assim como abordado por Melgaço (2010), considerando desde os homicídios, até às formas de violência veladas como preconceito e discriminação. A violência imaginada, ou a possibilidade dela, também gera implicações no espaço e no social.

⁴⁶ A incorporação do discurso do medo atua na expansão do mercado da segurança privada, na informatização por meio de dispositivos eletrônicos de segurança e contratação de segurança privada (em maioria armada).

⁴⁷ Termo defendido por Freud, psicanalista do século XIX, retrata que em um estado de homogeneidade, as pequenas diferenças, críticas, discordâncias e embates são capazes de incitar o incômodo, a incredulidade pelo outro. Cria-se um comportamento que tenta desautorizar e desvalorizar aquilo que é diferente, que não se acredita. O ataque ao seu narcisismo faz nascer as rivalidades (DUNKER, 2015).

⁴⁸ A conformação da sensação de medo será explorada ao final deste capítulo.

modernização urbana incompleta⁴⁹ e o aspecto retrógrado que foi o quadro de violência urbana e abusos policiais, que se instalaram nos anos 1980 e 1990 nas cidades brasileiras⁵⁰.

O desempenho da polícia é um fator importante para entender o agravamento dos tipos e do número de crimes violentos nas décadas de 1980 e 1990 e suas consequências nos dias atuais. Telles (2014, *on line* s/d, tradução nossa⁵¹) analisa a realidade de São Paulo:

Nos anos 1980 e 1990, numerosos episódios de carnificina e execuções sumárias estiveram em curso, por meio de grupos de extermínio formados dentro do meio policial, com a participação de policiais em atividade ou aposentados, agentes de segurança privada, [...]. Grupos de extermínio, que faziam eco ao “esquadrão da morte” constituído nos anos da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), estavam particularmente ativos ao longo dessas décadas.

Para Melgaço (2010) e Caldeira (2000), o descrédito e medo em relação à polícia estão relacionados às práticas dessas corporações (comportamentos arbitrários). A violência da polícia tomou contornos repressivos, registrando números que aproximam a realidade brasileira de uma guerra civil. No Brasil, os mortos pela polícia são em maioria negros, jovens e moradores das periferias. Segundo dados da Anistia Internacional⁵², de levantamento do período de 2004 a 2007, 192 mil brasileiros foram mortos, mais do que a soma de algumas regiões em guerra no mundo hoje. Os negros representam 77% desse índice, a maioria jovem. Esses números traduzem um genocídio velado, perseguindo estereótipos ligados à pobreza, aos negros e outras formas de preconceito intrincadas na sociedade.

---

⁴⁹ Telles (2014, *on-line*) caracteriza a modificação do quadro urbano nas periferias: “[...] a evidência de uma” modernização urbana “em curso desde a década de 1990: a universalização dos sistemas de saneamento e eletricidade que vêm para as áreas mais remotas, apesar das lacunas e descontinuidades na produção destes. Não se pode dizer o mesmo ao falar de ensino e serviços de saúde. Em geral, e pelo menos deste ponto de vista, há uma melhora relativa, mais notável, nos indicadores sociais. chamada comunidade em parceria (ou não) com o governo, fundações privadas e agências multilaterais, outra onipresença são as ONGs relacionadas com circuitos e redes de diferente natureza e extensões variáveis. Em outras palavras, um conjunto de mediações desenhando um mundo social que se encontra anos-luz das imagens de desolação das periferias urbanas há 30 anos. E ainda: a consolidação de como centro econômico e financeiro de primeira importância, com os seus espaços, seus serviços avançados e dispositivos conectados aos circuitos mundializados da economia, se realizam na multiplicação de grandes equipamentos de consumo que se estendem em um amplo arco atingindo as zonas mais distantes dos bairros da classe trabalhadora. Concretamente: um quadro urbano muito distante dessas imagens atuais que associam drogas ao vazio institucional, extrema pobreza, anomia e à desorganização social”.

⁵⁰ O quadro de violência e as formas como elas acontecem modificaram-se desde os anos 1980/1990. No entanto, as implicações dos contornos que esse quadro desestabilizou nestas décadas tiveram fortes implicações na noção de segurança e medo da violência urbana nas cidades brasileiras (CALDEIRA, 2000).

⁵¹ Texto original: *Dans les années 1980 et 1990, nombreux épisodes de carnages et exécutions sommaires ont eu cours, le plus via des groupes d'extermination formés dans le milieu policier, avec la participation de policiers en activité ou à la retraite, d'agents de la sécurité privée, [...] Des groupes d'extermination, faisant écho aux « escadrons de la mort » constitués dans les années de la dictature militaire au Brésil (1964 à 1985), étaient particulièrement actifs [...] au long de ces décennies* (TELLES, 2014).

⁵² Dados disponíveis em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegro vivo/>>. Acesso em 17/08/2017

Em Palmas, não é diferente. Segundo relatório do ICES⁵³ (2015), a taxa de homicídios registrada na capital no ano de 2012 era de 25,6 para cada 100 mil habitantes. “Essa taxa está abaixo da nacional, mas ainda poderia ser considerada alta” (Organização Mundial da Saúde considera que 10 casos a cada 100 mil habitantes indica perfil de cidades violentas). O quadro agrava-se quando se recorta o quadro para homicídios de jovens: 40,05 casos para cada 100 mil habitantes, reforçando o padrão brasileiro de homicídios a homens e jovens (16 a 29 anos). Melgaço (2010) sugeriu que os investimentos em segurança pública não necessariamente diminuem a violência urbana, considerando que alguns estereótipos são vitimados por essa perseguição.

Levando em conta ainda os dados da Anistia Internacional, reitera-se a posição de Melgaço (2010) e Caldeira (2000) de que, os pobres e ricos temem crimes diferentes. “Enquanto os ricos se assustam principalmente com o grande número de crimes contra o patrimônio, como sequestros-relâmpago, os pobres têm medo, sobretudo, dos constantes homicídios que acontecem à sua volta” (MELGAÇO, 2010, p. 107).

Aumentaram-se os abusos, desde desregulamentações ao aprofundamento da desigualdade social pelas faces econômicas, políticas e sociais do neoliberalismo, como também da gestão da segurança pública. A desigualdade (e quando colocada, correlaciona-se à pobreza) como é discutida aqui não se configura como uma questão condicionante do aumento da violência, mas salienta que a mesma atua como reprodutora da vitimização e da criminalização de estereótipos, ao passo que, conforme apontado pela pesquisa de Caldeira (2000, p. 134) e também Telles (2014), a violência afeta principalmente os pobres.

Esse estereótipo perseguido, do marginal, do indesejado, é uma construção social do estranhamento do “outro”, daquele em quem o “eu” não se reconhece (DUNKER, 2015a). Melgaço (2010) expôs diversos episódios brasileiros violentos de repercussão, acompanhados pela mídia e sociedade⁵⁴, em que ocorre o claro abuso da violência por parte da polícia, com uso de métodos violentos e ilegais assistidos com apatia por parte da população em função da eliminação do sujeito indesejado. A omissão e não solução desses casos por parte das instituições de ordem legitimam essas formas de abuso e violação de direitos, sem punição devida aos responsáveis (CALDEIRA, 2000). O consentimento de atos abusivos⁵⁵ sugere um desvio não apenas da polícia, mas reflete a questão cultural que identifica, no uso da violência, a forma de impor ordem. A exceção enfraquece

---

⁵³ “Iniciativa cidades sustentáveis emergentes e sustentáveis” (ICES) é promovido pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no intuito de conhecer a realidade de cidades latino-americanas para promover diagnósticos e ações voltadas à sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas; desenvolvimento urbano sustentável e sustentabilidade fiscal e governabilidade. No Brasil, tem parceria com a Caixa Econômica Federal e em 2015 realizou seu diagnóstico na região norte do país, escolhendo a cidade de Palmas (realização em parceria com a Prefeitura Municipal e o Instituto Pólis).

⁵⁴ Sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro, 2000; Chacina da Candelária no Rio de Janeiro, 1993; Massacre do Carandiru em São Paulo, 1992; Vigário Geral, 1993; Massacre de Eldorado do Carajás, 1996 e Crimes de Maio em São Paulo (ataques), 2006.

⁵⁵ Hoje os levantes contra atos ilícitos e suspeitas de abuso por parte da polícia tomam contornos diferentes daqueles ocorridos nos anos 1990. A atual onda de justiça privada e a reprodução de notícias ligadas à violência demonstram contornos distintos frente aos atos autoritários.

o estado de direito e perpetua a violência segundo ações arbitrárias⁵⁶. A violência, em alguns contextos praticada impunemente e de forma legitimada, coloca em xeque a questão do ato ilegal ou legal.

Com a desmoralização das instituições legítimas na mediação dos conflitos (legislativo, polícias), o indivíduo busca segurança por formas privadas e individuais: inaugura-se um ciclo de vingança privada na qual se responde à violência com mais violência, e a conjuntura institucional de segurança no Brasil não está sendo capaz de conter esse círculo (CALDEIRA, 2000). O judiciário brasileiro está desacreditado, frente ao número de crimes violentos (reforçados e explorados pela mídia) e execuções sumárias (na ilegalidade) pela polícia, suscitando um quadro em que a população tende a ignorar a justiça e tentar resolver seus conflitos de forma privada ou por meio de acordos (CALDEIRA, 2000). Segundo Melgaço (2010), nas últimas décadas (1969 a 2006), a população carcerária brasileira cresceu exponencialmente, superando o índice de homicídios registrados no período – o que na opinião do autor indica uma mudança de postura no rigor das leis (ou na aplicação delas). Nesse mesmo período, práticas e estratégias do mundo prisional foram transportadas para a paisagem urbana, materializadas nos muros, cercas, guaritas e na segregação socioespacial e nas próprias subjetividades.

Se de um lado a redemocratização brasileira ressaltou os espaços públicos (nas reivindicações e movimento das Diretas) e os discursos de participação política e igualdade de direitos, por outro lado, o crime acompanhou a redemocratização e alavancou justificativas para proliferação de espaços privados, segregando de formas legais e ilegais os sujeitos “indesejados”.

Os discursos do medo, as formas de individualidade, preconceitos e xenofobias da sociedade que se formou são contingentes da ascensão de uma direita radical com aspirações ao apoio às formas violentas de punição àqueles estigmatizados como responsáveis pelas moléstias, dentro de uma racionalidade que evidencia os julgamentos individuais, como será discutido a seguir.

---

⁵⁶ Reminiscências da construção social de hierarquias e (des)igualdades sob a violência; desde a formação do Brasil com a sociedade escravagista, como a imposição de poder pelo Governo Militar.

Processos e Fatos Estruturantes da Atual Palmas

A construção de Palmas, mais jovem capital brasileira planejada, trouxe transformações simbólicas, geopolíticas e, ainda, ‘contradições’, despontando como um “novo” espaço urbano no plano regional e nacional (LIRA, 2011; REIS, 2011). O Tocantins – estado para o qual a capital Palmas fora construída – surgiu tardiamente após uma disputa separatista de quase duzentos anos (1821 a 1988) (LIRA, 2011, p. 21), e tem forte influência no prolongamento das políticas nacionais de interiorização e integração nacional (impulsionado desde o primeiro governo Vargas), apontadas por Lira (2011) como estratégias para inserir e conectar a região amazônica⁵⁷, transformando-a em mais uma fronteira para intervenção do capital nacional/estrangeiro na região. Esse processo, segundo Lira (2011), culminou na separação do antigo estado de Goiás, com a criação do estado do Tocantins (porção norte do antigo Goiás) e sua nova capital, colocando uma esperança para uma região dita ‘menos desenvolvida’, marcada por conflitos sociais e ausência do Estado. A Error! Reference source not found. ilustra a localização de Palmas (marcada aqui com o ponto vermelho), no estado de Tocantins (em preto) dentro do território brasileiro.

Figura 1: Localização no contexto nacional e estadual. Fonte: IBGE, adaptado pela autora.

Apesar da extensa luta pela criação do estado do Tocantins, envolvendo atores e momentos distintos⁵⁸ ligados ao antigo norte do estado de Goiás, a legitimação da criação do estado se vê diretamente associada à figura polêmica de José Wilson Siqueira Campos, que no movimento de emancipação do estado foi relator da Comissão de Organização dos Estados na Assembleia

⁵⁷ As discussões em torno da redivisão da Amazônia Legal (criada durante o período militar) no momento da constituinte de 1987, foram fundamentais para a emancipação do estado.

⁵⁸ A união da sociedade civil teve lugar principalmente com a organização de um documento enviado à Assembleia Nacional Constituinte (em agosto de 1987) com oitenta mil assinaturas assegurando o anseio popular para a criação do Tocantins (LIRA, 2011, p. 118). No entanto, há controvérsias quanto à legitimidade desse anseio popular, de acordo com Reis (2011), pois a criação do estado construiu-se principalmente no bojo ideológico das oligarquias regionais preocupadas em garantir seus interesses e por isso apoiando a liderança política de Siqueira Campos.

Nacional Constituinte de 1987. Seu papel preponderante nesse processo e a forte articulação com representantes da elite oligárquica local foram determinantes para a vitória nas eleições para primeiro governador tocantinense, ocorridas em dezembro de 1988.

O então norte do estado de Goiás, de economia baseada na pecuária e agricultura dos grandes latifúndios, concentrava o poder econômico e político nas mãos desses proprietários. Mesmo diante das promessas para o novo estado e da exultação da pauta democrática, o que se viu foi a continuidade de uma matriz clientelista, patrimonialista e ainda, coronelista, ao passo que o acesso e a articulação com o Estado viabilizaram e legitimaram as demandas dos grupos privilegiados da região. Siqueira Campos, enquanto figura política, representava esse movimento, uma vez que, mesmo no papel de Estado, articulava sua influência sobre as elites em nível estadual, deixando claro seu consentimento para a livre iniciativa – e, ainda, governando de forma autoritária e paternalista (REIS, 2011).

Assim como apontam Bonatto (2016), Reis (2011) e Velasques (2010), o então governador Siqueira Campos atuou, do ponto de vista simbólico e político, exaltando a criação do estado e da capital Palmas, o qual teve papel preponderante nas principais decisões de localização, construção, ocupação e mesmo a respeito de monumentos da cidade. Sobretudo no campo ideológico, Siqueira Campos associou sua imagem à de um líder político quase mítico, superando “dificuldades”⁵⁹ surgidas com a construção da capital. Destaca-se ainda que Siqueira Campos empreendeu em Palmas uma postura de liderança com claras associações ao que Juscelino Kubitschek desempenhou em Brasília (ver Error! Reference source not found.), adotando e reeditando discursos de modernidade e progresso (REIS, 2011). Utilizou-se do discurso da continuidade da ocupação territorial do interior do Brasil, principalmente do ideal de desbravamento e transformação do cerrado, e empregou a frase “20 anos em 2”, em clara associação aos ideais juscelinistas.

Figura 2: Siqueira Campos (à esquerda) dirigindo trator na inauguração de Palmas, com registro de ato semelhante ao do presidente Juscelino Kubitschek na construção de Brasília (à direita). Fonte: Reis (2011, p. 113).

⁵⁹ Dificuldades inerentes à construção de uma cidade *ex nihilo* (da implantação da infraestrutura, captação de capital, constituição das instituições de ordem e do cumprimento das prerrogativas do Estado frente a uma situação ainda frágil e sem estrutura, entre outros), cuja superação é destacada na incubência de criação de um mito político.

O artigo da Constituição de 1988, que criou o estado, previa a instalação do governo em uma capital provisória, até a escolha de uma definitiva, deixando a cargo do Executivo do estado tal tarefa, sem assegurar a participação popular nessa grande decisão (LIRA, 2011). Segundo Velasques (2010), Lira (2011) e Reis (2011), a escolha da nova capital se tornou mais um “movimento político”, versando sobre duas opções: a escolha de uma cidade já existente para tornar-se capital (disputa àquela altura já aquecida entre as cidades do novo estado) ou a escolha de um sítio para construção de uma nova cidade.

Nesse contexto, as três principais cidades do estado – Araguaína, Gurupi e Porto Nacional (ver Error! Reference source not found.) – colocavam-se como candidatas ao posto de futura capital, visto que dispunham de uma estrutura administrativa mais consolidada, com sedes de órgãos e departamentos herdados do antigo estado de Goiás, que permitiriam uma melhor e mais rápida adequação às exigências para a formação da estrutura político-administrativa compatível com uma capital de estado. Complementarmente, o peso populacional das supracitadas cidades também poderia ser decisivo para a definição da nova capital (VELASQUES, 2010, p. 43).

Figura 3: Principais cidades do Tocantins. No extremo norte do estado: Araguaína, ao norte e ao sul de Palmas, Miracema do Norte e Porto Nacional (respectivamente) e na região sudoeste, Gurupi. Fonte: V-Brasil (s/d).

Teixeira (2009) demonstrou as tensões pela escolha da nova capital observando a influência regional que a escolha de cidades como Gurupi (ao sul) ou Araguaína (ao norte) acarretaria, polarizando o desenvolvimento dessas regiões. A opção por construir uma nova cidade se fortaleceu, tentando escapar de disputas lideradas por grupos dominantes locais e comissões organizadas pelas cidades candidatas à nova sede do estado (LIRA, 2011; TEIXEIRA, 2009). O governador Siqueira Campos anunciou Miracema do Norte (hoje, Miracema do Tocantins) como a capital provisória do estado, contrariando o campo de disputas que havia se formado principalmente entre Araguaína (no norte do estado) e Porto Nacional (próximo a atual capital) até então possíveis capitais.

Com a escolha pela construção da nova capital, o governo do estado encomendou estudos sobre potenciais locais de implantação da cidade, num quadrilátero de 90x90 km na região central do estado. Segundo Velasques (2010), com a definição do quadrilátero, o governo estadual contratou em 1989 o escritório GrupoQuatro, com sede em Goiânia, para guiar as escolhas de localização e elaborar o Memorial de Projeto de Palmas⁶⁰ (sem concurso público para elaboração do projeto). Os estudos sobre os possíveis sítios de implantação resultaram em quatro propostas: duas delas situavam-se à margem esquerda do Rio Tocantins e outras duas à margem direita do rio. De acordo com Velasques (2010), parâmetros prévios foram estabelecidos para dimensionar a área urbanizável, que abrigaria inicialmente 300 mil habitantes, podendo chegar a 1,5 milhão de habitantes. Atuaram como definidores dos sítios das propostas as condicionantes geopolíticas, bem como físicas – áreas próximas a cidades existentes e áreas à esquerda da BR-153 (fronteira com Pará e Mato Grosso) foram descartadas, bem como áreas que sobrepunham a Serra do Lajeado ou áreas de reserva indígena. Outras análises importantes foram feitas: “energia, aptidão agrícola, meio ambiente e clima, topografia e condições do solo, para evitar terrenos sujeitos a inundações ou erosão” (GRUPOQUATRO, 1989, p. 5).

Com a definição das quatro áreas candidatas à instalação da nova capital, a disputa política se estabeleceu mais uma vez, com grupos defendendo a implantação: na margem direita do rio, por ser considerada mais frágil do ponto de vista do desenvolvimento econômico para onde a capital traria “desenvolvimento”; e na margem esquerda, a fim de consolidar o eixo de urbanização da região, iniciado com a instalação da BR-153. A localização da futura capital não foi amplamente discutida, nem com a participação popular nem dentro da Assembleia Legislativa: a definição centralizou o desejo do Executivo e definiu a margem direita como local de implantação da nova capital – a despeito da avaliação técnica elaborada pelo GrupoQuatro que considerou a subárea de Mangues (à esquerda do Rio Tocantins) como o melhor local para implantar a cidade:

---

⁶⁰ Para o Projeto da cidade, a equipe teve à frente os arquitetos e urbanistas Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes.

O governo do estado, em mais uma demonstração emblemática do seu viés centralizador, atuou de modo decisivo e definiu antecipadamente que a cidade deveria ser localizada na margem direita. Com ampla maioria na Assembléia Legislativa, os deputados meramente referendaram a decisão (VELASQUES, 2010, p. 48).

Segundo Pastore (2012), dentre os critérios utilizados pelo GrupoQuatro para classificar os sítios estudados para a implantação da cidade, Canela (onde se instalou a capital) ficou à frente dos outros sítios em apenas um critério: o de “Ecologia/Paisagem”. A idealização de uma cidade integrada com a paisagem natural, entre a Serra do Lajeado e o Rio Tocantins, ficou clara nos textos do Memorial de Projeto⁶¹, exaltando a beleza natural da área escolhida. Tal ideal “ecológico” foi perseguido também nas gestões municipais que se seguiram, no intuito de promover a imagem da cidade e atrair moradores e investimentos.

A margem direita do Rio Tocantins, próximo ao vilarejo de Canela (um quadrilátero de 12x32km, abrangendo terras nos municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto⁶²), foi então escolhida como sítio de implantação de Palmas (ver Error! Reference source not found.). A pedra fundamental da cidade foi lançada em 20 de maio de 1989 (sete meses após a criação do estado na Constituição de 1988) e a capital transferida de Miracema do Norte para Palmas em 1º de janeiro de 1990.

Figura 4: Atual território do Município de Palmas: composto pelos distritos de Taquaruçu e Buritirana. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.

⁶¹ Documento apresentado que continha as propostas urbanas para a nova capital.

⁶² As terras onde hoje situa-se Palmas eram propriedades rurais desapropriadas (pelo preço rural) pelo governo do Tocantins, tornando-o o primeiro e grande latifundiário urbano de Palmas. Este tópico será melhor explorado na subseção deste mesmo capítulo: “Segregação socioespacial em Palmas”.

Mesmo após experiências de urbanização como Goiânia e Brasília, desenho e planejamento urbano – que em ambos os casos não evitaram disputas e conflitos urbanos – foram ferramentas utilizadas para materializar o desejo modernizador (travestido de um falso nacionalismo) adotado pelo Estado, “formatando uma imagem de progresso em meio ao cerrado brasileiro [...] dominando o imaginário dos moradores da região com sua modernidade” (COCOZZA, 2007, p. 93). A fundação de Palmas como sede do poder político-administrativo e representativo (VELASQUES, 2010; REIS, 2011) fez da idealização da cidade um projeto político no plano urbano⁶³, “ou urbanismo como um ato de poder” (VELASQUES, 2010). O projeto de uma nova cidade significou então um desafio aos autores do projeto – de poder, no sentido arbitrário – de propor:

Um determinado arranjo formal [...] que para além da importância inicial do líder político fundador que sempre será lembrado como tal, caberá as formas construídas da maneira como foram precisadas no papel o protagonismo maior no sentido da perpetuação de um conjunto de significados, a partir de uma coordenação mental que efetuou suas escolhas projetuais e elegeram seus critérios de decisão oriundos da “conduta de urbanismo” desses a(u)tores com suas posturas ideológicas pessoais e profissionais (VELASQUES, 2010, p. 194).

Velasques (2010) ressaltou o forte simbolismo associado à criação *ex nihilo*⁶⁴, sendo a cidade forte instrumento “na intenção de transmitir sentimentos de orgulho e referência” (ibidem, p. 193), legitimando a ascensão de um novo estado.

A área designada para a implantação do Plano Piloto é limitada a norte pelo ribeirão Água Fria e a sul pelo ribeirão Taquaruçu Grande, a leste pela Serra do Lajeado, a oeste pelo lago (formado pelo represamento do rio Tocantins em função da barragem da Usina Hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães) (ver Figura 5). Segundo Teixeira (2009), tais condicionantes físicas foram elementos determinantes para configurar o desenho, áreas de expansão e macrozoneamento da cidade e, em especial, serviram propositalmente de pano de fundo para as construções paisagísticas propostas para a nova cidade. Essas premissas intencionalmente colocadas visavam, por exemplo, racionalizar e compatibilizar usos, afastando usos indesejados e construindo índices e usos para compor a paisagem em localidades mais privilegiadas. Essa composição paisagística buscava cumprir o estigma de uma cidade símbolo de uma emancipação política.

⁶³ Nesse processo, a referência à Brasília é inevitável, levando em conta similaridades, assim como afirmam Velasques (2010) e Reis (2011), tanto no contexto histórico como dos fatos em torno da criação de ambas as capitais, de um contexto regional de integração nacional e interiorização do Brasil, bem como dos questionamentos urbanos efervescentes. Palmas carrega o estigma de ‘cópia de Brasília’ e, apesar das diferenças estruturais de projeto, ambas carregam em essência a racionalidade das cidades modernas. As autoras evidenciaram ainda em suas teses, as similaridades no processo do mito criador de uma nova capital, não só como projeto político, mas como marco histórico. As associações, que vão além do projeto, aconteceram também nos marcos da história de implantação da cidade de Palmas, que, como já visto, repete atos e fotos oficiais similares a situações emblemáticas da criação de Brasília, associando a imagem do então governador emancipador José Siqueira Campos à imagem do presidente símbolo do “progresso” Juscelino Kubistchek.

⁶⁴ Expressão que remete à criação, um marco zero predecessor de toda uma história.

Figura 5: Principais condicionantes físicas e proposição para áreas de urbanização. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.

Assim como apontaram Coccozza (2007), Velasques (2010) e Reis (2011), os pressupostos que perpassam a concepção urbanística de Palmas e, principalmente, a formação dos arquitetos que a planejaram sofreram influência da escola modernista, apesar do contexto regional-socio-econômico do novo estado e dos rebatimentos da experiência urbanística colocada com a construção de Brasília, cidade inspirada nos ideais corbusianos:

Mais difícil ainda é compreender que o Plano de Palmas (1990), trinta anos depois de Brasília, adotou um modelo semelhante, tendo sido baseado em princípios e concepções do urbanismo modernista, só que em estado já “inercial”, com a experiência de Brasília já sendo alvo de grande polêmica (econômica, política e urbanística), colocando o modernismo como um movimento superado. Ou será que poderíamos chamá-lo de tardio? (REIS, 2011, p. 62)

Esses pressupostos influenciados pelo urbanismo moderno, de uma corrente que tem o plano como principal ferramenta para propor transformações urbanas e mesmo sociais, romperam claramente, no Tocantins, com estruturas urbanas locais e negaram toda uma esfera cultural que viveria naquela cidade. Apesar da negativa dos autores do plano de Palmas – Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes que defenderam o mote de uma cidade ecológica e humanista, na tentativa de distanciar da imagem da cidade modernista –, em análise ao plano de Palmas, Coccozza (2007), Velasques (2010) e Reis (2011) destacaram feições modernistas nas proposições para a nova cidade. Em outro sentido, aponta-se a leitura de Palmas como pós-moderna, em estudos como o de Oliveira (2016, p.121), que citou a acomodação entre proposições adaptadas do funcionalismo modernista em conjunção com proposições relacionadas ao pós-modernismo “como o enfoque dado às relações morfológicas entre o público e o privado e às relações interpessoais e ocasionais de vizinhança”, e também de Silva (2008), que listou aspectos que contraem o imaginário da cidade dentro dos conceitos do pós-modernismo.

O sistema viário assumiu papel importante nas definições do projeto urbano da cidade, com um traçado ortogonal em escala monumental que definiu as quadras e articulou a circulação entre elas, sendo estabelecida uma separação entre as principais vias de locomoção e um fluxo mais local dentro das quadras (ver Error! Reference source not found.). O sistema viário foi hierarquizado

em vias perimetrais, vias principais (nos limites da área planejada: TO-050 e Avenida Parque; em cruzamento como no *cardo decumanus*: as Avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek), vias arteriais e vias locais (interiores às quadras) (GRUPO QUATRO, 1989).

Figura 6: Estruturação da malha viária e principais vias. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.

As avenidas arteriais que definem a forma das quadras se posicionam paralelamente às principais Avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek⁶⁵, organizando uma “grelha”, modelo de traçado consolidado desde a Antiguidade. A “grelha” gerou quadras de aproximadamente 700x700m de dimensão, parecendo responder às proposições da Carta de Atenas (CIAM, 1933) que sugerem aumentar as distâncias entre cruzamentos de vias de 100, 50 metros, para intervalos acima de 200 metros, assim como a largura das vias. Tal fato justifica-se pelo melhor desempenho na circulação, uma das quatro principais atividades da cidade moderna, mas, neste aspecto, otimizando a circulação de veículos. O modelo prioriza as rápidas velocidades em detrimento às consequências à circulação e percepção do pedestre, que esse modelo viário acarreta.

⁶⁵ A monumental Avenida Teotônio Segurado corta a cidade no sentido norte-sul e a Juscelino Kubitschek, no sentido leste-oeste.

O cruzamento das Avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek definiu também a primeira nomenclatura das regiões e quadras de Palmas. Os quadrantes formados pelo cruzamento praticamente classificaram todas as quadras da cidade de acordo com sua localização geográfica (noroeste, nordeste, sudoeste e sudeste) e usos (residencial, comercial, lazer e cultura, etc.):

[...] originado do Plano Diretor, definia as avenidas em uma lógica conforme os pontos cardeais, colaterais e numeração arábica. As quadras obedeciam a uma sequência lógica, que iniciava na Praça dos Girassóis, centro do poder estadual, utilizando-se um grande número de siglas como ARSE, ARNO, ACSO, ACSV, ACSU etc., seguido de dois dígitos numéricos (REIS, 2011, p.170).

As nomenclaturas de Palmas passaram ainda por um segundo momento, com a elaboração de um “Sistema de Identificação Urbana de Palmas”, elaborado pelos arquitetos Issao Minami e José Arnaldo Degasperi da Cunha, em 1997, que propunha a referência às quadras apenas numérica, tendo como marco referencial o citado cruzamento das Avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek (J.K.). Tal cruzamento foi definido como marco zero para a “codificação” das quadras. A leste da Av. Teotônio, ficam as quadras pares e, a oeste, as quadras ímpares (crescendo em unidades – 104, 106, 108). A partir da Av. J.K. (avenidas no sentido leste-oeste), as referências das quadras crescem em centenas (104, 204, 304), diferenciadas pela referência geográfica norte-sul (104 norte e 104 sul)⁶⁶. Apesar da nova nomenclatura, a antiga continua em vigor no imaginário e no cotidiano da cidade, sendo utilizada inclusive nas referências em leis municipais publicadas.

No cruzamento entre as avenidas principais está a Praça dos Girassóis⁶⁷, centro cívico onde se encontram edifícios públicos dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) do estado do Tocantins: Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, secretarias do estado e a sede do Governo Estadual, Palácio Araguaia. A Praça dos Girassóis foi instalada nesse cruzamento e intencionalmente sobre uma pequena colina⁶⁸ (ver Error! Reference source not found.). A noção perspectica de visão da Praça dos Girassóis e principalmente do Palácio Araguaia, a partir da Avenida Teotônio Segurado é aumentada pelas dimensões da avenida⁶⁹. Com o olhar direcionado ao Palácio dos Girassóis e ritmado pelas entradas das quadras e avenidas em intervalos iguais, postes e elementos que se repetem ao longo da avenida, em seus aclives e declives, destacam a monumentalidade e iconografia perseguidas com a proposta da nova capital (ver Error! Reference source not found.).

---

⁶⁶ Durante a dissertação será usada a nomenclatura mais recente para referenciar-se às quadras e a nomenclatura antiga para referenciar-se aos quadrantes da área planejada de Palmas.

⁶⁷ A Praça dos Girassóis tornou-se marco da cidade, pela localização em relação ao Plano Piloto e por sua monumentalidade (da disposição e características arquitetônicas marcantes de seus edifícios, e por suas dimensões – é considerada uma das maiores praças da América Latina, com aproximadamente 560 mil metros quadrados de extensão) (REIS, 2011).

⁶⁸ O então governador do estado, Siqueira Campos, elegeu o local onde se instalaria o Palácio do Governo, mesmo antes de ser traçado o plano da cidade, sendo uma das condicionantes do projeto: “elegeu simbolicamente um plano mais elevado para edificar o Palácio do Governo, cuja ‘superioridade’ deveria representar seus ‘méritos’ a fim de consolidar sua imagem como um dos grandes personagens políticos da região” (VELASQUES, 2010, p. 194).

⁶⁹ 150 metros de secção transversal.

Figura 7: Imagens do projeto para a região da Praça dos Girassóis, no entroncamento entre as avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek. Fonte: GrupoQuatro (s/d).

Figura 8: Fotografias demonstrando a escala monumental da cidade construída e evidenciando as perspectivas que destacam o Palácio Araguaia. À esquerda, vista no sentido norte-sul da praça e à direita, no sentido sul-norte, ambas com a Av. Teotônio Segurado em destaque. Fonte: Prandi, (s/d); Força Jovem (2012).

Autores já citados como Coccozza (2007) e Velasques (2010) destacaram as semelhanças entre os planos de Palmas e Chandigarh na Índia, projetada por Le Corbusier. Os autores salientam a forte influência racionalista e hierarquizadora de espaços⁷⁰, da priorização dos meios de circulação, como também da definição da beleza da paisagem natural como um dos principais fatores dentro do projeto dessas cidades. Ainda no tema das cidades modernas, outros aspectos em nível de proposta urbana e de geolocalização fazem com que as relações ou comparações com Brasília sejam frequentes:

⁷⁰ Em Palmas, a monumentalidade de vias e espaços de força simbólica e estrutural para a circulação e funcionamento da cidade sobrepõe-se hierarquicamente aos espaços da escala gregária (do convívio público) – dimensão bastante enfatizada pelo Memorial de Projeto, na sugestão de quadras de uso mais local, com espaços públicos como ruas para pedestres, com corredores junto aos edifícios (abrigadas por marquises e abertas para praças públicas) (GRUPO QUATRO, 1989).

Com relação à Brasília, considerando alguns aspectos diretos de análise e desprezando os externos, o traçado das duas cidades (Palmas/Brasília) possui algumas coisas em comum: foram traçadas em torno de um grande eixo principal (o eixão em Brasília e a Av. Teotônio Segurado, em Palmas); as quadras residenciais e comerciais com pequenas diferenças se assemelham muito com as superquadras de Brasília, todas ligadas e orientadas pelo eixo principal no caso de Palmas, pela Av. Teotônio Segurado. Assim como Brasília, Palmas possui suas avenidas principais exageradamente largas e assistidas, no sistema de circulação, por avenidas secundárias, com funções e desenho bem definidos no conjunto da cidade; a ausência das tradicionais ruas e esquinas, características da maioria das grandes cidades brasileiras, é um aspecto “coincidentemente” presente nas duas cidades. (LIRA, 2011, p. 194)

Pastore (2012), ao analisar o projeto de Palmas, inferiu a intencionalidade dos autores em compor a paisagem em função das visadas, das avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek para o centro cívico localizado na Praça dos Girassóis; mas, principalmente, a visão para a serra e o lago, privilegiando alguns pontos da cidade, com destaques na paisagem urbana⁷¹. Tais paisagens são oportunamente exploradas pelo *marketing* urbano e mercado propagandístico imobiliário para fetichizar marcos paisagísticos e urbanos⁷². Assim como demonstra a Error! Reference source not found., em peça publicitária de condomínio horizontal fechado à beira do Lago de Palmas (Residencial Caribe), a exaltação da vista para o lago, o acesso privilegiado e a exclusividade são atributos valorizados para enaltecer esse tipo de empreendimento. Na Figura 10, é possível ver um corte transversal da cidade (sentido norte-sul) da proposta projetual, colocando em destaque os principais elementos paisagísticos: Lago de Palmas e Serra do Lajeado.

Figura 9: Peça publicitária de empreendimento à beira do Lago de Palmas. Fonte: Caribe Residence e Resort (*on line*)

⁷¹ A paisagem urbana enquanto cenário pós-apropriação, portanto formado por camadas de temporalidades, aspectos culturais, econômicos e sociais.

⁷² Em Palmas, a adoção de temas como a qualidade de vida relacionada à proximidade de áreas verdes ou com vista para o lago da cidade está claramente associada a peças publicitárias de empreendimentos privados (TAKAHASHI, 2014). O enaltecimento da natureza e ecologia também compõem ações de promoção da cidade (e.g. criação de *slogans* da prefeitura procurando promover a imagem da cidade associando-a a noção de sustentabilidade. Entre estes *slogans* estão “Palmas ecológica” em 2001 e “Palmas cidade sustentável” em 2015), e também filmes patrocinados pela municipalidade (e.g. Palmas eu gosto de tu [2014] e Ouça-me [2016]).

Figura 10: Croqui demonstrando intenções de compor paisagens para a capital. Fonte: GrupoQuatro (s/d)

Assim como Brasília, Palmas também é banhada por um lago artificial, compelindo a imagem do controle do homem sobre o meio natural em função da construção da paisagem de uma cidade. Tal ideal de integração com a natureza foi elencado na Carta de Atenas, descrito como decisivo para definir a implantação de cidades. A relação entre natureza e paisagem urbana demonstra-se mais como domínio do que uma relação de equilíbrio, a começar pela devastação do cerrado nativo para implantação da cidade, dando forma a canteiros e rotatórias verdes, executadas segundo uma paisagem concebida, muitas vezes utilizando-se de espécies exóticas e de difícil adaptação ao clima quente e úmido; passando também pelo represamento do Rio Tocantins para a criação do Lago de Palmas.

Ainda no sentido de controlar e racionalizar a paisagem, o zoneamento da cidade foi proposto ainda no Memorial de Projeto e ratificado pela lei de Uso e Ocupação do Solo de Palmas (Lei Complementar nº 321/2015). A lei regulamenta zonas e tipos de usos para que a ocupação ocorra de maneira “harmoniosa”, direcionando dinâmicas econômicas, impedindo que alguns serviços funcionem em inconformidade com outros usos (ver Figura 11).

Figura 11: Macrozoneamento em proposta projetual. Fonte: GrupoQuatro (s/d). Adaptado pela autora.

A Lei nº 386 de 1993 também estabelece e dá diretrizes para a ocupação de áreas destinadas à moradia, administração pública, cultura e lazer, comércio e serviço e áreas verdes. As atividades de comércio e serviço, geradoras de maiores fluxos como hotéis, hipermercados, *shoppings* e concessionárias de automóveis, foram locadas ao longo da Av. Teotônio Segurado. Já as atividades de comércio e serviço “de maior porte que atendam à região de influência da cidade e também a si própria, especificados em comércio, serviço e atividades industriais” (Lei Municipal nº 321/2015, artigo 43) de segmentos específicos foram alocadas na região da TO-134.

As áreas ao longo do lago e contíguas à Avenida Parque⁷³ foram programadas para instalar centros esportivos, clubes, parques públicos, estádios e universidades, e instituem, segundo Velasques (2010, p. 63), “uma transição entre as habitações e o lazer, seu objetivo era potencializar a integração do futuro lago formado no Rio Tocantins”. Tal integração, no entanto, tem sido prejudicada pela privatização da orla por condomínios horizontais e clubes particulares⁷⁴ e também pela desconexão entre as praias existentes – falta transporte público e infraestrutura viária atendendo a essas áreas. Há, nesse sentido, a ausência do Estado, conivente com a privatização de acesso ao Lago e também na incompletude de estruturas (viárias, de transporte, segurança, etc.), de acesso às praias. O Estado, mesmo reconhecendo a importância do Lago de Palmas e o acesso a ele, por meio da divulgação das praias da cidade, ainda não implantou a Avenida Parque e o potencial hidroviário não é explorado para a coletividade (REIS, 2011).

As atividades comerciais de menor porte, voltadas para atender demandas mais locais, da vizinhança – o chamado comércio vicinal⁷⁵ – foram previamente definidas ao longo da área planejada, distribuídas primordialmente nas Avenidas LO (no sentido leste-oeste) (ver Figura 12).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei Municipal Ordinária nº 386 de 1993⁷⁶, institui também a taxa de ocupação e índice de aproveitamento do terreno, alturas máximas e afastamentos, provocando a padronização de algumas tipologias edilícias. Dentro desta questão, há, no entanto, várias formas de ruptura com estes índices, tanto pela ilegalidade quanto por meio de novas sanções legislativas como na Outorga Onerosa do Direito de Construir⁷⁷, que possibilita índices construtivos e gabaritos maiores que os previstos.

---

⁷³ Via que ligaria toda margem do lago, mas que ainda não foi implantada por completo.

⁷⁴ Este processo será melhor explorado no Capítulo III.

⁷⁵ Comércio e serviços que atendam às necessidades imediatas nas áreas residenciais. Atividades de pequeno porte para atender necessidades da vizinhança, e.g. academia, casa lotérica, drogarias, floricultura, lavanderia, mercearia, papelaria, consultórios pequenos, entre outros.

Essa tipologia definiu o padrão edifício desses conjuntos de lotes que se repetem ao longo da área planejada, definindo marcos em determinados trechos das avenidas, na maior parte dos casos estando alheios ao contexto das quadras que integram, uma vez que esses lotes orientam-se apenas para as avenidas e o traçado urbano muitas vezes não permite a conexão entre a quadra e o trecho da avenida onde se concentra esse tipo de lote.

⁷⁶ Com mais recente modificação em 2015, com a aprovação da Lei Municipal Complementar nº 321 de 2015.

⁷⁷ Instrumento urbanístico criado pelo Estatuto da Cidade em 2001, e regulamentado em Palmas em 2012. Ver mais na página 109.

Figura 12: Distribuição das principais áreas comerciais na área planejada: em amarelo, comércio geradores de maiores fluxos; no extremo leste a área industrial e de comércio regional, em rosa, a locação de comércios vicinais em trechos das avenidas leste-oeste. Fonte: Coccozza (2007, p. 162).

Outras alterações de usos aconteceram conforme se assentaram as quadras ou mesmo em decorrência de modificações na legislação – leis que regulamentam a transformação de usos em áreas e situações específicas ou decretos do executivo deliberando a mudança de uso do solo e/ou desafetando áreas públicas, entre outras mudanças. Em alguns casos, essas mudanças ocorreram sem levar à consulta pública ou Estudos de Impacto de Vizinhança, causando impactos significativos ao contexto em que ocorreram. Tais transformações serão melhor abordadas nos Capítulos III e IV.

A associação entre a proposta para as quadras e o modelo de Unidades de Vizinhança de Perry e Stein, de acordo com Coccozza (2007, p. 99), pode ser notada na proposição de unidades urbanas autônomas, equivalentes a bairros⁷⁸, com sistema interno de ruas, moradias, comércio, áreas institucionais e áreas públicas livres, abrigando a necessidade diária dos moradores (ver Error! Reference source not found.3).

Figura 13: Unidade de Vizinhança de Perry e Stein (à esquerda) e projeto para quadra 110 norte – Projeto por Sussmann Arquitetura e Urbanismo e arquitetos Alberto Silva Telles e Ruy Othake (1989). Fonte: Jannièr (2013) e Sussmann (s/d).

De acordo com os autores do projeto urbano da capital, Walfredo Antunes e Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, em entrevista a Segawa (1991), as quadras não foram projetadas por eles, pois a intenção era que cada quadra fosse projetada por um arquiteto diferente, com a ideia de desconstruir o estigma de planos deterministas engessados como Brasília. Nesse sentido também, não foi realizado estudo de plano de massas, como uma forma de ser “menos seletivo”, sem gabaritar ou definir todas as tipologia edíficias, na intenção de garantir a diversidade construtiva, isto é, dos moradores nas quadras (SEGAWA, 1991).

Ainda sobre o texto de Segawa (1991), a indefinição de muitos parâmetros urbanísticos é apontada como escolha dos autores do projeto urbano. Oscar Niemeyer, citado em Segawa (1991), criticou a falta de gabarito para a cidade, apontando uma possível “escolhambação”. Esse conceito

⁷⁸ Simulando a lógica de cidades tradicionais, com diversidade de usos e ruas menores, priorizando pedestres.

(ou a falta dele) de um plano não engessado a parâmetros urbanísticos, *versus* a velocidade com que a cidade foi ocupada, além da revelia de Estado e sociedade, moldaram a forma urbana que se consolidou, nas palavras do próprio Segawa (1991), com uma certa sensação de provisoriedade, inconstância.

A dimensão humanística, tanto defendida pelos autores do projeto da cidade, foi apontada nas proposições das quadras, voltadas à escala local do pedestre, preocupadas em propiciar uma convivência agradável e acolhedora. No entanto, como será visto no Capítulo IV, a indefinição de muitos espaços públicos livres – no sentido do uso, bem como da ausência de qualquer intervenção nestes espaços –, acabou por minar uma dinâmica humanística no nível das quadras.

Para o desenho das quadras, algumas regras gerais foram estipuladas: densidade, existência de área para comércio e serviço vicinal (localizado em avenidas nos limites das quadras, em determinadas quadras já estipuladas pelo Memorial de Projeto, como representado na [Error! Reference source not found.4](#)), lugar de culto e áreas para instalação de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde. Quanto ao sistema viário da quadra, deveria ter dois acessos para as vias arteriais circundantes e um caráter de uso mais local. De maneira geral, essas proposições foram seguidas, sendo repetidas ao longo de todo tecido urbano.

Outra orientação proposta era de concentrar a maior densidade populacional mais próxima aos limites das quadras, com intenção de deixar as densidades mais baixas nos miolos das quadras, livrando-os de um trânsito mais intenso (SEGAWA, 1991; TEIXEIRA, 2009; VELASQUES, 2010). Essa configuração implica hoje na locação de edifícios residenciais e habitações seriadas⁷⁹ nos limites das quadras, comumente murados e protegidos por sistemas de segurança e também de um trânsito de veículos mais intenso em ruas internas que servem a uma maior densidade de habitações.

De acordo com o Memorial de Projeto de Palmas (GRUPOQUATRO, 1989, p. 9), a escala da quadra relacionada à escala da “urbes”, deveria garantir “inúmeras ruas centrais de pedestres que deverão resgatar aspectos positivos das cidades antigas”, garantindo a separação de pedestres e veículos, assim como sugeria a Carta de Atenas (CIAM, 1933). O livre-arbítrio dos projetistas, no entanto, não garantiu que tal premissa comparecesse em muitos exemplares de quadra, nem em ruas centrais, nem em conexões entre interior e exterior da quadra para pedestres.

---

⁷⁹ Possíveis pequenas vilas, como será apresentado no Capítulo III.

Figura 14: Estudo propositivo de tipologias habitacionais e sua distribuição na quadra. Fonte: SEGAWA (1991).

O que resulta deste modelo é um padrão fechado das quadras que se volta para o seu interior, privilegiando sua área central. Na maioria dos projetos das quadras, os lotes lindeiros às avenidas que as circundam (com exceção os comércios vicinais) estão com os fundos virados para as áreas públicas junto à essas avenidas⁸⁰, como mostra a Figura 15. Com a publicação da Lei Municipal Complementar nº 81, de fevereiro de 2004, novas possibilidades de ocupação dos lotes lindeiros às avenidas foram criadas para quadras localizadas na Área de Urbanização Prioritária I⁸¹. Essa lei regulamenta os usos toleráveis e a mudança de usos passíveis apenas para lotes com uma faixa de área pública entre o lote e a via, recortando essa possibilidade apenas a alguns casos na cidade⁸². Outras quadras fora da Área de Urbanização Prioritária I, no entanto, também apresentam um quadro de transformações espaciais no sentido de ocupar e criar interfaces das quadras com as avenidas – boa parte num contexto de informalidade, estando irregulares frente à legislação vigente⁸³.

⁸⁰ Tal configuração foi firmada por meio de regulação pelo Plano Diretor Urbanístico de 1994 (Lei municipal nº 468/1994), no artigo 18.

⁸¹ Faixas de quadras lindeiras às avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek, ver Mapa 3.

⁸² São permitidos os comércios e serviços de caráter local: açougues, barbearias, pequenas lojas, farmácia, hotel, instituição imobiliária, lanchonetes, mercados, oficinas, panificadoras, relojarias e serviços relacionados, em lotes lindeiros às vias, com até 10 metros de distância entre a via e o limite do lote. A edificação deverá seguir índices urbanísticos estabelecidos para o lote específico, segundo a Lei nº 321 de 2015 (nova Lei do uso do solo). E para autorização da abertura de tais lotes para as avenidas lindeiras, é necessário, por exemplo, que haja a anuência da comunidade local para abertura e instalação do empreendimento, fato não regulamentado em lei.

⁸³ Esse contexto de transformações nas bordas das quadras, bem como outras transformações, serão aprofundadas no capítulo IV.

Figura 15: Face norte da quadra 204 Sul: abertura para uso comercial. Fonte: Google street view (acima) e foto da autora (2017) (abaixo).

Segundo Coccozza (2007), no plano original as casas e edifícios não teriam muros, apenas divisões laterais feitas por cercas vivas. “Isto não é nenhuma utopia urbanística, mas as transformações culturais que ocorreram, moldaram uma outra paisagem” (COCOZZA, 2007, p. 200). Na prática, muros foram erguidos, encerrando os lotes, eximindo qualquer possibilidade de acessibilidade ou visibilidade, como afirma Reis (2011):

Dessa maneira, as vias secundárias, que circundam as quadras, têm como visual a imagem dos muros dos fundos das edificações. Essa situação, [...] contribuiu para uma paisagem urbana fechada e repetitiva, além de contribuir para um entorno inseguro. Essa maneira de edificar motivou ou se conjugou para o que Jacobs pontuou como condição propícia ‘à falta de vida urbana nas cidades planejadas’.

Esse fechamento significa o encerramento, no sentido dual da palavra, não somente da proteção de uma propriedade ou da demarcação de limites, mas da inviabilidade de trocas entre os espaços públicos e privados nas zonas limítrofes das quadras com o interior das próprias quadras. “Essa ruptura do conceito original transformou os ritos do cotidiano. A quantidade de muros em Palmas pressupõe que a dimensão privada prevaleça na vida cotidiana dos moradores das quadras centrais” (COCOZZA, 2007, p. 201).

Ainda segundo o autor, as formas fundiárias de divisão público-privada são enfatizadas pelo desenho urbano, principalmente na escala das quadras. Cocozza (2007) aponta a obsessão do projeto fundiário de definir o que é área pública e o que é área privada⁸⁴. Ele ressalta que a cidade perdeu a oportunidade de experimentar novas dinâmicas em relação a esta dicotomia, lançando mão de sugerir dinâmicas para essa relação (em desenho ou uso, espaços de integração entre público e privado). A exaltação do privado e muitas vezes o despertencimento com o público interferem na apropriação dos espaços públicos como dimensão possível, como será visto no Capítulo IV.

Ao analisar o modelo das quadras, observa-se que são voltadas para seu interior e pouco acessíveis: no aspecto físico (em relação ao tecido da cidade, tendo apenas dois a três acessos por quadra) ou visualmente (devido às formas de fechamento dos lotes privados). Os espaços públicos no âmbito das quadras estão distribuídos como sugerido na proposta do Memorial Descritivo alusiva às Unidades de Vizinhança: verifica-se que comumente o núcleo central de cada quadra é ocupado por uma praça ou escola, voltado para uso da própria unidade (quadra). Em análise do desenho urbano de forma mais ampla, observa-se que tal configuração resulta na internalização de alguns espaços públicos.

Pastore (2012, p. 65) criticou tal modelo sugerido no Memorial Descritivo: “Nos desenhos apresentados pelos arquitetos, seus espaços livres parecem referenciados unicamente pela constituição de um núcleo central para estas ‘cidadelas’ isoladas”. O acesso restrito dos espaços internos públicos pode traçar um paralelo com a privatização ou condominização das quadras em Palmas, ao passo que a configuração espacial resultante do traçado urbano e das formas de ocupação colocadas negam seu entorno imediato. Oliveira (2016, p. 119) reafirmou essa configuração das “cidadelas isoladas”, ao lembrar a paisagem impactante “como pedaços de cidade cercados pelas largas avenidas [...] carrega a herança rodoviarista” de Palmas.

A quadra volta-se para si e cada lote volta-se para o seu interior. O desenho urbano de algumas quadras muitas vezes apresenta baixa legibilidade, o que torna espaços públicos como as praças centrais pouco acessíveis (ver Figura 16). O uso ou mesmo a possibilidade de deriva, de encontro à cidade aos espaços públicos, principalmente por moradores de outras quadras, se torna difícil ou desestimulado. Reis (2011) classificou as praças palmenses em sua maioria como “espaços estéreis e caros para a cidade”. No capítulo IV, será abordado o tema das práticas sociais no espaço público e os fatores que influenciam nos (des)usos de espaços públicos nas quadras de Palmas.

---

⁸⁴ Diferentemente de Brasília, em que o livre trânsito nas áreas residenciais dá uma outra dimensão do público. “O plano de massas de Brasília não moldou somente a paisagem e a arquitetura, mas também as interações sociais resultantes da conexão entre espaço edificado e livre” Invalid source specified..

Figura 16: Rede viária para veículos na quadra 204 sul – em evidência sua praça central. O uso de cul-de-sacs e longos quarteirões causa sensação de desorientação no trânsito pela quadra. Fonte: Imagem do Google Earth, modificada pela autora (2018).

Segregação Socioespacial em Palmas

O ordenamento racional buscado pelas proposições do Memorial de Palmas se corrompeu logo nos primeiros anos da cidade, como será visto a seguir.

Luiz Fernando Cruvinel Teixeira (2009), um dos autores do projeto da capital tocantinense, alegou que os módulos das quadras eram ideais para ordenar a ocupação da cidade. Tal processo foi sugerido em etapas: ocupando faixas no sentido leste-oeste, primeiramente da zona central próximo ao centro cívico do Estado (Praça dos Girassóis) e posteriormente a ocupação das zonas contíguas, assim que as primeiras atingissem níveis consideráveis de ocupação:

[...] isso permitia, em princípio, evitar a dispersão das frentes de urbanização pela área total prevista para a cidade, garantindo o aproveitamento racional e econômico da infraestrutura dos serviços públicos que avançaria, por assim dizer, em ondas” (TEIXEIRA, 2009, p. 96).

A segunda fase de ocupação (com área compreendida desde a primeira fase até o Córrego do Prata – em azul na Error! Reference source not found.7), só aconteceria após a saturação da primeira fase de ocupação (próximo à área central, entre o Córrego Brejo Comprido e o Suçuapara – em vermelho na Error! Reference source not found.7). A estimativa era que isso acontecesse dentro de cinco a dez anos. A terceira fase ao norte compreenderia a área entre o Córrego Sussuapa e os limites da cidade ao norte. A quarta fase, da mesma forma, se daria desde os limites da segunda fase até os limites ao sul da área planejada.

A implantação de grades projetos urbanos, tal qual Palmas, está sujeita a diversas forças que produzem a cidade, com lugar central para a gestão (responsável por regular e mediar a produção do espaço) e interesses privados. Muitas vezes a implantação de grandes projetos “cai na mão dos políticos-capitalistas e autoritários tomando outro rumo, totalmente diverso dos sonhos utópicos dos arquitetos que as planejam” (LIRA, 2011, p. 202). A Palmas que se viu construir se distancia da cidade moderna à medida que não se vê a padronização dos volumes e gabaritos, dando lugar a uma arquitetura ‘improvisada’, descontínua:

Palmas, uma cidade nova, mas igual a qualquer outra cidade tradicional brasileira. Parece um contra-senso: mas é um princípio. Uma cidade que à primeira vista parece desenhar posturas definidas, zoneamento, riquezas e pobreza, desenhar uma estética que foi e é tão cara no imaginário da arquitetura e urbanismo modernos. Os que conhecem o quadro atual de Palmas talvez torçam o nariz: terão uma sensação de provisoriedade, de arquitetura medíocre, de 'esculhambação'. Não encontrarão a regularidade dos gabaritos definidos das superquadras, a uniformidade da implantação dos volumes, a ordenação planejada de afastamento, altura e uso, tendo como exemplo Brasília. Foi isso mesmo que seus idealizadores imaginaram: um aglomerado urbano no que será construído ao sabor das forças contingenciais da sociedade, na dinâmica própria (e imprópria) que caracteriza a vida das cidades. Uma cidade aberta, mas isto é importante, não destituída de princípios. (SEGAWA, 1991, p.94)

Figura 17: Estratégia de ocupação da cidade em fases: visava a otimização e viabilidade financeira de implantação e manutenção da infraestrutura. Fonte: GrupoQuatro (s/d), adaptado pela autora.

A ocupação da cidade não acompanhou a expansão sugerida pelo Memorial de Projeto, sendo as etapas de implantação ignoradas e as quadras ocupadas de acordo com os interesses imobiliários, o que produziu um espaço urbano disperso, com muitos vazios urbanos. A densidade prevista pelo Memorial de Projeto era de até 30.000 habitantes por quilômetro quadrado⁸⁵, sendo a área do Plano Piloto Palmas capaz de abrigar uma população de aproximadamente de 1,5 milhão de pessoas e até 2 milhões de pessoas, se contabilizar as áreas de expansão ao norte e sul do

⁸⁵ Para estipular a densidade máxima a equipe do GrupoQuatro recebeu orientações de Juan Mascaráo.

Plano Piloto. A população estimada da cidade, em 2018, é de 291.855 habitantes, com uma densidade populacional aproximada de 102,90 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2018) .

Segundo relatório do ICES (2015)⁸⁶, em meados dos anos 1990 (considerando a dispersão urbana já consumada) a população era de apenas 25.000 pessoas, configurando uma densidade líquida de 900 habitantes por quilômetro quadrado⁸⁷. A previsão populacional para os primeiros cinco anos da cidade era chegar a 120 mil habitantes. A partir de dados produzidos pelo mesmo relatório é possível observar em 2010 uma densidade líquida de 3.671,65 habitantes por quilômetro quadrado, distante dos 30.000 habitantes por quilômetro quadrado sugeridos no Memorial de Projeto de Palmas⁸⁸. Do ponto de vista qualitativo, esses números da dispersão urbana em Palmas estão associados a processos de segregação socioespacial (da destinação de áreas distantes do centro planejado aos mais pobres), especulação imobiliária (dos estoques de terras não parceladas à espera de valorização, não exercendo sua função social), (re)produção da pobreza, entre outros problemas recorrentes quando se estuda a formação de cidades brasileiras.

Como já discutido anteriormente, a idealização da construção e da localização da nova capital inaugurou uma série de disputas e atos políticos, que regeram também a ocupação da cidade. Assim como apontou Teixeira (2009), a construção de Palmas teve início com um processo de desapropriações de terras rurais; a seguir, parte delas foram sendo loteadas e vendidas como lotes urbanos a fim de gerar receita para o estado do Tocantins. Segundo Lira (2011), a “estatização” dessas terras a princípio agradou os donos das terras a serem desapropriadas, mas em um segundo momento, após a valorização vertiginosa das terras em função da fundação da cidade, viram suas terras sendo negociadas quase que compulsoriamente por quantias irrisórias a mando do Governo Estadual. Este fato fez com que muitos proprietários se recusassem a sair, “obligando” o estado a entrar com ações de despejo, derrubando casas e retirando moradores à força.

Vale ressaltar que parte desses processos de desapropriação não foram pagos em sua plenitude, o que em 2011 resultou em decisão judicial que devolveu as terras aos antigos donos – acarretando uma série de complicações jurídicas e espaciais, uma vez que as áreas já haviam sido ocupadas, inclusive por edifícios públicos (BAZOLLI, 2012, p. 198). Alencar (1993, *apud* LIRA, 2011) adicionou ainda que a quantidade de terras desapropriadas foi demasiada em relação à projeção de ocupação da cidade, com intenção de disponibilizar toda extensão de terra vizinha a favor do Estado, para depois fazer “negociatas e apadrinhamentos políticos”, o que poderia colocar em “risco”

---

⁸⁶ O projeto Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) foi um projeto iniciado em 2014 de iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com parceria (no Brasil) entre Caixa Econômica Federal e Instituto Pólis e (em Palmas), com apoio da Prefeitura Municipal. A iniciativa estuda cidades emergentes da América Latina e escolheu algumas cidades brasileiras para aplicar sua metodologia de criação de indicadores relacionados ao desenvolvimento das cidades do ponto de vista ambiental, urbano, social e de segurança. A partir desses indicadores, derivou-se o Plano de Ação Palmas Sustentável com diretrizes para a gestão urbana e territorial de Palmas.

⁸⁷ Dado de densidade populacional produzido a partir dos dados demográficos do CENSO de 2010 e a partir da área urbana estimada no mesmo estudo.

⁸⁸ O relatório aponta como bom desempenho densidades líquidas como as de João Pessoa (PB), com 8205,94hab/km².

a condição jurídica (propriedade e uso do solo) dessas áreas, como aconteceu no caso dessas desapropriações e em outras ocupações no território de Palmas.

O governo estadual no primeiro momento configurou-se como principal detentor de terras urbanas, o que facilitou a ação para uma ocupação dispersa e seletiva no território da capital. Áreas públicas foram doadas ou leiloadas, quadras inteiras dentro da malha planejada foram loteadas e destinadas a funcionários públicos, outras foram doadas às empreiteiras e incorporadoras⁸⁹ como forma de pagamento pelos serviços à época da construção da cidade. Áreas fora da malha planejada acabaram sendo destinadas à população mais pobre⁹⁰, como Taquaralto e Aurenys⁹¹, como forma de conter as invasões dentro da área planejada (ver Error! Reference source not found.). A ordenação dos estratos sociais dos primeiros habitantes a chegarem a Palmas e a forma de doação e regime de comodato são iluminados pelo depoimento a Silva (2008, p.76 e 77):

O povoamento começou em Taquaralto, onde havia um posto de gasolina e um pequeno comércio que deu apoio à cidade que não tinha nada, então, as primeiras casas surgiram em Taquaralto, logo em seguida, começou a vender os lotes. Antes da transição do primeiro governo Siqueira para o Moisés Avelino, ele tentou implantar isso na força, e realmente implantou, abriu ruas, concedeu material de construção para os funcionários, cimento, tijolo, telha, madeira, tudo para que construíssem, dava lote, tudo para o outro governador não resistir e antes dele entregar, distribuiu uma quantidade imensa de lotes comodatos, ou seja, um lote que você pode utilizar por dez anos, sem pagar nada e ter a preferência da compra. Foram distribuídos em 1990, 1991, que até hoje estão vazios no centro da cidade, grandes vazios urbanos. Foram distribuídos para vereadores do interior, prefeitos, altos funcionários do Estado, funcionários do Banco do Brasil. Quase toda Palmas foi dada em lotes comodatos, para, efetivamente, implantar e não retroceder. Entretanto, quanto aos Aurenys, é preciso destacar que foi implantada uma barreira policial próxima a entrada da cidade, que não deixavam as pessoas entrarem com caminhão de mudança. Perguntavam:

- Você vai pra onde?

- Eu vou para Palmas.

- Você tem lote?

- Não.

- Então, não pode entrar!

Desse modo, as pessoas começaram a ficar ao redor, onde criaram os Aurenys, 1, 2, 3, 4. Foi essa forma de barrar o pobre a entrar na cidade. Não existia lote para pobre, não tinha como comprá-lo, o pobre não ganhava lote assim, a não ser o funcionário público de baixa renda, mas o pobre que ia trabalhar na construção civil não ganhava, mesmo sendo o lote comodato. Os lotes comodatos, ganhava alguém que tinha maiores condições, então o pobre não conseguia um lote em Palmas, ele conseguia no Aurenys. Aqui no centro, eu não vi ninguém, nenhum pedreiro, ganhar lote, nenhuma empregada doméstica. Aí começa a segregação, essa exclusão social.

---

⁸⁹ Muitas dessas glebas (em regiões centrais e próximas a áreas valorizadas) permaneceram por muitos anos intocadas à espera de valorização, configurando grandes vazios urbanos ao longo da malha planejada.

⁹⁰ Foram realizadas ações de doação, programas de auto-construção que incentivaram a concentração da população de baixa renda nos bairros fora da área projetada, mas primordialmente, essa população foi forçada pelos mecanismos de valorização da terra que os impedem em obter terras na área da cidade planejada.

⁹¹ Assim como afirmou Lira (2011), as vilas Aurenys I e II foram criadas pelo governo estadual.

A realização da cidade, assim como afirmaram Lira (2011) e Bottura (2017), só foi possível devido à associação do capital público-privado, que implantou toda a infraestrutura urbana básica (sistema de água, energia elétrica, etc), bem como através das empresas incorporadoras que foram responsáveis por lotear e vender (grande parte dos) terrenos residenciais, contribuindo de forma decisiva sobre a ocupação do território de Palmas:

[...] a estratégia de implantação do Plano Básico por etapas foi logo no início rompido pela pressão do mercado imobiliário. Os mecanismos de formação do preço e de acesso a terra dirigiram boa parte da demanda por moradia para a região de Palmas Sul, processo provocado, muitas vezes, pelas políticas públicas de segregação social da população mais pobre. (TEIXEIRA, 2009, p.98)

Propagandas incentivavam correntes migratórias para a capital, no entanto visavam atrair investidores e não a população pobre – que acabou sendo rechaçada, não apenas pela destinação da moradia fora da cidade planejada, mas por meio de bloqueios policiais que impediram a entrada de muitas dessas pessoas na cidade (SILVA, 2008; REIS, 2011). Os migrantes pobres em Palmas não eram bem vistos, sendo reflexo de um sistema socioeconômico que produz a pobreza e os torna invisíveis. “E o trabalhador que construiu Palmas? Esse não teve direito de morar nela, foi jogado em Taquaralto, nas vilas Aurenys, uma espécie de neo-campo de concentração do cerrado e/ou depósito ao ar livre, de mão-de-obra barata [...]” (LIRA, 2011, p. 210). Hoje, “Palmas Sul”, como é chamada a região ao sul fora da área planejada, compreende mais de 15 bairros (ver Error! Reference source not found.) – dando continuidade ao processo iniciado nos primeiros anos da ocupação de Palmas Sul voltada à população de baixa renda – com aproximadamente 40% da população urbana da capital (OLIVEIRA, 2016).

Mapa 2: Ocupação dispersa já se apresenta logo nos primeiros cinco anos, rompendo com o proposto pelo projeto urbano. Fonte: SEMDUS (2015)

Outra ocupação emblemática que fez parte dessa “distorção” das etapas de ocupação propostas pelo Memorial de Projeto foi a Vila União (ver Error! Reference source not found.8) –

conjunto de quadras localizadas na porção noroeste da área planejada, que se conformou através de processos socioespaciais e identitários próprios, sendo considerada como bairro. Como caracterizaram Coccozza (2007) e Lira (2011), tal região teve sua ocupação iniciada nas quadras ARNO 31, 32 e 33 (atuais 303, 305 e 307 norte), que ainda no primeiro governo⁹² foram doadas via comodato⁹³ a autoridades como políticos locais, juízes, promotores, oficiais do alto comando militar, funcionários do Banco do Brasil e do alto escalão do governo⁹⁴. No governo estadual seguinte, de Moisés Avelino, tal ação foi declarada inválida e os beneficiários perderam o direito de fruição de tal área. O que se seguiu foi uma espécie de “invasão estatal” incentivada pelo governo estadual, na tentativa de conter a crescente favelização e invasões em outras localidades (LIRA, 2011), que abrigou pessoas que foram expulsas de áreas invadidas e também recém-chegados à cidade.

Figura 18: Localização da Vila União no Noroeste da área planejada de Palmas. Fonte: Google Earth (2018) e SEMDUS (2014) adaptado pela autora.

Os projetos das quadras (303 e 307 Norte) que previam terrenos entre 400 e 800 m² sofreram modificações, de forma a adaptar os terrenos às demandas da nova população: lotes unifamiliares menores “provocando assim uma rápida ocupação e maior adensamento” (COCOZZA, 2007, p. 137). Segundo Coccozza (2007), havia um sistema de senhas para sorteio de lotes: quem fosse sorteado deveria ocupar e permanecer no lote. Barracos, instalações precárias e falta de infraestrutura marcaram o início da Vila União e posteriormente ações dos governos municipal e

⁹² Ano de 1991, primeiro mandato de Siqueira Campos como governador do estado.

⁹³ Procedimento que permitia a ocupação do lote por dez anos sem custos aos ocupantes e dava a eles a prioridade de compra findo o prazo inicial.

⁹⁴ Área de condições privilegiadas: próximo ao centro e com cota mais elevada, com visão privilegiada da paisagem natural ao redor da cidade.

estadual viabilizaram a posse e “melhoria”⁹⁵ nas instalações via programas habitacionais e de autoconstrução. Ainda assim, a carência de infraestrutura, de espaços públicos de qualidade e equipamentos públicos é clara. O histórico de formação e gestão comunitária da área se expressa também nas formas de ocupação e adaptação do espaço, relacionados à história de necessidades, dificuldades e conquistas. Com significativa modificação nos usos e formas de ocupação dos lotes, a Vila União tem hoje seu próprio centro comercial e uma paisagem que se assemelha às cidades “tradicionais”, de uma paisagem urbana plural e rica em interações sociais. “O resultado é uma esfera urbana própria, onde a dimensão cultural, os ritos, os hábitos e as necessidades são revelados através do espaço público”, afirmou Coccozza (2007, p.137).

O processo de dispersão urbana, como mostrou Bazolli (2012) em sua tese, agrava ainda, a qualidade de implantação de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, aprofundando a segregação socioespacial, nas dificuldades de acesso a essas utilidades⁹⁶. Segundo Bazolli (2012), a densidade populacional se reflete diretamente nos custos de urbanização, de maneira que a mesma é inversamente proporcional ao custo de implantação da infraestrutura. As regiões mais adensadas têm um custo maior para implementação das redes, porém o custo por habitação é diluído. Num estudo comparativo realizado em 2009, o mesmo autor constatou a redução de até 580% do valor por habitação, comparando o cálculo para 15 e posteriormente 120 famílias. Para o autor, a conformação da ocupação de Palmas conferia à cidade o maior custo de urbanização por habitante no Brasil (R\$216,79). Essa constatação não se restringe apenas aos custos de implantação, mas de manutenção e também no planejamento urbano, na qualidade de vida e mobilidade urbana (BAZOLLI, 2009).

Ainda de acordo com Bazolli (2009), com o espalhamento da cidade e a restrição do número de contribuintes por quadra, a demanda por infraestrutura e serviços urbanos cresceu, pressionando a capacidade de resposta dos governos. Esse foi o caso da pavimentação de ruas, do abastecimento de água, da energia elétrica e da iluminação pública. O retorno desses investimentos, por outro lado, tornou-se lento, reduzindo a capacidade de reinvestimento especialmente das empresas concessionárias. A expansão das redes de serviços fez crescer, também, os custos da sua manutenção. No caso dos serviços não autofinanciáveis, como a educação, o impacto sobre o orçamento municipal é significativo (TEIXEIRA, 2009, p. 99).

Algumas áreas ocupadas ainda que dentro do perímetro da cidade possuem infraestrutura deficiente, em contraponto com a região central da cidade⁹⁷ que possui vazios urbanos e baixa densidade habitacional mesmo com infraestrutura completa – evidenciando os obstáculos de implantação onerosa nesse contexto de dispersão urbana.

---

⁹⁵ Segundo Lira (2011), ações do Estado, com a doação de materiais de construção de má qualidade.

⁹⁶ Em sua tese, Bazolli (2012) enumera e mapeia equipamentos públicos da capital.

⁹⁷ Área predominantemente comercial no entorno da Praça dos Girassóis.

Apesar dos diversos estudos acadêmicos discutindo os desdobramentos da dispersão urbana e da ciência dos órgãos competentes da importância de contê-la, há a continuidade da expansão de Palmas Sul, ampliada por novos empreendimentos na região. Na outra direção, investimentos públicos e privados e também empregos concentram-se na região central da área planejada (OLIVEIRA, 2016), reiterando a dependência e subordinação da região sul, obrigando sua população a percorrer diariamente até 20km de distância entre casa e trabalho.

Destaca-se ainda a expansão da área urbana do distrito de Luzimangues localizado próximo a Palmas – do outro lado do lago –, na jurisdição do município de Porto Nacional (ver Figura 19). Segundo relatório do ICES (2015), com expectativas relacionadas à construção de Palmas, mas principalmente no final dos anos 1990, com a construção da Ponte Fernando Henrique Cardoso⁹⁸, alguns loteamentos surgiram nas proximidades da nova capital, significando um vetor de expansão de crescimento do município de Porto Nacional, de um núcleo urbano descolado do núcleo principal da cidade.

Figura 19: Localização de Luzimangues: mais um núcleo urbano "satélite" de Palmas. Fonte: Pinto (2014)

Inicialmente, tais loteamentos significavam apenas uma expansão de novos parcelamentos, mas não de construções e ocupação populacional de fato. Nos últimos anos, no entanto, observa-se a ocupação de lotes e instalação de pequenos empreendimentos, tornando-se, segundo o relatório ICES (2015), uma oportunidade para o mercado imobiliário, como opção mais acessível em distância e financeiramente: Luzimangues encontra-se a 8km do centro de Palmas, enquanto alguns bairros da capital podem estar a mais de 20km de distância. Em contraposição à melhor

⁹⁸ Ponte inaugurada em 2000, liga Palmas à margem oeste do lago,

acessibilidade financeira, Luzimangues enfrenta algumas dificuldades. Como distrito de Porto Nacional, tal comunidade não pode ser assistida pelos serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação em Palmas, tampouco os recebem de forma satisfatória pelo governo de seu município, enfrentando os mesmos problemas que a capital devido às dificuldades que a urbanização dispersa acarreta (como discutido neste subtópico).

• • •

Após o exposto a respeito das principais definições colocadas pelo projeto urbano de Palmas e de seu processo inicial de ocupação, no capítulo a seguir, buscou-se atualizar o quadro da condição socioespacial de Palmas, da segregação decorrente de seu processo de consolidação, destacando algumas estratégias do ordenamento territorial na tentativa de conter problemas e otimizar a função social das propriedades⁹⁹. O capítulo traz também as principais transformações espaciais na cidade – com foco nas privatizações, dadas pela proliferação de condomínios horizontais fechados, *shopping centers* e clubes, de um paradigma privado, antítese do espaço público.

.

---

⁹⁹ Um exemplo alarmante disso é que grande parte das propriedades na área planejada, dotadas de infraestrutura, estão desocupadas.

Transformações Urbanas e Privatizações

A partir do quadro descrito no capítulo anterior, é possível observar em Palmas a reprodução de processos comuns à urbanização brasileira, de uma fragmentação seletiva de seu território, dialogando com a realidade de países capitalistas periféricos, especialmente no contexto latino-americano. Destaca-se a constituição de uma cidade planejada com aspirações pautadas no urbanismo moderno, em um momento no qual tais experiências urbanísticas já haviam sido superadas, 30 anos após Brasília com diversas críticas às concepções modernas. Palmas foi conformada no curso de grandes transformações contemporâneas, da consolidação de subjetividades e espacialidades colonizadas por uma nova razão. Ademais, é constituída descolada¹⁰⁰ de processos históricos normalmente intrínsecos às cidades não planejadas: carga cultural-histórica, memória urbana, disputas, dinâmicas socioespaciais (SILVA, 2008). E, como será discutido, sem a existência de empecilhos (políticos e sociais) frente à realização de ajustes próprios da razão neoliberal. A força de realização desses processos em um curto período aponta a pensar sobre a interlocução de alguns fenômenos urbanos contemporâneos¹⁰¹, não apenas de forma pontual em Palmas, mas também como forças atuantes nas transformações em curso nas cidades em um contexto mais amplo.

Ao mesmo tempo em que fenômenos mais globais – como o fortalecimento do neoliberalismo e a consagração da individualidade como razão e modo de vida – recaem sobre as subjetividades e o comportamento urbano em Palmas, as condições de inserção da cidade no cerrado brasileiro em contexto econômico, político, sociocultural específico, possibilita, como afirma Bottura (2017, p. 18), “a convivência do velho com o novo, de formas diversas de urbanidade e sociabilidades oriundas das mais distintas referências culturais que compõem a sua população híbrida”. O ritmo desacelerado, dos moradores sentados à frente das casas conversando nos fins de tarde remete ao ritmo interiorano, convivendo ainda com traços do clientelismo e coronelismo “intrínsecas à formação enquanto território e corpo social” (BOTTURA, 2017, p.18) de Palmas – e que encontra correspondência nas estruturas sociais contemporâneas das relações de contrato e cordialidade.

O quadro de convivência entre o velho e o novo é evidente na manutenção da estrutura social existente anteriormente à construção de Palmas, em uma região com alto grau de

---

¹⁰⁰ Coalisões e disputas outras poderiam existir no território da atual Palmas, mas não foram integrados à história da cidade. Em contrariedade, novos símbolos foram inventados e impostos na história local.

¹⁰¹ Observa-se o cuidado em estabelecer associações diretas entre as expressões do capitalismo financeiro e os processos identificados em Palmas, visto que o sistema financeiro imobiliário atual ainda atua de forma rudimentar, não sendo tão afetada, por exemplo, pelas oscilações do capital fictício.

concentração latifundiária e desigualdades, somado ao “descompasso na qualidade das relações político-sociais criadas e/ou recriadas (o neo-coronelismo)” (LIRA, 2011, p. 159). Esse quadro se opõe à proposta democrática de criação da capital tocantinense. A escolha de seus planejadores, por não conceber o projeto individual das quadras, sem estabelecer gabaritos e tipologias habitacionais em detrimento de uma proposta mais livre para a cidade, deliberou utopicamente uma cidade “sem classe”. No entanto, o que se viu foi a consolidação de núcleos precários em Palmas Sul e a manutenção dos vazios urbanos dentro da área planejada, condição singular à capital tocantinense.

A cidade divulgada como novo “*el dourado brasileiro*” (REIS, 2011), repetiu a história de cidades de urbanização latina de desenvolvimento desigual: recebeu migrantes pobres (boa parte de processo de êxodo rural) em aglomerações urbanas precárias, localizadas comumente nas periferias e sem condições de oferecer empregos formais. Nas palavras de Lira (2011, p. 211), viu-se a transformação de uma promissora capital em “duas”; “uma, onde o economismo neo-liberalista se fazia “verdade” absoluta e outra onde as consequências desse sistema transformavam tais verdades em jargões de teóricos e discursos políticos”.

Os índices de desigualdade podem ser confirmados por meio de dados divulgados na plataforma Atlas Brasil (*on line*), com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. Em 2010, 6,91% da população palmense vivia abaixo da linha da pobreza (índice construído a partir da renda domiciliar *per capita*). Apesar de apenas os índices abaixo de 15% serem considerados graves, o relatório ICES (2015) aponta que esse dado pode ser mitigado pelos repasses de programas como o Bolsa Família, que tem contribuído com a elevação da renda nos domicílios brasileiros: “O Programa Bolsa Família considera pobre as famílias que atendem às condicionalidades do programa as famílias chefiadas por mulheres, com filhos com renda do trabalho inferior a R\$77,00”. Tal fato dificulta a mensuração da pobreza no município.

Complementarmente, a plataforma Atlas Brasil (*on line*) aponta que 21,7% da população palmense era considerada vulnerável à pobreza, considerando-se os indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$255,00 mensais¹⁰². Além disso, 18,41% da população ativa acima de 18 anos ocupava postos de trabalho informal. A plataforma adverte ainda o nível considerável de desigualdade no município, segundo o coeficiente Gini¹⁰³ de 0,58 – distanciando-se do marco zero correspondente à equidade de renda (ideal) em determinado grupo. Esse índice fica atrás de países como Zâmbia (0,556) e República Centro-Africana (0,562); o Brasil figurava entre um dos países mais desiguais em 2010, com 0,56.

---

¹⁰² Valor equivalente a 1/2 salário mínimo em agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

¹⁰³ Índice GINI que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Em sua tese, Reis (2011) chama a atenção para esse falso desenvolvimento mantenedor das desigualdades existentes ainda nos tempos do antigo norte do Goiás – desigualdade cujo combate fora um dos motes do movimento separatista. A autora discute Palmas enquanto projeto político, da modernização sem modernismo, do discurso desenvolvimentista arraigado na tradição. Em entrevista a Reis (2011, p. 31), Fábio Duarte, morador de Palmas e professor de filosofia frisa: “modernização e não modernidade”:

A cidade tinha esta coisa da modernidade. Domínio sobre a natureza. Um rio que se transforma em lago. A cidade que surge do nada como vontade de um indivíduo: o empreendedor. Modernidade mas com os dois pés na tradição. Uma oligarquia que tem o verniz de modernidade. Como tudo no Brasil: uma modernização (e não modernidade) com amplos elementos de tradicionalismo.

No processo de produção do espaço urbano de Palmas, como em outros casos brasileiros, os discursos e *marketing* urbano travestidos de modernidade atuam como estratégias pacificadoras, naturalizando “uma segregação socioespacial injustificada” (BOTTURA, 2017), neutralizando disputas e mascarando reais problemas urbanos. É irrefutável o entrelaçamento entre o discurso modernizador e enaltecendor da imagem da cidade, que se utiliza do *marketing* urbano para construir símbolos¹⁰⁴, expressos nas imagens de espaços de destaque da cidade, colonizado pelo mercado que impõe representações de cidade e novos modelos culturais e comportamentais. As representações de cidade emergem também na materialização de espaços temáticos ou padronizados e homogêneos, moldados a um formato de cidade “competitiva”, “atraente”.

Desde a fundação da capital tocantinense, as gestões estaduais e municipais, adotaram o *marketing* urbano como ferramenta para alavancar a moral da cidade, perpassando várias identidades, que se mostraram passageiras, transitórias (BONATTO, 2016). Em diferentes gestões municipais, eventos, intervenções¹⁰⁵ e *slogans* para a cidade (REIS, 2011) tentaram suplantar uma representação de cidade ideal. Dentre os *slogans*, Palmas já se viu como “Palmas ecológica” em 2001, “Palmas Sustentável” em 2015 e “Cidade Eficiente” em 2017, denominações que evidenciam o caráter competitivo e de autopromoção da cidade, associadas à sustentabilidade e eficiência – na tentativa de “garantir um lugar na geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais” (JACQUES, 2009, p. 1).

---

¹⁰⁴ Um exemplo de construção de símbolos pode ser observada na praça dos Girassóis, uma das principais referências simbólicas e visuais da cidade, centro cívico do governo do Tocantins. Nela instalou-se monumentos desconexos com a história local como o Memorial Coluna Prestes (museu projetado por Oscar Niemeyer) e o monumento 18 do Forte de Copacabana. Ambos os monumentos possuem pouca ou nenhuma relação com a história local. O memorial foi construído em homenagem à Coluna Prestes (movimento político-militar brasileiro que ocorreu no início do século XX) e sua passagem por um pequeno trecho do Tocantins quando ainda era Goiás. No caderno de divulgação do Memorial, Siqueira Campos (primeiro governador do estado) argumenta: “Tudo começou com os Dezoito do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1922; e continuou 25 mil km Brasil adentro, com a marcha da Coluna Prestes, de 1924 a 1927.” (REIS, 2011, p.131). A frágil ligação entre o mote da construção desses monumentos fica ainda mais clara quando indagamos a obra aos 18 do Forte de Copacabana, que aparentemente se justifica ao notar que um dos tenentes retratados tem sobrenome Siqueira Campos. Tais ligações simbólicas representam a clara e frágil intenção de suplantar um passado e dar peso à identidade local.

¹⁰⁵ Principalmente em espaços representativos para a cidade, como Praça dos Girassóis, Palácio Araguaia e Parque Cesamr.

Assim como aponta Bonatto (2016), apesar de representações desconexas associadas à “identidade tocantinense”, muitas destas estratégias de criação de imagens e símbolos foram efetivas para o seu propósito: divulgar a cidade. Os esforços para dominar a ideologia local sobrepujaram o interesse de instigar o pertencimento, ou memória local, a uma série de “invencionismos” que buscavam imprimir uma identidade, com o intuito principal de construir consensos – viabilizando a aplicação de projetos, como a acomodação dos ajustes neoliberais e a naturalização de desigualdades.

Apoiada também pelo processo de dominação ideológica no quadro socioespacial, a segregação iniciada nos primórdios de Palmas se manteve, ao mesmo passo que ações de ocupação ou programas de interesse social que não tiveram grandes conquistas ao longo da história da capital, e principalmente com o enfraquecimento de movimentos sociais que poderiam vir a reivindicar e disputar áreas vazias dentro da área planejada. Como afirma Bottura (2017), com a representatividade da população debilitada, muitas vezes sendo minuada por mecanismos do poder municipal (como, por exemplo, a cooptação de representantes desses grupos) e pela possibilidade maior de conquistar áreas em menor evidência no cenário imobiliário da cidade, a luta por moradia em Palmas atua, sobretudo, em áreas periféricas da área planejada ou mesmo fora dela.

Ao mesmo tempo em que se reconhece que tal estratégia apresenta maiores chances de êxito do ponto de vista da conquista da moradia, admite-se que este comportamento tende a reforçar a soberania do mercado imobiliário, ao passo que restringe o potencial de atuação dos movimentos sociais enquanto agentes de transformação (BOTTURA, 2017, p. 12).

Desta forma, a realização das tendências homogeneizadoras e segregadoras se viabiliza, naturalizando a desigualdade iniciada na fundação da cidade e condicionando as disputas territoriais da população mais pobre longe da área central.

De acordo com Bazolli (2012), a Prefeitura Municipal havia afirmado que, se detivesse áreas urbanizáveis, elas seriam destinadas à Habitação de Interesse Social. O estado, enquanto detentor de terras, poderia ter destinado áreas no perímetro planejado à habitação social ou ao controle dos estoques de terra – e por consequência dos valores de acesso a ela. Ao não fazê-lo, ratificou “sua função de proprietário promotor imobiliário” (BAZOLLI, 2012, p. 254), interessado na salva-guarda destas propriedades enquanto instrumento político, assim como o fez na doação de áreas urbanas a diversas instituições, como associações de bancários e policiais.

Ao analisar o Plano Diretor de 2007 no tema Ordenamento Territorial (ver Error! Reference source not found.), que instituiu áreas de ocupação prioritária¹⁰⁶ e definiu ZEIS, apenas três áreas

---

¹⁰⁶ A Lei Municipal nº 155/2007 no artigo 75 estabelece a ocupação prioritária destas áreas – próximas aos eixos estruturantes do sistema viário de Palmas – com propósito de otimizar a infraestrutura dessas áreas e com intenção de fazer ainda mais investimentos (apesar de a maioria dos casos serem áreas com boa infraestrutura). Tal lei instituiu também a localização prioritária de ZEIS próximas ao “mercado de trabalho e eixos de transporte coletivo”, mas ainda assim localizou a maioria delas fora do perímetro planejado.

dentro da área planejada foram definidas: ALC NO 13, 33 e 43 na região das ARNOs próxima à praia, Santo Amaro no extremo norte das ARNEs e quadra 1306 sul¹⁰⁷. Tal definição aponta a continuidade da segregação socioespacial, conivente com os interesses privados, com a manutenção de uma polarização da cidade, mantendo as ZEIS afastadas de suas áreas de interesse nas regiões centrais da área planejada. Demais ZEIS fora da área planejada foram localizadas contiguamente às áreas já ocupadas por população de baixa renda (casos do Lago Sul, Jardim Janaína, Jardim Aeroporto, Jardim Santa Helena, Jardim Irenilda, Morada do Sol I, II e III e loteamento Taquaruçuzinho).

Outro ponto a destacar é a aplicação do instrumento de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), previsto pelo Estatuto da Cidade, sendo Palmas a primeira capital brasileira a regulamentar esse instrumento. O instrumento tem o intuito de priorizar a função social das propriedades urbanas e destinar usos a imóveis vazios (edificações, glebas ou terrenos), no intento de conter a especulação imobiliária. De acordo com Bazolli (2016), a regulamentação do PEUC em Palmas é importante para a finalidade de conter o processo especulativo e o avanço da periferização da cidade.

A função social da propriedade privada já havia sido citada no Plano Diretor Municipal – Lei Complementar nº 155 de 2007 –, prevendo a aplicação de tal premissa nas faixas de ocupação prioritária, ao longo das Avenidas Teotônio Segurado e J.K. (ver Mapa 3). A regulamentação da PEUC, de fato, veio apenas em 2009, com a aprovação da Lei Complementar nº 195.

Bazolli (2016, p. 1265) afirma que houve polêmica e insatisfação da população em torno das discussões e aprovação da lei, uma vez que a “Comissão de Administração Pública, Urbanismo e Infraestrutura Municipal (que julgava o projeto de lei) era presidida na ocasião, pelo vereador Fernando Rezende (DEM) – fundador do Sindicato das Empresas Imobiliárias (SECOVI-TO)”. A figura do vereador licenciado para o exercício parlamentar deixa claro o alinhamento entre o interesse do setor imobiliário para esta matéria.

Dessa maneira, o debate na Câmara de Vereadores perpassou pela disputa do setor imobiliário e o seu interesse de protelação da aplicação do PEUC, pelo motivo da prática corriqueira na cidade de retenção especulativa, especialmente na sua região central. Segundo a Secretaria das Finanças da Prefeitura de Palmas (SEFIN), existem mais de 40 mil lotes vazios particulares na cidade, além de 8 mil lotes em quadras que foram parceladas e estão em locais valorizados pelo mercado imobiliário, de propriedade do Governo do Estado do Tocantins, e uma grande quantidade de glebas que ainda não foram micro parceladas. (BAZOLLI, 2016, p. 1267)

O Plano Diretor de Palmas de 2007 determina que “são passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios o solo urbano não-edificado, subutilizado ou não-utilizado, localizado nas áreas de ocupação prioritária e de ocupação preferencial, da área urbana da sede

---

¹⁰⁷ Na antiga nomenclatura, ARSE 132. Única área do perímetro planejado a ser conquistada através de pressão popular e ocupações, lideradas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

do município, desde que possuam infraestrutura básica” (PALMAS, 2007, art. 75). A Lei Complementar nº 195/2009, art. 4º, considera imóvel subutilizado e/ou não utilizado:

[...] aquele cuja área construída seja inferior a 10% da área permitida para edificação no lote; aquele cujo investimento na edificação for incompatível com o valor do lote; edificações que tenham permanecido sem uso por período igual ou superior a cinco anos; lotes ou glebas vazias em áreas dotadas de infraestrutura básica.

De acordo com Bazolli (2016), a lei parece descrever o caso de lotes desocupados, talvez no intuito de contemplar o quadro de vazios urbanos na cidade.

Os proprietários de imóveis considerados subutilizados devem receber notificações e têm o prazo de um ano para já terem projeto de edificação ou parcelamento aprovados na Prefeitura. Após esse prazo, os proprietários têm prazo máximo de dois anos para conclusão da obra, a contar da data de aprovação.

Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos [...], o município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

Decorridos os 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública. (PALMAS, 2009, art. 77 e 78)

De acordo com Bazzolli (2016), a Prefeitura de Palmas tinha expectativa de realizar 300 notificações anuais, no entanto, por diversas razões estruturais e fragilidades na aplicação e acompanhamento dos casos passíveis do PEUC, apenas em 2013 (quatro anos após regulamentação da lei), foram realizadas as primeiras notificações de fato. Naquele ano foram 159 notificações para donos de lotes, em 2014, 241 notificações para edificação e três para parcelamento. Em 2015, apenas 91 notificações para parcelamento compulsório.

De acordo com Bazolli (2016), aproximadamente mil terrenos edificados são passíveis de aplicação da PEUC e em relação aos lotes não edificados e também glebas, o equivalente a 20 a 30 mil lotes. O fluxo de notificações, no entanto é menor, tendo relação com a capacidade do mercado local e do Estado em absorver tal demanda. A baixa notificação de glebas para parcelamento compulsório, segundo o autor, deixa de priorizar áreas importantes para a cidade.

Mapa do Ordenamento Urbano	
Base Cartográfica	
Rodovias Estaduais	
Cursos d'água	
Área Urbana	
Área Rural	
Ordenamento Urbano	
Avenida Parque (Lei 85/93)	
Praias	
Glebas não parceladas	
Áreas Comerciais - AC (Leis 85/93 e 155/07)	
Zona Especial de Interesse Social - ZEIS (Lei 155/07)	
Área de Serviço Regional - ASR (Leis 85/93 e 155/07)	
Área de Lazer e Cultura - ALC (85/93)	
Área de Ocupação Prioritária (Lei 155/07)	
Área de Ocupação Preferencial (Lei 155/07)	
NOTA TÉCNICA	
- Legislação consultada: Lei Complementar Nº 155, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a política urbana do município de Palmas; e a Lei Ordinária Nº 85, de 16 de janeiro de 1993, que institui a Lei de uso e Ocupação do Solo do Município de Palmas e dá outras providências. - Área Urbana e Rural: Plano Diretor do Município de Palmas, Lei Complementar 155/2007. - Rodovias e cursos d'água: DZE/Seplan, 2006/07, Base Cartográfica Digital Contínua do Estado do Tocantins elaborada em escala 1:100.000. - Glebas: Mapa Urbano Básico elaborado pela Divisão de Georreferenciamento do município de Palmas. - Imagem de satélite: IBGE - Ortoimagem ALOS/AVNIR2, Cena de 2009.	
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR	
Datum Horizontal: Sirgas2000 Zona 22S	
ELABORAÇÃO	
Prefeitura Municipal de Palmas-Tocantins	
Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável – SEMDUS	
Divisão de Georreferenciamento	
Site: http://geo.palmas.to.gov.br/ / e-mail: ginfu.seduh@gmail.com	
Tel.: (63) 2111-1123. Endereço: 104 Norte - Avenida JK Ed. Via	
Nobre Empresarial, Lote 28-A CEP: 77.066-014 - Palmas/TO.	
Ouvidoria: 08006464156; ouvidoria@palmas.to.gov.br	
*A Divisão de Georreferenciamento agradece a gentileza da comunicação de alterações, falhas ou omissões verificadas neste mapa.	

Das áreas onde o PEUC foi aplicado, Bazolli (2016, p. 1272) destaca entre elas:

[...] duas de propriedade da Empresa Sul Americana de Montagens S.A. (EMSA) recebidas em dação em pagamento pelo Governo do Estado pelo serviço de infraestrutura urbana, prestado na ocasião da formação da cidade, foram parceladas. A Quadra 505 Sul está sendo comercializada pela empresa ao preço do lote, em média de R\$ 417,00 o metro quadrado; e a Quadra 109 Sul foi vendida com a grife da Alphaville, pelo valor médio de R\$ 600,00 o metro quadrado. Portanto, é possível deduzir que o PEUC em Palmas não conseguiu cumprir o seu papel de promover o acesso igualitário à terra urbanizada, essa fatia de mercado está sendo reservada para a classe alta.

Bazolli (2016) conclui que o ritmo de aplicação da PEUC em Palmas é insuficiente para superar o cenário de vazios urbanos: num universo de sete milhões de metros quadrados vazios na cidade, em sete anos (considerando a publicação do autor em 2016), apenas 276,2 mil metros quadrados de área foram lançados no IPTU progressivo. O autor também afirma que a aplicação do instrumento isolado de outras políticas urbanas desarticula seu poder e não faz jus à sua intenção em conter os processos especulativos e de garantir acesso à terra urbanizada, visto o padrão de parcelamentos conduzidos por seus incorporadores. Esse quadro assinala a gravidade da manutenção de um sistema especulativo na cidade de Palmas, segregando a população de mais baixa renda, também por meio da inacessibilidade a novos terrenos urbanizados na área planejada.

A formação das cidades brasileiras (como de muitos países marcados por desigualdades), atreladas a um padrão de segregação socioespacial, tem o agenciamento do ordenamento urbano como um dos elementos estruturantes desse processo, além da segmentação e precarização do trabalho, mas principalmente a espoliação urbana¹⁰⁸ (KOWARICK, 1979). A espoliação urbana, de um conceito que estende as formas de exploração no domínio do trabalho¹⁰⁹ à realidade urbana, traz a ideia de que essa força trabalhadora está submetida a constantes carências¹¹⁰, de bens de consumo coletivo como moradia, transporte, água e luz.

Nesse sentido, a noção de “modernização e não modernidade” discutida por Reis (2011) no contexto de Palmas faz conviver a realidade de duas cidades distintas (LIRA, 2011): uma, caracterizada por aspectos de desenvolvimento econômico e social e a seu revés, uma outra cidade. A produção desta cidade está atrelada a relações complexas entre seus agentes produtores (em grande parte, da iniciativa privada) e Estado, que tem como resultado a produção de pobreza, a

---

¹⁰⁸ Termo cunhado por Lúcio Kowarick (1979), diz respeito às condições de precariedade urbana da força de trabalho, dada pela inexistência de serviços públicos coletivos, da precarização das condições de trabalho (relações, salário, direitos) e da impossibilidade de sustentar elementos considerados necessários para a subsistência dos trabalhadores, como a moradia.

¹⁰⁹ Apesar de o termo ter sido cunhado a partir de diálogos de uma São Paulo dos anos 1970 – de uma metrópole de subdesenvolvimento industrial –, os temas enunciados pelo termo espoliação urbana põem em questão aspectos de constituição de territórios em desdobramentos de processos socioeconômicos e agenciamentos políticos de diversos agentes – em um cenário comum às outras cidades brasileiras marcadas pela urbanização desigual.

¹¹⁰ A espoliação perpassa o cotidiano à medida que é nele que as mazelas da população trabalhadora se realizam, no movimento que tenta prover sua subsistência.

concentração de investimentos públicos, a ordenação seletiva do território – produzindo espaços mais ou menos valorizados –, construindo uma cidade segregada e desigual.

Espaços públicos e processos de transformação espacial em Palmas

A adoção de uma agenda “humanística e ecológica” (VELASQUES, 2010, p. 205), defendida pelos autores do projeto (GRUPOQUATRO, 1989; SEGAWA, 1991), comparece no desenho urbano em uma série de espaços públicos (COCOZZA, 2007), o que, no entanto, isto não significa a necessária apropriação e transformação desses espaços em lugares de qualidade. Ainda segundo Coccozza (2007), procurou-se uma “espacialização urbana equilibrada”, principalmente de áreas verdes públicas, sendo usada como recurso propagandístico a criação do slogan “Cidade ecológica”, com a intenção de promover a cidade e atrair moradores de outras regiões do país. Para Coccozza (2007, p.197):

A diversidade de espaços que formatam o tecido urbano não catalisou suas potencialidades para a constituição de um ambiente com interações. [...] A configuração destes em Palmas representa uma conquista para o urbanismo sob a ótica de um sistema pensado para diversas finalidades, porém o excesso de espaços livres não representa necessariamente qualidade.

A apropriação desses espaços tem a ver com a capacidade de trocas, dinâmicas sociais e interação com o seu entorno urbano. Havia uma certa indefinição dos espaços públicos em Palmas, a começar pela indicação de seus usos: boa parte dos espaços públicos livres são caracterizados como Área Pública Municipal (APM), que legalmente podem vir a ser praças, postos de saúde, área para quiosques, etc. Os projetos das quadras, em sua maioria, têm apenas a indicação de APMs, ficando a cargo do poder público dar a destinação a essas áreas, o que em boa parte dos casos não acontece, caracterizando estes espaços pela ausência de definição e intervenção pelo poder público.

O caráter por vezes residual desses espaços públicos no tecido urbano inspira a reflexão sobre a real intenção no ato de projetar espaços públicos de qualidade e suas formas de integração com o contexto urbano. O caráter homogêneo, de uma sequência de espaços que se repetem em suas formas e ritmos, ou mesmo, como analisa Coccozza (2007), a desproporção em extensão de área de alguns espaços públicos e a “falta de integração com um espaço construído mais envolvente [faz] perder força na consolidação desta como um espaço de urbanidade” (COCOZZA, 2007, p. 199). Um exemplo desses espaços “residuais” são as APMs no entorno das quadras, entre o interior das quadras e as avenidas. Muitas vezes são apenas recortes resultantes do parcelamento de lotes regulares, sem uma preocupação com sua forma ou função enquanto espaço de

passagem¹¹¹ ou possível espaço para instalação de pequenas edificações. A falta de urbanização nas regiões periféricas das quadras é um fato comum na cidade, assim como demonstrado no exemplo da Figura 20.

Figura 20: Exemplo de APM no entorno da quadra 110 Norte. Foto da autora (2017) e mapa, SEMDUS (s/d) modificado pela autora (2018).

Pastore (2012) critica a “descrição sumária do partido da cidade que se abstém de definir o caráter de seus espaços urbanos”, num Projeto Urbanístico que delimita as áreas públicas, mas se abstém de detalhá-las, o que acaba por constituir espaços urbanos indefinidos, “sem receber o crivo do processo de apropriação e representação que confirmariam seu *status* de paisagem” (PASTORE, 2012, p. 65). Coccozza (2007, p. 125) em leitura a Lira (1995) reforça a crítica à indefinição dos projetos públicos:

A contradição é que com essa declaração os respectivos arquitetos não concebem a visão socializada da cidade, preferindo pelo que nos parece, uma cidade a serviço da iniciativa privada, o público, o coletivo de Palmas se restringe às praças, avenidas e prédios institucionais, o restante é disposto, dentro do projeto, para ser construído pela iniciativa privada. Então, contrariamente, eles reclamam e dizem que o projeto original da cidade está ameaçado.

A indefinição e a falta de condições mínimas de urbanização – da intervenção do Estado – dificultam o processo de apropriação dos espaços públicos da cidade. A estratificação social (de modo geral) define o lugar de cada grupo no território das cidades, criando polos de agregação social, desarticulando em certo nível a possibilidade de suscitar a convivência de diferentes estratos sociais nos espaços públicos das cidades. Em cidades em que o centro ainda é referência ou principal ponto de consumo e de serviços, como bancos, lojas, escritórios (como outrora em cidades

¹¹¹ Podendo contribuir para uma maior capilaridade do tecido urbano das quadras.

hoje polinucleadas), o centro é frequentado por todos, sendo território onde a população se sente confortável para encontrar amigos, namorar, etc. Em outros casos, de cidades segregadas socioespacialmente como Palmas, distâncias, dificuldades na mobilidade urbana de parte da população e também questões ligadas a estigmatização, preconceitos e evitações, regulam, em maior e menor medida, a utilização de certos espaços públicos.

A conformação da capital tocantinense, pautada na segregação socioespacial e nesta distinção de estratos sociais, dificulta a aproximação da constituição de seus espaços públicos segundo a noção clássica – de uma construção social da vida cívica de um espaço para todos – mais ainda porque estas noções tratam de contextos de cidades européias anteriores ao processo de industrialização que modificou significativamente os paradigmas de cidade e suas relações.

Somado a isso, resalta-se o papel do modelo atomizado de espaços públicos nas quadras palmenses que viabiliza um uso local (inicialmente com intuito de suprir uma demanda local por espaços públicos), mas ao mesmo tempo contribui para uma inércia social, no sentido que não suscita a interação entre moradores das mais diferentes localidades. Essas inferências serão abordadas no Capítulo IV, com discussões a respeito das interações sociais nas quadras e seu entorno.

Além da questão da atomização de espaços a nível das quadras, há outro ponto a se destacar sobre Palmas no tocante à consolidação de seus espaços públicos (ou distanciamento da noção de). Enquanto cidade planejada e recente, o espaço urbano de Palmas não experienciou a passagem de períodos históricos (gerações), nem de processos de ressignificação de seus lugares urbanos, como, por exemplo, processos de degradação e esvaziamento de seu centro, ou de gentrificação. Cidades de formação tradicional comumente experienciaram transformações sociais, políticas, na forma urbana e disputas em seus territórios, construindo uma memória urbana e, por que não dizer, ainda preservam alguma prática. Essa memória urbana, da vitalidade e convivência de alteridades, tem a possibilidade de expressões políticas e culturais e de conflitos socioespaciais inerentes a esse cenário.

Um exemplo de espaço potencial para encontros em Palmas é a região da Praça dos Girassóis, considerada por Oliveira (2016) o centro da capital, para onde diariamente converge grande parte da população palmense. Como se viu, a região é dotada de um grande espaço público (Praça dos Girassóis) de força simbólica e acessível: no sentido físico, como também da possibilidade de acesso por meios de transporte que servem a região. Apesar de sua potencialidade enquanto espaço público representativo e de convergências (da possibilidade de reunir pessoas de toda Palmas), a não apropriação da praça e de seu entorno, assim como aponta Reis (2011), é clara. Oliveira (2016) estuda a mesma região analisando as práticas sociais e identifica certa diversidade de usuários, porém de uma ocupação tímida do espaço, contida por uma aparente normativa contingente das expressões: “Os espaços livres públicos do Centro de Palmas ainda não

foram conquistados por seus cidadãos comuns pelo viés da apropriação cotidiana e, portanto, para o fomento da esfera de vida pública” (OLIVEIRA, 2016, p. 322). O avesso da apropriação na Praça dos Girassóis e entorno reduz tal espaço público à sua dimensão simbólica, esvaziada de memórias urbanas e afetos.

Tanto as normativas sociais contingentes, que parecem regular as práticas socioespaciais no centro de Palmas, quanto a continuidade da expansão de Palmas Sul¹¹² podem ter origem em uma mesma razão: a que naturaliza a condição de desigualdade. A desigualdade própria do processo de urbanização brasileiro e de uma herança secular clientelista coloca um papel social para os diferentes estratos sociais na cidade, naturalizando o domínio de uns e a desmobilização de outros.

O processo de desagregação dos espaços públicos em Palmas parece, a priori, estar engendrado na condição de formação da cidade, de uma ocupação seletiva e da construção das representações de uma cidade. A partir do exposto, questiona-se: é possível, então, uma inversão de tal quadro na intenção de estabelecer aproximações à noção de espaço público, como potência de esmaecimento de tais disjunções?

Nesse sentido, Netto (2012, p.45) também questiona: “Em face de tais tendências de desagregação disparadas no próprio processo de formação de identidades, o que mantém sistemas sociais integrados?”. A compensação dessa tendência dissociativa precisa de processos de interação que sejam capazes de ser mais fortes que as forças dissociativas. A interação no espaço público se demonstra como alternativa: a copresença em situações cotidianas, nas mediações “envolvendo práticas de ordem simbólica – as quais transcendem processos de agregação social exclusiva ao envolver contatos e reconhecimentos mútuos capazes de produzir permeabilidade entre campos sociais” (NETTO, 2012, p. 45). O reconhecimento entre alteridades, sobretudo entre temporalidades, leituras e práticas distintas colocadas no convívio emergem como força de disjunção, mas também de expressão cultural e política na coletividade.

O autor parece afirmar o espaço como promotor de algo que supere a restrição de interação entre diferentes: mas como o espaço poderia suscitar esse papel integrador? Assim como a urbanidade não poderia ser induzida pelo espaço apenas, ela não emergiria em qualquer condição espacial. Se ela se refere ao encontro, experiência e reconhecimento do Outro em sua alteridade e a uma efervescência da interação livre de restrição, o espaço deve ser capaz de ter papel ativo como meio de integração social, acessível a todos – de uma dimensão simbólica (abstrata) e também da concretude do espaço (SERPA, 2008). Em outras palavras, não podemos desespacializar a condição de urbanidade. Cidades certamente têm a ver com distintas intensidades

---

¹¹² Consequentemente da não disputa de territórios nas áreas mais centrais (como visto anteriormente, os movimentos de moradia localizam suas lutas em áreas periféricas da capital).

de interação ou de controle da interação. Mas quais seriam as características dos espaços da comunicabilidade e da alteridade? (NETTO, 2012, p. 51).

O espaço da urbanidade é o espaço da experiência e da memória, permite emergências e práticas sociais, da conexão de diferentes atores e sujeitos copresentes – daqueles que atuam nas situações urbanas, do espaço público enquanto espaço de interação (envolvimento ativo) ou daqueles que observam sem interagir, apenas observam as outras pessoas (CARMONA *et al*, 2010).

Em Palmas, é possível apontar locais representativos de uma efervescência de interações, menos atreladas às contingências normativas sociais. Nesse sentido, é possível apontar as feiras, parques e praias (fluviais) como marcos da esfera pública da capital.

Mapa 4: Localização dos principais espaços públicos de Palmas. Fonte: imagem do Google Earth, adaptada pela autora.

Assim como afirma Coccozza (2007), as feiras públicas de Palmas são ponto de convergência para comércio, serviços e mesmo de entretenimento, uma vez que reúne expressões autênticas da pluralidade populacional, gastronômica e cultural da cidade. As feiras da capital tocantinense têm estruturas fixas – barracões cobertos e área cercada –, em áreas públicas destinadas a esse uso. Essa característica destaca a importância das feiras na cultura e ritos cotidianos da cidade.

As feiras em Palmas, localizadas em toda extensão da cidade (ver Error! Reference source not found.), tornaram-se referências urbanas, principalmente como marcos de um espaço de comércio e trocas, no entorno do qual orbitam outras transformações e processos. Nesses entornos, pode-se observar ocupações temporárias de consumidores, ambulantes, artistas, intervenções, ações, entre outros, nos dias em que acontecem as feiras, bem como de transformações de uso do solo no entorno, transformação de caráter mais permanente (apesar das muitas improvisações em muitas instalações), com implementação de estabelecimentos comerciais prolongando a vocação comercial da área. Essa transformação pode ser percebida na Error! Reference source not found.²¹, que demonstra o entorno de uma das principais feiras da capital, a Feira das ARNOs (ver Error! Reference source not found., Número 2), cujo entorno teve a proliferação de pequenos comércios, tornando-se um centro comercial importante para a região noroeste da área planejada.

Figura 21: Feira da 307 norte e entorno. Foto da autora (2017)

Outro exemplo de feira, de uma duração temporal menor, é a chamada “feira do bosque”, realizada ao ar livre aos domingos no fim da tarde, na Praça Bosque dos Pioneiros na quadra 502 sul (ver Error! Reference source not found., Número 8). Essa feira acontece sob as estruturas móveis das tradicionais bancas de feira (ver Error! Reference source not found.²), não interferindo na dinâmica espacial local nos outros dias da semana, mas ainda assim, sendo representativa de um rito semanal dos palenses. Fora do período da feira, nota-se a ocupação ocasional do referido bosque, com pequenos eventos, piqueniques e encontros de amigos, que contribuem para uma ocupação mais efetiva do espaço, com uma diversidade de usos e pessoas, abrigadas pelo sombreamento e tratamento paisagístico da praça (COCOZZA, 2007, p.120).

Figura 22: Feira do Bosque na quadra 502 sul. Foto: MARA (2017)

Próximo a 502 sul, está o Parque Cesamar, principal parque urbano dentro da área planejada. Criado em 1998, o parque dispõe de pista para caminhadas e equipamentos para a prática esportiva, cercados pela mata e ao lado da lagoa formada com o represamento do córrego Brejo Comprida (ver Error! Reference source not found.3 e Mapa 4, Número 7). “A Criação dele proporcionou a preservação do principal fundo de vale que delimita a área central, destacando-se em meio ao traçado ortogonal, costurando a trama urbana” (COCOZZA, 2007, p.125). No parque fica também a Casa Suçuapara, que foi sede da primeira Prefeitura e Câmara Municipal de Palmas. Hoje, no local, funciona um museu – a Casa da Cultura –, que abriga o acervo histórico de Palmas com fotografias, documentos e mapas que retratam momentos históricos da capital (TOCANTINS, *on line*).

Figura 23: Parque Cesamar. Fonte: Tocantins TV (2015)

O parque é uma das principais referências de espaço público em Palmas, tendo uma consistente frequência de visita¹¹³ durante a semana, mas principalmente nos finais de semana. Sua imagem, de maneira geral, está relacionada ao contato com a natureza, reafirmadas pelo *marketing* das incorporadoras (ver Error! Reference source not found.4), utilizando da proximidade ao parque como marco de qualidade de vida para empreendimentos localizados na quadra 404 sul (quadra das camadas mais ricas de Palmas e objeto de estudo da dissertação, com análises mais aprofundadas no capítulo IV). Tal relação está inscrita inclusive na nomeação de tais empreendimentos, como *L'etoile du parc* e também no *Reserva du parc*.

Figura 24: Material publicitário de empreendimentos verticais na quadra 404 sul. O parque Cesamar é evidenciado como elemento de prestígio e qualidade de vida. Fonte: Reserva du Parc, (*on line*) e Urban Soberano, (*on line*)

Apesar da conotação valorizadora de localização para a “elite” e da proximidade da entrada do parque com a quadra 404 sul, o mesmo apresenta visitantes de diferentes estratos sociais, a acessá-lo utilizando diferentes modais: transporte público, automóveis particulares, bicicleta, skate ou mesmo a pé. O parque possui diversas instalações para prática de esportes físicos, mas nos

¹¹³ Constatada a partir do trabalho de campo que tinha como objeto de campo quadras nas proximidades do parque.

últimos anos tem sido frequentado também para pequenas reuniões de amigos, bazares e pequeniques, apropriando-se das áreas livres do parque.

As praias (fluviais), formadas por bancos de areia ao longo dos rios, são um tipo de rito cultural comum nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Em Palmas, entretanto, a acessibilidade às praias não é garantida (ver Error! Reference source not found.), pois nem todas são servidas pelo transporte público – apenas Praia da Graciosa, Praia do Caju e Praia das ARNOs possuem pontos de transbordo de ônibus próximos¹¹⁴. Para as Praias do Prata e do Caju, as vias que dão acesso à beira do lago são precárias, ainda não estruturadas com pavimentação ou sinalização indicativa.

Apesar desse fato, no geral as praias têm uma utilização por diferentes estratos sociais. Há consumidores para bares e restaurantes, muitas vezes não tão acessíveis financeiramente, outros comprando do comércio ambulante e informal (mais acessível financeiramente), ou levando o próprio material de consumo. Há, ainda, consumidores de experiências: pula-pula, aluguel de embarcações, aluguel de pranchas para prática de *stand up paddle*, etc¹¹⁵. A atual gestão municipal, de Carlos Amastha, tem investido na reestruturação das praias com vista para o desenvolvimento do turismo e enaltecimento do potencial paisagístico da cidade (PALMAS, 2016 e 2017, *on line*). Nesse sentido foram entregues as seguintes reformas: Graciosa em 2016, Caju e ARNOs em 2017 e Praia do Buriti em 2016 – esta última reformada a partir de parceria público privada.

A praia mais exaltada no contexto da cidade é a Praia da Graciosa, mais próxima à região central da área planejada (ver Error! Reference source not found.5 e Mapa 4, número 4). Nela acontecem diversos eventos como shows, eventos esportivos, eventos promovidos pela Prefeitura, entre outros; comparecendo como um dos principais cenários retratados ao falar de Palmas¹¹⁶. É bastante utilizada pela população de Palmas e também a praia mais acessada por turistas e grupos de maior poder aquisitivo, estabelecendo seus microterritórios no entorno dos restaurantes, embarcações e grupos isolados.

De acordo com Coccozza (2007), as Praias do Prata e das ARNOs¹¹⁷ nasceram como contraponto à Praia da Graciosa, especialmente a Praia das ARNOs (ver Error! Reference source not found.6), próxima à região residencial noroeste da área planejada, respondendo ao anseio da população local por um espaço de lazer nas proximidades. Por essa razão, na Praia das ARNOs percebe-se uma maior apropriação por moradores das quadras próximas em comparação às outras praias, distantes das quadras residenciais ocupadas na atualidade.

---

¹¹⁴ De acordo com o site Meu Busão (s/d, *on line*). Disponível em: < <http://www.meubusao.com.br/app/>>.

¹¹⁵ Principalmente na Praia da Graciosa.

¹¹⁶ Tratamos, aqui, uma breve análise sobre os usos na Praia da Graciosa, pelo seu caráter representativo e caracterizado pela maior presença de diversidade. Não se abordou de igual forma as demais praias, por não se tratar do escopo do trabalho.

¹¹⁷ Ver Mapa 4, números 9 e 1, respectivamente.

Figura 25: Praia da Graciosa. Fonte: Tocantins TV (2015)

Figura 26: Praia das ARNOs antes (primeira e segunda figura) e durante a reforma (terceira figura). Fonte: Foto da autora (2017), G1 Tocantins (2017) e Tocantins Eventos (2017), respectivamente.

Os espaços urbanos citados, repletos de processos de agregação social, reúnem pessoas de diferentes regiões de Palmas, bem como de diferentes estratos sociais – emergindo como “oásis” de vitalidade urbana. Mesmo considerando pequenas distinções e certas territorializações nos usos dos espaços, a utilização desses tem papel relevante na dinâmica de sociabilidades e encontros na capital, demonstrando que, apesar da aparente disjunção no sentido de constituição dos espaços públicos de Palmas, há encontros e diversidade.

O sentido de urbanidade e do urbano lefebvriano se encontram ao sugerir a cidade como local onde o sujeito se localiza e experiencia o mundo, local de encontro de alteridades, sem exclusão de grupos e com enfrentamentos – se opondo à noção de segregação – na forma de produção social que “trans-forma” a cidade. Eventos, festas populares, feiras, mesmo que periódicos ou esporádicos, são importantes pois propiciam a convivência, a experiência de compartilhamento do espaço físico, bem como de ideias e paradigmas. Em tais eventualidades, é possível a colocação de questões individuais ou coletivas, dando lugar de fala para grupos ou questões reticentes, oportunizando a troca, a reflexão, a mudança. Netto (2012), defende a urbanidade como devir¹¹⁸ do urbano, como no devir de Lefebvre, em que a construção de uma outra sociedade acontecerá na prática, nas transformações do cotidiano, na (re)apropriação da cidade.

Transformações espaciais e privatizações

Na contramão da apropriação cotidiana da cidade, o cenário que se tem visto na contemporaneidade é de espaços cada vez mais estéreis e indiferentes à diversidade de interações (intensidades, atividades, pessoas). Espaços que não propiciam ancoragens para as práticas oferecem dificuldades à emergência da urbanidade. Tendemos a não encontrar urbanidades em espacialidades inertes, anti-urbanas ou em labirintos (imposição de máxima desorientação e dificuldade de navegabilidade, mobilidade e interatividade) (NETTO, 2012).

Na contemporaneidade, tais espacialidades inertes, anti-urbanas, têm se proliferado, além das questões das formas de ocupação e fechamento dos lotes nas quadras residenciais¹¹⁹, mas principalmente com a emergência dos espaços privados como paradigmas modo de vida. Paradigmas homogeneizadores atingiram também a produção de espaços públicos: relaciona-se elementos dos espaços privados como “ideais”: mobiliário, anteparos para publicidade, aparatos de segurança, normatizações, etc.

---

¹¹⁸ Potencialidade da transformação.

¹¹⁹ Como descrito no capítulo II, o modelo das quadras residenciais de Palmas instituía que os lotes localizados nas regiões limítrofes das quadras tivessem a frente voltada para o interior das quadras. Com a massiva utilização de muros para o fechamento dos lotes, a paisagem resultante no exterior das quadras é de um corredor de muros e empenas cegas, negando o espaço no entorno das quadras.

A seguir, enumerou-se alguns casos representativos da dimensão de produção de espacialidades privadas na cidade de Palmas, com destaques para a convivência do poder público nesses processos.

A dimensão do lazer e consumo hoje referencia-se fortemente no *shopping center*; destacando-se aqui o caso palmense do *shopping* Capim Dourado, maior unidade do segmento no estado do Tocantins. Observa-se a obscuridade do imbricamento entre Estado e iniciativa privada, em favor da produção de espaços pacificados, nesse caso, da implantação e aquisição do terreno (em 2008) do empreendimento.

Construído às margens do córrego Brejo Comprido, foi alvo de críticas sobre sua viabilização, do ponto de vista urbano e ambiental e, ainda, objeto de Ação Civil Pública (2012)¹²⁰ por alienação ilegal e lesão aos cofres públicos em razão da aquisição do terreno do empreendimento. O referido terreno, anteriormente porção constituinte de uma Área verde (Área de Proteção Permanente do córrego Brejo Comprido), teve seu uso alterado para “Centro de comércio e serviço” por decreto do poder executivo em 2008, sem licitação, consulta pública ou realização de Estudo de Impacto de Vizinhança. A Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Tocantins alegava ainda que o valor praticado nesta negociação lesou o Estado em 9 milhões de reais, recebendo críticas sobre o apadrinhamento e favorecimento dos interesses empresariais. Carlos Amastha, na ocasião desta negociação, era um dos principais sócios da empresa que lançou o empreendimento. Depois disso, Amastha inseriu-se no cenário político tocantinense e em 2012 foi eleito prefeito da capital¹²¹.

Outro caso representativo do processo de privatização de espaços públicos se dá por meio de modificações e usos de caráter privado, praticados por moradores e estabelecimentos comerciais e de serviços, destacando-se as quadras 404 sul e principalmente a 204 sul. Na quadra 204 sul, as principais alterações de uso na quadra criaram pequenos trechos onde comércio e serviços se aglomeram, atraindo mais pessoas e modificando o espaço. O processo de privatização de trechos da quadra 204 sul é relevante, e se ativa na medida em que o setor privado investe na ambientação das imediações de seus estabelecimentos, com novas pavimentações, iluminação, paisagismo e linguagem visual.

Esse processo de ativação da iniciativa privada parece legitimar-se ao passo que responsabilidades da municipalidade são solucionadas e sustentadas por moradores e empreendedores: a iluminação dos estabelecimentos e residências que suprem a falta de iluminação pública, a construção de uma praça em área pública na 404 Sul (ver Error! Reference source not found.) pelos moradores dos condomínios verticais em frente¹²², a contratação de ronda e segurança privada na 404 sul, a manutenção de pequenas áreas verdes e das calçadas

---

¹²⁰ Ver Tribunal de Justiça do Tocantins, processo 5035385-38.2012.8.27.2729. Disponível em: <<http://www.tjto.jus.br/>>.

¹²¹ Nas eleições de 2016 ficou à frente e em 2017 assumiu seu segundo mandato como prefeito.

¹²² Ao chegar ao local, a pesquisadora foi interpelada sobre sua presença.

promovendo a ambientação de estabelecimentos de entretenimento noturno, comércio e serviços, assim como acontece na quadra 204 sul.

Figura 27: Imagem de rua escura na quadra 204 sul e da praça ao norte da quadra 404 sul (direita). Fotos da autora (2015 e 2016).

Tais “adequações” vêm, portanto, “coroar” um processo de valorização imobiliária de áreas já em evidência, acrescentando novos atributos físicos a áreas servidas de boa infraestrutura e serviços urbanos. Contribuições estas de caráter restrito, voltadas apenas ao público alvo de seus empreendimentos, visto que em áreas nobres das cidades as dinâmicas sociais comumente seguem padrões de distinção e separação de outros grupos sociais. Esse caráter restritivo, observado nas cidades contemporâneas, tem os empreendimentos horizontais de acesso controlado como um dos principais elementos de ativação e realização. Nesse sentido, o tópico a seguir discute o panorama de produção de empreendimentos do “modo de vida do condomínio” na capital tocantinense.

Empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em Palmas

Como em diversas cidades brasileiras, em Palmas há a formação da figura de “condomínio horizontal fechado” como nos casos de ocupações clandestinas, parcelamentos em áreas de proteção ambiental, fechamento de loteamentos, entre outros. A legislação local, que especifica parcelamentos e sobre a qual se baseiam os órgãos municipais responsáveis para a avaliação e aprovação de empreendimentos que posteriormente se configuram como condomínios residenciais horizontais de acesso controlado, é o Decreto Municipal nº 35 de 4 de fevereiro de 2004. Em muitos aspectos, esta lei reproduz parâmetros da Lei do Parcelamento (Lei Federal 6766/1979) e se apoia nas Leis 4591/1964 (artigo 1º) e Código Civil (artigo 1331), que estabelecem a figura jurídica do condomínio, sem qualquer parcelamento do terreno. Em muitos aspectos as leis federais foram

modificadas com a publicação da Lei Federal nº13.465 de julho de 2017 – chamada nova lei de Regularização Fundiária¹²³ –, que alterou alguns parâmetros relacionados à regularização e regulação de “empreendimentos habitacionais de acesso controlado”, como será apresentado a seguir.

No âmbito municipal, parece haver no Decreto nº 35/2004 uma pequena confusão de termos, uma vez que as exigências para loteamentos e parcelamentos se confundem. No decreto, o termo “parcelamento do solo” possui exigências de detalhamento acerca do sistema viário (ângulos, dimensões e perfis das vias), “descrição do empreendimento” ou caracterização do mesmo e “indicação” das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do empreendimento” (art. 11 incisos II, III, IV, V e VII). Tais exigências resgatadas da Lei Federal nº 6766/1979, correspondentes ao procedimento de **loteamento**¹²⁴, em que para a constituição de novos lotes exige-se a abertura ou prolongamento do sistema viário e a previsão de espaços para equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público. A contradição acontece pelo fato de o decreto se referir a “parcelamento do solo” apenas como modalidade de loteamento, quando, no entanto, a Lei Federal nº 6766/1979 considera parcelamento os procedimentos de loteamento e também desmembramento de lotes.

No que concerne à figura jurídica do condomínio instituído nas Leis 4591/1964 (artigo 1º) e Código Civil (artigo 1331) – anteriormente à Lei Federal nº 13.465/2017 –, o condomínio apenas poderia ser registrado sob a condição da existência de edificações na área ou pelo menos da aprovação de projeto(s) de construção. O Decreto Municipal nº35/2004 (art. 9º) diz que os empreendimentos implantados sem a prévia aprovação da administração pública ou em desacordo, na posterioridade, poderiam não ter seus respectivos projetos de edificações aprovados. Esse ponto da lei e a repetida utilização do termo “condomínio residencial” na aprovação de empreendimentos destinados à venda de terrenos para edificação (aprovados por meios de decreto do executivo municipal) indicam uma contradição com a legislação existente anteriormente a julho de 2017, que proibia tal prática.

O Decreto Municipal de 2004 demonstra que o entendimento da legislação municipal em relação à figura do condomínio era equivocado/permissivo com a aprovação de empreendimentos com finalidade de comercialização de “lotes”. Essa prática, bastante comum no Brasil, parece ter sido legitimada através da Lei Federal nº 13.465/2017, que institui “condomínios de lotes” (modificando o Código Civil de 2002), possibilitando um novo conceito de lote, antes criado apenas a partir de desmembramento ou loteamento, agora podendo corresponder a um lote inserido em um regime condominial de parcelamento do solo. Há parcelamento do solo, porém, na forma de

---

¹²³ Além do vasto campo relacionado à regularização fundiária, tema não abordado nesta dissertação.

¹²⁴ De acordo com a própria Lei Federal 6766/1979, desmembramento e loteamento são tipos de parcelamento, o primeiro criando novos lotes com acesso direto à via, porém aproveitando a infraestrutura e sistema viário existentes; o segundo regulamenta que esse tipo de parcelamento está ligado a abertura ou prolongamento de novas vias que atendam aos lotes criados.

condomínio de lotes. O agravante nessa questão é que não há limites quanto às dimensões desses empreendimentos, podendo, no entanto, ser limitada por legislação local, a fim de evitar que trechos extensos de cidade sejam cerceados, formando verdadeiros “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000).

Segundo Custódio (2017), o condomínio de lotes da Lei Federal 13.465/2017 foi inspirado no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 208/2015, ainda em tramitação no Senado Federal, de autoria do então Senador Marcelo Crivella:

A justificativa do PLS nº 208/2015 e, por extensão, a do condomínio de lotes da Lei Federal nº 13.465/2017 são duas: (I) eliminar a insegurança jurídica gerada, de um lado, pela falta de amparo na legislação civil para a constituição de condomínios edilícios sem edificações e, do outro lado, pela omissão da Lei Federal nº 6.766/1979 quanto à possibilidade de subdivisão de glebas sob a forma condominial, como alternativa ao parcelamento do solo tradicional; e (II) coibir os abusos de legislações municipais contra as lacunas da legislação federal vigente, assim garantindo o cumprimento dos ônus urbanísticos nas operações de parcelamento do solo (CUSTÓDIO, 2017, p. 1948).

Entretanto, Custódio (2017) afirma que a lei de 2017 possui problemas de definição de conceitos e que a matéria carece de amadurecimento em vários aspectos urbanísticos envolvidos.

No âmbito municipal, o Decreto nº 35/2004 traz ainda a figura do “núcleo local fechado: conjunto de áreas particulares ou privativas isoladas por elemento de vedação, mantendo acesso restrito e/ou controlado para o sistema viário público” (art. 2º inciso VIII). Melgaço (2010) afirma que “a legislação brasileira prevê o fechamento para condomínios edilícios desde que sejam áreas pequenas e que não alterem o trânsito, mas não permite o cercamento de loteamentos inteiros” (MELGAÇO, 2010, p. 155). O termo condomínio edilício tem sido sistematicamente explorado para fundamentar empreendimentos muito maiores; tal termo:

Foi ele estabelecido [...] para possibilitar o aproveitamento de áreas de dimensão reduzida no interior de quadras, que, sem arruamento, permitam a construção de conjuntos de edificações, em forma de vilas, sob o regime condominial. Em situação como essa, a relação condominial é de grande utilidade, como na chamada propriedade horizontal. Quando, no entanto, a situação extrapola desses limites, para atingir o parcelamento de gleba com verdadeiro arruamento e posterior divisão das quadras em lotes, ou mesmo quando se trata apenas de subdivisão de quadra inteira em lotes, com aproveitamento das vias de circulação oficial preexistentes, então, aquele dispositivo não pode mais constituir fundamento do aproveitamento espacial, em forma de condomínio, porque aí temos formas de parcelamento urbanístico do solo, que há de reger-se pelas leis federais sobre loteamento e pelas leis municipais sobre a matéria urbanística, aplicáveis a esse tipo de urbanificação (SILVA, 2012 *apud* CUSTÓDIO, 2017).

No Decreto Municipal nº 35/2004 (art. 5º Parágrafo 9º), institui-se que os núcleos fechados podem estar dentro dos empreendimentos (loteamentos, parcelamentos) desde que: I) aprovados no projeto global do empreendimento; II) as áreas públicas do empreendimento estejam externas aos fechamentos desse “núcleo”; III) os elementos de fechamento estejam distantes 10 metros do meio fio do logradouro; IV) que todas as obras, serviço, manutenção e administração devem ser de responsabilidade financeira e operacional dos proprietários; e que V) todas as edificações e

benfeitorias devem ser aprovadas pelo Poder Público Municipal. Essa lei pode figurar sobre a ocupação de lotes multifamiliares, no entanto se abstém de fixar parâmetros que configurem esses núcleos fechados como áreas de dimensão reduzida, oportunizando o mercado imobiliário a valer-se desse instrumento para validar o fechamento de empreendimentos. Em Palmas, essa permissão parece estender-se a empreendimentos horizontais de acesso controlado consolidados em áreas de quadras inteiras (algo em torno de 42 a 49ha), como a aprovação de empreendimentos horizontais de acesso controlado, como o Residencial Polinésia em 2003, Aldeia do Sol em 2008, Alphaville em 2015 (este último aprovado como loteamento, no entanto, desde sua proposição, era de ciência da Prefeitura a intenção de fechar a área), entre outros.

A primeira proposta do Alphaville fechava duas quadras de Palmas. O pedido foi negado pela prefeitura, visando “respeitar o macrozoneamento e evitar criar uma grande “barreira” na cidade” (TAKAHASHI, 2014, p. 63). Dois empreendimentos Alphaville foram aprovados em 2015 sob condição de loteamentos, entretanto, sabidamente a empresa tem como principais produtos imobiliários os empreendimentos horizontais de acesso controlado, associados ao elitismo e sistema securitário. Ambos os empreendimentos localizam-se próximos à Orla da Praia da Graciosa, à Ponte Fernando Henrique Cardoso, à Universidade Federal do Tocantins e ao maior *shopping center* da capital, o *Shopping Capim Dourado*.

A nova lei de Regularização Fundiária vem regulamentar a prática de fechamento e controle de acesso às áreas públicas no interior dos empreendimentos, como no caso do acesso a praias e Áreas de Proteção Permanente (APPs), sendo estipulado a permissividade de acesso aos não-moradores dos respectivos empreendimentos. A lei, no entanto, não deixou claro se esse controle de acesso pode ser aplicado a empreendimentos já existentes, nem descreveu os requisitos ou instrumentos para criação do referido controle, o que dá uma maior liberdade ao Poder Público municipal quanto à implementação desta nova modalidade.

Com a regulamentação da Lei Federal nº 13.465/2017, os condomínios de lotes e o fechamento dos empreendimentos horizontais de acesso controlado – com acesso permitido a não-moradores – são uma possibilidade real para a regularização de empreendimentos horizontais de acesso controlado existentes e oportunidade para realização de novos empreendimentos desta natureza. Até o fechamento do trabalho, em conversa informal com o Professor João Bazolli, que acompanha de perto as questões do direito urbanístico em Palmas, não constatou-se discussão acalorada acerca dos desdobramentos da recente lei na cidade (publicada em 11/07/2017).

Há, no entanto, na proposta preliminar de revisão do Plano Diretor Municipal¹²⁵ (PALMAS, 2017), clara atualização das regulamentações relacionadas aos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em congruência com as possibilidades delineadas pela Lei Federal nº 13.465/2017. Entretanto, no texto da proposta para o Plano Diretor, não consta ainda a

---

¹²⁵ Publicado na plataforma *on-line* de consulta pública à revisão do Plano Diretor em 23/11/2017.

regulamentação nos termos descritos pela Lei Federal nº 13.465/2017: “condomínios de lotes” e “loteamentos de acesso controlado”, bem como há um amplo uso do termo “condomínio” sem esclarecer aspectos relativos a fechamentos, controle de acesso, procedimentos de aprovação para novos empreendimentos, entre outros. No texto, que ainda deve passar pela Câmara Municipal, há uma sinalização na direção da permissividade e regulamentação dos empreendimentos horizontais de acesso controlado, mas as definições normativas ainda carecem de aprimoramento.

A proposta preliminar do novo Plano Diretor de Palmas prevê a regularização de empreendimentos horizontais de acesso controlado (atualmente irregulares) ao norte e a leste da área planejada de Palmas, mesmo que com ressalvas condicionais como a adequação de vias e a limitação da densidade construtiva (em área), como também em quantidade de edificações por propriedade (ou unidade autônoma). O texto da proposta preliminar prevê mecanismos para coibir a densificação e criação de novos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado na faixa leste (zona rural¹²⁶), lindeira ao perímetro urbano, ao deixar expresso o desejo de consolidar na área atividades de produção de alimentos, atividades agrícolas de pequeno porte e turismo rural. A proposta preliminar afirma a pretensão de restringir ocupações residenciais nessa faixa leste, se apoiando na limitação da densidade construtiva, admitindo até duas unidades habitacionais por unidades autônomas (com área mínima de 4ha), desde que uma das habitações tenha área construída de até 60 metros quadrados ¹²⁷. Essa configuração desvirtuaria a formação de condomínios adensados, muitas vezes à revelia de loteadores despreocupados com parâmetros mínimos para execução de vias e infraestrutura básica, agravando os problemas urbanos gerados pela dispersão do tecido e ocupações clandestinas.

Observa-se aparentes desencontros ou inconsistências de termos usados pelo governo municipal de Palmas acerca de termos formulados pela legislação federal, fato apontado na redação do Decreto Municipal nº35/2004 anterior à 2017 e também, como verificado, no texto preliminar da revisão do Plano Diretor posterior à promulgação da nova lei da Regularização Fundiária. Esses aparentes desencontros ou inconsistências parecem tentar superar entraves estabelecidos por outras instâncias, editando leis e colocando a possibilidade de implementar empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado na cidade de Palmas.

A respeito da competência municipal, em trabalho anterior, a autora desta dissertação apontou a postura da Prefeitura Municipal de Palmas quanto às estratégias do ordenamento territorial para com os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado (e também para empreendimentos de grande impacto). No estudo de 2014, a autora relata a conversa com a então secretária de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Germana Coriolano, na qual constatou-se que a Prefeitura de Palmas adotava medidas compensatórias (não regulamentadas no Plano

---

¹²⁶ Chamada no texto preliminar de: zona de transição.

¹²⁷ Taxa de ocupação máxima do lote de 20%. Para efeito de comparação, 20% de 4ha equivale a 8000 metros quadrados.

Diretor Participativo) em contrapartida com a aprovação de novos empreendimentos horizontais de acesso controlado em áreas correspondentes a quadras inteiras, assim como estipulado no Memorial de Projeto de Palmas.

As medidas compensatórias trariam “retornos para a cidade” por meio de contrapartidas financeiras ou benfeitorias. Em caso citado pela então secretária, o estudo do Plano de Mobilidade de Palmas foi pago como medida compensatória da instalação de uma grande loja de departamentos na cidade. A implantação e mudança de uso do solo (de habitação multifamiliar para comercial) de tal empreendimento foi aprovada sem consulta pública ou Estudo de Impacto de Vizinhança. Outra medida compensatória citada no caso dos empreendimentos horizontais de acesso controlado é a de transferência de áreas públicas (áreas que seriam doadas no caso de parcelamento) para outras regiões ou a construção de equipamento ou intervenção urbana. “Há possibilidade de estipular que essas áreas correspondam a uma porcentagem maior do que a prevista na lei do parcelamento, como medida compensatória. Outra contrapartida seria a obrigatoriedade da implantação das avenidas, infraestrutura e benfeitorias” (TAKAHASHI, 2014, p. 62) nas áreas do entorno do empreendimento, visto que algumas quadras de Palmas não possuem infraestrutura, avenidas de acesso, etc.

A flexibilização de leis para viabilizar empreendimentos foi adotada também na aprovação de Outorgas Onerosas do Direito de Construir (OODC) em alguns casos na capital tocantinense, anteriores a 2012 quando o instrumento foi regulamentado no município. A OODC foi regulamentada pela Lei Municipal Complementar nº 74/2012¹²⁸ e alguns edifícios na cidade já haviam sido aprovados pela prefeitura por meio de um Termo de Conduta estabelecido entre empreendedores e Prefeitura Municipal, com acordos de pagamentos de serviços, como a requalificação de áreas próximas aos empreendimentos (PAZ, 2015).

Apontados os principais pontos da produção formal de empreendimentos do tipo habitacionais horizontais de acesso controlado na cidade de Palmas, a seguir será apresentado um panorama espacializado desses empreendimentos na capital tocantinense.

Categorias de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em Palmas

O levantamento espaço-temporal dos empreendimentos horizontais de acesso controlado em Palmas demonstra o avanço da reprodução de tais tipologias e a partir do qual é possível notar as principais regiões onde são implantados e o período histórico de maior aparecimento desses

---

¹²⁸ O instrumento de OODC foi regulamentada em 2012 (Lei Municipal Complementar 74/2012), que instituiu que a contrapartida financeira deverá ser “revertida em bens ou serviços em um percentual de até 90%” e o restante deverá ser destinado por meio financeiro ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (fundo de verba pública com destinação a causas como a regularização fundiária, habitação de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, entre outros de interesse coletivo).

empreendimentos (ver Error! Reference source not found.). O levantamento produzido pela pesquisadora, inicialmente no trabalho de graduação, foi atualizado por meio de pesquisa documental e visita a campo, principalmente no que diz respeito ao recorte temporal da pesquisa que nesta dissertação abrange desde a fundação da cidade até 2016¹²⁹. Esse levantamento teve reforço de novos materiais na área de geoprocessamento, produzidos pela Prefeitura de Palmas nos últimos anos.

Em Palmas, identificou-se diferentes tipos de empreendimentos horizontais de acesso controlado, no que se refere ao contexto urbano onde se inserem, às formas de ocupação (casas seriadas ou edificações independentes), entre outras questões. Como já explicitado anteriormente, adotou-se genericamente exemplares de empreendimentos residenciais horizontais de acesso controlado, sem se preocupar com as determinações de legal ou ilegal, ou das denominações: loteamento ou fração ideal – uma vez que interessam aqui os processos socioespaciais e as características do discurso privado, securitário do modo de vida dos “condomínios fechados”. Considerou-se, então, todos os empreendimentos habitacionais horizontais coletivos que, além do fechamento, apresentavam elementos de controle: guaritas para entrada de pessoas, sistema de vigilância, cercas elétricas, entre outros.

Logo, considerou-se empreendimentos encerrados por muros ou barreiras físicas, como loteamentos legais porém murados, chácaras parceladas caracterizadas como ocupação irregular, ocupações em terrenos multifamiliares, com ocupação predominantemente de habitações seriadas¹³⁰ térreas e fechamento encerrando espaço público e espaço privado e ainda ocupações em terrenos unifamiliares (extensos em decorrência do desenho urbano da quadra ou lotes remembrados), com ocupação predominantemente de habitações seriadas térreas e fechamento.

Como aponta a autora desta dissertação em estudo prévio denominado “Condomínios Residenciais na produção do espaço urbano em Palmas” (TAKAHASHI, 2014), é possível identificar quatro categorias de empreendimentos horizontais de acesso controlado na capital (ver Mapa 5):

- 1) fora do perímetro urbano, mas na Área de Urbanização de interesse turístico à beira do lago (com uso voltado ao turismo e condomínios de veraneio);
- 2) dentro do perímetro urbano, ocupando áreas de quadras;
- 3) irregulares fora do perímetro urbano de Palmas (parcelamentos em chácaras);
- 4) construídos em lotes Multifamiliar dentro do perímetro urbano.

---

¹²⁹ Dados da pesquisa anterior (TAKAHASHI, 2014), abrangiam apenas o período entre 2003 e 2013. Os dados compilados a respeito dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado incluem: localização, nome, área, ano de aprovação e número de unidades e podem ser vistos no Anexo I.

¹³⁰ Definição de habitação seriada segundo a Lei Ordinária nº321/2015: “§ 3º Habitação seriada é definida como a edificação com no mínimo de três unidades habitacionais superpostas, justapostas ou isoladas, quando isoladas a distância mínima entre as edificações é de 3,00m (três metros) em lote exclusivo, cuja fração ideal será de 86,50m² (oitenta e seis vírgula cinquenta metros quadrados)”.

Mapa 5: Empreendimentos horizontais de acesso controlado de Palmas, por categorias. Fonte: elaborado pela autora (2018)

Mapa 6:Localização e lançamento de empreendimentos horizontais de acesso controlado. Fonte: Takahashi (2014)
adaptado pela autora, 2018.

Os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado na Área de Urbanização de interesse turístico¹³¹, com uso voltado ao turismo e “condomínios de veraneio” à beira do lago, são empreendimentos voltados para as classes mais ricas, com apelo turístico e temático (esportes náuticos, golfe, entre outros) (ver Error! Reference source not found.8). O contato com a natureza, com o lago, a vegetação do entorno e a localização isolada do empreendimento são elementos de valorização apropriados pelo *marketing* propagandístico do mercado imobiliário da área, ao custo da privatização da paisagem, restringido acesso ao lago.

São empreendimentos de dimensões consideráveis (acima de 500 mil metros quadrados), maiores do que as quadras palmenses, com aproximadamente 490 mil metros quadrados.

Figura 28: Imagens do Polinésia Residence e Resort – Residencial à beira do lago. Fonte: Polinésia. Residence & Resort (*on line*).

A Lei Federal nº 13.465/2017 instituiu o chamado “loteamento de acesso controlado”, que permite a regulamentação pelo poder público municipal, do controle de acesso a loteamentos, “sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados”¹³² e podendo ainda impor limitações construtivas em favor da paisagem urbana e da população em geral, “tais como servidões de passagem, usufrutos e restrições à construção de muros”. Segundo Custódio (2017), o “loteamento de acesso controlado” diferentemente do loteamento fechado:

¹³¹ Apenas dois nesse perfil. Áreas entre os dois empreendimentos, somadas à área dos mesmos, pertencem todas ao mesmo proprietário. Para Área de Urbanização de interesse turístico, ver: Bazolli (2012).

¹³² A Lei Federal nº 13.465/2017, art. 78º, parágrafo 8º.

(...) não ofende, em sua relação interna, o princípio da legalidade (art. 5º, inc. II, da CRFB) e, em sua relação externa, a liberdade de locomoção (art. 5º, inc. XV, da CRFB), o direito à mobilidade urbana eficiente (art. 144, § 10, inc. I, da CRFB) e as funções sociais da cidade (art. 182, caput, da CRFB). Não obstante, essa nova modalidade de loteamento é claramente inconstitucional por violar a liberdade de associação (art. 5º, inc. XX) dos residentes do loteamento que não desejem associar-se ou permanecer associados. Além disso, o loteamento de acesso controlado atenta contra o princípio da igualdade (art. 5º, caput) e contra os direitos à intimidade e à vida privada (art. 5º, inc. X), na medida em que constrange não residentes do loteamento — e só esses — a se identificarem perante terceiros para adentrarem os respectivos logradouros públicos.

No caso desta categoria de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado à beira do lago, em sua atuação normativa, além dos esquemas de segurança rigorosos, de veto à entrada e circulação à população geral (comuns aos empreendimentos de natureza privada), impedem ainda o acesso à Área de Preservação Permanente, área de domínio e usufruto públicos.

A segunda categoria de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado refere-se aos exemplares instituídos em áreas correspondentes às quadras do Plano Piloto de Palmas (ver Error! Reference source not found.9). Esse tipo de configuração sinaliza uma ruptura com o Memorial de Projeto da cidade, impedindo a conformação de uma cidade diversa e integrada.

Figura 29: Entrada social (foto superior) e de serviço (foto inferior) do Condomínio Aldeia do Sol – Condomínio em quadra fechada. Fonte: Takahashi (2014, p.80)

De acordo com Takahashi (2014), os empreendimentos da primeira e segunda categoria tiveram suas propostas de projeto analisados de acordo com parâmetros exigidos para loteamentos¹³³. No entanto, a maioria foi registrada no Cartório de Imóveis como propriedade de um único dono, sendo a instituição do condomínio por meio de fração ideal do terreno. Há casos em que os empreendimentos foram aprovados como loteamentos e posteriormente murados, assim como aponta a autora desta dissertação em estudo anterior, demonstrando casos em que os termos “condomínio” e “loteamento fechado” chegam a ser usados pelos incorporadores nos documentos anexados aos processos de aprovação desses empreendimentos. Pelo uso dos termos acima citados e cientes da prática comum em fechar loteamentos, houve questionamentos por parte dos pareceristas nos autos dos processos quanto à ciência das incorporadoras quanto às diferenças entre condomínio e loteamento e às proibições de cercar áreas públicas.

A terceira categoria de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado localiza-se fora do perímetro urbano (ver Error! Reference source not found.30 e 31), em caráter de parcelamentos irregulares em chácaras, instituídos sob fração ideal de terras rurais, sem a constituição de condomínio edilício. Esses loteamentos chamados pelos moradores de “condomínios familiares” são a forma de coabitação e subdivisão irregular de áreas rurais, em alguns casos com trâmites apenas com documentos de compra e venda. É comum não haver destinação de áreas de lazer ou áreas verdes comuns aos condôminos e as infraestruturas de água e energia elétrica serem atendidas pelas concessionárias como área rural. O transporte coletivo e serviço de coleta de lixo também não atendem essas áreas (TAKAHASHI, 2014), restringindo a mobilidade e qualidade de vida dos moradores.

Figura 30: "Condomínio" de chácaras na região rural à leste de Palmas. Fonte: Takahashi (2014, p. 82)

---

¹³³ Tais empreendimentos possuem previsão de áreas públicas localizadas nas partes exteriores dos muros, sistema viário, áreas de uso comum para lazer e esportes e o loteamento.

Figura 31: Empreendimento estabelecido em chácara à beira da TO-050. Fonte: Takahashi (2014, p.82).

Mesmo sendo uma prática contrária à lei do parcelamento (Lei Federal 6766/1979) e às diretrizes de ocupação estabelecidas pelo Plano Diretor Participativo (Lei Municipal 155/2007), as possibilidades legais de compra de lotes nesses moldes e “o comprometimento dos governos locais, patrimonialistas, em facilitarem ou flexibilizarem o descumprimento da lei para empreendimentos de interesse imobiliário” (FREITAS, 2008, p. 31) possibilitaram a propagação desses loteamentos irregulares (e também clandestinos¹³⁴). Tal modalidade de ocupação é amplamente explorada em diversas cidades brasileiras, corroborando para a dispersão urbana em direção às áreas de fronteira rural. Mesmo com caráter urbano, “não pagam IPTU e não são aprovados pela prefeitura e nem pelo Estado” (FREITAS, 2008, p. 95).

A quarta categoria de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado identificada é aquela de pequenos empreendimentos nos lotes multifamiliares previstos nos projetos das quadras (ver Figura 32). Os lotes multifamiliares foram sugeridos no Memorial de Projeto de Palmas no intuito de possibilitar diferentes densidades e tipologias edilícias nas quadras residenciais. Também foi sugerido que esses lotes – devido à capacidade construtiva aumentar a densidade e logo dos fluxos na quadra – fossem localizados nas beiradas das quadras, evitando um fluxo mais intenso na parte central das quadras. Ao seguir essa configuração, em algumas quadras os lotes multifamiliares estão contíguos uns aos outros, formando um cinturão de lotes de grandes dimensões. Esse fator contribuiu para a formação de aglomerados de pequenos condomínios horizontais e verticais, corroborando para uma paisagem de muros para as avenidas circundantes e para o interior das quadras, e de uma “colcha de retalhos de formas condominiais, isoladas entre si” (FREITAS, 2008, p. 33).

---

¹³⁴ Clandestinos, uma vez que não são da ciência do poder público.

Esses terrenos são destinados à construção de edifícios habitacionais ou habitações seriadas. Em terrenos multifamiliares ou mesmo unifamiliares, há casos em que as unidades habitacionais são dispostas transversalmente ao alinhamento da rua, permitindo uma viela interna privada que dê passagem à cada unidade habitacional formando uma espécie de vila¹³⁵ (Artigo 104 da Lei Ordinária n°45/1990, complementada pelo Decreto n° 879, de 2 de outubro de 2014).

Figura 32: Entrada da quadra 110 norte ladeada por empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em lotes multifamiliares: cena comum nas quadras de Palmas. Foto da autora (2015).

Os empreendimentos estabelecidos em lotes multifamiliares são a categoria mais numerosa, porém a que ocupa menor extensão de área. Há o destaque para esta categoria, pois são numerosos os terrenos multifamiliares ao longo da capital ainda a serem ocupados e percebe-se

¹³⁵ Residências em série transversais ao alinhamento predial: Consideram-se (...) agrupamento de 3 (três) ou mais moradias cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidade de moradia no mesmo alinhamento. Parágrafo Único - o conjunto deverá atender às exigências estabelecidas para o local pela lei de zoneamento. Art. 104 - as edificações de residências em série transversais ao alinhamento predial deverão obedecer às seguintes condições: I - o acesso se fará por um corredor que terá largura mínima de: a) 4,00m (quatro metros) quando as edificações estiverem situados em um só lado do corredor de acesso; b) 6,00 (seis metros) quando as edificações estiverem dispostas de ambos os lados do corredor; II - cada conjunto de 5 (cinco unidades terá uma área correspondente à projeção de uma moradia destinada a play ground de uso comum; *(Redação dada pela Lei Complementar n° 229, de 2011) III - cada uma das unidades deverá obedecer às demais normas estabelecidas por esse Código; *(Redação dada pela Lei Complementar n° 229, de 2011). IV - o terreno deverá permanecer de propriedade de uma só pessoa ou de um condomínio, mantendo-se as exigências fixadas, pela Lei de Zoneamento. (Redação dada pela Lei Complementar n° 229, de 2011). V - Cada uma das unidades deverá obedecer às demais normas estabelecidas por esse código; VI - o terreno deverá permanecer de propriedade de uma só pessoa ou de um condomínio mantendo-se as exigências fixadas, pela Lei de Zoneamento. Residências em série, paralelas ao alinhamento predial Art. 105 - consideram-se residências em série, paralelas ao alinhamento predial, aquelas que, situando-se ao longo do logradouro público oficial, dispensam a abertura de corredor de acesso às unidades de moradia não podendo ser em número superior a 20 (vinte) ou inferior a 3 (três). § 1º - O conjunto deverá atender às exigências estabelecidas para o local, pela Lei de Zoneamento. Art. 106 - As edificações de residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições: I - a testada de cada unidade terá no mínimo, 6,00 (seis metros); I - REVOGADO. *(Redação dada pela Lei Complementar n° 229, de 2011). II - cada unidade possuirá área livre igual à área de projeção da moradia; III - para cada 10 (dez) unidades haverá área igual ao dobro da área de projeção de uma moradia, destinada a "play ground" de uso comum; IV - Cada uma das unidades deverá obedecer às demais normas estabelecidas por esse código.

uma tendência forte em ocupá-los como “vilas” ou condomínios verticais vigiados e fechados (ver Figura 33). Por estes terrenos localizarem-se nas bordas das quadras, intensifica-se a percepção de que as quadras são formadas por “condomínios”.

Figura 33: Relação entre área e quantidade de empreendimentos do tipo “horizontal de acesso controlado”. Elaborado pela autora (2018).

Relativamente ao tecido urbano, destacam-se as categorias: **1)** empreendimentos fora do perímetro urbano, na Área de Urbanização de interesse turístico à beira do lago; e **2)** empreendimentos dentro do perímetro urbano, ocupando áreas de quadras inteiras, pelo agravante de suas escalas, representando o fechamento de grandes extensões de área, principalmente a categoria **2**. O cerceamento dessas quadras exime a possibilidade de passagens, de trocas com seu entorno, dando aos cidadãos a sensação de um espaço em branco dentro da cidade, local desconhecido, onde o acesso é dificultado.

Ainda quanto à relação desses empreendimentos e a cidade, no caso dos empreendimentos da categoria **2**, criados a partir de loteamentos, a proximidade de equipamentos ou áreas destinadas a esses deve-se muito à obrigatoriedade da doação de áreas públicas para a aprovação dos loteamentos. As áreas públicas destinadas à doação no projeto de “loteamento” são externas aos empreendimentos e em poucos casos estas áreas encontram-se ocupadas e em uso. Dessa forma, o incorporador parece “excluir” a possibilidade de instalação de equipamentos ou áreas públicas dentro dos empreendimentos, o que geraria conflitos por ser um bem de uso público dentro de uma área privada.

Em muitos dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado brasileiros, características como grandes dimensões, presença de escolas, hotéis, *shopping centers*, mercados e outros serviços (FREITAS, 2008, p. 34) são um padrão comum. Em Palmas, os moradores de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado dependem estritamente das utilidades oferecidas pela cidade, ao passo que nenhum dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado oferece redes de comércio ou serviço em suas dependências.

Quanto aos servidores desses empreendimentos, observa-se também a ausência de mão-de-obra (em especial a de serviços domésticos) nas proximidades desses empreendimentos, demandando o deslocamento de trabalhadores a partir de outras regiões da capital. Esse deslocamento é dificultado, pois em casos como o dos empreendimentos da categoria 1 (próximos ao lago e fora da área urbana), o transporte público não chega.

Ao analisar o Mapa 6, é possível identificar os vetores de crescimento da cidade através da evolução da mancha urbana e também a proliferação de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado. Desde meados dos anos 1990, é claro o desequilíbrio entre a massa urbanizada de Palmas ao longo da área planejada e os bairros da região sul. Já se viu que a ação do Estado produziu uma cidade dispersa, com a polarização de núcleos urbanos dentro e fora do perímetro da área planejada. As ocupações iniciais estavam mais concentradas nas quadras próximas à Praça dos Girassóis, no quadrante sudeste (ARSEs), região noroeste (ARNOs) e região sul (Aurenys e Taquaralto).

Os primeiros empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado a estabelecerem-se dentro do perímetro urbano foram nos lotes de habitação multifamiliar, fixando-se nestas primeiras quadras ocupadas. Ainda hoje as quadras que concentram mais empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em lotes multifamiliares são as quadras mais antigas, no quadrante sudeste e região central (principalmente quadras ao longo da porção leste da Av. Juscelino Kubitschek). A partir de 2003, observa-se o avanço da ocupação urbana na direção sudoeste (ARSOs) e pequeno crescimento contíguo às áreas já ocupadas anteriormente. Nesse período são aprovados os primeiros loteamentos residenciais que viriam a ser fechados.

A partir de 2008, nota-se o aparecimento de ocupações clandestinas fora do perímetro urbano nas direções norte e leste, mesmo após as definições do Plano Diretor Participativo aprovado no final do ano de 2007 (Lei Municipal Complementar 155/2007), que reduziram o perímetro urbano da cidade. Parte dessas ocupações clandestinas ou irregulares (projetadas como loteamento) são indício da intenção de criar empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, nomeados “Condomínios” e “Residenciais”. A maioria das ocupações nesta fase é provavelmente anterior ao Plano Diretor Participativo de 2007. A região da expansão norte, como atesta Bazolli (2012), mesmo na condição de espaço rural, vive a expectativa de valorização, com a esperança de que esta área volte a ser urbana, a exemplo do Santo Amaro, como será apontado a seguir.

Em 2012, em discussão sobre a expansão, os vereadores apoiavam a permanência dos moradores da franja limítrofe norte, visando oportunidades de especular sobre a área (Santo Amaro

e Lago Norte¹³⁶). Os moradores por sua vez ansiavam permanecer na região sob a expectativa de que a mesma voltasse a ser área urbana, esperando a valorização/regularização da área.

A valorização imobiliária, pela transformação de rural em urbano, transmuta o valor de uso em valor de troca e faz com que estes ocupantes busquem proveito nisso. Essa condição desqualifica o cunho social proposto pelos vereadores; assim, a máscara revela por detrás um interesse em expandir a região, em quase cinco mil hectares, para obtenção de lucros imobiliários. E ainda, que os ocupantes da região estão sendo usados para reforçar o interesse expansivo, mas transmutado em mecanismo de inserção do pobre na cidade (BAZOLLI, 2012, p. 273).

A proximidade da região limítrofe norte, as áreas de interesse da camada de maior poder econômico e as melhorias da infraestrutura com a regularização do Santo Amaro em 2015¹³⁷ (PALMAS, 2015) aumentaram, na região, o número de ocupações clandestinas pela população mais pobre seguindo estas expectativas. Assim como já exposto, esse movimento dá continuidade à ocupação das áreas mais periféricas (ou mesmo fora da área planejada) pela população de baixa renda, que de acordo com Bottura (2017), é uma tendência particular da capital tocantinense, frente a movimentos de moradia enfraquecidos e desarticulados¹³⁸.

Assim como afirma Maricato (1995), nas cidades brasileiras, o Estado é conivente com esta situação, garantindo a permanência destas ocupações, desde que a área não seja de interesse do mercado imobiliário. Outro fator relevante a ser discutido e que "embarça" as questões do ordenamento territorial de uma cidade é a sobreposição (ou em alguns casos a absoluta ausência do Estado) de competências das diversas esferas governamentais. No caso da legislação sobre registro de imóveis, por exemplo, é regulado pelo poder estadual e no caso da fiscalização da área rural, está fora da jurisdição da Prefeitura Municipal. No caso da área rural à leste de Palmas, há sobreposição entre fiscalizações do órgão responsável pela rodovia TO-050 e do órgão responsável pelas atividades na área.

A existência ou coesão das leis não representa o total controle sobre o crescimento ou práticas irregulares relativas aos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado. "A lei pode ser aplicada ou não, depende de cada caso. Ela está à mão para ser usada ou não. E além dos aspectos apontados, ela cumpre seu papel em relação ao mercado imobiliário capitalista formal, restrito e concentrado" (MARICATO, 1995, p. 12).

Freitas (2008, p. 96) destaca as distinções entre a realidade dos pobres e ricos frente à ilegalidade:

---

¹³⁶ Ocupações populares localizadas na zona limítrofe norte do perímetro planejado.

¹³⁷ Ver Lei Complementar n 38/2015. Promove regularização fundiária do Santo Amaro.

¹³⁸ Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, há também a ocupação da população de baixa renda em zonas periféricas. No entanto, nestas cidades, a luta dos movimentos de moradia disputa também moradia em regiões centrais se mostrando mais articulados e capazes de enfrentamento. Como já citado, em Palmas há a particularidade de que os movimentos sociais de moradia tendem a reivindicar terrenos fora da área planejada, mesmo com áreas ociosas nesta.

Se a ilegalidade dos pobres cumpriu sempre a função de excluir parte da população do direito à cidade, a ilegalidade da elite funciona como forma de apropriação privada da “coisa pública”. Prestígio e distinção, evidenciados nas portarias dos loteamentos fechados, significam também poder e privilégio para as elites em burlar, invadir e apropriar-se do espaço público de forma revelada e “autorizada” pelas administrações municipais, que permitem a proliferação dos loteamentos fechados sem restrição. [...] Ao mesmo tempo em que se autoriza a remoção das famílias pobres que ocupam áreas públicas para sua moradia, autoriza-se a invasão e a ocupação destas mesmas áreas por equipamentos de lazer privativos dos “condôminos”, em áreas públicas de lazer.

Maricato (1995) e Freitas (2008) afirmam a herança colonial brasileira da hierarquia de poder, “calcadas no favor, no privilégio e na arbitrariedade” (MARICATO, 1995, p. 4), que reduzem as possibilidades da democracia ou cidadania, prolongando a desestruturação social do país.

As categorias de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado elencadas anteriormente, de diferentes formas demonstram a ação do Estado na gestão de legalidades e ilegalidades do ordenamento territorial de Palmas: 1) os empreendimentos à beira do lago e na franja a leste do perímetro urbano envolvidos com a polêmica da reexpansão do perímetro urbano – o perímetro foi reduzido, mas a criação da Área de Urbanização de Interesse Turístico ao longo da beira do lago beneficiou os empreendimentos ali instalados; 2) a convivência do poder público em relação aos fechamentos dos loteamentos – no caso dos empreendimentos à beira do lago, o acesso público à APP é restrito aos moradores; 3) as medidas de contenção de ocupações irregulares, sejam elas elitizadas ou precárias, são paliativas e seletivas na medida em que a ação do Estado somente se efetiva quando as ocupações atingem áreas de interesse imobiliário; 4) as rupturas ao Memorial de Projeto são promovidas à revelia das gestões, reconhecendo por meio de leis, práticas antes ilegais, como a abertura de comércios e serviços em avenidas arteriais onde esse uso não era previsto (Lei municipal nº 81/2004 – discutida no Capítulo II), ou sendo conivente com algumas ilegalidades – como o fechamento de quadras inteiras¹³⁹ (ilegal considerando o contexto legislativo anterior à Lei Federal nº 13.465/2017). Tais práticas fortalecem a especulação sobre o valor da terra urbana – logo, a captação de renda fundiária, a segregação socioespacial na gestão do ordenamento territorial, direcionando o local dos diferentes estratos sociais na cidade, e também a privatização da paisagem, tendo, por exemplo, o Lago de Palmas e o Parque Cesamar como elementos de valorização, entre outros.

O “sucesso” dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado enquanto produto imobiliário (FREITAS, 2008) é mantido por uma constante movimentação do mercado

---

¹³⁹ Ver TAKAHASHI (2014), descrevendo o processo de aprovação e acompanhamento da implementação de loteamentos, posteriormente fechados. Em caso específico descrito (comprovado por documentos anexos), ao final do processo de Licenciamento do empreendimento, a associação de moradores de tal “Loteamento” entrou com proposta de Termo de Compromisso com a Prefeitura Municipal, propondo que toda manutenção de infraestrutura e das áreas públicas, bem como os serviços urbanos como coleta de lixo e limpeza, passassem a ser de responsabilidade da associação - passando as ingerências para o domínio privado. A Prefeitura Municipal por sua vez foi positiva em relação ao acordo, visto a desoneração de tais obrigações, mas ressaltou o fato de o empreendimento se tratar de um “loteamento”, portanto o fechamento de suas vias e áreas públicas infringiriam as leis pertinentes. Em resposta, a associação declarou-se ciente da infração relativa a eventuais restrições de acesso a espaços públicos. Como descrito no trabalho, tal empreendimento possui forte esquema de segurança, além de muros e guaritas, tendo a pesquisadora acesso apenas quando acompanhada de proprietários ou corretores imobiliários.

imobiliário para criar demandas, estigmas e “localização”¹⁴⁰. Assim como discutido no Capítulo I, novos paradigmas de modo de vida engendrados por uma condição individualista, da fragilização de afetos em detrimento de uma crescente das desafeições, do desejo de separação e do medo, se instalaram no imaginário (e também prática) contemporânea. Em Palmas, tais aspectos subjetivos se mostram objetivos – assim como se verá nas entrevistas no tópico seguinte –, alinhados com a questão da segurança, privilégios e, mesmo, contaminados pela questão da valorização imobiliária.

Os moradores dos “condomínios” palmenses

Em trabalho de conclusão de curso, a autora (TAKAHASHI, 2014) entrevistou moradores e futuros moradores de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado da capital tocaninense, com intenção de identificar: o perfil de moradores, motivações para a escolha por empreendimentos horizontais de acesso controlado como investimento para habitação. As entrevistas visavam identificar aspectos como: medo do crime e violência urbana, identificação social ou cultural com os moradores dos “condomínios”, motivação financeira, relação dos entrevistados com os espaços de lazer do empreendimento e também dos espaços públicos da cidade. Intentou-se identificar ainda a expectativa e avaliação dos entrevistados em relação ao empreendimento e de que forma ele se projeta na cidade.

As entrevistas permitiram identificar que os moradores e futuros moradores são casais de 30 a 40 anos de idade, todos originários de outros estados brasileiros, que se mudaram para Palmas em busca de novas oportunidades (alguns concursados). Todos os entrevistados possuíam ensino superior completo e parte deles pós-graduação, com renda familiar entre 10 e 25 mil reais. A maioria dos casais planejava ter, ou tinha, de 2 a 3 filhos. Os entrevistados projetavam na habitação seus anseios pela “casa dos sonhos” na compra de terrenos em empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado e nas soluções de projeto arquitetônico. A maioria morou em apartamentos alugados antes de adquirir o imóvel, e a escolha do empreendimento horizontal de acesso controlado variou de acordo com o perfil de cada entrevistado (local de trabalho, localização em relação à cidade, entre outros).

De acordo com Takahashi (2014), a sensação de segurança demonstrou ser o principal motivo dos entrevistados pela escolha de morar em empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado. Alguns entrevistados reportaram episódios de violência, como roubos a residências ainda nos primeiros anos que se estabeleceram em Palmas. A maioria dos entrevistados com filhos ou pretensão de tê-los demonstrou que o medo do crime é uma das maiores

---

¹⁴⁰ Conceito proposto por Villaça (2011), relaciona a produção do espaço em determinadas regiões considerando ações do Estado (legislação urbana, localização dos aparelhos do Estado, produção e atuação do sistema de transportes), o acesso a empregos, bens e serviços coletivos. Uma boa localização apresenta bons parâmetros para os aspectos citados, concentrando-os e eximindo os cidadãos de longos e constantes deslocamentos.

preocupações, depositando no empreendimento horizontal de acesso controlado a solução para a vida familiar longe da violência. Muitos entrevistados remetiam à imagem do “brincar na rua da casa ou utilizar o espaço de lazer do condomínio sem preocupação” como qualidades desse modo de vida.

Eu acho que... o pessoal “tá” buscando um pouco de segurança mesmo. Não só de violência, eu acho que assim [...] é mais liberdade pra você criar filhos (Grifo da autora. Administradora, 39 anos, mãe de uma menina de 5 anos) (TAKAHASHI, 2014, p. 84)

A maioria dos entrevistados, ao falar dos filhos brincarem nas ruas do empreendimento ou utilizarem os espaços de lazer, associavam a segurança do condomínio à convivência com outras crianças. Porém, ao serem indagados sobre a identificação social ou cultural com os outros moradores, a maioria negou ser esse o motivo de escolherem morar em empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado.

[Autora]: A decisão de morar nesse condomínio tem relação com sua identidade social ou cultural com os outros moradores?

[Entrevistada]: Como assim?

[Autora]: De deixar seus filhos na rua aqui dentro do condomínio... se você tem uma despreocupação com as crianças que ela vai brincar, se é questão social porque tem pessoas mais ou menos com a mesma faixa de renda...

[Entrevistada]: Ah, acho que os dois né. Você vê gente aqui que tem muito dinheiro, mas tem gente que “tá” começando a vida, [...] gente que tá batalhando... [...] Não que eu quero lidar com pessoas de alta renda, mas assim: as crianças que estudam em escolas boas “pra” ter relação com a minha filha... (Pesquisadora, 38 anos, dois filhos de 2 anos e 2 meses, respectivamente) (TAKAHASHI, 2014, p. 84)

A maioria dos entrevistados demonstrou-se satisfeita com o investimento na habitação em empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, e fariam o negócio novamente, pois o terreno desses empreendimentos – na fala de um dos entrevistados – “só se valoriza”.

Os entrevistados – moradores e, então, futuros moradores – afirmam frequentar os espaços de lazer do empreendimento onde moravam, principalmente os entrevistados que tinham filhos. Moradores dos empreendimentos à beira do lago ressaltavam a valorização da paisagem e facilidade de acesso ao lago como “privilegio”.

[...] o acesso ao lago dá uma melhora na condição de vida mesmo... foi um dos motivos para termos escolhido [...] (Professor, 32 anos) (TAKAHASHI, 2014, p. 87)

Nas entrevistas, verificaram-se critérios que justificassem a escolha de determinado empreendimento ou a expectativa dos entrevistados sobre o mesmo, e percebeu-se que ainda há ainda um desejo de distanciamento de regiões com população de menor renda, sendo um dos fatores influentes para alguns entrevistados. Quando indagados sobre os empreendimentos de

acesso controlados na Área de Urbanização de Interesse Turístico, os entrevistados utilizavam a proximidade das ARNOs ou a passagem por essa região como justificativa da baixa popularidade dos empreendimentos¹⁴¹.

Eu tenho um amigo meu que tem terreno lá, mas eu nem aconselho. Não vende, não vende. Até por 220 [mil], não vende. Ele é 470m². [...] Porque que lá não é valorizado:[...] entrada da Vila União é lá [...] (Grifo da autora. Pesquisadora, 34 anos) (TAKAHASHI, 2014, p. 86)

[Autora]: O fato de ter que passar pela Vila União te incomoda?

[Entrevistado]: Não... É.... um pouco né, mas a gente se adapta. (Veterinário, 31 anos) (TAKAHASHI, 2014, p. 86)

Com a espacialização dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado do levantamento apresentado nesse capítulo, notou-se que a maior concentração de empreendimentos consolidados – com mais ocupações e infraestrutura implantada – se dá principalmente nas regiões mais consolidadas de Palmas, em áreas distantes das áreas da população de baixa renda. Estas observações foram ratificadas a partir das entrevistas, no caso de moradores do Residencial Polinésia, demonstrando um certo receio da proximidade com a Vila União. Ainda que com um processo de consolidação firmada, a Vila União parece ser para muitos um território indesejado, desprezado. Para outros, que vivem a realidade da Vila União, ela é o seu lugar na cidade, o centro de compras, local de lazer e encontros, local de estudo, local na cidade onde o morador se referencia. Coccozza (2007, p. 138) afirma: “A Vila União, por muito tempo serviu de *locus* para pessoas marginalizadas à nova sociedade que se criava. Embora a segregação ocorra, essa nova diversidade resultou de diferentes culturas regionais que se instalaram na cidade”.

Em outras cidades brasileiras, observa-se que a presença empreendimentos como *shopping centers* e empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado acaba por polarizar os investimentos da cidade, aproximando equipamentos e serviços daqueles que optaram por negar essa mesma cidade, vivendo em ambientes privados. Em São Paulo, a partir dos anos 1970, quando os primeiros empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado começaram a se instalar nas zonas periféricas, estas passaram a ser acessadas também pela população mais rica, transformando as características dessas áreas – anteriormente relacionadas diretamente à pobreza e à criminalidade.

Em Palmas, parece ainda ser importante o contexto socioeconômico em que se inserem os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, seguindo a mesma lógica da produção espacial das quadras palmenses, estruturada a partir de uma polarização da cidade, relacionando-se ao conflito fundiário que marcou o início da ocupação da cidade.

---

¹⁴¹ No caso do Residencial Polinésia, o acesso dá-se por via lindeira às ARNOs.

Quanto aos primeiros anos da capital tocantinense enquanto projeto concreto, Teixeira (2009, p. 99) afirma: “Como costuma ocorrer neste tipo de empreendimento¹⁴² no Brasil, são os mais pobres que se fixam primeiro e em maior número” e logo foram empurrados para fora das áreas de interesse do mercado. A dissonância de temporalidades entre moradores das quadras das camadas “privilegiadas” e moradores desses núcleos precários provoca o que Netto (2012) chamou de “ruído” no reconhecimento desses diferentes sujeitos.

O ritmo das práticas cotidianas não se encontra no tempo e espaço¹⁴³ de Palmas. O modo de vida dos moradores de localidades muito distantes (como da região sul, por exemplo), atrelados aos deslocamentos diários por meio de transporte público precário, as dificuldades de acesso a certos espaços da cidade¹⁴⁴ e ao acesso muitas vezes limitado à tecnologia e meios de comunicação distanciam-se da realidade cotidiana das classes dominantes emponderadas pela mobilidade, pela acessibilidade a vários serviços, ao fácil acesso à informação e ao consumo.

O desencontro entre essas duas realidades cria mecanismos de distanciamento e estigmatiza as regiões mais pobres: “[...] muito embora nem a pobreza nem o crime sejam categorias analíticas, são utilizadas com indicadores estatísticos para fazer a relação entre o medo e a violência” (RODRIGUES, 2013, p. 151). Esse fato pode ser confirmado nas entrevistas apresentadas, demonstrando que, apesar do *status* conferido aos empreendimentos situados à beira do lago de Palmas, a proximidade à região das ARNOs¹⁴⁵ era um aspecto de desconforto ao morador.

Em Palmas, a reprodução do discurso da insegurança propõe formas de alterar a configuração da cidade. A situação exemplifica-se na reportagem publicada no Jornal do Tocantins em 2014, na qual se destaca a preocupação de moradores em fechar a quadra em que residiam. Conforme descrito:

Preocupados com a falta de segurança, moradores da 603 Sul, antiga Arso 61, querem controlar o acesso à quadra. O assunto foi tema de reunião de moradores na manhã de hoje, na igreja católica da quadra. Uma das propostas apresentadas é a de transformar a quadra em condomínio horizontal. Para outros, a única expectativa é de que a entrada de não moradores seja monitorada, a fim de se evitar o acesso de assaltantes. (RODRIGUES; VERÍSSIMO, 2014).

A naturalização de discursos engendrados num contexto geral, nacional (e por que não mundial), inclinados a privatizar áreas da cidade, conformou a cultura e o imaginário do cidadão palmense, replicando o discurso de um “estado de emergência” (BAUMAN, 2009), do medo urbano, próprio da condição contemporânea, principalmente de cidades brasileiras com índices de

---

¹⁴² Implantação de cidades novas. Ex.: Brasília, cidades no norte do Paraná e Mato Grosso.

¹⁴³ As pessoas não se encontram no espaço de Palmas, devido à escala da cidade, às formas de fechamento das quadras e ao desenho urbano imposto por elas.

¹⁴⁴ Determinados pelas imposições do desenho urbano e formas de ocupação, mas também pela mobilidade restrita do transporte público.

¹⁴⁵ Denominação para “Área residencial Noroeste”, localizada no quadrante noroeste da área planejada de Palmas.

criminalidade alarmantes. No espaço, essa condição inscreveu-se em forma de muros, cercas elétricas, concertinas e câmeras de segurança.

O segregacionismo deixou de ser uma forma defensiva, ele potencializa a criminalização ou estranhamento do outro: quanto mais eu me fecho num universo homogeneizado, mais ofensivo se torna o outro. O que era invisível, a partir dessa reificação do condomínio, autoriza e torna pública a prática do segregacionismo (DUNKER, 2015b).

Pela sua formação multicultural (habitantes de diversas origens) e pela incorporação de discursos propagandísticos de inovação e desenvolvimento (em diversas dimensões) pelo mercado imobiliário e mídia local, Palmas parece misturar às suas origens experiências advindas de outras regiões do país, importando ideário de arquitetura¹⁴⁶ e de empreendimentos, como também o discurso da segurança e medo do crime. Cocozza (2007) destacou a formação multicultural da cidade, que pressupõe variadas formas de apropriação do espaço, bem como diferentes formas de ler a cidade. Segundo o autor, os espaços públicos¹⁴⁷ palmenses são “lugares do conflito entre gestão e apropriação, entre identidade do cerrado e novas [identidades] importadas de outras regiões do Brasil” (COCOZZA, 2007, p. 96).

Em Palmas, essa distinção do “territórios dos pobres e dos ricos” da formação da noção do “outro”, parece reger relações de produção e interação na cidade. Nesse sentido, retoma-se a questão: *A cidade reproduz a lógica dos condomínios ou os condomínios seguem a lógica da cidade?*

O fechamento de quadras inteiras leva a refletir sobre as reais diferenças da interação entre esses “condomínios horizontais” e a cidade, e entre quadras elitizadas e a cidade. Há restrições simbólicas no acesso aos espaços voltados aos mais ricos (na prática) da mesma forma que a restrição de acesso a esses empreendimentos (murados e com acesso controlado)? No capítulo a seguir, apresenta-se relevante análise sob o aspecto das dinâmicas socioespaciais em recortes espaciais específicos de Palmas, com vista a discutir estas e outras questões.

---

¹⁴⁶ Desvinculado na maioria das vezes à adaptação desses paradigmas ao clima e paisagem local.

¹⁴⁷ Cocozza (2007) usou o conceito de “espaços livres”, que por definição é todo espaço não edificado, com variadas localizações, de ordem privada ou pública, que formam um complexo sistema de conexões dos múltiplos espaços urbanos.

Usos e apropriações no espaço público: o cotidiano de Palmas

A noção do espaço público enquanto dimensão que propicia a expressão de diversidades, de encontros, co-presença e mesmo interações entre diferentes, situados nas constantes negociações, conflitos e dissensos, apontam as dinâmicas sociais do cotidiano da cidade como pressuposto para apreender a relação e expressão de seus cidadãos nos processos de produção de sentidos, símbolos e também do espaço – dimensão determinante para a realizações de trocas e relações. No objeto desta dissertação – Palmas – o espaço (previsto, projetado) precede a prática, a espacialidade, enquanto processo social vinculado ao espaço, no sentido em que a cidade ao ser planejada, pré-concebe o desenho de praças, ruas, terrenos, usos e institui limites para ocupação das edificações.

Nesse sentido, considera-se importante o estudo da forma urbana no ambiente planejado, bem como da estrutura do espaço em projeto e do espaço apropriado, para entender particularidades e possibilidades do espaço urbano planejado em contraponto com aspectos próprios do processo de apropriação dos espaços, das dinâmicas sociais construídas, das particularidades de usos e atividades, das adaptações dos usos ao espaço planejado, entre outros. Entende-se que a espacialidade, seja um processo de dimensões sociais e espaciais conjuntas, produzindo sociedade e cidade. A cidade planejada se conforma entre a imposição de um espaço pré-programado e a contraposição colocada pelas necessidades, adaptações, interesses, gestões, manifestações de expressão, cultura, etc.

Espacialmente, nossas posições e movimentos não são inteiramente livres, irrestritos, mas modelados por uma estrutura material que nos cerca. Nossa experiência é construída por sentidos que capturam informação sensorial do ambiente (CARMONA *et. al.*, 2010), um ambiente largamente moldado sob forma de cidades. Cidades passam a ser formas de mediação da nossa experiência física, material do mundo. Sua estrutura particular de edificações de suporte à atividade humana, agregadas em quarteirões de formas variadas e definindo os espaços livres das ruas, origina em uma “canalização espaço-temporal” inevitável da nossa experiência. Nossa experiência do mundo é estruturada a partir das tramas de canais e os *topoi*¹⁴⁸ da cidade (NETTO, 2012, p. 38).

---

¹⁴⁸ Posições ou lugares no espaço em relação ao outro.

Entende-se que há estudos com propostas de leitura das apropriações dos espaços da cidade, sem necessariamente entender os desdobramentos da forma urbana nas dinâmicas sociais observadas. Na contramão, teorias e estudos na área de morfologia urbana dão ênfase à forma urbana como meio para compreender as dinâmicas, ou ainda, o “desempenho” da cidade e são instrumento corrente em planejamento urbano. No entanto, há entendimento que a totalidade da cidade enquanto sobreposição de diversas dimensões, preconiza olhares sobre seus conteúdos, símbolos, práticas cotidianas, tempos, atividades, entre outros.

O esforço das abordagens adjetivas de condição por vezes intangível, procura abarcar arranjos complexos ou imbricados nas práticas, cujas abordagens dos estudos de morfologia urbana não buscam explorar.

É importante ressaltar, que associar características espaciais a comportamentos sociais não necessariamente tem uma relação dependente e proporcional (um espaço com boas características espaciais não necessariamente pressupõe qualidade nas interações sociais). Por vezes, situações espaciais mais precárias incitam a ajuda mútua, favorecendo um grau de solidariedade e sentido de comunidade (Exemplo: favelas, *banlieus* franceses). Portanto, na construção da metodologia que se propõe é importante observar o contexto urbano e as relações da quadra com seu entorno, as características espaciais, mas sobretudo as dinâmicas sociais através da apropriação do espaço urbano.

Estratégias metodológicas

A metodologia construída para a pesquisa apoia-se em diferentes modos de leitura do urbano, capazes de aproximações num viés qualitativo.

A pesquisa direcionou as aproximações ao objeto empírico através da eleição de algumas quadras de Palmas (aos moldes de sua estrutura morfológica de Palmas) confrontadas a fim de demonstrar especificidades ou padrões socioespaciais em diferentes situações urbanas¹⁴⁹.

A partir da experiência em campo propõe-se explorar aspectos das práticas socioespaciais, relacionadas a condições diversas de configuração espacial, perfil socioeconômico, entre outros; evidenciando os limites entre a cidade planejada e a cidade real. A partir de episódios do cotidiano, de aproximações e distanciamentos do objeto aponta-se um horizonte de discussões para as diferentes práticas de uso e ocupação na cidade planejada.

No intuito de aprimorar o “olhar” sobre a compreensão do espaço público como um suporte para as relações sociais e buscando discutir os complexos e diversos aspectos que o constituem, utilizou-se a obra *Public Places, Urban Spaces* de Matthew Carmona, Tim Heath, Taner Oc, Steve Tiesdell, que discute diversos temas, conceitos e pesquisas sobre o espaço

---

¹⁴⁹ Os critérios para escolha das quadras serão explicitados neste capítulo no item “Escolha das quadras”.

urbano. Essa obra aborda relevantes enfoques relacionando aspectos materiais e não materiais que contribuiriam para a assimilação de conteúdos e processos socioespaciais, e em medida, foram associados à Palmas. A compreensão do espaço urbano por Carmona *et al* (2010) é dividida em seis dimensões: Morfologia, Percepção, Social, Visual, Funcional e Temporal. Dentro de cada dimensão listada por Carmona *et al* (2010), discorre-se acerca de inúmeros aspectos no tocante às dinâmicas (na teoria e prática) dos/nos espaços públicos. Visto isto, a pesquisa passou pela leitura de estudos correlatos acerca de expressões das práticas socioespaciais, relacionadas diretamente às configurações materiais no espaço público, como os trabalhos de Ribeiro (2010) em Brasília, Coccozza (2007) e Oliveira (2016) em Palmas. Examinou-se principalmente os métodos e aspectos observados em cada estudo, ponderando o viés teórico e analítico de cada um, bem como as particularidades das cidades objeto de estudo. A partir dessa apreciação, delineou-se os principais aspectos a serem considerados para a realização de levantamentos, levando em conta as questões centrais da pesquisa e dos objetivos para o trabalho de campo.

Propõe-se a leitura dos contextos urbanos de maneira aberta, sobrepondo camadas de representação e descrição. Para as questões de ordem material, foram elencados os seguintes aspectos:

- A. contexto urbano local: localiza a quadra em relação às principais referências urbanas, vias, equipamentos e marcos urbanos.
- B. questões da forma urbana: estuda a proposição de espaços públicos e a conexão entre estes e as vias internas e vias circundantes às quadras; referencia as proporções entre largura das vias - arteriais, locais para veículos e para pedestre, bem como relaciona tais questões a intensidades dos fluxos de deslocamento; transformações ou improvisos no espaço (realizados pelos usuários);
- C. uso do solo: aponta concentrações, diversidade e transformações de uso (cidade projetada x cidade real) nas quadras; identifica e qualifica determinadas áreas segundo graus de homogeneidade e dominação.
- D. (Des)conexões visual e física entre espaço público e privado: definem a relação entre espaço público e espaço privado (residências, comércio, instituições privadas de diversos fins). Considera-se como categoria as barreiras físicas e visuais: elementos que obstruem possibilidades de interações visual (e.g. muros fechados, cerramentos opacos) e barreiras físicas obstruindo apenas a transposição do corpo, mas colocando a possibilidade de contato visual/interações¹⁵⁰.

---

¹⁵⁰ Esta categoria considera a materialidade que delinea o limite dos lotes – o que é público, o que é privado.

A listagem destes aspectos visa uma sistematização analítica do método, na tentativa de comunicar ao leitor as categorias perseguidas, consciente de que os aspectos listados não dão conta da totalidade material do espaço e nem que podem ser dissociados enquanto análise. Tais aspectos estão sobrepostos entre si e também entremeados com as questões imateriais da cidade. Foram coletados dados primários e secundários das áreas escolhidas, a partir de material produzido pela Prefeitura Municipal de Palmas e outros órgãos responsáveis pelo planejamento urbano da cidade, além de estudos acadêmicos.

Para a fase analítica, destacou-se contrapontos entre o espaço em projeto e o espaço da cidade construída e apropriada – o olhar sobre esses aspectos não busca a razão condicionante e determinista dos aspectos físicos sobre as interações socioespaciais, mas sim de como aspectos materiais tendenciam certas situações, como a escolha de trajetos ou locais de permanência. Ressalta-se que a materialidade não é questão central do trabalho, mas ponto de partida para diversos questionamentos levantados a respeito da cidade planejada.

Nas observações em campo, houve o esforço em identificar atividades ou elementos agregadores de interações socioespaciais, considerando quais os atores dessas interações e a possibilidade de interferência das condições espaciais e de subjetivação do espaço no nível de apropriação do mesmo. As relações socioespaciais traduzem sintomaticamente, conteúdos que estão além da representação no espaço-tempo (na forma gráfica como o fazemos neste trabalho), da atividade em si: a afeição ou afastamento, a relação próxima ou instrumental com o outro e com o espaço, a existência de conflitos ou convergências, os ritmos do cotidiano, as razões por detrás da eleição de locais para determinadas interações ou atividades, entre outros.

Para as observações em campo, foram relacionados os seguintes aspectos:

- A. Identificação dos indivíduos ou grupos: gênero, idade e outros tipos de identificação específicos que indicassem a relação do indivíduo naquele espaço (exemplo: uso de uniforme de empresas do entorno indica relação de trabalho do indivíduo na quadra).
- B. Atividades praticadas - com permanência ou em deslocamento - e eventuais elementos relacionados às práticas.
- C. Local e aspectos físicos do espaço onde acontecem as atividades (exemplo: se a atividade de caminhada está relacionada às sombras ou caminhos formais, se atividades de permanência estão relacionadas à existência de mobiliário urbano, entre outros).

As incursões a campo aconteceram em dois momentos: no primeiro em 2015, foram realizadas as primeiras visitas às quadras 204 sul e 404 sul, já munido de um olhar analítico, buscando referências para a estruturação de questões que entrariam no roteiro de observações de campo. O segundo momento desta etapa se realizou em incursões em 2016 (setembro) e

2017 (maio), já com a estruturação de um método a ser aplicado nos registros de campo, dos aspectos a serem observados, do posicionamento em campo, entre outros.

O trabalho de campo se valeu de uma combinação de técnicas de registro: em mapas impressos, anotações, filmagens, gravação de áudio-descrição, fotografias. As observações foram realizadas em dias úteis e finais de semana, entre 7 e 20 horas, sistematizadas em períodos de 15 minutos em cada um dos cinco pontos de observação. Quatro locais de observação eram pontos de ônibus (ver Figura 34) localizados na porção intermediária das avenidas circundantes às quadras, possibilitando uma boa visibilidade e maior abrangência. O quinto ponto situava-se sempre ao centro da quadra, em algum banco ou suporte (como o automóvel utilizado no campo).

Figura 34: Pontos de observação nas quadras, observando espaços no entorno e no centro. Comumente os pontos de ônibus serviam de ponto de apoio para tais permanências. Diagrama esquemático e fotos da autora (2018).

As cartografias contribuem como ferramenta de transcrição da experimentação em campo, aqui, uma tentativa de síntese dos ritos cotidianos, através do filtro composto pelo olhar do pesquisador, (além do observador participante). Os mapas apresentados ao longo deste capítulo foram estruturados em referência às dinâmicas dos dias de semana, visto que poucas quadras apresentaram mudanças significativas em termos do resultado gráfico nas cartografias. Os casos singulares dos finais de semana serão tratados em separado ao longo das análises.

O trabalho de campo e todas as interações e episódios observados e vivenciados, fazem parte de um método retroalimentado, de possibilidades abertas, com questionamentos gestados a partir das vivências, formulando novas questões para o campo e para as análises.

[...] a experiência do sensível (daquilo que nem sempre é visível) reganha importância como via possível do rastreamento de conexões e disjunções entre percepção, concepção e práticas dos lugares e tempos coletivos. É pelo sensível que podemos explorar as intensidades como momentos criativos [...]. (CRESTANI, 2014, p. 229).

Assim como já descrito, a pesquisa buscou construir camadas de conhecimento urbano a partir de descrições, do espaço concreto, simbólico e mesmo representações do olhar do pesquisador sobre seu objeto, abrangendo diversas dimensões do urbano assim como as seis discutidas por Carmona *et al* (2010) (ver Figura 35).

O contato com o campo na dimensão empírica contribuiu significativamente para a composição dos saberes materiais e imateriais sobre as quadras, que além da síntese através de registros de permanências e trajetos, complementa e dá sentido à pesquisa bibliográfica e documental. O Diagrama abaixo (Figura 35), ilustra a construção das seis dimensões discutidas por Carmona *et al* (2010) demonstrando o peso das distintas estratégias de pesquisa na construção de conhecimento sobre o objeto empírico nesta dissertação.

Figura 35: Diagrama ilustrativo do peso das distintas estratégias de pesquisa. Elaboração da autora (2018)

A sobreposição das leituras do campo possibilitará identificar a potencialidade sobre as práticas socioespaciais para suscitar situações urbanas, e, em medida, diferentes tipos de apropriação do espaço urbano. A seguir, apresenta-se os critérios de escolha para as quadras às quais foram aplicadas as análises.

Escolha das quadras

Para o estudo dos modos de apropriação do espaço público em Palmas, algumas quadras foram escolhidas, visando diferentes contextos – urbanos, socioeconômicos e de traçado urbano. As quadras foram escolhidas segundo as seguintes situações:

- A. Situações peculiares de traçado urbano como a ampla utilização de cul-de-sacs, interfaces pontuais entre o interior das quadras e as áreas públicas localizadas nos limites das quadras, existência de áreas de uso para comércio vicinal em quadras específicas, traçado retilíneo, traçado curvilíneo, aglomeração de lotes multifamiliares, etc. Esse conjunto de aspectos foi o principal aspecto para a escolha das quadras a serem analisadas.

B. Distintos contextos de inserção urbana: proximidade de parques, proximidades de avenidas importantes, localização nos quadrantes da área planejada.

C. Adoção de quadras com padrões socioeconômicos diferentes. A partir do levantamento do padrão socioeconômico das quadras, verificado através da Planta de Valores Genéricos de 2014, instituída pela Lei Municipal n. 2018 de 2013, classificou-se as quadras em quatro categorias distintas segundo o documento. O documento classifica a cidade em cinco zonas, de acordo com o valor do terreno por metro quadrado (considerado aqui, apenas valores para uso residencial unifamiliar):

- 1ª Zona: até R\$ 560,00
- 2ª Zona: até R\$ 450,00
- 3ª Zona: até R\$ 400,00
- 4ª Zona: até R\$ 350,00
- 5ª Zona: até R\$ 280,00

Além do mapa resultante da espacialização da Planta de Valores Genéricos de 2014, complementou-se a análise com o mapa de Renda (ver Mapa 77).

A intenção de apontar quadras com perfis de renda diferentes, pode indicar a relação do poder econômico e as oportunidades – comércio e serviços, transporte público, infraestrutura – relacionando os diferentes tipos de apropriações aos padrões das quadras.

D. A partir do mapa de “Histórico dos Parcelamentos aprovados¹⁵¹” (SEMDUS¹⁵², 2015), onde destacam-se as quadras já implantadas das não parceladas, foram escolhidas as quadras, dando prioridade para as mais antigas e densamente ocupadas populacionalmente (ver mapa de Densidade Demográfica, Mapa 88). Uma vez que há quadras muito recentes e parcamente ocupadas, as dinâmicas urbanas principalmente ao que concerne ao espaço público, ainda estão em processo incipiente de “consolidação” e por isso foram excluídas da seleção de quadras.

As escolhidas foram as quadras: 110 norte, 307 norte, 204 sul, 404 sul, 504 sul e 606 sul, assim como mostra o Mapa 99.

Elas foram agrupadas em duplas de acordo com as similaridades de traçado urbano com intuito de analisá-las posteriormente, comparando o conjunto das práticas e as inferências (se houver) de seus modelos espaciais. O Quadro 1 mostra o conjunto de quadras e as principais características em comum.

---

¹⁵¹ Ver Mapa 2, no capítulo II.

¹⁵² Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Palmas.

Para além da questão do desenho urbano, as questões de ordem socioeconômica podem revelar ou mesmo estruturar aspectos dos ritmos e dinâmicas socioespaciais. Por isso, procurou-se agrupar as duplas de quadras com traçados similares, porém com perfis socioeconômicos distintos, assim como demonstrado no Quadro 2, estudado a partir da análise da Planta Genérica de Valores de 2014.

Observações: Pelo intuito de investigar a relação do espaço projetado no âmbito do Memorial de Projeto da capital tocaninense, foram excluídas outras espacialidades¹⁵³ que não remetem às quadras sugeridas no Memorial de Projeto de 1989.

---

¹⁵³ Similar às chamadas cidades satélites em Brasília, formações urbanas fora do Plano Piloto da cidade, como Taquaralto e Jardim Aurenys se assimilam a bairros fora da área planejada. (ver capítulo II).

Mapa 8: Mapa de densidade populacional. Fonte: SEMDUS (s/d)

Mapa 9: Mapa de inserção das quadras estudadas e contexto urbano em que se inserem. Elaborado pela autora (2018)

Quadro 1: Duplas de Quadras agrupadas por similaridade de traçado.

Quadras		Similaridades
307 norte	404 norte	Traçado misto (curvilíneo e retilíneo), praça central, apenas uma entrada, presença de <i>cul-de-sacs</i>, comércio vicinal presente em uma das faces da quadra; ambas localizadas próximos a locais de lazer (Pq. Cesamar e Praia das ARNOS)
204 sul	606 sul	Traçado misto (curvilíneo e retilíneo), praça central, duas entradas leste-oeste, passagens de pedestre entre o interior da quadra e avenida circundante, lotes multifamiliares nas margens das quadras
110 norte	504 sul	Traçado retilíneo, duas entradas leste-oeste, praça central, presença de <i>cul-de-sacs</i>, comércio vicinal localizado em uma das laterais da quadra, lotes multifamiliares nas margens das quadras

Elaborado pela autora (2018).

Quadro 2: Valor venal de imóveis nas quadras escolhidas (R\$/m²), segundo a Planta de Valores Genéricos de 2014*.

Zona	Quadra – tipo de lote	Valor m² (R\$)
1ª	110 Norte (ARNE 14) – lote unifamiliar	425,00
	110 Norte (ARNE 14) – lote multifamiliar	425,00
	110 Norte (ARNE 14) – lote comercial	425,00
	204 Sul (ARSE 21) – lote unifamiliar	470,00
	204 Sul (ARSE 21) – lote multifamiliar	510,00
	204 Sul (ARSE 21) – lote comercial	1.700,00
	404 Sul (ARSE 41) – lote unifamiliar	560,00
	404 Sul (ARSE 41) – lote multifamiliar	510,00
	404 Sul (ARSE 41) – lote comercial	1.200,00
2ª	504 Sul (ARSE 51) – lote unifamiliar	350,00
	504 Sul (ARSE 51) – lote multifamiliar	380,00
	504 Sul (ARSE 51) – lote comercial	550,00
3ª	606 Sul (ARSE 62) – lote unifamiliar	250,00
	606 Sul (ARSE 62) – lote multifamiliar	350,00
	606 Sul (ARSE 62) – lote comercial	500,00
4ª	307 Norte (ARNO 33)	250,00

*Lei Municipal n. 2018/2013.

Caracterização das quadras escolhidas: contexto urbano, uso do solo e paisagem

Assim como descrito no Capítulo II, em Palmas, a produção do espaço urbano disperso e estratificado socioeconomicamente, produz e naturaliza uma segregação socioespacial, agenciada pelo Estado, mercado imobiliário e engendrada na reprodução de discursos e nas disputas pacificadas. Tal quadro distorceu a proposição de ocupação da cidade e resultou na

fragmentação e formação de centralidades¹⁵⁴ dentro e fora da cidade. A principal centralidade da área planejada compreende a região entorno da Praça dos Girassóis (ver em rosa no Mapa 1010), constituída principalmente por quadras comerciais e edifícios administrativos municipais e estaduais, de usos estabelecidos de acordo com as proposições para o projeto da capital. Outras centralidades surgiram de forma mais espontânea, como na Vila União¹⁵⁵, na Avenida LO-27 (entre quadras 1106 sul e 1206 sul) e locais fora da área planejada como Aurenys e Taquaralto (OLIVEIRA, 2016).

As centralidades são essenciais para a cidade por suas dinâmicas comumente efervescentes: sociais e econômicas, em que a diversidade e a urbanidade podem estar presentes nas possibilidades da coexistência de diferentes, do ritmo cotidiano, um tipo de sociabilidade construída entre o conflito e a convivência de ideias e práticas. No entanto, a emergência espontânea, a autenticidade e a realização destas localidades como espaço público (de alteridade, de coalisões), são ameaçadas frente aos instrumentos de valorização e construção da imagem urbana, contribuindo para uma alienação do espaço, como na alienação em função do consumo, mas também em desdobramento da afirmação de subjetividades contemporâneas de uma vida construída sobre alicerces do individualismo e do medo (ROCCA, 2008).

Em Palmas, este processo de fetichização do espaço¹⁵⁶ segundo a lógica do consumo, está relacionado à produção do espaço determinado pelo valor de troca (LEFEBVRE, 2006) e nas formas de subjetivação e uso do espaço, criando territórios voltados aos grupos privilegiados. A consolidação de uma centralidade especializada de comércio e serviços no trecho leste da avenida JK, nas imediações da Praça dos Girassóis e a construção da avenida NS-02¹⁵⁷ (paralela à avenida Teotônio Segurado), colaboraram para o maior desenvolvimento dessas regiões, dando a elas o caráter de “Área Central” (OLIVEIRA, 2016) (ver em amarelo no Mapa 1010). As quadras no entorno deste “Centro” da área planejada, quase que eximidas de moradores de

---

¹⁵⁴ Considerou-se nesta dissertação, o termo centralidade como chave para discussão de um processo de centralização (de caráter dinâmico), “associado ao processo constitutivo e ao movimento de pessoas, de mercadorias e informações (ou fluxos)” (OLIVEIRA, 2016, p.68), sendo a centralização um processo que leva à concentração de caráter estático, do acúmulo de pessoas e aparatos físicos. Centralidade é a função: “é o atributo ou a função primordial do centro urbano, proporcionando dinamismo a ele” (OLIVEIRA, 2016, p.68) e centro, a sua forma.

¹⁵⁵ Quadras do quadrante noroeste da área planejada, entre elas está a quadra 307 norte, quadra estudada aqui.

¹⁵⁶ Lefebvre (1999, 2006) aponta que o espaço social é dado pela dimensão social (das práticas), física, mas também mental (do nível de representação do espaço e espaços de representação). As representações são mais que simples abstrações, mais que a “pura forma”, tem conteúdo. No curso das relações baseadas no valor de troca, tais abstrações estabelecem relações entre objetos e produtos, dissimulando relações sociais e tornando-se absolutas, verdadeiras. “Tal tendência define o fetichismo, segundo Marx (alienação prática do capitalismo)” (LEFEBVRE, 2001, p. 125).

¹⁵⁷ A avenida NS-02, segundo Bazolli (2012) e Oliveira (2016), foi por muito tempo uma das principais avenidas que ligavam norte a sul da cidade sendo tão importante quanto a Teotônio Segurado. Segundo Oliveira (2016), até junho de 2007 era o principal eixo dos trajetos de ônibus, quando o sistema de transporte foi modificado, levando os principais trajetos norte-sul para a Teotônio Segurado. Ademais, até 2014 apenas Teotônio Segurado, NS-02 e a NS-10 (as duas últimas localizadas na porção leste da cidade) conectavam diretamente as regiões norte e sul de Palmas, contribuindo para o maior índice de ocupação nos quadrantes sudeste e nordeste. A implantação de uma ponte no trecho da avenida NS-01 (via de mesma função que a NS-02, mas localizada na porção oeste) que transpõe o Córrego Brejo Comprido, facilitou o acesso entre a região da Praça dos Girassóis e o quadrante sudoeste. Ainda hoje é uma das avenidas mais movimentadas e importantes de Palmas.

baixa renda, são mais consolidadas e mais antigas e também alvo de valorização imobiliária – figurando entre as mais valorizadas da cidade¹⁵⁸.

Neste contexto de valorização da localização, desponta a quadra 204 sul (ver Figura 366), indiscutivelmente objeto de ação do capital, sob marco de investimentos imobiliários, entretenimento noturno e serviços voltados a estratos sociais mais ricos, num processo de valorização local, sob o *marketing* da qualidade de vida (ver Figura 37). Os investimentos de ordem privada na área são claros, concentrando referências de estabelecimentos e edifícios residenciais, publicizados pela e para a “elite” local. Um exemplo disso é a atuação do mercado imobiliário, que ampliou seus ganhos na venda de imóveis na quadra, com utilização do instrumento de Outorga Onerosa do Direito de Construir¹⁵⁹, aumentando o coeficiente e a capacidade de ganhos em alguns empreendimentos (PAZ, 2015).

Figura 36: 204 sul, (uma das quadras mais valorizadas) está próxima de significativos marcos urbanos como a Praça dos Girassóis, feira da 304 sul e avenida NA-02, além de localizar-se ao lado de duas quadras comerciais (à oeste e à norte). Fonte: Imagem do Google Earth, modificada pela autora

¹⁵⁸ Como pode ser observado na Planta de Valores Genérico do município (Lei Municipal 2018 de 2013).

¹⁵⁹ Assim como referido no capítulo II e III, o instrumento de OODC foi regulamentada em 2012 (Lei Municipal Complementar 74/2012), que instituiu que a contrapartida financeira deverá ser “revertida em bens ou serviços em um percentual de até 90%” e o restante deverá ser destinado por meio financeiro ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (fundo de verba pública com destinação a causas como a regularização fundiária, habitação de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, entre outros de interesse coletivo).

Figura 37: Imagem de peças publicitárias enaltecendo atributos da quadra em função da divulgação de empreendimentos imobiliários. Fonte: Elmo Engenharia (*on line*)

A quadra 204 sul, popularmente conhecida como 21 (antiga denominação da quadra, que remanesce no imaginário da população), foi uma das primeiras quadras ocupadas depois da fundação de Palmas e é conhecida por ser moradia de importantes figuras políticas municipais e estaduais, característica comum também à quadra 404 sul (conhecida como 41), localizada no quadrante sudeste da área planejada.

A 404 sul também é uma das quadras mais valorizadas da cidade, tendo a proximidade ao Parque Cesamar (principal parque da capital) como um dos mais importantes atributos explorados pelo mercado imobiliário (ver Figura 38). Alinhado à pujante ideia defendida desde a concepção urbanística da cidade, o apelo às questões ecológicas e paisagísticas permanecem como qualificador de localizações privilegiadas, assim como o fácil acesso à cidade e a facilidades. Esta quadra, no entanto, difere da 204 sul pois a consolidação do uso comercial e de serviços se restringe apenas às áreas de comércio vicinal¹⁶⁰ orientadas para o exterior da

¹⁶⁰ Como já citado, são usos fixadas pelo projeto de 1989 em toda extensão da área planejada, como demonstra a Error! Reference source not found.2 a nível da proposição de projeto, e o Mapa 10 demonstrando os principais trechos consolidados (ver “Concentração de comércio e serviços”).

quadra, não tendo desenvolvido um conjunto comercial consolidado e de referência para o público de maior poder aquisitivo, como acontece na 204 sul.

Figura 38: Quadras 404, 504 e 606 sul (respectivamente). Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pela autora.

Quadras residenciais ao longo da Avenida JK também são alvo de valorização imobiliária, principalmente aquelas localizadas na porção leste da avenida. Neste contexto, abordaremos a quadra 110 norte como objeto de análise (ver Figura 399). As quadras no trecho leste da JK, estão em evidência no mercado por serem mais antigas, servidas por infraestrutura, equipamentos, comércio e serviço, mas sobretudo por serem quadras da classe média. A exemplo, uma delas, a quadra 110 sul¹⁶¹ chamada “quadra dos deputados”, foi parcelada com intuito de abrigar nos primeiros anos de Palmas, deputados estaduais e funcionários de alto escalão do governo do Tocantins.

¹⁶¹ Quadra vizinha à 110 norte.

Figura 39: Quadra 110 norte servida pela avenida J.K. tem fácil acesso à região comercial da 104 sul e também à TO-050 que dá acesso à Palmas Sul e Porto Nacional. Quadra também fica próximo ao Palacinho (edifício histórico) e ao Colégio Militar de Palmas. Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pela autora.

Na contramão da fetichização de espaços pelo consumo, observa-se contextos urbanos invisibilizados ou mesmo estigmatizados, constituído frente às ausências diversas, do Estado, do direito à cidade, da participação e representatividade na cidade, de forças coesas de resistências delineadas nestes espaços. Exemplos como a Vila União¹⁶² (ver Figura 40) e 504 sul e porções da 606 sul (ver Error! Reference source not found.8), apontam dinâmicas urbanas outras, diferentes de ambientes condicionados que reproduzem modelos comercialmente celebrados de espaço público ou estabelecimentos; e diferentes também da Palmas sem vitalidade urbana apontada por autores como Reis (2011) e Goldman (2016).

¹⁶² Referência urbana que atrai moradores de outras regiões de Palmas, por sua potencialidade comercial, da feira, mercados e também de praças e praia (fluvial). Neste estudo a Vila União aparece com foco apenas na quadra 307 Norte.

Figura 40: Contexto urbano da quadra 307 norte. Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pela autora.

As quadras 404 sul, 504 sul e 606 sul inserem-se no mesmo contexto urbano, no quadrante sudeste da área planejada, nas imediações do Parque Cesamar. Apesar disso, apresentam características de conformação espacial e social muito distintas, logo, de formas de uso e apropriação do espaço urbano público diferentes.

A diversidade social e de propostas para a forma urbana das quadras, foi o mote dos autores do projeto de Palmas, ao defender que as diferentes quadras fossem projetadas por diferentes autores, oportunizando uma variedade de traçados e também de estratos socioeconômicos. No entanto, na atual Palmas é possível notar a homogeneidade construtiva e socioeconômica dos moradores em uma mesma quadra, figurando como enclaves, principalmente devido às dificuldades de estabelecer conexões visuais, físicas e mesmo de trocas entre as quadras vizinhas.

Na cidade real, fora da prancheta, o processo de conformação determinou as diferenças entre as quadras (como citado acima) e colocou em voga também as limitações do modelo proposto para elas. As transformações que subverteram usos do solo (ver Mapa 11, Mapa 12, Mapa 13, Mapa 14, Mapa 15 e Mapa 16), formas de ocupação, ou mesmo o traçado urbano (ver Mapa 17, Mapa 18 e Mapa 19), podem ser analisadas de óticas distintas e opostas: no primeiro caso, a partir de intenções e necessidades advindas da apropriação coletiva autêntica, dando sentidos outros que não apenas o do capital. No segundo caso, as transformações ocorrem a

partir de gestos programados, criando oportunidades para ação do capital e outras forças homogeneizadoras.

Das áreas estudadas, é possível identificar para o primeiro caso, a quadra 307 norte e trechos da 504 sul e 606 sul, em que usos, percursos e formas de ocupação dos lotes foram modificadas em função de dinâmicas criadas na apropriação destes espaços, de forma muitas vezes informal, improvisada. Na 504 sul, observa-se transformações principalmente na rua que dá acesso à quadra, em suas entradas leste e oeste, assim como mostra a Figura 41; e na 606 sul, em sua porção leste.

Para o segundo caso, aponta-se as quadras 204 sul e 404 sul (esta em menor medida), com modificações nos usos e também na implantação nos terrenos, executados para a criação de empreendimentos comerciais e de serviço, com caráter mais formal e voltado para o público com maior poder aquisitivo. A quadra 110 norte não teve modificações significativas, se mantendo dentro do projeto da quadra

Nas quadras 307 norte, 504 sul e 606 sul, a dinâmica cotidiana em função de atender necessidades de consumo e gerar renda, fez surgir novos pontos de concentração de comércios e serviços, que se tornaram mais importantes do que as áreas de comércio vicinal previstas pelo Memorial de Projeto (localizadas nas avenidas circundantes às quadras). Atualmente grande parte dos lotes de comércio vicinal na 307 norte e na 606 sul ainda não foram edificadas, desarticulando a força comercial proposta ao longo das avenidas LO-10 (caso da 307 norte) e LO-15 (caso da 606 sul).

Figura 41 Núcleo comercial consolidado na entrada oeste da quadra 504 sul. Foto da autora (2016)

Todas as transformações espaciais e de usos do solo citadas contrapondo proposições segundo o projeto urbano de Palmas e seus atuais usos, podem ser analisados no mapas a seguir:

USO DO SOLO

EM PROJETO

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Área Pública Municipal

PÓS-OCUPAÇÃO

(Em destaque apenas lotes com alterações. Demais lotes permanecem com uso original)

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Uso Misto
- Institucional
- Instituição religiosa

CONDOMÍNIO

- Horizontal
- Vertical

307 Norte

Usos em projeto

Usos pós-ocupação

Usos em projeto

Usos pós-ocupação

USO DO SOLO

EM PROJETO

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Área Pública Municipal

PÓS-OCUPAÇÃO

(Em destaque apenas lotes com alterações. Demais lotes permanecem com uso original)

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Uso Misto
- Institucional
- Instituição religiosa

CONDOMÍNIO

- Horizontal
- Vertical

0 100 200 (m)

404 Sul

USO DO SOLO

EM PROJETO

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Área Pública Municipal

PÓS-OCUPAÇÃO

(Em destaque apenas lotes com alterações. Demais lotes permanecem com uso original)

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Uso Misto
- Institucional
- Instituição religiosa

CONDOMÍNIO

- Horizontal
- Vertical

0 100 200 (m)

204 Sul

Usos em projeto

Usos pós-ocupação

Usos em projeto

Usos pós-ocupação

USO DO SOLO

EM PROJETO

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Área Pública Municipal

PÓS-OCUPAÇÃO

(Em destaque apenas lotes com alterações. Demais lotes permanecem com uso original)

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Uso Misto
- Institucional
- Instituição religiosa

CONDOMÍNIO

- Horizontal
- Vertical

0 100 200 (m)

606 Sul

USO DO SOLO

EM PROJETO

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Área Pública Municipal

PÓS-OCUPAÇÃO

(Em destaque apenas lotes com alterações. Demais lotes permanecem com uso original)

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Uso Misto
- Institucional
- Instituição religiosa

CONDOMÍNIO

- Horizontal
- Vertical

110 Norte

Usos em projeto

Usos pós-ocupação

Usos em projeto

Usos pós-ocupação

USO DO SOLO

EM PROJETO

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Área Pública Municipal

PÓS-OCUPAÇÃO

(Em destaque apenas lotes com alterações. Demais lotes permanecem com uso original)

- Comércio e serviço
- Habitação multifamiliar
- Habitação unifamiliar
- Uso Misto
- Institucional
- Instituição religiosa

CONDOMÍNIO

- Horizontal
- Vertical

0 100 200 (m)

504 Sul

Mapeamento dos atributos espaciais

VIAS E ACESSOS COM UTILIZAÇÃO CONFORME PROJETO

Vias e acessos para pedestres

Acesso para veículos

VIAS E ACESSOS COM UTILIZAÇÃO EM CONTRAPOSIÇÃO AO INDICADO PELO PROJETO

Vias e acessos exclusivos para pedestres (no projeto) utilizados atualmente também por automóveis

Passagens conformadas pós-apropriação

Massa arbórea

Edificação

Ponto de ônibus

Marcos/ pontos referenciais

0 100 200 (m)

307 Norte

404 sul

204 sul

Mapeamento dos atributos espaciais

VIAS E ACESSOS COM UTILIZAÇÃO CONFORME PROJETO

----- Vias e acessos para pedestres

→ Acesso para veículos

VIAS E ACESSOS COM UTILIZAÇÃO EM CONTRAPOSIÇÃO AO INDICADO PELO PROJETO

----- Vias e acessos exclusivos para pedestres (no projeto) utilizados atualmente também por automóveis

Passagens conformadas pós-apropriação

● Massa arbórea

■ Edificação

🚌 Ponto de ônibus

⊙ Marcos/ pontos referenciais

0 100 200 (m)

606 Sul

Mapeamento dos atributos espaciais

VIAS E ACESSOS COM UTILIZAÇÃO CONFORME PROJETO

VIAS e acessos para pedestres

Acesso para veículos

VIAS E ACESSOS COM UTILIZAÇÃO EM CONTRAPOSIÇÃO AO INDICADO PELO PROJETO

VIAS e acessos exclusivos para pedestres (no projeto) utilizados atualmente também por automóveis

Passagens conformadas pós-apropriação

Massa arbórea

Edificação

Ponto de ônibus

Marcos/ pontos referenciais

0 100 200 (m)

110 norte

504 sul

A imagem da antiga “invasão” da Vila União, dos barracos e construções precárias, foi transformada e hoje é referência urbana de vitalidade, em um dos poucos núcleos de baixa renda na área planejada. O núcleo de comércio e serviços na 307 norte concentra-se na porção leste da quadra, desde a praça central da quadra, a feira¹⁶³, o acesso leste da quadra, até as margens da Avenida NS-05. Estes novos usos se apropriaram das esquinas, principalmente nos acessos à quadra e ao longo da avenida, integrando à paisagem algo incomum às demais quadras palmenses que normalmente são marcadas por canteiros e muros (ver Figura 42).

Figura 42: Paisagens urbanas distintas – na imagem acima (307 norte) espaço fruto de transformações nos usos e formas de ocupar lotes e o espaço público, abaixo, entrada leste da quadra 504 sul conformada assim como proposto para o projeto da quadra. Foto da autora (2017) e de Guilherme Albertoni (2017), respectivamente

De forma geral no restante da 307 norte, o uso predominantemente residencial unifamiliar se manteve, no entanto, as instalações e padrão construtivo das edificações se transformaram ao longo do tempo. Assim como descreve Coccozza (2007), inicialmente quando as pessoas sorteadas recebiam lotes, elas deveriam ocupá-los ainda que de forma improvisada e precária, assegurando a propriedade. Ao assegurar a posse, melhorias foram sendo implementadas, inclusive por meio de ações governamentais com doação de casas e ações de autoconstrução.

Atualmente, é possível notar em alguns trechos da quadra a transformação do padrão construtivo de casas, com refinamento de materiais construtivos e de acabamentos, mas principalmente de uma preocupação que acompanha a tendência de separar o âmbito mais privado dos terrenos e a área pública da rua. Os muros altos e fechados onipresentes em quadras residenciais de classe média, aparecem também em parte das residências na 307 norte

¹⁶³ Marco para a cidade e centro do núcleo comercial referência para a Vila União. Ver capítulo 3.

(ver Figura 43), em contraponto com a paisagem de cidades tradicionais tocantinenses, paraenses e maranhenses – localidades de origem de boa parte da população residente na Vila União. No interior da região norte e nordeste do Brasil, a referência de casas mais abertas, de janelas para a rua, estabelece dinâmicas outras, com um amplo uso das calçadas e interface com o público.

Figura 43: Muros nas ruas da 307 norte. Foto da autora (2017)

A reprodução dos muros, representativos de um contexto de dominação da produção de espaços autosegregadores e violentos à cidade, no entanto, ainda não sobressai às dinâmicas socioespaciais cotidianas que constroem o espaço social, da pluralidade cultural, da apropriação espontânea do espaço, do uso do espaço público como espaço autêntico de trocas, de venda, de compra, de conversas e brincadeiras que imprimiram a imagem de bairro à Vila União.

No caso da 606 sul, na porção leste da quadra, há transformações de uso e ocupações irregulares em área pública e lotes multifamiliares. As ocupações em áreas públicas e particulares (lotes multifamiliares) na porção leste da quadra, diferem do padrão encontrado nas demais quadras estudadas, em que os lotes multifamiliares comumente foram ocupados por condomínios verticais ou condomínios horizontais de casas seriadas. A atual forma de ocupação de tais áreas se assemelha a um parcelamento (individualizando os lotes) que conformou novas estruturas no espaço, com a criação de vias¹⁶⁴ e quarteirões (ver Figura 44). Os lotes surgidos dessas ocupações divergem dos padrões normalmente percebidos em outras quadras palmenses: com dimensões menores direcionadas à população de menor poder aquisitivo. Em média os lotes residenciais na capital têm 360 metros quadrados¹⁶⁵, na Vila União e 606 sul, 200. Na quadra 606 sul, muitos desses lotes conformados por estas ocupações estão orientados para as avenidas circundantes: LO-15 e NS-10.

Principalmente nos lotes voltados para a avenida NS-10 (face leste da 606 sul), surgiram novos pontos de comércio e serviço (ver Figura 45), que se conectaram à paisagem da quadra e produziram outra dimensão socioespacial, fazendo coexistir a diversidade de usos e pessoas

¹⁶⁴ Não reconhecidas formalmente como vias, faltando infraestruturas como recolhimento de águas pluviais e asfalto.

¹⁶⁵ 360 m² era considerada área mínima para lotes em novos parcelamentos, segundo a Lei Municipal n. 486/1994, sendo modificada em 2002 quando tal regulamentação foi abolida, passando a considerar área mínima para lotes entre 150 e 240 m² dependendo da localização.

e conectando a 606 sul à vizinha 612 sul (à leste), através do constante vai e vem dos moradores entre as duas quadras.

Figura 44: Transformações espaciais na quadra 606 sul: acima, ocupações clandestinas em área pública; abaixo, ocupação de lotes multifamiliares sem o “condicionamento” de “vila” – isenta de fechamentos, a área criou novas passagens na quadra. Fonte: fotos da autora (2016) e mapa sobre base do Google Earth, com elaboração da autora (2018).

Figura 45: Comércio conformado na margem oeste da quadra 606 sul. Foto da autora (2016)

Por outro lado, a porção oeste da 606 sul tem formas de ocupação e características da qualidade construtiva das edificações distintas das observadas na porção leste da quadra (ver Figura 46). Na parte oeste da quadra, predominantemente residencial, os imóveis voltados à classe média obedecem os padrões construtivos delineados pelos índices de ocupação e parecem seguir o “modelo” palmense de muros e de uma arquitetura forasteira, incorporada ao catálogo local para residências e condomínios verticais. Neste trecho da quadra os usos se mantiveram e não há ocupações irregulares em áreas públicas ou particulares.

Figura 46 Fotos ilustrando a discrepância entre as tipologias habitacionais da 606 sul nas porções leste (acima) e oeste (abaixo). Foto da autora (2017) e Guilherme Albertoni (2018), respectivamente.

A quadra 504 sul, foi uma das primeiras quadras a serem parceladas logo nos primeiros anos de existência de Palmas, destinada a funcionários da prefeitura e governo estadual de segundo escalão, tendo configurado um perfil de classe média de seus moradores. Vizinha à Praça do Bosque e próxima a edifícios públicos como secretarias municipais, Câmara Municipal e Defensoria Pública, é também uma referência local devido ao pequeno núcleo comercial surgido de transformações de uso do solo no acesso oeste da quadra e da instalação de bares no acesso leste. A quadra apresenta hoje uma dinâmica movimentada por este núcleo comercial, mas também de ritos cotidianos com apropriações espontâneas no espaço público. O local da praça central abrigou durante muitos anos o Hospital Geral de Palmas, que foi demolido e

substituído pela praça inaugurada em 2008¹⁶⁶. Atualmente a praça é local de convergências, sendo extensão das atividades de entidades religiosas, bares e do comércio das imediações e também ponto para atividades esportivas, brincadeiras, passeios e conversas (ver Figura 47).

Figura 47 Movimentação na praça central da quadra 504 sul: encontros e esporte (capoeira). Fotos da autora (2016)

Nas quadras 307 norte, 504 sul e 606 sul (porção oeste), a mistura de usos do solo, entre bares, restaurantes, igrejas, escolas, comércio e serviço, difere da setorização de usos propostos pelos projetos das quadras, permitindo uma vitalidade constante e dinâmica, dos fluxos diurnos em função do comércio e principalmente à noite (e no entardecer), quando bares e restaurantes espalham suas mesas e cadeiras na calçada, estendendo esta dinâmica de uso das calçadas também às residências familiares, ampliando o espaço de estar das casas para a rua.

¹⁶⁶ Ver “Prefeitura entrega praça da 504 sul nesta sexta-feira”. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2008/10/03/prefeitura-entrega-praca-da-504-sul-nesta-sexta-feira>.

Transformações de uso nas demais quadras estudadas também aconteceram, principalmente na quadra 204 sul que tinha previsão de apenas doze pequenos lotes comerciais na área central da quadra e hoje apresenta um significativo cenário de transformação de usos. Como já descrito, a 21 (como é chamada a quadra) é reduto de empreendimentos residenciais e comerciais voltados às camadas ricas de Palmas. A transformação de uso residencial para comercial para instalação de novos negócios, se apropria da notoriedade da quadra para abrir novos espaços de ação do capital, mas também compõe novas dinâmicas socioespaciais antes inexistentes, contrapondo o espaço quase asséptico das avenidas arteriais entre muros. Trechos comerciais não previstos no entorno das quadras, passaram a ser legitimados em 2004 com a Lei Municipal Complementar nº 81/2004 que possibilita re-orientação e mudança de uso dos terrenos mais externos das quadras, desde que para fins comerciais e de serviços. Observou-se então, um crescimento sensível sobre o número de estabelecimentos com estas característica de localização¹⁶⁷.

Forma urbana e limites do projeto

O papel do espaço como possibilidade de transpor disjunções e a segregação é subestimado pela evidência de outros meios para “mediar” essa integração. Trocas econômicas, linguagem, comunicação, são tidas como meios de fomentar essa integração, mas assim como afirma Netto (2012), não atinge a todos os sujeitos com a mesma intensidade. O espaço – apesar de ser instrumento também de segregação – evidencia-se como estrutura que integra todos os outros sistemas (econômico, social, comunicacional, entre outros), com potencialidade de intensificar “trocas urbanas e dinâmicas cotidianas em nossos atos e experiências” (NETTO, 2012, p. 50). A forma urbana pode ter inferências sobre essas disjunções, contendo elementos para reverter processos de restrições de interação, sendo a urbanidade meio e fim deste processo.

Localidades ou espaços públicos animados pela vitalidade urbana, entre outros fatores podem estar associados à agregação funcional ou concentração de atividades e usos, mas também à acessibilidade – relacionada às possibilidades de acessos físicos no traçado urbano, como também da facilidade de transporte (CARMONA *et al*, 2010). Espaços mais acessíveis podem ser suporte para encontros ou oportunidade de experiência da cidade, através de seus caminhos, em oposição a regiões menos acessíveis em que as interações possivelmente seriam mais locais. Pontos mais isolados pressupõem mobilidade e as possibilidades de meios de transporte podem implicar na inacessibilidade por alguns indivíduos. Por exemplo, na escala da cidade, regiões periféricas ou mesmo empreendimentos habitacionais horizontais isolados

---

¹⁶⁷ Este fato tem modificado também a utilização das avenidas (principalmente a avenida LO-3, ao norte da quadra), que passaram a ter a última faixa de rolamento utilizada com estacionamento.

geralmente têm acesso precário por meio de transporte público, bicicleta ou a pé. Empreendimentos horizontais e verticais de acesso controlado, aglomerados de habitação de interesse social, bairros com população de perfil homogêneo, diminuem as possibilidades de contato e experientiação entre diferentes – pela impossibilidade de alguns indivíduos em acessar esses lugares –, perdendo-se a capacidade de negociar/lidar com o outro.

Distintas linhas do pensamento relacionam as configurações espaciais do espaço urbano como parâmetros geradores de vitalidade. Possibilidades de encontros e a densidade dos pedestres segundo Jacobs (2000) podem estar relacionados ao tamanho das quadras “as oportunidades de virar as esquinas devem ser frequentes”. Em outras linhas como a sintaxe espacial defendida por autores como Bill Hillier e Frederico de Holanda, analisam o sistema de encontros através da configuração espacial (principalmente da permeabilidade visual) e em alguns casos também considerando o uso do solo¹⁶⁸. Não é intuito da pesquisa aprofundar-se acerca de teorias da morfologia urbana, no entanto, observa-se a importância de analisar o desenho urbano relacionando-o às práticas socioespaciais, uma vez que ao estudar Palmas, o projeto urbano (principalmente seu desenho) se destaca enquanto um dos protagonistas na produção do espaço, ao impor o arranjo dos espaços públicos, vias e edificações.

Ao observar a consolidação e transformações no espaço urbano em Palmas, devido à sua formação recente, é inevitável também relacionar rebatimentos de processos e espacialidades contemporâneas que têm se reproduzido no espaço urbano das cidades brasileiras, como os grandes empreendimentos privados, muitas vezes encerrados por muros, formando enclaves e segregando espaço e pessoas, sufocando possibilidades de trocas urbanas e encontros entre alteridades.

Empreendimentos como *shoppings centers*, empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado e centros de lazer privados devido às suas dimensões comumente extensas e impermeáveis no tecido urbano, acabam alterando a dinâmica do traçado urbano, atreladas a criação de vias rápidas e largas para suportar a intensidade de fluxo direcionadas a esses locais. Relacionado à ascensão destes enclaves, Carmona *et al* (2010) descreve as transformações (pautadas no urbanismo americano no século XX) dos paradigmas de estrutura urbana baseados em sistemas viários hierárquicos e cita estratégias de adaptação de tecidos urbanos anteriormente acostumados ao tráfego local. Os autores apontaram a criação de um *layout* hierárquico: vias com tráfego mais intenso se ligando em uma rede largamente espaçada, formando grandes células. As redes mais locais dentro das células “precisavam ser projetadas para evitar ou impedir o tráfego de atalhos através das ruas destinadas ao de tráfego mais leve.

---

¹⁶⁸ Ademais, a teoria da sintaxe espacial não dá conta dos aspectos histórico-culturais de seus locais de análise, fundamentais para análise da segregação socioespacial ou da configuração de cidades brasileiras.

Uma opção era tornar a rede rodoviária local relativamente descontínua ou pelo menos mal conectada” (CARMONA *et al*, 2010, p.75).

O cenário acima descrito remete ao próprio Memorial de Projeto de Palmas, que propôs vias arteriais para priorizar a circulação na escala da cidade e também preconizava o uso e trânsito mais locais dos moradores na própria quadra. Ao utilizar-se da estratégia de determinar apenas duas entradas para cada quadra e ao “proteger” o interior das quadras, o quanto isso não contribuiu para homogeneização e “condominização” destas quadras? Ou o quanto isso contribuiu para um tecido urbano fragmentado e pouco propício ao caminhar e às incursões urbanas pelos próprios moradores?

Para iniciar este debate, é necessário discutir as possibilidades dadas pelo sistema viário palmeno, uma vez que influencia diretamente na “experiência estética da paisagem urbana” (OLIVEIRA, 2016). Assim como afirma Oliveira (2016), a escala monumental das avenidas estruturantes e de seus espaços livres em nada lembra as cidades ditas tradicionais; diferentemente do que tentou-se resgatar no interior das quadras. A largura das avenidas é de cerca de 26 metros (com três faixas para cada sentido da via) e das ruas locais aproximadamente sete metros (considerando apenas leitos carroçáveis). Há dificuldade em atravessá-las: em média, a velocidade permitida nas avenidas arteriais é de 60km/hora, com atenuações apenas próximo às faixas de pedestre. Em adição, há apenas uma faixa de pedestre na porção média dos trechos de avenida, considerando trechos de 700 metros. Levando em conta essas proporções, as avenidas configuram-se como verdadeiras barreiras geográficas, distanciando as quadras. Em muitos casos em que o entorno das quadras é encerrado por muros e não há calçadas nem iluminação adequada, a sensação de insegurança e o desconforto dos transeuntes aumenta.

No interior das quadras no geral, há uma padronização da largura das vias locais (com exceção para as vias de pedestre e o caso da 307 norte¹⁶⁹). Apesar de uma certa “padronização” na largura das vias locais, a paisagem que se constitui é totalmente distinta, dada pelo uso do solo e dos aspectos do espaço construído (público e privado). Os usos e atividades, como já descrito, modificam e utilizam a via pública de distintas formas: na 307 norte, ora estendendo a exposição de suas mercadorias nas calçadas, ora utilizando a via pública como extensão de seu território. Devido à atratividade de núcleos comerciais intraquadras, o conflito entre veículos parados, veículos em trânsito, pedestres e ciclistas evidenciam a desproporção entre as atividades e a densidade de fluxos e modais de transporte no mesmo espaço.

Como demonstra a Figura 48, é comum a convivência de pedestres, bicicletas, motos e automóveis nas calçadas e vias, disputando espaço no entorno da feira da 307 norte (primeira

---

¹⁶⁹ Na 307 norte, há trechos com variações nas dimensões das vias - visto que muitas ruas foram implantadas após a consolidação das residências, há casos em que os alinhamentos prediais e as dimensões das ruas variam -, de acordo com Oliveira (2016) com calçadas variando entre três e nove metros de largura.

figura). Nas quadras com escolas como a 110 norte, (segunda figura) em horários de entrada e saída escolar as vias de acesso das quadras também ficam congestionadas.

Figura 48: Disputa por espaço no entorno da feira da 307 norte (acima) e trânsito intenso na entrada da quadra 110 norte (abaixo). Fotos da autora (2017 e 2015 respectivamente).

No que diz respeito ao aspecto de percepção nas vias locais, as formas de interface ou negação do espaço privado com o espaço público se apresentam de distintas formas, desde a ausência de elementos físicos no limite dos lotes, até o encerramento destes por muros. Apesar de uma certa padronização também das larguras das calçadas, a existência e a qualidade (material, de acessibilidade e também de conforto) delas, está atrelada às condições da edificação no interior dos lotes. Na ausência de edificação, em geral não há calçadas; quanto à qualidade construtiva, há uma coerência entre a qualidade da edificação que se estende à calçada.

Em algumas das quadras estudadas o traçado urbano contemplou os pedestres através de vielas conectando espaços públicos. A presença de vias para pedestre (como será visto) no entanto, não significa uma maior densidade de transeuntes. A tentativa do projeto em priorizar tráfego mais local e o pedestre no interior das quadras, na cidade real criou espaços que não preconizam o conforto (ambiental ou de segurança) nem se aproveitaram da oportunidade de criar interessantes conexões entre espaços públicos ou locais de permanência (ver Figura 49).

Figura 49: Passagens para pedestre na 204 sul - ambientes inertes e sem vitalidade. Foto da autora (2016).

Apesar de tentar contemplar o pedestre com acessos exclusivos, a baixa legibilidade do espaço devido ao traçado das quadras segundo Oliveira (2016), provoca a sensação de desorientação e insegurança contribuindo para a falta de vitalidade em alguns trechos das quadras. É comum entre as quadras adotarem como solução do traçado urbano, as ruas sem saída (*cul-de-sacs*), ruas curvas, quarteirões longos com poucas conexões entre vias e espaços públicos, comprometendo a capilaridade e orientação dentro das quadras.

Das principais limitações de projeto para as quadras, identificadas através das transformações advindas de processos, está a dificuldade de acesso ao interior das quadras, tanto para pedestres como para veículos. Dada as dimensões consideráveis das quadras (em média 700x700 metros) e os poucos acessos existentes a partir das avenidas circundantes às quadras, quaisquer espaços livres tornam-se passagem (terrenos não edificadas e não cercados, áreas públicas livres, acessos para pedestres utilizados também por motocicletas e carros). Essas passagens, inscrevem-se no espaço formando caminhos que por vezes são mais utilizados que as passagens formais (ver Figura 50).

Figura 50 Exemplo de caminhos informais tão importantes para a acessibilidade das quadras, quanto os acessos formais. Exemplo na quadra 606 sul em que a ferramenta Google Maps (segunda figura) considera os atalhos como vias de acesso, assim como as ruas parte do traçado oficial da quadra (primeira figura). Fonte: Mapa base da SEMDUS, 2014; Google Maps e fotos da autora (2016).

Em quadras como a 110 norte, 504 sul (porção sul e leste) e 606 sul (porção oeste), a aglomeração de lotes de habitação multifamiliar no entorno das quadras, sem previsão de passagens para pedestre, contribuiu para uma menor permeabilidade espacial (muito em função das dimensões desses lotes), e do ponto de vista perceptivo aumentou a sensação de prevalência dessas tipologias privadas nas quadras em questão.

Assim como demonstraram os Mapas 16, 17 e 18, a realidade conformada pelos pedestres, contrasta com a cidade idealizada para carros, ao passo que modifica o espaço ao demarcar passagens e atalhos nos espaços livres nos entornos das quadras. Em algumas quadras, esses processos são mais evidentes, principalmente naqueles em que a não urbanização de seus espaços públicos, na maioria dos casos, da ausência do Estado, confere um caráter de indeterminação desses espaços.

Outro ponto importante a ressaltar é que grande parte dos vazios urbanos utilizados como caminhos improvisados estão no entorno das áreas de comércio vicinal, uma vez que em diversas quadras estas áreas apresentam um baixo nível de ocupação e mesmo nos casos onde os lotes foram ocupados, há espaços livres (não edificadas e com livre acesso) nas laterais e fundos das edificações¹⁷⁰. Assim como já citado, na maior parte dos casos estes conjuntos comerciais são “alheios” ao contexto das quadras que integram, uma vez que estes lotes se orientam apenas para as avenidas, prejudicando a interação de atividades e até mesmo de conexões entre o interior da quadra e às avenidas circundantes.

Os conjuntos comerciais presentes também em Brasília, em alguns casos utilizam também sua face posterior, promovendo a comunicação entre as vias comerciais e a parte interna das quadras. Em Palmas, a ambiência voltada ao pedestre, pensou em lotes comerciais contínuos com arcadas e passagens cobertas, visando a convivência entre os moradores. No campo das determinações da cidade planejada, algumas tipologias arquitetônicas foram sugeridas pelo Memorial de Projeto pensando nas dinâmicas internas às quadras, como simulacros de cidades tradicionais e uma delas está vinculado ao comércio vicinal.

A intenção em promover uma ambiência para pedestres pode ser identificada na definição da tipologia “cogumelo” ratificada através da Lei Municipal nº 321/2015, associada ao comércio vicinal. A tipologia cogumelo não é definida por índices de ocupação global, mas por pavimento, considerando subsolo, térreo e apenas mais um pavimento. No primeiro andar é permitido construir até o dobro em área do que o térreo, sempre mantendo um avanço de dois a três metros sobre o passeio (cada tipo de lote vicinal tem uma especificação diferente – e.g. lotes isolados sem confrontação de limites com outros lotes, lotes de meio de quadra, etc). A altura máxima permitida é de oito metros, excetuando volumes de caixa d’água, casa de máquinas e central de ar-condicionado.

Em Palmas, as vicinais normalmente localizadas nas faces norte ou sul das quadras, quase predominantemente têm a parte traseira de seus lotes como espaços mal cuidados, sem aberturas (ver Figura 51), causando a sensação de negação do espaço e afastando a possibilidade de apropriações.

---

¹⁷⁰ Situação que está associada a não execução de calçadas, não execução de estacionamento-padrão vinculados às vicinais, espaço na maioria das vezes tomado por vegetação e acessos improvisados.

Figura 51 Paredes cegas na face posterior do comércio vicinal nas quadras 204 sul (esquerda) e 404 sul. Fotos da autora (2016)

Assim como citado no Capítulo III, a indeterminação dos espaços públicos em Palmas é uma regra. Nas áreas posteriores aos comércios vicinais, de igual forma, há uma certa indefinição de destinação e ambientação desses espaços, comumente tomados pelo mato. Em muitos casos em que os lotes comerciais ainda não foram ocupados e esses espaços livres tornam-se passagem para pessoas e carros.

Considerando as análises a respeito das transformações do espaço nas quadras estudadas, o Quadro 2 sintetiza as principais observações.

Quadro 3: Síntese das quadras e principais transformações espaciais

Quadra (quadrante)	Período de aprovação do parcelamento	Modificações em relação aos usos	Modificações em relação às formas de ocupação dos lotes	Rupturas com o traçado urbano proposto
307 Norte (Noroeste)	1990-1995	Consolidação de forte área comercial, uso misto e consolidação de instituições religiosas.	Modificações da forma de ocupação dos lotes (criando interface da quadra com as avenidas circundantes).	Improvisação de acessos para veículos e pedestres, principalmente nas bordas das quadras
404 Sul (Sudeste)	1990-1995	Mudanças pontuais.	Não há registros.	Improvisação de acessos em áreas públicas ligando a <i>cul-de-sacs</i> (casos pontuais nas bordas das quadras).
204 Sul (Sudeste)	1990-1995	Diversos tipos de comércio e serviços se instalaram em toda quadra.	Modificações da forma de ocupação dos lotes (criando interface da quadra com as avenidas circundantes).	Improvisação de acessos em áreas particulares de lotes não ocupados (casos pontuais no interior e bordas da quadra).
606 Sul (Sudeste)	1996-2000	Mudança de uso do solo significativa na porção leste da quadra.	“Parcelamento” ou individualização das unidades em áreas de lotes multifamiliares; ocupações clandestinas em área pública, lotes voltados para as avenidas circundantes.	Improvisação de acessos em áreas públicas, criação de vias devido ao “parcelamento” em lotes multifamiliares.
110 Norte (Nordeste)	1990-1995	Uso não previsto: salão de festa instalado no acesso leste da quadra.	Não há registros	Improvisação de acessos em áreas públicas ligando a <i>cul-de-sacs</i> (casos pontuais nas bordas das quadras).
504 Sul (Sudeste)	1990-1995	Mudança de uso do solo nas ruas que dão acesso à quadra.	Novos usos comerciais modificaram a forma de ocupação dos lotes (sem afastamentos frontais e laterais).	Improvisação de acessos em áreas públicas nas bordas das quadras e também na área posterior ao comércio vicinal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Legenda de classificação:

Grau de transformação	Baixo
	Médio
	Alto

Análises e percepções do campo

Ao retomar as questões da pesquisa, a assimilação de argumentos relacionando forma urbana e os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado vem à tona. Até aqui, apresentou-se um panorama geral das quadras, dissociado das dinâmicas socioespaciais das quadras palmenses estudadas, de um complexo de atores, processos e aspectos urbanos. Buscou-se destacar os principais elementos que operam no contexto das quadras, despertando para o debate questões de dimensão material, simbólica, subjetivas – intangíveis – imprescindíveis para o arranjo das dinâmicas socioespaciais.

As cartografias contribuem como ferramenta de transcrição da experimentação em campo, aqui, uma tentativa de síntese dos ritos cotidianos, através do filtro composto pelo olhar do pesquisador, (além do observador participante) direcionados segundo os objetivos da pesquisa. A experimentação do campo, sedimentada a cada visita, contribuiu para a formação do corpo empírico-analítico de reflexões apresentado nos itens a seguir, que ajudam a superar a sensação redutora e totalizante que geralmente os mapas causam, enchendo de sentido as atividades, as esquinas e praças e a distribuição dos corpos no espaço, buscando discutir também os principais elementos estruturantes – entre práticas sociais e dinâmicas gerais das quadras.

1. Clima-tempo

Dos elementos intangíveis que parecem ordenar a vida cotidiana em Palmas, o clima-tempo é com certeza um dos mais importantes. Com clima tropical, a temperatura média anual de 26° C coloca Palmas entre uma das capitais brasileiras mais quentes. Considera-se o clima tropical com estação seca, com período de estiagem de maio a setembro, podendo atingir níveis de umidade abaixo de 15° C. Em agosto, mês mais seco, a umidade média é de 48%¹⁷¹. Durante o dia é comum caminhar sem ver ninguém, os deslocamentos se tornam mais sofridos e evitados.

Aos finais de tarde, no entanto, esse quadro de aridez urbana transfigura-se e ganha vitalidade. O pôr-do-sol e o fim do horário comercial coincidem, irrompendo nas ruas um “mar” de carros e pessoas nos espaços públicos e junto a estabelecimentos comerciais. Em algumas

¹⁷¹ Dados consultados em: http://sonda.ccst.inpe.br/estacoes/palmas_clima.html. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

quadras residenciais, as calçadas e praças se tornam local de estar, onde os moradores assistem o passeio, a brincadeira, o retorno dos vizinhos para casa. Em algumas quadras observadas, como 110 norte, 404 sul e 204 sul, essa dicotomia é clara, da raridade de encontros durante os horários mais quentes e do acentuado aumento nas atividades e permanências nos horários de calor mais ameno (início da manhã e fim da tarde/noite).

Outras quadras (307 norte, 504 sul [porção oeste], 606 sul [porção leste]) no entanto, demonstraram um nível de atividades e permanências mais contínuo também durante o dia, amparados por ambientes cobertos e sombreados, e na maioria das vezes a especialização de usos e atividades como o uso voltado para a educação (uso educativo da quadra de futebol) e o consumo (padarias, barracas de comida, bares, entre outros do segmento alimentício; comércio de varejo e feiras). Durante o dia, poucos foram os registros de atividades de permanências envolvendo interações sociais. Os registros de atividades contemplativas e de ócio, em geral estavam relacionadas à esperas (para o transporte público, espera por alguém, etc), mas sempre priorizando locais sombreados, mesmo sem suporte ou mobiliário adequado. Isso demonstra que grande parte das atividades registradas durante o dia tinham uma finalidade quase compulsória, envolviam o cumprimento de tarefas necessárias e diárias (esperar o ônibus, ir para escola, etc).

Durante o dia de maneira geral, as situações de percurso e permanência envolviam a busca por locais sombreados e caminhos mais curtos, diminuindo o tempo de viagem de um ponto a outro. Nesse sentido observou-se que na escolha entre caminhos mais curtos ou caminhos sombreados, a escolha fica ainda com os caminhos mais curtos – nem sempre os formais. A qualidade do espaço público em Palmas e em outras cidades com climas extremos, tem uma correspondência muito forte com as adaptações ao clima, visando o conforto térmico dos usuários.

Além da busca por caminhos sombreados ou atalhos para encurtar os trajetos, outro aspecto interessante relacionado às adaptações do espaço público para tal clima, foi a constatação da frequente utilização de guarda-sóis, especialmente pelas mulheres, nos trajetos a pé no espaço público (ver Figura 52). Tal prática estabelece o guarda-chuva (usado como guarda-sol) como acessório utilizado não apenas nos períodos chuvosos e evidencia uma quantidade significativa de mulheres que se deslocam a pé ou em trajetos com conexão com o transporte público.

O conforto segundo Carmona *et al* (2010, p. 165, tradução da autora¹⁷²), é “um pré-requisito de sucesso para espaços públicos. A duração de tempo que as pessoas ficam no espaço público é uma função e um indicador de seu conforto”. O senso de conforto depende segundo o autor, de fatores ambientais (tempo: vento, chuva, sol), conforto físico (pode ser

---

¹⁷² Texto original: “[...] is a prerequisite of successful public spaces. The length of time people stay in a public space is a function and an indicator of its comfort”

influenciado pelo *design* físico do espaço ou estratégias de gerenciamento do espaço, que incorram nas condições físicas, lugares para sentar, etc) e conforto social e psicológico.

Figura 52: Prática recorrente entre as mulheres – guarda-sol como estratégia adaptativa nos percursos da cidade.
Foto da autora (2017).

A sombra, principalmente de arborização massiva, pela sua capacidade de modificar o microclima local, se configura como atributo do espaço público influente no trânsito e permanência de pessoas – especialmente em Palmas –, considerando a temperatura **máxima média** de 32,1° C, podendo chegar a **máximas absolutas** de 41,9° C nos meses mais quentes. Sob as árvores, encontra-se campo fértil para atividades espontâneas, locais de espera, descanso e ócio (ver Figura 54 e 55).

Figura 53: Árvores como local de descanso nas quadras (204 sul e 110 norte). Foto da autora (2016)

Figura 54: Momentos de ócio e descanso sob as árvores. Foto da autora (2016).

Não há, no entanto, uma preocupação com a arborização planejada de calçadas e praças, principalmente visando o conforto do pedestre em caminhos contínuos ou a sobreposição de um sistema de arborização e de mobiliário urbano. Apesar da agenda urbana ecológica adotada por muitas gestões municipais, a implantação da cidade devastou a mata nativa e deu lugar a arborização que em muitos casos não atingiu porte suficiente para que o sombreamento beneficie os transeuntes (COCOZZA, 2007). Mesmo com a política de obrigatoriedade de plantar uma árvore na calçada de cada unidade habitacional, essa preocupação parece manter-se apenas na representação projetual, para aprovação na prefeitura (ver Figura 55).

Na quadra 204 sul, observa-se a concentração de árvores no centro da quadra, principalmente na porção sul da praça, onde se encontra o chamado “Bosque dos Pinheiros”, elemento de forte imagem na quadra. Outra concentração observada é nas áreas públicas no entorno da quadra (lindeiras às avenidas circundantes) por vezes encobrimdo os muros dos fundos das habitações e não sombreiando a calçada, mas apenas os trechos junto aos muros. Quanto às espécies utilizadas, observou-se a predominância de espécies exóticas, como a massiva presença de palmeiras, mais como elemento estético, do que para sombreamento ou da preocupação ambiental. Algumas espécies nativas como pequizeiro e cajueiros são encontrados nas Áreas Públicas Municipais exteriores à quadra.

Figura 55 A intenção de propor espaços voltados ao pedestre, inclusive com a proposição de formas edilícias (tipologia cogumelo), se corrompe na desconexão destas áreas cobertas e o sistema de arborização e existência de passeios públicos. Acima: vicinal da 110 norte e abaixo, vicinal na 606 sul. Fotos da autora (2016).

Quanto ao sombreamento pelas edificações, a tipologia “cogumelo” (como citada no capítulo II), indicada para os lotes comerciais das quadras, demonstra a intencionalidade em propor soluções voltadas para o conforto dos transeuntes, utilizando-se da forma dos edifícios marquise que sombreia passeios). No entanto, a descontinuidade de espaços cobertos (em muitas localidades devido ao fato de que há muitos lotes não edificadas, mas também em virtude da forma como a disposição destes lotes foram propostos), dissociando áreas cobertas das edificações e um sistema de arborização (que poderia contribuir para o microclima das calçadas), na prática diminui a potência da ideia em suscitar o conforto ambiental para os transeuntes.

Na contramão dos claros benefícios da arborização, observou-se em todas as quadras, uma problemática de compatibilização entre este sistema e o sistema de iluminação pública. A sombra tão buscada pelos usuários durante o dia, à noite cria pontos de escuridão, pois em muitos casos não está bem articulada com a localização dos pontos de iluminação. A escuridão, associada ao medo da criminalidade, cria novos espaços evitados durante a noite, nos trajetos, mas principalmente nas permanências.

Por esta razão, os critérios para a escolha dos locais de permanência se alteram: de dia, por mais improvisados que fossem os locais de permanência e passagem, na maioria das vezes os usuários priorizavam o conforto térmico e caminhos mais curtos (mesmo que com condições

precárias como mato, poças d'água, etc); durante a noite priorizavam locais iluminados, mobiliários mais adequados e caminhos mais longos desde que iluminados ou pavimentados.

Ainda no período noturno, foram registradas nas quadras atividades diversas com um caráter mais facultativo – no sentido que as sociabilidades ocorrem neste período por uma escolha em se expor e utilizar os espaços públicos - principalmente atividades envolvendo encontros, atividades esportivas e relacionadas à alimentação (ver Figura 568) e entretenimento noturno . Na maioria das quadras, o movimento nas ruas e praças se mantém até a faixa das 21 horas. Após este horário apenas atividades relacionadas a estabelecimentos como bares e restaurantes permaneceram.

Figura 56: Movimentação noturna no entorno de estabelecimentos informais de alimentação. Os chamados “prensado” e “espetinho”, são elementos conhecidos em Palmas, comumente instalados nas faixas lindeiras às avenidas no entorno das quadras. À esquerda na quadra 5. Foto da autora (2017).

Os mapas apresentados a seguir sintetizam de forma geral a experiência em campo da pesquisa, ilustrando os episódios descritos neste item, como servirão de base também para as análises seguintes.

Para eles, foram consideradas as principais atividades desenvolvidas pelos usuários nas quadras, separadas em atividades de permanência em determinado local e atividades em deslocamento, caracterizada pelo movimento.

Atividades e trajetos

Atividades com permanência

Número de Praticantes
Tipo de atividade
Gênero dos praticantes

Número de praticantes
até 8
até 4
2
1

Gênero
Feminino
Masculino
Ambos

Atividade esportiva
Encontro/sociabilização
Alimentação + sociabilização
Lúdico infantil
Contemplativo/recreativo
Compra / venda
Trabalho/prestação de serviço

Atividades com deslocamento

Tipos

Circulação
Atividade esportiva/
Passeio com cães

Densidade de pessoas

Baixa
Alta

Sentido predominante dos deslocamentos

307 Norte

200 (m)
100
0

7h - 9h

9h - 13h

13h - 17h

17h - 20h

Atividades e trajetos

Atividades com permanência

Número de Praticantes
Tipo de atividade
Gênero dos praticantes

Número de praticantes
Gênero

Atividade esportiva
Encontro/sociabilização
Alimentação + sociabilização
Lúdico infantil
Contemplativo/recreativo
Compra / venda
Trabalho/prestação de serviço

Atividades com deslocamento

Tipos

Circulação
Atividade esportiva/
Passeio com cães

Densidade de pessoas

Baixa
Alta

Sentido predominante dos deslocamentos

404 Sul

Atividades e trajetos

Atividades com permanência

Número de Praticantes
 Tipo de atividade
 Gênero dos praticantes

Número de praticantes
 até 8
 até 4
 2
 1

- Atividade esportiva
- Encontro/sociabilização
- Alimentação + sociabilização
- Lúdico infantil
- Contemplativo/recreativo
- Compra / venda
- Trabalho/prestação de serviço

Atividades com deslocamento

Tipos

- Circulação
- Atividade esportiva/ Passeio com cães

Densidade de pessoas

- Baixa
- Alta

Sentido predominante dos deslocamentos

7h - 9h

13h - 17h

9h - 13h

17h - 20h

Atividades e trajetos

Atividades com permanência

Número de Praticantes
 Tipo de atividade
 Gênero dos praticantes

Número de praticantes
 até 8
 até 4
 2
 1

Gênero
 Feminino
 Masculino
 Ambos

Atividade esportiva
 Encontro/sociabilização
 Alimentação + sociabilização
 Lúdico infantil
 Contemplativo/recreativo
 Compra / venda
 Trabalho/ prestação de serviço

Atividades com deslocamento

Tipos

Circulação
 Atividade esportiva/
 Passeio com cães

Densidade de pessoas

Baixa
 Alta

Sentido predominante dos deslocamentos

606 Sul

200 (m)
 100
 0

7h - 9h

13h - 17h

9h - 13h

17h - 20h

Atividades e trajetos

Atividades com permanência

Número de Praticantes
Tipo de atividade
Gênero dos praticantes

Número de praticantes
até 8
até 4
2
1

Gênero
Feminino
Masculino
Ambos

Atividade esportiva
Encontro/sociabilização
Alimentação + sociabilização
Lúdico infantil
Contemplativo/recreativo
Compra / venda
Trabalho/prestação de serviço

Atividades com deslocamento

Tipos

Circulação
Atividade esportiva/
Passeio com cães

Densidade de pessoas

Baixa
Alta

Sentido predominante dos deslocamentos

110 Norte

200 (m)
100
0

Atividades e trajetos

Atividades com permanência

Número de Praticantes
 Tipo de atividade
 Gênero dos praticantes

Número de praticantes
 até 8
 até 4
 2
 1

- Atividade esportiva
 Encontro/sociabilização
 Alimentação + sociabilização
 Lúdico infantil
 Contemplativo/recreativo
 Compra / venda
 Trabalho/ prestação de serviço

Atividades com deslocamento

Tipos

- Circulação
 Atividade esportiva/ Passeio com cães

Densidade de pessoas

- Baixa

 Alta

Sentido predominante dos deslocamentos

504 Sul

2. Forasteiros na cidade

Apesar da ausência de portarias, muros e cancelas, muitos diriam que quadras como a 404 sul são como empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado. No caminhar pelas ruas esvaziadas, com muros em todos os lados (ver Figura 577). Na experiência da autora desta dissertação, um sentimento de desconforto. Achar a praça central é tarefa para quem conhece bem a quadra, há o sentimento de despertencimento, desorientação; as casas parecem seguir uma mesma tipologia, cores e volumétricas semelhantes. Ao caminhar mais um pouco, uma rua depois da outra e um servidor da segurança privada depois de algumas voltas interpela a autora: - “Precisa de ajuda?”. Tal situação – aquém da ajuda – reпреende, separa o que está dentro, o que está fora: classifica os forasteiros na própria cidade.

Figura 57: Imagens típicas da quadra 404 sul: Muros e cercas elétricas. Foto da autora (2016).

A ambiência na quadra 404 sul parece carregar um desejo de separação: o *flâneur* de *Baudelaire* aqui ficaria à procura de encontros, seria inibido, deslocado de seu propósito. Seus moradores de fato, parecem viver a cidade a partir de uma lógica privada: com possibilidade de condicionamentos normativos e de segurança, homogêneos socialmente – condicionando até mesmo a temperatura ambiente, fato preponderante para o desenvolvimento de atividades (como já discutido neste capítulo), mas de difícil controle no espaço público. Tal forma de viver, reconhecida

como “estilo de vida”, impregnada de um prestígio que produz desigualdade, é também uma forma do medo: “[...] a segurança se torna uma prática de diferenciação e controle social, mais do que de proteção. Inevitavelmente, a privatização da segurança produz desigualdade” (CALDEIRA, 2000, p. 227).

De semelhante ambiência, a 204 sul também se demonstra avessa à heterogeneidade social. Apesar da presença de pessoas nos espaços públicos de ambas as quadras, dos atores do cotidiano, poucos são aqueles que moram na quadra. A maior parte dos atores deste “*ballet* da rua” (JACOBS, 2000), são pedreiros, domésticas, empregados do comércio local – a maioria também deslocados, forasteiros na cidade, tendo seu papel instrumental dentro de um sistema de trabalho local, mas não de produção social daquele fragmento da cidade.

Trabalhadores estes destinados a portas de entrada e saída específicas nos empreendimentos habitacionais de acesso controlado e estabelecimentos, carregam consigo o signo de forasteiros da quadra. Tal carga simbólica pode ser sentida também ao transitar nas imediações dos maiores empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado da cidade, em que as distinções de portarias e do tratamento se fazem claras. A dinâmica social contemporânea naturalizou desigualdades, engendrando a privatização, não apenas por quem impõe a segregação, mas também por quem sofre. Neste cenário em que não emergem questionamentos frente a estas naturalizações de caráter condicionante, as desigualdades continuam a ser produzidas, assim como a cidade, cada vez mais seriada, homogênea.

3. Além dos muros

Assim como Dunker (2015a) afirma que o medo é o afeto sobre o qual foram construídas as relações sociais, Caldeira (2000) afirma que os enclaves fortificados tomam a segregação social como valor. O medo à heterogeneidade social, como discutido no capítulo I, do não reconhecimento do outro, reconfigura toda uma esfera de segurança que afasta aquilo que causa temor. A composição deste sentimento de segurança está diretamente ligada à desconfiguração da vida urbana no espaço público; quanto mais busca-se a proteção/separação do outro, mais se sente invadido, acuado. Negando a cidade, anulam-se as chances do acaso em produzir instabilidades, subjetivações, do sopro que provoca invenções, improvisos - potencialidades da transformação.

Constrói-se muros em torno de cada um, cada pessoa. O muro simbólico é uma fronteira, em que as identidades são definidas a partir do outro. Aos poucos, naturalizam-se os muros: do espaço individual, da rua. Cada vez mais altos e equipados, os muros dão razão à “fala do crime”¹⁷³ de Teresa Caldeira (2000), fazem parte da “arquitetura do medo”, de um sistema que mercantilizou a segurança e a tornou elemento de “bom gosto e distinção” (CALDEIRA, 2000, p.225) que o medo

---

¹⁷³ A “fala do crime” é o discurso do medo criado e reproduzido pelos cidadãos da cidade, das mais variadas camadas e grupos sociais, compartilhando experiências próprias, de pessoas próximas ou de notícias veiculadas pela mídia envolvendo casos de violência urbana. Ainda segundo a autora, a constante repetição, a ênfase e o tom de advertência acerca dos crimes e riscos corridos, servem como álibi e justificativa para o comportamento urbano contemporâneo.

da violência se tornou. O *status* ordenador dos muros, fez com que eles passassem a fazer parte também da paisagem em espaços públicos - no entorno de parques, praças e outros locais públicos (CARMONA *et al*, 2010).

Os espaços privados como clubes e empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, homogêneos, segregadores do espaço e do social, segundo Jacques (2009) são atribuídos a locais de “qualidade urbana”, conferindo valor às localidades onde se inserem (que fazem parte da malha urbana, mas não efetivamente interagem com a cidade). No senso comum, esses espaços privados servem ainda como referência de espaço público – na maioria das vezes um espaço interno, cercado e com segurança privada. O projeto de Palmas preconizava a diversidade de classes e a interação entre elas, sugerindo a diversificação de tipologias edilícias e a não-construção de muros nas frentes dos lotes (COCOZZA, 2007), no entanto a conformação da cidade tensionada por forças culturais, das gestões¹⁷⁴ e do mercado imobiliário moldou os padrões edilícios e fechamentos dos lotes em Palmas. O muro como símbolo da materialidade de uma separação promulgada pelas subjetividades vigentes, se tornou também um paradigma, um fetiche enquanto elemento que é parte constituinte da seguridade, aparecendo com força em todas as quadras percorridas no trabalho de campo em Palmas, das quadras mais pobres às mais ricas.

Situações espaciais influenciadas por interfaces (comunicação entre duas partes) e barreiras podem interferir nas formas de apreensão do espaço, na sensação de segurança, nas trocas e situações informais. Coccozza (2007); Carmona *et al*, (2010) e Ribeiro (2013) afirmam a importância da forma e configuração dos espaços públicos, principalmente as características destes espaços que os tornam mais convidativos e possibilitam um contexto de trocas e experimentação do espaço. Se os muros caracterizam barreiras que dificultam a interação social, para abrir possibilidades para trocas; entradas e formas de contato entre o âmbito privado e espaços públicos devem ser estimulados na intenção de aumentar a potencial vitalidade urbana (CARMONA *et al*, 2010; GEHL, 1987).

De certa forma, a metodologia proposta para observar as interfaces e barreiras em espaços de Palmas, prolonga a metodologia de Coccozza (2007) e Ribeiro (2013), no sentido que busca identificar essas conexões e rupturas visuais e físicas do espaço. Coccozza (2007) considera em uma mesma categoria, obstáculos que são ao mesmo tempo físicos e visuais, não havendo esta distinção em sua observação. Ribeiro (2013) por sua vez, adota outro método para observar a relação direta entre edificações e espaço público, uma vez que seu objeto de estudo é Brasília e a maior parte dos edifícios possuem térreo livre. Considerou-se para esta pesquisa, duas

---

¹⁷⁴ Há uma hipótese sobre a presença de tantos muros em Palmas: “a Lei Municipal de Código de Obras proibia o muro, você poderia fazer muro em frente de casa, mas com 1 metro de altura só e o restante seria gradil. Depois entrou um secretário de finanças na Prefeitura em 1995 que bolou uma mudança na legislação do IPTU, onde incentivava o muro. Foi essa lei que incentivou o muro, quem fazia muro ganhava desconto de IPTU, então todo mundo começou a fazer muro, muro e calçada para ter o desconto de x% no IPTU. De 1995 pra cá houve “o boom do muro”. É lógico, se eu tenho desconto no IPTU, eu vou fazer o muro. Então isso é uma coisa que a gente tem que reverter, na realidade tem é que mudar a lei, incentivar o gradil, não o muro.” Hidelbrando Paz, em entrevista para Reis (2011).

possibilidades de barreiras: 1) as barreiras físicas e também visuais, impedindo a interação nas duas dimensões: considerou-se muros, fechamentos opacos, entre outros e 2) as barreiras físicas mas com possibilidade de interação visual (grades, vidro, alambrados, elementos baixos ou vegetação). As barreiras físicas podem não se constituir como barreiras visuais, mas podem ser obstáculos ou soluções de desenho onde a integração de espaços não foi priorizada (ver Mapa 26, Mapa 27 e Mapa 28).

Como já descrito, uma das mais impactantes barreiras conformadas no espaço urbano em Palmas, é a sequência de muros nas partes mais externas das quadras, influenciando no processo de produção de subjetividades e imagens da cidade em sua experiencição. Os muros bloqueiam a possibilidade de conexão entre lotes residenciais e faixas de área pública no entorno das quadras e a falta de permeabilidade do traçado urbano em alguns trechos impede que a quadra tenha conexões diretas com as avenidas do entorno e também com as quadras vizinhas.

As interfaces entre espaços públicos e espaços privados caracterizadas pelas aberturas, sugerem a presença humana – o que está dentro dos espaços privados atrai olhares dos transeuntes e os transeuntes trazem os “os olhos da rua” (JACOBS, 2000; CARMONA *et al*, 2010). Há, apesar da tendência dos muros em Palmas, habitações com fechamentos em estruturas alternativas, como grades e vidro, voltadas para as ruas, mas boa parte dos fechamentos com permeabilidade visual registrados estão relacionadas ao comércio e serviço.

Nos mapas a seguir, representam-se, nos diversos períodos de observação, os principais locais de atividades de permanência dos usuários das quadras. Consideraram-se diversas atividades com características de atuação localizada, como exemplo, atividades esportivas, encontros, conversas, brincadeiras, consumo, contemplação, trabalho, entre outros.

Juntamente com a caracterização dos fechamentos, é possível notar locais mais propícios a atividades ao longo do dia e a sua relação com aspectos materiais como sombreamento e fechamentos dos espaços privados.

307 Norte

Permanências X interface entre espaço público e privado

Permanência de
praticantes (pessoas)

- 7h - 9h
- 9h - 13h
- 13h - 17h
- 17h - 19h

Número de
praticantes

Barreira física e
visual (muros e ve-
dações fechados)

Barreira física com
possibilidade de
integração visual
(vidros, grades,
alambrados,
elementos
construídos/
vegetação baixa)

▲ Acesso à edificação

● Massa arbórea

Edificação

404 sul

0 100 200 (m)

Permanências X interface entre espaço público e privado

Permanência de
praticantes (pessoas)

- 7h - 9h
- 9h - 13h
- 13h - 17h
- 17h - 19h

Número de
praticantes

Barreira física e
visual (muros e ve-
dações fechados)

Barreira física com
possibilidade de
integração visual
(vidros, grades,
alambrados,
elementos
construídos/
vegetação baixa)

Acesso à edificação

Massa arbórea

Edificação

204 sul

606 Sul

110 norte

Permanências X interface entre espaço público e privado

Permanência de
praticantes (pessoas)

- 7h - 9h
- 9h - 13h
- 13h - 17h
- 17h - 19h

Número de
praticantes

— Barreira física e
visual (muros e ve-
dações fechados)

- - - Barreira física com
possibilidade de
integração visual
(vidros, grades,
alambrados,
elementos
construídos/
vegetação baixa)

▲ Acesso à edificação

● Massa arbórea

■ Edificação

504 sul

0 100 200 (m)

Oliveira (2016) classificou e comparou aberturas de fachadas em três localidades de Palmas (avenida JK no trecho das quadras 104, centro de Taquaralto e Vila União), similarmente ao levantamento feito por este estudo. Oliveira (2016) constatou que a Vila União possui o mais alto grau de "impermeabilidade" entre espaço público e privado. Considerou-se muros e fechamentos que impedem qualquer tipo de interação, visual ou física. Comparativamente, Vila União obteve 60,9% de impermeabilidade, contra 36,5% do trecho da avenida JK (104 norte e sul) e 24,1% de Taquaralto. Esse fato causa estranheza, uma vez que a Vila União está sempre associada à uma atmosfera de significativa apropriação dos espaços públicos. De acordo com manuais contemporâneos de boas práticas para o desenho de cidades como apregoado por Gehl (1987), Carmona *et al* (2010), a permeabilidade, possibilidade de acesso direto ao logradouro público, está diretamente relacionada com esta atmosfera de apropriações. Oliveira (2016), nota que a intercalação de estabelecimentos comerciais e residências muradas ou gradeadas podem confundir a percepção do espaço, tendo os estabelecimentos uma maior força imagética na percepção¹⁷⁵.

O trabalho de campo em algumas quadras de Palmas, demonstrando que mesmo com tantos muros e fechamentos quase agressivos, as interações socioespaciais podem sobressair sobre uma configuração espacial dada como "indesejável", ou avessa à um espaço considerado fértil para vitalidade urbana, assim como apontado por Gehl (1987), Jacobs (2000) e Carmona *et al* (2010). Esse fato pôde ser observado de maneira geral na 307 norte, pontualmente na quadra 504 sul e na porção leste da 606 sul (ver Figura 588). Os "olhos da rua" como define Jacobs (2000), se reproduzem aqui na dimensão social, aquém dos atributos físicos (em um contexto de muros e precariedade de espaços públicos), mas presente na prática de seus atores, que transformam calçadas em áreas de estar e anulam o fechamento dos muros contínuos ao escancarar seus portões e ao colocar cadeiras nas calçadas.

Figura 58: Uso das calçadas como rito cotidiano na 606 sul. Moradoras conversam e expõe pães para a venda. Foto da autora (2016)

¹⁷⁵ Oliveira (2016) nota ainda que a acurácia do levantamento pode ter sido alterada pelo fato de que muitos estabelecimentos estarem fechados nos horários dos levantamentos.

4. Viver, ver, velocidade

Na Palmas de hoje, as casas parecem ter se envolvido num invólucro, armado de câmeras de segurança e cercas elétricas. A prevalência da circulação, assim como nas quatro funções básicas da cidade moderna, por meio da estruturação de um sistema viário com largas avenidas, priorizou a utilização de automóveis: o contato com a rua, com a cidade, se realiza hermeticamente dentro de veículos em que se percorre a cidade, sem se dispor ao acaso, às eventualidades dos encontros, das alteridades: o universo privado parece irromper limites e figura também nas formas de percorrer a cidade.

Suas avenidas largas se apresentam como eixos para o fluxo desimpedido de carros – grandes, pequenos, coletivos, particulares -, porém são barreiras lineares que seccionam a cidade em ilhas geométricas, desintegrando-a, dificultando o fluxo de pedestres entre as quadras e aniquilando as possibilidades de caminhadas agradáveis e seguras ao longo das avenidas, o que acarreta desdobramentos negativos quanto à apropriação da cidade. Como apregoava Jacobs (2000, p.125), “Devemos refutar qualquer modelo que encare os bairros como unidades autossuficientes ou introvertidas”, pois eles perdem força enquanto espaços que geram interação social.

Podemos dizer que a cidade de Palmas está no interior de suas quadras, é possível vê-la e atingi-la apenas de dentro para fora. [...] De acordo com os arquitetos entrevistados, era pra ser uma cidade no centro, cada quadra seria uma cidadela de oito a dez mil habitantes, muito próxima da organização social da cidade de pequeno porte, fora da quadra seria uma cidade moderna, com as avenidas largas para que, no futuro, com o avanço dos transportes, se pudessem implantá-los com facilidade. (SILVA, 2008, p.109).

A estrutura urbana proposta para Palmas, de uma cidade “moderna” na escala das avenidas e tradicional a nível das quadras, privilegiou os rápidos deslocamentos, mas sufocou as possibilidades de errância, da experientiação da cidade através do corpo. Caminhar por uma cidade feita para automóveis é complexo, os modos de consumir, circular e mesmo os ritmos das práticas são delineados pela aceleração, à velocidade inerente a produção de movimento. Além disso, a especialização de usos, especificando e criando setores de residências, usos institucionais, comércios, somado às distâncias aumentadas em função do traçado urbano da quadra, em muitos casos faz com que moradores sejam obrigados a percorrer 2km para comprar pão, 5km para ir à escola¹⁷⁶.

Para Sennett (1998) e Carmona *et al* (2010) no movimento dos pedestres existe uma relação simbiótica entre o caminhar do pedestre e do espaço público enquanto local de encontros e coexistências, do urbano enquanto potência em sua apropriação cotidiana. Por contraste, o movimento baseado no carro é pura circulação (LEFEBVRE, 2006). A maioria das formas de

---

¹⁷⁶ A pouca capilaridade faz com que existam poucas conexões entre vias e espaços públicos, tornando os percursos origem-destino mais longos.

interação social e troca têm lugar, uma vez que o carro tenha estacionado – sugerindo que o foco está mais no destino do que no trajeto” (CARMONA *et al*, 2010, p. 67). Para Sennett (1998), é possível falar em alguns casos, da erosão da vida pública, em função da transformação do espaço público colonizado pelo automóvel, perdendo seu sentido, sufocando possibilidades de ver, sentir, cheirar a cidade à sua volta.

Vivenciar a cidade de Palmas, parece estar intrinsecamente ligado à uma experiência dentro de automóveis. Nesta cidade de grandes distâncias e espaços monumentais, expande-se os limites do corpo e o automóvel se torna parte do corpo. Esta nova extensão do corpo dita ritmos de vida, acelerados e também uma vivência hiper objetiva da cidade, restrita às idas e vindas, trajetos que iniciam dentro das casas e terminam no destino final. Cotidiano que se repete e se exime do contato com os microcosmos da cidade, do acaso, de seus personagens, de conflitos e também da alienação. Este “estilo de vida” que homogeneiza a produção das subjetividades, cria hiatos nos processos de apropriação socioespacial e pode ser associado aos baixos índices de atividades protagonizadas por moradores, como observado nas quadras 204 e 404 sul (e também 110 norte durante o dia).

Na contramão da aceleração, encontra-se espaço para resistências, de possibilidades abertas. O carro também está presente, mas imprime com menos intensidade suas prerrogativas sobre o ritmo das práticas e dos sentidos múltiplos relacionados ao espaço. Nestes locais a desaceleração ou a produção de um ritmo próprio, retoma a corporeidade no espaço e institui o caminhar como potência de experimentação e de invenção. No entendimento da autora da dissertação: *“No trajeto do ponto de ônibus para casa encontra-se o vizinho, trocam palavras, o vizinho segue. Compra-se pão, um sorvete que é consumido no caminho: deixa-se demorar”*.

Observou-se no campo, que as quadras em que os deslocamentos eram feitos a pé, de bicicleta (transporte com velocidade e percepção de estímulos compatível com o caminhar) e por meio do transporte público, têm por consequência, um maior índice de atividades em deslocamento, mas principalmente de permanências nos espaços públicos durante o dia e a noite (ver quadras 307 norte, 504 sul, 606 sul). Nos deslocamentos a pé, as chances de contato e interação entre as pessoas é maior. Notou-se nas quadras citadas, um nível de interação nas atividades, em que os atores, mesmo em movimento praticavam o reconhecimento das pessoas e do espaço, promovendo desvios e direcionamentos, distanciamentos e interações. A qualidade destas interações e a espontaneidade de episódios de apropriação observados em campo, corroboram com a noção do caminhar como potência da urbanidade.

Em algumas localidades como a Vila União e Palmas Sul (OLIVEIRA, 2016), a bicicleta é um importante meio de transporte, visto que há muitos estabelecimentos que atendam as necessidades básicas nas proximidades e a propriedade de veículos automotores nestas áreas tem menor incidência (relativo ao perfil econômico da população). Nas quadras 504 sul, 606 sul e 110

norte também se notou a ampla utilização da bicicleta, como meio de transporte na quadra e suas imediações.

Villaça (2011), destaca que os mais pobres de maneira geral são penalizados não apenas pela estrutura urbana que produz a distância entre o locais de origem (moradia) e destinos (locais de trabalho). São também penalizados pelas condições desses deslocamentos, primeiramente pela impossibilidade de propriedade de veículos particulares e pelas condições das vias e do transporte público. Para esta parcela de população, na maioria das vezes, a falta de um veículo particular não é uma escolha.

O transporte público¹⁷⁷ por sua vez, apesar de percorrer toda extensão da cidade apenas nas avenidas LOs e NSs – corredores urbanos onde a cidade é negada, figurando em cena muros e vazios urbanos – consegue ainda assim, ser oportunidade para interações. O ônibus, modal do transporte público de Palmas, contém a possibilidade de interações sociais pelo seu próprio caráter público – onde alteridades encontram-se e colidem – e também pela característica apropriação dos terminais de ônibus e alguns pontos de transbordo, com aglomerações de pessoas e agregação de pequenas atividades informais de comércio de produtos e gêneros alimentícios.

Nos trajetos das quadras até os pontos de ônibus localizados externamente às quadras, na espera do transporte, durante o trajeto e nas esperas durante o transbordo, o contato com estímulos sonoros, das conversas, dos sons da cidade; dos estímulos visuais, do olhar para o outro, para a paisagem urbana, para o inesperado; dos estímulos táteis, das diversas superfícies que recobrem os caminhos, às sensações do vento e da temperatura; dos estímulos olfativos, compondo um cenário de percepção do urbana distinto da experiência nos deslocamentos por meio de veículos particulares.

Considerando os fatos expostos, corrobora-se para a noção de que a vivência da cidade a partir de modos de vida particulares, nos automóveis, exime as pessoas de uma experiência sensorial e afetiva no espaço, dando lugar à uma relação hiperobjetiva e instrumental com a cidade. Ao passo que no cotidiano daqueles que optam por – ou tem por opção única – modais como o transporte público, bicicleta, ou mesmo o caminhar, as práticas sociais parecem compassadas em um ritmo mais lento, compatíveis com uma sociabilidade que não é objetiva, apenas praticada

---

¹⁷⁷ No caso de Palmas, contemplado apenas por meio de ônibus.

5. Modos de uso e apropriação do/no espaço

Para Villaça (2011), as desigualdades de poder econômico e político estão manifestadas na segregação urbana, estando diretamente relacionadas às diferenças entre o espaço dos mais ricos e dos mais pobres. Esta dualidade da qualidade dos espaços pode ser apontada também em Palmas (assim como exposto anteriormente) na implantação e manutenção de infraestruturas e na qualidade construtiva dos espaços públicos.

[...] nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado /compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associada. Desigualdade econômica e desigualdade de poder político. (VILLAÇA, 2011, p.37)

O espaço precário – comumente da população expropriada, carente de serviços e provisões coletivas – exige de seus usuários, uma inteligência inventiva, criativa, flexível e adaptativa do ambiente, que é transformado coletivamente, frente à recorrência de necessidades e situações no cotidiano. Nestes espaços invisibilizados, tão naturalizados que passam despercebidos, fundidos à paisagem, a invenção contravenciona a hegemonia que domina, condiciona, opera a resistência e produz saberes urbanos (NETTO, 2012). Essa capacidade de invenção e adaptação do espaço, está diretamente relacionada à noção de coletividade e colaboração, criando uma rede social coesa e característica.

Os modos de uso e apropriação do espaço público de acordo com o observado nas quadras em Palmas, divergem e podem ser associados diretamente ao poder econômico e o nível de coesão social de determinada comunidade. É possível apontar distintos ritmos das práticas, níveis de adaptação e transformação do espaço, tipos de atividades e principalmente distintas intensidades das interações sociais no espaço público.

Observou-se nas quadras 204 sul, 404 sul, que as intensidades das interações sociais e apropriações no espaço público registraram menores índices, justamente onde as transformações espaciais advinham de gestos programados. O contexto socioespacial das quadras é determinado por questões sociais normativas, como por exemplo, a segurança como valor de proteção contra a cidade e aspectos inerentes a ela, o medo da heterogeneidade social, o consumo e o prestígio como valores e fatores de agregação social, condicionadas por um ritmo das práticas acelerado e instrumental. Instrumental no sentido que as ações não tinham uma relação afetiva com o espaço, usado apenas com a finalidade de uma atividade (e.g. calçada como pista de corrida ou área de abrangência de um restaurante).

Nas quadras em que maiores índices de intensidade das apropriações e interações sociais foram registradas, as transformações no espaço – muitas delas em caráter informal – se deram a partir de processos de apropriação e negociação entre atores e membros da comunidade. Nestas

localidades, a negação da aceleração, na criação de um ritmo próprio, imprime nas práticas sociais um modo de vida único, constituindo temporalidades inscritas no cotidiano e no espaço. A participação dos usuários nesses processos corrobora para a coesão social local, por vezes com surgimento de organizações comunitárias institucionalizadas reivindicando melhorias para a qualidade de vida – caso da 606 sul e 307 norte. Na 606 sul, a área municipal no centro da quadra, possui hoje um campo de futebol para partidas e treinos, gerida pela associação de moradores local. Na 307 norte por sua vez, outra área municipal é gerida pela associação de moradores, desta vez com a execução e acompanhamento de uma horta comunitária.

O conjunto de imagens de Figura 59, ilustra tipos de apropriação de espaços públicos da 307 norte. As primeiras, demonstram exemplo da adaptação de locais para sentar improvisados em locais sombreados nas APMs da quadra. Acima à esquerda, a área sob as árvores é usada como área de um bar e também local para secar roupas. À direita, o sofá dá lugar ao mobiliário urbano inexistente. Nas imagens mais abaixo, interessante caso observado de mobiliário suporte ao cotidiano dominó vespertino, preso por correntes em poste da praça central da quadra. Todas as tardes um grupo se reúne na praça e move as cadeiras, conforme a posição da sombra das árvores

Figura 59: Improvisações e apropriação no espaço público (307 norte). Fotos da autora (2016).

As permanências de pessoas no espaço relacionadas ao consumo, também divergem e estão associados ao tipo do estabelecimento e o direcionamento de público, também das abordagens de comunicação e exposição adotadas pelos estabelecimentos. Há regiões em que o comércio é mais formal, como nos trechos de comércio vicinal dominados pela tipologia “cogumelo” (ver Figura 60) – há nestes uma repetição de uma tipologia, na maioria dos casos sem muitas adequações do espaço, apenas com a colocação de letreiro/identificação da empresa. Esse cenário pode descrever os comércios vicinais da 404 sul, 504 sul, 606 sul, 110 norte e alguns da 307 norte.

Figura 60: Vicinais nas quadras 404 sul e 204 sul, respectivamente. Fotos da autora (2016).

Em contextos específicos, principalmente nos empreendimentos voltados ao público de maior renda (muitos localizados fora das áreas de comércio vicinal), observa-se um refinamento na qualidade construtiva (ver Figura 61), linguagem visual, exposição de produtos e mesmo da ambientação do passeio público. Em alguns casos as intervenções se estendem a áreas verdes próximas, com caráter de privatização da área. O campo mostrou que em ambos os casos, no comércio vicinal da tipologia “cogumelo” e nos empreendimentos voltados ao público de maior renda, a utilização do espaço parece se dar de forma instrumental, uma vez que o usuário se destina a um estabelecimento específico e a seguir vai embora.

Figura 61: Ambientação de trecho comercial dentro da quadra 204 sul. O mesmo local sofreu transformações dos diferentes estabelecimentos que passaram por ali. Fotos da autora (2010 e 2017, respectivamente)

No contexto de empreendimentos comerciais e de serviço conformados com menor rigor – normativo, do ponto de vista da conformidade em relação às leis edilícias e urbanas (uso do solo, afastamentos, etc) – também associado a graus de informalidade e improvisos, observa-se diferentes modos de utilização do espaço e de interações sociais gestadas no entorno destes estabelecimentos. No caso da Vila União (aqui, especificamente na quadra 307 norte), assim como descreve Oliveira (2016), o desalinhamento predial, a implantação de coberturas e soluções construtivas improvisadas e a falta de acabamentos dão uma impressão de provisoriade/desorganização. Ademais, há um amplo avanço dos comércios sobre o passeio, ocupando irregularmente o logradouro público para a exposição de produtos e mobiliário de uso dos próprios comerciantes (utilizados para sentar nos momentos contemplativos) (ver Figura 62).

Figura 62: Comércio da 307 norte - uso das calçadas como espaço para expor produtos, bem como local de ócio e contemplação. Fotos da autora (2017).

Boa parte dos comércios estabelecidos na 606 sul (porção leste) têm também um caráter de improvisação, visto que alguns deles consolidaram-se informalmente na extensão de residências (algumas delas ocupações clandestinas). Na 504 sul, alguns estabelecimentos próximos à praça central e à entrada oeste da quadra têm características similares às do comércio da 307 norte, com coberturas improvisadas e exposição de produtos sobre o passeio. A 307 norte, como apontam Coccozza (2007) e Oliveira (2016) é considerada uma importante centralidade na escala regional (Vila União e eventualmente outras regiões de Palmas) com potencial econômico e de carga simbólica singular por sua representatividade.

A 504 sul é referência de centralidade entre as quadras vizinhas, com grande movimento nos trechos comerciais da entrada oeste (comparativamente às quadras vizinhas observadas) e nos bares na saída leste (funcionamento noturno). O trecho leste da 606 sul por sua vez possui um significativo fluxo de pessoas em função de seus estabelecimentos comerciais, inclusive advindos da quadra vizinha, 612 sul. Nas três situações descritas, observou-se a informalidade e espontaneidade nas interações sociais, concentrando permanências durante dia e noite e em decorrência de seu caráter central, tais núcleos comerciais aglomeram ainda outros tipos de atividades informais como será descrito ainda neste item.

No caso dos estabelecimentos de alimentação – bares e restaurantes em todas as quadras – há a prática da ocupação das calçadas com mesas e cadeiras, quase como uma repetição de um rito cultural, de ocupação dos passeios das residências, visto em frente a bares e restaurantes de diferentes estratos econômicos de público (ver Figura 63 e 64).

O modo como a utilização do espaço se dá é que difere tais situações. No caso dos estabelecimentos voltados ao público de maior renda, mesmo ocupando o espaço público dos passeios, parecem existir normativas sociais nas interações e dinâmicas sociais. O enunciado da segurança como item quase inerente à condição de “espaços de qualidade”, comparece nestes estabelecimentos através da segurança privada e também na inibição de sujeitos indesejados como moradores de rua e ambulantes. Até mesmo os “flanelas”, personagens urbanos que prometem garantir a segurança de veículos particulares se utilizam do discurso da segurança para gerar renda, estando à espreita apenas no entorno de estabelecimentos voltados aos estratos de maior renda.

Nos estabelecimentos voltados aos estratos de baixa e média renda, a ocupação do espaço público se dá de maneira mais espontânea, livre da rigidez formal: no sentido das interações sociais, como dos limites espaciais (físicos, sonoros, visuais, olfativos) da ocupação e mesmo dos arranjos de mesas e cadeiras, podendo estendendo o domínio do bar para praças e áreas públicas. É o caso dos restaurantes da avenida JK na 110 norte, na vicinal da 404 sul (Figura 6363) e também bares próximos às entradas da 504 sul, quiosque na praça da 110 norte e na 307 norte (Figura 6464), bares na avenida NS-10 na 606 sul e quiosque junto ao comércio vicinal da 404 sul.

Figura 63: Bares e restaurantes e a ocupação das calçadas, nas mais diversas localidades, tipos de público e tipo de estabelecimento. Imagens do comércio vicinal das quadras 110 norte, 404 sul e 204 sul (sentido horário). Fotos da autora (2017).

Figura 64: Ocupação de calçadas e praças pelos bares. Acima, na quadra 504 sul, bar movimentado na esquina em frente à praça central. Com o calor da tarde palmense, clientes do bar instalaram sua mesa na praça, sob a sombra da árvore. Abaixo, bares na praça central da 110 norte e 307 norte, respectivamente. Fotos da autora (2016).

6. Análise dos fluxos

Assim como afirma Villaça, ricos e pobres têm poderes econômicos diferentes e poderes políticos diferentes. Suas habilidades de acessar a cidade, divergem de diversas formas, no campo do acesso à moradia e localização (VILLAÇA, 2011), no campo da inclusão através do consumo, do direito à cidade enquanto participação de um exercício coletivo que produz a cidade como obra (LEFEBVRE, 1969), entre outros. Logo, as atividades, formas de uso e apropriação do espaço e mesmo a subjetivação do espaço se demonstram também distintas.

Das atividades mais específicas das quadras consideradas mais ricas (204 sul e 404 sul), destacaram-se as atividades com propósitos mais definidos, como a prática de atividades físicas (primordialmente corrida e caminhada) e passeio com cães. Essas atividades comumente não se prolongam em momentos de sociabilização ou ao acaso: notou-se que na sequência das atividades o espaço e a movimentação de pessoas eram rapidamente dissipados. Diferentemente da quadra 110 norte, em que tais atividades como passeio com cães, prática de corrida e outros esportes, tiveram em alguma medida um prolongamento das permanências na forma de sociabilização entre as pessoas.

No caso da 204 sul, no período noturno, o aumento de registros de praticantes de corrida e caminhada no entorno da quadra é significativo, frente aos poucos registros no miolo da quadra. Nas observações em campo, notou-se que boa parte destes praticantes se dirigiam à quadra em veículos particulares, com finalidade de utilizar o espaço apenas para a prática de atividade física. O caráter instrumental da relação com a quadra, pode ser evidenciado ainda mais ao analisar qualitativamente as características de conexão ou interface dos espaços edificadas privados e o espaço público do entorno da quadra. Como já descrito anteriormente, o cenário que se conforma é de negação ao espaço público (com exceção de lotes comerciais que se abriram para as avenidas), vetando possibilidades de interações (quais sejam) ou mesmo da subjetivação do usuário com a quadra.

Nas proximidades do Parque Cesamar, observou-se no início das manhãs e nos fins de tarde, uma maior frequência de usuários praticando modalidades de esportes físicos, nas avenidas lindeiras às quadras 504 e 404 sul, na maioria dos casos, direcionando-se ao parque. No entanto, boa parte dos visitantes utiliza modais motorizados para chegar ao Cesamar.

Nas demais quadras, assim como já citado, as permanências e trajetos se intensificam durante a noite, mas dinâmicas similares podem ser observadas também durante o dia. A sociabilização e o lúdico comparecem como principais elementos estruturantes das interações sociais: nas conversas informais, nas calçadas, praças; no brincar; na colheita de frutas de época das árvores presentes em praças e calçadas (ver Figura 65). A prática de atividades físicas e passeio com cães foi pouco registrada, mas ainda assim tinham caráter distinto, com prolongamentos dessas práticas com atividades de sociabilização.

Figura 65: Uso da praça central da 110 norte por crianças. Fotos da autora (2016)

Outra questão a destacar, relaciona-se à identificação dos atores das permanências e trajetos e a associação dos fluxos de entrada e saída das quadras. Villaça (2011) analisa a segregação social (pautado principalmente no caso de São Paulo) também pelo aspecto da localização dos empregos (setor terciário), associando também locais de compras e serviços. No Brasil de maneira geral, assim como citado por Oliveira (2016), não há uma ampla base de dados sobre empregos, devido à desorganização e desagregação desses dados nas cidades. Segundo a autora acima citada, em Palmas nem a Associação Comercial e Empresarial de Palmas (ACIPA) – no caso dos empregos do setor terciário – nem a Prefeitura Municipal têm dados suficientes para espacializar a distribuição de empregos, dificultando análises de centros e subcentros (no caso da pesquisa desenvolvida por Oliveira (2016) e de outras análises no sentido da segregação na dimensão socioespacial. Entretanto, é sabido que o setor de serviços em Palmas é responsável por mais de 50% do PIB total da capital¹⁷⁸ (ALMEIDA; ZANLORENSSI, 2018).

Villaça (2011) enfatiza que residências e empregos da população mais rica estão concentrados numa única área; consequentemente, concentra também seus locais de compra, lazer, educação. No Brasil, os mais pobres trabalhando no setor terciário não se concentram apenas nos locais onde moram e trabalham os mais ricos, mas estão espalhados por todo espaço urbano, das áreas mais ricas até as mais pobres¹⁷⁹.

No espaço urbano de Palmas, as áreas comerciais são facilmente identificáveis, pois mesmo com as transformações de uso do solo em diversas quadras, boa parte das áreas comerciais estão concentradas em trechos das avenidas LO – ainda da proposta do projeto de 1989. Estas, no entanto, apresentam níveis distintos de consolidação, tanto edilícia como da dinâmica comercial e pluralidade de serviços. Na pesquisa de campo, identificou-se nos fluxos de entrada e saída das

¹⁷⁸ Este dado analisa a participação de serviços no PIB nas cidades, considerando os subcentros de comércio, alojamento e alimentação, transportes, comunicação, serviços financeiros, atividades imobiliárias e demais serviços - sem considerar a administração pública.

¹⁷⁹ A referência aos empregos no setor terciário não se aplica a Palmas, uma vez que seu potencial industrial não é desenvolvido como em outras regiões do país.

quadras, que no início e final do horário comercial¹⁸⁰, algumas quadras apresentaram mais entradas e mais saídas. Apesar de os registros da pesquisa de campo abordarem apenas pedestres (inclui usuários do transporte público) e ciclistas, relacionou-se os usuários envolvidos nestes registros e a concentração (ou a falta) de empregos e serviços nas quadras.

Na quadra 204 sul, no início da manhã notou-se um alto fluxo de entradas na quadra, em que se registrou pessoas chegando de transporte público, a pé e de bicicleta e observou-se também uma quantidade significativa de motos (com principal destinação os canteiros de obra da quadra). Uniformizados ou não, os trajetos destes usuários em sua maioria tinham como destino os estabelecimentos comerciais, canteiros de obra e residências familiares – sendo indício de que a 204 sul concentra postos de trabalho. No início e fim do horário comercial observou-se também um grande fluxo de pedestres direcionado à avenida Teotônio Segurado, em um trecho de quadra que abriga escolas, delegacias, comércio do setor automotivo, entre outros, mas principalmente o eixo central de transporte coletivo da cidade, que liga desde a região norte da área planejada, à Palmas Sul (ver Figura 66).

Figura 66 Trajeto recorrente dos transeuntes ao acessar a quadra 204 sul (segundo observações) – provenientes da Av. Teotônio Segurado. Em laranja o trajeto da manhã e em azul o principal trajeto do fim do dia. Fonte: mapa base do Google Earth, adaptado pela autora (2018).

Ainda no período da manhã na 404 sul, em menor medida, notou-se um fluxo de entradas mais alto que saídas da quadra. Grande parte dos usuários advindos do transporte público se

¹⁸⁰ Em Palmas, das 8 às 18 horas.

direcionou à área de comércio vicinal, e em alguns casos, aos condomínios verticais da quadra. Todas as pessoas interpeladas nas ruas da quadra no início da manhã estavam prestando serviços ou eram empregadas domésticas. No fim da tarde, a movimentação no sentido inverso – de saída dos trabalhadores da quadra, coincidia com o fim do expediente comercial.

Na quadra 307 norte pela manhã – no primeiro período de observação –, há grandes fluxos em direção aos pontos de ônibus, escolas e fluxos de bicicletas saindo da quadra. No entanto, há também o início de convergências para a área comercial da quadra (na entrada leste), inclusive de usuários provenientes de quadras vizinhas.

Considerações sobre as duplas de quadras

Ao retomar o mote inicial e os questionamentos da pesquisa, as articulações entre forma urbana e os modos de uso e apropriação dos/nos espaços públicos das quadras planejadas são colocados em pauta. Os aspectos discutidos a partir do corpo empírico-analítico exposto com base nas experiências de campo, foram capazes de despertar o olhar para aspectos intangíveis, porém intrínsecos ao modo de vida palmense.

Prolongando a questão da materialidade, ou especialmente, da forma urbana, resta ainda apontar padrões, discrepâncias ou contradições das práticas observadas nas quadras estudadas. Na análise das duplas de quadras com traçado similar, as práticas cotidianas experienciadas e registradas foram bastante distintas, tendo como elemento central das práticas, questões outras, além da materialidade.

As dinâmicas socioespaciais das quadras estão diretamente ligadas aos usos do solo, geradores de fluxos e concentrações de pessoas – muitas vezes associadas a uma certa socialização –, às formas de ocupação das edificações, bem como de questões intangíveis, da coesão social ou mesmo da relação que determinados grupos têm com o espaço – indo de uma utilização instrumental à uma apropriação quase afetiva. Como descrito anteriormente, é possível distinguir o conjunto das práticas por meio de óticas distintas e opostas: no primeiro caso, a partir de intenções da apropriação coletiva autêntica, ao expressar aspectos que escapam à hegemonia do capital (no lúdico, na invenção); e no segundo caso, a partir de gestos programados, de um forte vínculo com o consumo, dando espaço a forças homogeneizadoras (dos paradigmas de produção de espaços privados e públicos, bem como das normativas sociais).

Das áreas estudadas, identificou-se para o primeiro caso, a quadra 307 norte, 504 sul e a porção leste da quadra 606 sul, com dinâmicas sociais associadas à informalidade, ao improviso. Para o segundo caso, as quadras 204 sul e 404 sul, vinculadas ao consumo e *status* social, apresentam dinâmicas mais formais, prescritas por subjetividades hegemônicas. A quadra 110 norte

fica entre estes dois cenários, entre um uso instrumental por parte dos usuários, mas também de vitalidade em seus espaços, nas atividades esportivas, recreativas e encontros do cotidiano.

Em análise comparativa das duplas, traçados urbanos similares não apresentaram tendências a sociabilidades ou dinâmicas socioespaciais semelhantes relacionadas às soluções de traçado das vias (se retilíneo, se curvilíneo, da presença ou ausência de *cul-de-sacs*). Entretanto, observou-se diversas adaptações e apropriações no espaço, com a criação de passagens nos espaços não edificados, com os improvisados e movimentados pontos de agregação nas APMs periféricas de algumas quadras e com a constante procura por trajetos mais curtos e sombreados (no caso noturno, por caminhos iluminados e pavimentados). Entende-se então, que há indícios suficientes para dizer que traçados mais permeáveis e capilarizados, promovendo a integração entre os espaços “internos” e também com aqueles “fora” das quadras, promoveriam melhores condições para realização de percursos, mas também a integração do sistema de espaços livres das quadras.

Ademais, apesar de defender a qualidade dos espaços públicos de Palmas, ressalta-se que demais dimensões da vida urbana são importantes para a vitalidade desses espaços. Um exemplo disso pode ser apontado no par das quadras 307 norte e 404 sul: as praças centrais têm uma discrepância na intensidade e na diversidade dos usos, tendo a 404 sul uma subutilização de sua praça, que apesar de bem estruturada não é amplamente acessada e utilizada. O par 307 norte e 404 sul, apresenta também uma diferente utilização dos espaços públicos livres lindeiros às avenidas circundantes. Na 307 norte tais espaços são apropriados, utilizados como espaços de estar e lazer, com adaptações realizadas pelos usuários, como a construção de bancos sob as árvores e também para realização de atividades comerciais e de serviços, como churrasquinho, ponto de frete e moto-táxi, venda de frutas, etc. Na 404 sul estes espaços servem apenas para passagem de pedestres, não sendo observado qualquer tipo de utilização (ver Figura 67).

Figura 67: Espaços públicos nas zonas limítrofes das quadras 307 norte e 404 sul (respectivamente). Fotos da autora (2016)

No par das quadras 204 sul e 606 sul, pode-se dizer que há dinâmicas sociais localizadas no tempo (períodos do dia) e em determinadas áreas das quadras. Na 204 sul (assim como em outras quadras da cidade) o período mais movimentado inicia-se no final da tarde e localiza-se no entorno dos estabelecimentos de alimentação e no entorno da quadra, onde os usuários passeiam e praticam atividades esportivas. Na 606 sul por sua vez, os usos dos espaços públicos das quadras se dá de maneira distinta nas porções leste e oeste da quadra. Na porção oeste, que engloba o campo de futebol, pode-se dizer que os jogos de futebol são o momento de maior atividade na área. Na porção leste da 606 sul, no entanto, há uma constante movimentação de pessoas, transitando entre as quadras 612 sul (à leste da quadra estudada), com trajetos atraídos pelo comércio da 606 sul, passeios e brincadeiras, transbordo no pontos de ônibus, entre outros.

Entre as quadras 504 sul e 110 norte, é possível afirmar certa semelhança na utilização da praça central, onde observou-se diferentes atividades e faixas etárias. A 504 sul polarizou estabelecimentos comerciais e de serviços em suas entradas leste (estendendo-se até a praça central) e oeste e, impulsionando a geração de fluxos e aglomerações na área central da quadra. A quadra 110 norte no entanto, concentra suas aglomerações relacionadas ao comércio, nas vicinais junto à Av. Juscelino Kubitschek, não influenciando diretamente nas atividades e permanências junto à praça. De modo geral, nas áreas públicas no entorno das duas quadras (com exceção as faces comerciais e na 504 sul, sua face oeste frente à praça do Bosque) são indefinidas enquanto espaços livres públicos, sem urbanização e tendo como interação com a quadra, apenas muros.

Por último, chama atenção o caso da quadra 110 norte, quadra com baixo índice de alterações de usos e transformações do traçado urbano em relação ao projeto. Apesar das afirmações relacionando altos graus de adaptações e a urbanidade, baseado na análise 110 norte é possível alegar que a conformidade entre projeto e cidade real (viva) não anula a possibilidade de uma coesão social entre moradores e usuários da quadra, observada nas apropriações e interações sociais do trabalho de campo.

Entretanto, ao comparar as dinâmicas sociespaciais na 110 norte e na quadra 404 sul – outra quadra com baixo índice de alterações de usos e transformações do traçado urbano em relação ao projeto –, é clara a discrepância da presença de pessoas (em trajetos e permanências) nos espaços públicos durante dia e noite, mas principalmente da intensidade das trocas sociais entre seus usuários. Relaciona-se tal fato ao perfil socioeconômico (alta renda) dos moradores da 404 sul, bem como da não-atratividade da quadra para a permanência de não-moradores, visto o caráter discriminador da própria arquitetura que se reproduziu na quadra, a constante ronda da segurança privada contratada pelos moradores e a falta de espaços qualificados para permanências e atividades de sociabilização (com exceção à praça central¹⁸¹ e à praça ao norte da quadra, ambas com bom mobiliário urbano e construídas com ajuda financeira dos próprio moradores).

---

¹⁸¹ Enclausurada pelo traçado urbano.

A quadra 110 norte por sua vez, de perfil socioeconômico médio, apesar de não apresentar atividades de permanência em alguns períodos do dia, em outros momentos tem sua praça central e a região comercial na avenida JK tomados por moradores e usuários da quadra, sentados junto aos bares e restaurantes da quadra, praticando esportes, passeando, conversando e brincando. Considerando o exposto, reafirma-se a observação de que os modos de apropriação no espaço público de Palmas (entre outros fatores) estão relacionados com o perfil socioeconômico dos usuários do espaço, uma vez que tal aspecto define as formas de subjetivação (logo, das sensações de pertencimento, exclusão, indiferença, etc) e experiência do espaço (em relação ao ritmo das práticas, do prático-sensível, atemporal, ao ritmo acelerado, objetivo).

Considerações Finais

Conforme exposto nas considerações introdutórias, o presente trabalho se propôs a examinar o uso e as práticas dos/nos espaços públicos na cidade contemporânea, discutidos a partir de desdobramentos de processos socioespaciais de produção e transformação da cidade de Palmas, capital do Tocantins.

A pesquisa, focada no contexto desta cidade planejada, teve como ponto de partida a noção envolvendo a forma urbana das quadras palmenses e sua direta associação com a forma 'condomínio', discutindo territórios e transformações do espaço a favor da privatização. No entanto, logo se percebeu a inviabilidade de discutir proficuamente as dinâmicas no espaço público fixando a materialidade como principal premissa, uma vez que tal discussão passa também por dimensões mais amplas, no campo histórico, político, simbólico e social.

O atual quadro da vida pública contemporânea, discutido sob perspectivas críticas desde meados do século XX (com intensificações no século XXI), tem colocado o panorama do sentido de falência da vitalidade e do sentido do espaço público (SENNETT, 1998; JACOBS, 2000; GRAHAM E AURIGI, 1977), em detrimento da emergência de novas espacialidades privadas. Nesse sentido, procurou-se estabelecer aproximações com as razões dominantes que operam no campo subjetivo da vida contemporânea (num contexto geral) e seus desdobramentos nas práticas socioespaciais na cidade. No contexto de avanço da modernidade, a afirmação das dimensões econômica e política ligadas à liberdade tiveram papel preponderante na transformação das subjetividades, sobrepondo expressões plurais socioculturais a uma racionalidade ligada ao consumo e ao capital (ROCCA, 2008, LAVAL; DARDOT, 2013). Somado a isto, outras dimensões como a violência urbana, a evidência da individualidade e dos afetos íntimos (SENNETT, 1998; ROCCA, 2008; BAUMAN, 2009; DUNKER, 2015) ampliaram as bases sobre as quais se apoiam os discursos discriminatórios, o desejo de controle social, dirimindo a autenticidade de interações e práticas sociais no espaço público e corroborando para o fortalecimento da esfera privada.

Na segunda metade do século XX, diversos estudos abriram espaço para discussões e saberes sobre os quais se firmou o campo de estudos urbanos, partindo principalmente do contexto de reconstrução das cidades no pós-guerra, se colocando criticamente frente ao modelo da cidade moderna (CALDEIRA, 2000; JACOBS, 2000). O efeito dos 'enclaves fortificados', como aponta Teresa Caldeira – alavancando no início dos anos 2000 as discussões críticas acerca do avanço dos modos de vida privados –, é uma das principais características da produção espacial nas cidades contemporâneas brasileiras, associados à autosegregação e o controle social contra o diferente ou desconhecido, negando a cidade e a ideia do urbano inerente a ela. Nesse sentido, Caldeira (2000) e Dunker (2015) questionam a produção do espaço urbano no contexto brasileiro – este último numa perspectiva atualizada – e inferem que a proliferação de espaços privados

incidindo no esvaziamento da esfera pública, favorecendo a reprodução de um modelo pautado na vigilância, no controle social, na discriminação – e ainda, reiterando uma estrutura social hierárquica imanente à formação desigual brasileira, separando ‘privilegiados’ e indesejados.

No que tange à aplicabilidade destas premissas na cidade de Palmas, a presente pesquisa enseja fornecer elementos para o debate.

Primeiramente, é importante considerar as condicionantes socioespaciais históricas de Palmas, em que a formação e a segregação na cidade aconteceram de forma concomitante e convergente. A segregação socioespacial e o processo de ocupação dispersa – da ação direcionadora de moradia aos pobres nas áreas fora da cidade planejada (LIRA, 2011; TEIXEIRA, 2009), como visto no capítulo II –, se aprofundam com o fortalecimento da especulação imobiliária e no atendimento das políticas públicas nestes territórios.

Na capital tocantinense, a iniciativa privada e o Estado se mostraram agentes do ordenamento territorial, em alguns casos não em lados opostos como representantes dos interesses do capital e defensor dos interesses dos cidadãos (respectivamente), mas, em medida, no mesmo lado como agenciadores da cidade mercantilizada (BAZOLLI, 2012; REIS, 2011; TEIXEIRA, 2009). As formas de segregação relacionadas ao modo de viver dos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado cristalizam em Palmas a segregação socioespacial nascida nos conflitos fundiários, criando a figura dos indesejados, associando-os à pobreza e marginalidade. Tal associação pode ser identificada através dos interlocutores que dão voz aos moradores dos condomínios palmenses, temendo a criminalidade e a proximidade de áreas de baixa renda como no caso do Residencial Polinésia e a Vila União.

Em outras cidades brasileiras, os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado comumente inserem-se em zonas periféricas sob estratégia que busca expandir os limites de atuação do mercado e valorizar terras rurais ou degradadas/desvalorizadas (muito a custo do investimento público) (CALDEIRA, 2000; FREITAS, 2008; RODRIGUES, 2013). Em Palmas este processo se dá de forma clara: há ocupações clandestinas nas áreas rurais contíguas ao perímetro urbano¹⁸², apesar da existência de grandes glebas próximas às áreas centrais e valorizadas da zona planejada (BAZOLLI, 2012, OLIVEIRA, 2016). Na área planejada, como se viu no Capítulo III, encontram-se empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado localizados em áreas destinadas a quadras inteiras (alguns próximos a importantes centralidades como a Praça dos Girassóis e Teotônio Segurado), que foram loteadas e fechadas, na contramão de uma tendência da localização destes empreendimentos em áreas limítrofes em muitos casos da urbanização brasileira.

---

¹⁸² Com a formação de condomínios de lote de caráter urbano, localizados na zona rural.

Em Palmas, percebe-se a repetição de processos reproduzidos no Brasil, como a congruência entre mercado imobiliário e Estado na produção de uma cidade mercantilizada. No entanto, a própria forma urbana e os processos de ocupação e formação a diferem das demais cidades brasileiras. A possibilidade de aglomerar lotes multifamiliares nas margens das quadras, além do uso dos mesmos para a tipologia “condomínio horizontal fechado” e o desenho urbano não-permeável de algumas quadras evidenciam aspectos do próprio projeto urbano que permitem a constituição de uma paisagem com diretas associações com a tipologia “condomínio fechado”. Apesar de as condicionantes das proposições projetivas e normativas (das regulamentações de ocupação dos lotes) acionarem a associação entre o modelo das quadras e os empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, a concretização de fechamentos e sistemas de controle de acesso transformando extensas áreas dentro das quadras, ou mesmo áreas destinadas a quadras inteiras, configura uma ruptura com o ideal da “cidade para todos” (defendida pelos urbanistas autores quando da fundação da capital) e o projeto urbano proposto para a cidade.

Como visto em alguns exemplos descritos ao longo da dissertação, além de outros casos não apresentados relativos ao ordenamento territorial¹⁸³ e aprovação de outros projetos, o Estado tem parte neste processo de produção de espacialidades privadas. Ao consentir, por meio de aprovações de leis, desafetação de áreas, mudança de uso do solo, aprovação de projetos de empreendimentos privados de grande impacto urbano e na desarticulação e ausência de fiscalização acerca dos fechamentos e impedimentos de acesso a áreas públicas como vias e Áreas de Proteção Permanente localizadas dentro de muitos empreendimentos à beira do lago.

Quanto à proposição de empreendimentos de grande impacto, a Prefeitura tem adotado medidas “compensatórias” com retorno financeiro ou material¹⁸⁴ para a cidade, em contrapartida aos impactos decorrentes do enclausuramento de quadras inteiras – formando empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado. Em muitos casos, mesmo sendo aprovados como loteamentos, sabidamente desde a entrada do processo nos órgãos responsáveis, esses empreendimentos se propõem como empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado.

Com as mudanças instituídas recentemente, pela Lei Federal nº 13.465, de julho de 2017, e posteriormente a revisão do Plano Diretor da capital tocantinense, ainda com texto preliminar do projeto de lei, quando do fechamento desta dissertação, já é possível apontar um cenário favorável para a regularização de empreendimentos hoje irregulares em Palmas. A regularização pode favorecer muitos empreendimentos localizados fora da área planejada da cidade. No entanto, o

---

¹⁸³ Como na ocasião do pós-Plano Diretor Participativo de 2007, que diminuiu o perímetro urbano, em que discutiu-se a possibilidade da reexpansão da área urbana, englobando áreas de interesse do mercado imobiliário – já com loteamentos (com ares de loteamentos fechados) implantados mas irregulares, em função da situação rural. Ver Bazolli (2012).

¹⁸⁴ Assim como no emprego do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, a aprovação de grandes empreendimentos na cidade tem sido vinculados a uma contrapartida financeira, com destinação o Fundo de Desenvolvimento Urbano de Palmas (regulamentado pela Lei Municipal nº 155/2007), revertido em benfeitorias de interesse coletivo como equipamentos urbanos, escolas, moradia.

texto preliminar do Plano Diretor não deixa claro alguns aspectos relativos à regulação de fechamentos e aprovação de novos empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, considerando o cenário estabelecido pela nova lei da Regularização Fundiária, Lei Federal nº 13.465/2017, a qual permite a instituição de condomínios de lotes e compete ao município a regulação de loteamentos de acesso controlado (sem que haja “o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados”¹⁸⁵).

O cenário que se descortina parece ser favorável para os empreendimentos da tipologia “condomínio fechado”, primeiro pelas prerrogativas instauradas pela chamada nova lei da Regularização Fundiária, que legitima práticas usuais no mercado atual, como a venda de lotes em empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado e o controle de acesso a loteamentos fechados. A lei autoriza fechamentos mas deixa claro a permissividade de acesso a não-moradores dos empreendimentos (CUSTÓDIO, 2017).

A redação da revisão do Plano Diretor Municipal (prevista para sair em 2018) está inclinada a regularizar empreendimentos já existentes (ainda que condicionado a adequações) na área ao norte do perímetro planejado de Palmas – chamada Zona de interesse turístico Sustentável. O texto preliminar pressupõe, ainda, a aprovação de novos empreendimentos na área, desde que voltados à vocação turística (“condomínios de veraneio”), ambiental, agrícola ou institucional. Se aprovada, a lei do novo Plano Diretor de Palmas aumentará a área de atuação do capital privado, reafirmando o caráter de dispersão urbana, com possibilidades de ampliação da hegemonia privativa, na produção de novos espaços e empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado.

Apesar da legitimação de práticas e produtos imobiliários, assim como afirma Custódio (2017), a pauta ainda carece de aprimoramentos, tanto a nível federal como a nível municipal. A nível municipal, por exemplo, a proposta para o novo Plano Diretor usa termos como “baixíssima densidade” ou “muito baixa densidade” para definir índices urbanísticos geralmente fixados por valores numéricos. Na Lei Federal nº 13.465/2017, o texto que compete ao município a regulação de acesso ao interior de empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado, não especifica se tal definição se aplica aos empreendimentos existentes, aos novos, ou a ambos os casos. Estes tipos de indefinições podem dar margem a interpretações para a ação dos interesses privados e à parcialidade de ações do Estado, agravando o quadro de problemas e conflitos urbanos.

A cidade homogeneizada, mercantilizada (como valor de troca), fragmenta-se em pedaços vendidos e comprados, consumíveis, no sentido em que a cidade também especializa-se, em espaços – especialmente privados – de lazer, trabalho, consumo e produção. “A concepção do

---

¹⁸⁵ Lei Federal nº 13.465/2017. Art. 78 §80.

urbano visa, [...] a re-apropriação¹⁸⁶ pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço, nos objetos. Condições que lhe eram, e lhe são, arrancadas, para que só se encontre mediante a compra e venda” (LEFEBVRE, 1999, p.160). O valor de troca então, sobrepõe-se ao valor de uso. No caso de Palmas, que nascera sob disputa fundiária, destituída das camadas históricas que normalmente constituem as cidades, o valor de troca inicialmente parece ter sido para muitos a única razão a determinar os modos de apropriação da cidade, uma vez que seu valor foi dado pela expectativa de um projeto, da cidade promissora que se anunciava, e não a partir da cidade como obra, da construção social do espaço.

Para investidores que vieram ao Tocantins perseguindo a promessa de uma nova fronteira econômica, ou no popular, “terra de oportunidades”, a cidade era percebida apenas por sua forma, produto fundiário, da cidade como negócio, mercadoria. No entanto, para aqueles que deixaram toda uma vida para trás, o sonho da “terra de oportunidades” ia além da posse de um pedaço de terra para morar, mas sim da visão de oportunidade de realizar uma nova realidade (OLIVEIRA, 2016). Aos poucos e com diferentes intensidades, a relação da terra como posse foi transformada ao longo do processo conformação da cidade, da produção e reprodução de espaços, mas também de seus conteúdos, da dimensão cultural e cotidiana que envolve o valor de uso.

Espaço urbano e sociabilidades em Palmas

A tentativa de universalização do ser humano, propagada pela utopia modernista, esbarra na redução de uma sociedade sem os conflitos que a caracterizam. Em Palmas, o conflito no e pelo espaço se revela na contraposição ao seu projeto, ao seu determinismo e a tentativa de ordenação das diferenças. É no espaço público que estas ressaltam e alertam sobre a necessidade de repensar os limites do projeto para a conformação de lugares (COCOZZA, 2007, p. 26).

É possível observar em Palmas as transformações resultantes de apropriações em dados espaços, que expõe as potencialidades ou questionamentos sobre desenho urbano e formas de conceber (construção física ou usos) os espaços públicos da cidade (COCOZZA, 2007). Essa relação por vezes demonstra a incongruência entre a fundamental proposta racional de espaços determinados por um plano e a dinâmica real do cotidiano urbano. Cacciari (2011) afirma que há tensões sobre o “território que habitamos” além das que o planejamento ou o desenho urbanístico prevê. A razão dos ‘territórios’, segundo o autor, se move a partir de interesses especulativos, pressões sociais, mas também em função das relações de intercâmbio difusas por toda parte – formas de produção, relações sociais, etc.

---

¹⁸⁶ Conceito de apropriação em Lefebvre seria o caminho de realização do urbano (projeto de urbanização total), através do qual as práticas no cotidiano e na cidade suplantam o valor de troca (racionalidade da mercadoria) pelo valor de uso (cidade como obra).

Apesar de analisar uma cidade planejada, em que alguns pressupostos de sua concepção se aproximam às propostas da corrente modernista – de um urbanismo reducionista que setoriza e funcionaliza, mitigando as complexidades e contradições próprias do urbano (LEFEBVRE, 1969) – a pesquisa se propôs a pensar o espaço público, além de sua representação formal e funcional, mas também a respeito de seus conteúdos, práticas e símbolos.

A urbanidade, como descreveu Netto (2012), não depende apenas da qualidade material dos espaços públicos. A capacidade inventiva dos usuários, frente a contextos incongruentes com suas necessidades e desejos transforma coletivamente o espaço. Observou-se em algumas quadras que a urbanidade está presente, apesar das condições precárias de alguns espaços públicos e de que a inteligência criativa usada para adaptar o espaço e criou pontos de encontro e reunião, bem como moldou a paisagem característica destas quadras (a exemplo do observado nas quadras 307 norte, 504 sul e 606 sul).

A conformidade entre projeto e espaço construído e ocupado – sem significativas transformações no traçado ou nos usos do solo – não significa necessariamente uma similaridade das dinâmicas de usos e apropriações no espaço público. Ficou claro na pesquisa, como aspecto determinante da distinção da dinâmicas socioespaciais. As quadras de gestos e espaços programados (204 sul, 404 sul e em medida, 110 norte), onde a dominação e ação do consumo e do capital estão presentes; diferente das quadras de gestos e espacialidades mais espontâneos (307 norte, 504 sul, 606 sul [porção leste]), de ritmos das práticas outras, de gestos não dominados, mas inventivos, locais onde observou-se uma dinâmica social mais coesa. Estas distinções fundamentais estão diretamente relacionadas ao perfil socioeconômico de seus moradores e público consumidor¹⁸⁷ e a maneira como estes perfis experienciam a cidade.

A partir da experienciação em campo, percebeu-se que não existe uma distribuição de pessoas uniforme no tempo e espaço das quadras, havendo concentrações (ou ausência) de pessoas em diferentes áreas e horários. Segundo a Carmona *et al* (2010), esta é uma característica de locais pouco favoráveis à vida pública. A urbanidade presente na maioria das quadras estudadas comparece em episódios localizados no tempo-espaço (florescimento de atividades noturnas, realização de eventos, etc), mas especialmente em áreas específicas como nas quadras 504 sul, 307 norte e 606 sul (porção leste), nas interações entre vizinhos, nas brincadeiras e, de encontro em suas praças, no vai e vem dos moradores que se servem do comércio local, a urbanidade floresce de forma mais espontânea e perene.

Um dos principais fatores preponderantes para os locais de trajeto e permanência e também da quantidade de pessoas no espaço público, é o fator clima-tempo. Em uma cidade de clima tropical, com altas temperaturas durante todo o ano, a adaptação dos espaços públicos para

---

¹⁸⁷ No caso das quadras com maior área de influência, a produção de moradias, comércios e serviços voltam-se a públicos específicos.

amenizar tal condição é imprescindível para a vitalidade urbana. Durante o trabalho de campo, observou-se um estreita relação das atividades de permanência durante o dia e os locais sombreados, bem como de adaptações individuais como o uso de guarda-sóis e chapéus, nos trajetos. Ao fim do dia e início da noite, com a amenização das temperaturas é notório o aumento de pessoas nas ruas e praças de todas as quadras (em algumas quadras com mais intensidade). Neste período, as atividades voltadas ao esporte, lazer, às brincadeiras e encontros (muitas vezes atrelados a locais de consumo de gêneros alimentícios) predominam nos usos das quadras.

Numa análise comparativa entre as duplas de traçados similares, o traçado urbano não demonstrou influenciar ou tendenciar sociabilidades ou dinâmicas socioespaciais relacionadas ao desenho das vias (se retilíneo, se curvilíneo, da ausência ou presença de *cul-de-sacs*). A questão das dinâmicas socioespaciais pode estar ligada aos usos do solo, ou mesmo a acontecimentos efêmeros, como eventos em praças e parques, geradores de fluxos e concentrações de pessoas. Podem estar relacionadas também questões intangíveis, da coesão social ou mesmo da relação que determinados grupos têm com o espaço – indo de uma utilização instrumental a uma apropriação quase afetiva, sendo determinantes para a sociabilidade no espaço público das quadras estudadas.

Na análise das duplas de traçado similar, as práticas cotidianas experienciadas e registradas foram bastante distintas, tendo como elemento central das práticas questões outras, além da materialidade. No par composto pelas quadras 307 norte e 404 sul, por exemplo, observa-se uma discrepância profunda nos aspectos qualitativos dos espaços públicos, no nível de transformações do espaço, dos usos do solo, mas principalmente nos níveis de atividades, fluxos e interações observados.

A quadra 307 norte demonstrou ter um espaço mais precário, porém bastante apropriado pelos moradores, que adaptaram o espaço às suas necessidades, colocando em pauta coletiva as constantes mudanças operadas nos espaços públicos da quadra. Já no caso da 404 sul, apesar de possuir espaços públicos estruturados (mesmo com a proximidade do Parque Cesamar, tão visado pelos cidadãos palmenses e especulado pelo mercado imobiliário, não observou-se um movimento considerável dos moradores da quadra em direção ao parque), os níveis de atividades observadas foram irrisórios. Observou-se também que as reincidentes improvisações nos acessos demonstram as limitações do modelo urbano proposto, em busca por mais caminhos, ou, morfológicamente falando, necessitam de um tecido mais capilarizado – tal como afirma Coccozza (2007).

Assim como discutido anteriormente, o encurtamento dos caminhos se vê necessário também, visto os longos percursos resultantes do traçado urbano das quadras (quarteirões longos e poucos acessos ao interior das quadras), considerando a sensação de segurança e a sensação térmica nas ruas durante o dia, ou dos longos percursos desertos durante a noite. É possível afirmar que a forma urbana intervém nas dinâmicas socioespaciais, desde a subjetivação do espaço, às

formas de experienciá-lo. Da monotonia própria da funcionalização e racionalização dos usos às longas distâncias impostas ao transeunte numa cidade de clima quente e, principalmente, da priorização do uso do automóvel por meio da ampla (no sentido de sua extensão, como de seu porte) rede viária que estrutura a cidade.

Considerando os argumentos expostos, e em concordância com Oliveira (2016), a pesquisa mostrou que as quadras palmenses se configuram como enclaves sociais, na medida em que têm um padrão socioeconômico homogêneo dentro das quadras (neste estudo, excetuando a quadra 606 que apresentou uma ocupação heterogênea). Em geral, não há trocas significativas entre as quadras de distintos estratos sociais. No caso das quadras 307 norte e 606 sul, no entanto, observou-se uma interessante dinâmica de trocas locais, com deslocamento de moradores de quadras vizinhas, movimento aquecido pela atratividade do comércio local e coesão social entre moradores de diferentes quadras.

A segregação socioespacial sempre foi marca do desenvolvimento urbano de Palmas – baseada em desigualdades e preconceitos, concretizados nas estratégias de ocupação iniciais da cidade. Esta segregação parece ter continuidade em muitas quadras palmenses, na forma material que casas, edifícios e fechamentos tomaram, sendo potencializado pelo próprio modelo de desenho das quadras que dificulta as trocas entre interior das quadras, avenidas circundantes e quadras próximas.

Na contemporaneidade, as formas de segregação transformam o espaço, modificando a arquitetura e a relação desta com o espaço urbano, materializando subjetividades – o medo do Outro, do imprevisível, o desejo por controle e espaços homogêneos (RODRIGUES, 2013). Este desejo de separação parece estar presente também na paisagem urbana das quadras palmenses, amparado nas soluções arquitetônicas (guaritas, muros, fechamentos opacos) e aparatos de segurança (cercas, concertinas, alarmes, câmeras de segurança). A predominância de muros em Palmas impede a potencialidade dos espaços construídos de “se apropriarem da generosidade dos locais abertos” (COCOZZA, 2007, p. 239) e imprimirem uma nova condição na paisagem urbana.

Como demonstrado no Capítulo IV, as tipologias de fechamento em forma de muros são reproduzidas de maneira generalizada, desde as camadas mais ricas às camadas mais pobres¹⁸⁸. Mesmo com a massiva utilização dos muros como fechamento dos lotes privados e apesar dos significados contidos nestes enquanto forma segregadora, em algumas quadras as práticas sociais transpassam estas significações, sendo o muro uma mera reprodução dos fechamentos encontrados na cidade. Apesar das soluções arquitetônicas quase “violentas”, há momentos em que essa noção se anula, quando as calçadas são tomadas por seus moradores e os portões escancarados, ou como no caso de bares e estabelecimentos do setor alimentício, em que calçadas

---

¹⁸⁸ Neste estudo abordado apenas a área planejada, mas tal adoção do muro enquanto solução universal se demonstra forte também nas áreas fora da área planejada, de estratos sociais variados.

e áreas públicas são tomadas por mesas e pessoas – colocando em cheque a intenção segregadora da materialidade, transformada pelos ritos cotidianos dos moradores.

Retomando as considerações a respeito da consolidação de subjetividades contemporâneas, engendradas nas práticas e na produção do espaço urbano, principalmente do espaço público, de maneira geral, algumas normativas e práticas são reproduzidas em Palmas, mais fortemente nos contextos dominados pela razão do capital e do consumo. Em contextos onde esta razão é menos presente, tais normativas e práticas são absorvidas e reproduzidas, mas através de seu filtro local, misturadas à cultura e aos costumes conformados na miscigenação do povo palmense.

Apesar da consolidação do modo de vida privado e do paradigma 'condomínio' (de todas as nuances de sentido relacionados a ele), (re)produzidos ao longo do ambiente urbano de Palmas, existem ainda lugares urbanos de encontro e sociabilização – como as feiras e praias – em que padrões normativos ainda não endureceram a possibilidade de expressão de diversidades. Neste sentido, a falência do espaço público palmense não pode ser afirmada em sua totalidade: certa vitalidade persiste/resiste nas apropriações espontâneas, por vezes despretensiosas – apesar da estratificação social e da eventualidade de alguns episódios observados.

Do método e das questões em aberto

A partir da reflexão crítica dos limites dos métodos e procedimentos da pesquisa, é possível apontar o movimento da investigação, considerando os questionamentos acerca das subjetividades contemporâneas e seus desdobramentos nas sociabilidades e vida urbana. A priori, em direção ao aprofundamento acerca do objeto de estudo e, a seguir, dos episódios vivenciados – a experiência se coloca como referência empírica da pesquisa, a partir da qual emergem questões específicas do objeto, bem como estabelecem um diálogo com os temas discutidos inicialmente, promovendo aproximações e distanciamentos com processos em diferentes escalas. Nesse sentido, procurou-se estabelecer bases de apoio acerca dos temas discutidos, localizando Palmas nos contextos teóricos discutidos – das subjetividades contemporâneas, do contexto urbano brasileiro, etc. Apesar de a capital tocantinense ter sido consolidada no contexto contemporâneo brasileiro, muitos processos discutidos acerca das transformações na vida pública contemporânea e na produção do espaço urbano (financeirização, gentrificação, entre outros) não aconteceram ou se deram de maneira incompleta (moldada às tramas locais).

A rica dimensão da experiência de campo, de caráter indutivo à reflexão, dotado de um diálogo teoria-empíria – estabelece, a partir do campo, ampla possibilidade de questionamentos, indagações, associações com temas correlatos, alguns dos quais discutidos nas análises do campo, outros apenas ensaiados, outros ainda sequer apontados, mas contidos na possibilidade de trabalhos futuros meus ou daqueles interessados pelo tema. As cartografias e principais questionamentos desenvolvidos neste trabalho demonstram o olhar sobre as experiências vividas em campo, sendo uma face ou fração da realidade cotidiana de tais quadras. Apesar da

multiplicidade de possibilidades de experiências e, portanto, de questões a serem abordadas a partir das observações em campo, os conteúdos produzidos aqui possuem sua validade/legitimidade e ganham sentido dentro da trajetória da pesquisa, discutindo a partir das noções relacionadas ao espaço público e tangenciando temas como as sociabilidades, a segregação socioespacial e os desdobramentos do modelo de cidade que se produziu, sobre suas possibilidades de usos e encontros.

As sobreposições de cartografias, se apresentam como forma de leitura do objeto, cientes das lacunas inerentes a um processo experiencial, que objetiva representar um objeto em constante transformação. Esta consciência da ‘parcialidade’ do processo, apesar dos esforços em registrar com fidelidade os sujeitos, atividades e movimentos, faz parte do posicionamento do pesquisador ao eternizar movimentos e episódios, destacando elementos para iluminar processos de produção do espaço público e de sociabilidades - e produzindo um olhar sobre a cidade.

Apesar do desenvolvimento de trabalhos com intuítos semelhantes no que diz respeito a produção de cartografias que busquem a representação e mapeamento de usos, atividades e perfis dos sujeitos nos espaços públicos, como as cartografias produzidas pelos trabalhos de Coccozza (2007), Ribeiro (2013) e também neste trabalho, julgou-se ser inviável, na prática, comunicar na totalidade a experiência vivida em campo – das sensações, cheiros e texturas, das sensações do observador participante (ora camuflado, ora estranho, descontextualizado). Considerando também o *background* que constitui o pesquisador enquanto sujeito no espaço, contaminado por valores e discursos, aportando então uma condição relativa quanto a gênero, cultura, etnia e estrato social e, portanto, influenciando alguns comportamentos em campo (dos sujeitos observados e do próprio observador) e nas questões abordadas.

Um outro ponto a ser considerado como possível continuidade do trabalho, que enriqueceria a discussão, seria a aplicação das mesmas leituras urbanas e trabalho de campo realizado nas quadras escolhidas em outras áreas fora do perímetro planejado, como em Palmas Sul, a fim de observar se há similaridades nas práticas sociais, ou mesmo reprodução dos modelos espaciais introjetados no ideário local – como se observou na reprodução dos muros e empreendimentos habitacionais horizontais de acesso controlado em diferentes estratos sociais.

Sob o enfoque das práticas sociais no espaço planejado de Palmas, espera-se, por fim, ter enriquecido a discussão ao pontuar contradições e sobreposições nos processos engendrados nas dinâmicas do cotidiano urbano, relacionando processos interescares e a maneira como atuam num contexto tão particular quanto Palmas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. Qual o principal setor na composição do PIB dos municípios brasileiros. **Nexo**, 2018. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/01/10/Qual-o-principal-setor-na-composi%C3%A7%C3%A3o-do-PIB-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros>>. Acesso em: 28/01/2018.
- ALVES, M. R. Notas de Aula. Disciplina IAU5868 - **Espaço, Lugar e Espacialidades da Cidade Contemporânea**. São Carlos: IAU-USP, 2015.
- ARROYO, J. *Procesos extremos en las ciudades argentinas en las últimas décadas*. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 500-549, 2014.
- ATLAS BRASIL. **Palmas – TO**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/palmas_to>. Acesso em: 12/11/2017.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Bruno Mandadori. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BAZOLLI, J. A. Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC): Avaliação e Resultados da Aplicação em Palmas-TO. **Revista Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 4, p. 1254-1276, 2016.
- _____. **Dispersão urbana e instrumentos de gestão: dilemas do poder local e da sociedade em Palmas/TO**. 2012. 333f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- _____. Os efeitos dos Vazios Urbanos no Custo de Urbanização da Cidade de Palmas – TO. **Estudos Geográficos Unesp**, Rio Claro, v.7, n. 1, 2009, p. 103-123. Disponível em: <www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/541>. Acesso em 17/08/2011.
- BONATTO, L. **Repare Palmas: uma proposta de intervenção artística na cidade de Palmas**. 2016. 81 f. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.
- BOTTURA, A. C. Palmas, Laboratório Neoliberal: Uma leitura em construção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2017.
- CACCIARI, M. *La Ciudad-Territorio (o la post-metropoli)*. **Planos de (Inter)Sección: Materiales Para Un Diálogo Entre Filosofía Y Arquitectura**. Madrid: Lampreave, p. 32–45, 2011.
- CALDEIRA, T. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em SP**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARIBE RESIDENCE RESORT. **Divulgação**. s/d. Disponível em: <<http://www.cariberesidenceresort.com.br/>>. Acesso: 12/12/2017.
- CARLOS, A. F. Notas de aula. Disciplina **A Cidade e o Urbano na Obra de Henri Lefebvre**. São Paulo: FFLCH-USP, 2015.
- CARMONA, M.; TIESDELL, S.; OC. T.; HEATH, T. **Public places, urban spaces: the dimensions of urban design**. London: Routledge, 2010.
- COCOZZA, G. P. **Paisagem e Urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. 2007. 253 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- CRESTANI, A. M. Z. **Revelando Lugares e Territórios Urbanos - espacialidades urbanas e suas sobreposições na cidade contemporânea**. Curitiba: Appris, 2014.

CUSTÓDIO, V. M. Análise Jurídica do Loteamento de acesso controlado e do condomínio de lotes na Lei Federal nº 13.465/2017. **Revista Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 4, p. 1930-1952, 2017.

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015a.

_____. **Notas: Nacionalismo, identidade nacional e segregacionismo**. In: Seminário Cidades Rebeldes. São Paulo, 2015b.

ELMO ENGENHARIA. Disponível em: <www.elmoengenharia.com.br>. Acesso em: 22/10/2016

FORÇA JOVEM PALMAS. Uma viagem a Palmas Tocantins. 2012. Disponível em: <<http://fjbto.blogspot.com/2012/11/uma-viagem-palmas-tocantins.html?m=l>>. Acesso em 12/12/2017.

FREITAS, E. **Loteamentos fechados**. 2008. 203 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GEHL, J. **Life Between Buildings: Using Public Space**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

GOLDMAN, H. Cineasta se depara com um pedaço dos EUA na capital mais jovem do Brasil. **Folha**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2016/06/1775251-cineasta-se-depara-com-um-pedaco-dos-eua-na-capital-mais-jovem-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 29/05/2016.

GRAHAM, S.; AURIGI, A. *Virtual cities, social polarization, and the crisis in urban public space*. **Journal of Urban Technology**, v. 4, n. 1, p. 19-52, 1997.

GUATTARI, F. Espaço e Corporeidade. In: _____. **Caosmose: o novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

HARVEY, D. **Rebel Cities: From the right to the City to the Urban Revolution**. New York: Verso, 2012.

IBGE. Panorama Palmas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>>. Acesso em: 28/08/2018.

JACQUES, P. B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>. Acesso em: 25/07/2016

JANNIÈRE, H. *Planifier le quotidien. Voisinage et unité de voisinage dans la conception des quartiers d'habitation en France (1945-1965)*. **Strates**. 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/strates/6656>>. Acesso em: 28/12/2017

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **La Nueva Razon del Mundo**. Trad. Alfonso Díez. Barcelona: Gedisa, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

_____. **Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne**. Paris, Messidor/Editions Sociales. 1986.

_____. **A revolução urbana**. Trad Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. O espaço contraditório. **A produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Ed.4. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

_____. *Dissolving city, planetary metamorphosis*. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 32, p. 203 – 205, 2014.

- LIRA, E. R. **A gênese de Palmas – Tocantins – Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Editora Kelps, 2011.
- MARA, L. Feira do Bosque antecipa funcionamento para atender palmenses. **Jornal do Tocantins**, 2017. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/feira-do-bosque-antecipa-funcionamento-para-atender-palmenses-1.1424924>>. Acesso em 29/03/2018.
- MARICATO, E. **Metrópole na Periferia Do Capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- MELGAÇO, L. **Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. 2010. 274 f. Tese (Doutorado) - FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, D; NETTO, V. (Org.). **Urbanidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 33-60.
- OLIVEIRA, L. A. **Centros Urbanos e espaços livres públicos: produção e apropriação em Palmas – TO**. 2016. 338 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- PALMAS. **Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor**. Palmas, nov. 2017 Disponível em: <http://www.palmas.to.gov.br/media/doc/23_11_2017_16_1_31.pdf>. Acesso em: 03/01/2018
- _____. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/noticias/>>. Acesso: 23/02/2017.
- PASTORE, J. B. A paisagem original das capitais planejadas do Cerrado. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 30, p. 45-70, 2012.
- PAZ, T. **Operação Urbana Consorciada, como instrumento para a apropriação do espaço público no centro de Palmas-TO**. 2016. 258 f. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.
- PINTO, L. M. C. Luzimangues: uma “nova cidade” na periferia de Palmas? **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 164.02, Vitruvius, 2014 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5019>>. Acesso em: 27/08/2018.
- PNAD. **PNAD Contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html>>. Acesso em: 27/08/2018.
- PRANDI, J. **Fotos de Palmas**, 2012. Disponível em: <<https://cidadesemfotos.blogspot.com.br/2012/05/fotos-de-palmas-to.html?m=1>>. Acesso: 12/12/2017.
- REIS, P. O. **Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas - TO (1990-2010)**. 2011. 227 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Palmas: entre muros, vazios urbanos e ausência de vitalidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 117.03, Vitruvius, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.117/3379>>. Acesso: 23/08/2016.
- RIBEIRO, M. S. **Habitar, Trabalhar, Recrear e Circular: possibilidades e limitações nas superquadras de Brasília**. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- RIZEK, C. S.. **Teorias e Concepções da Modernidade**. Notas de aula. São Carlos: IAU-USP/SC, 2015.
- ROCCA, A. V. *Individualismo, modernidad líquida y terrorismo hipermoderno; de Bauman a Sloterdijk*. **Revista Konvergencias, Filosofía y Culturas en Diálogo**. ano 5, n.17, p. 122-130, 2008.

RODOVALHO, S. **Palmas, do Projeto ao Plano: o papel do Planejamento Urbano na Produção do Espaço**. 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/93488926/DissertacaoFinal-SarahRodvalho>> . Acesso em 18/08/2015.

RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

RODRIGUES, V.; VERÍSSIMO, V. Moradores desejam controlar acesso. **Jornal do Tocantins**, Palmas, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/moradores-desejam-controlar-acesso-1.636612>> . Acesso em 15/10/2015.

SANTOS, B. Apesar da expansão acesso a internet ainda é baixo. **Revista Exame**, dez. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>> . Acesso em 25/03/2018.

SEGAWA, H. Palmas, cidade nova ou apenas uma nova cidade? **Revista Projeto**, v. 146. São Paulo, 1991.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo, Cia da Letras, 1998.

SERPA, A. Os espaços públicos da Salvador Contemporânea. In: CARVALHO, I. M.; PEREIRA, G. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p.173-188

SILVA, V. C. P. **Girassóis de Pedra: Imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo**. 2008. 239 f. Tese (Doutorado) – Univeridade Júlio de Mesquita, Presidente Prudente, 2008.

SUSSMANN. Urbanismo – Quadra ARNE 14. Disponível em: <<http://sussmann.com.br/quadra-ar-ne-14-palmas/>> . Acesso em: 28/12/2017

TAKAHASHI, É. E. **Espaços Residenciais Fechados Na Produção Do Espaço Urbano Em Palmas**. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.

TEIXEIRA, L. F. C. A formação de Palmas. **Revista UFG**, Cidades Planejadas na Hinterlândia, ano 9, n. 6, p. 91–99, 2009.

TELLES, V. *Gestion de la violence ou gestion (disputée) de l'ordre ? Interrogations à partir d'une étude sur le marché de la drogue à São Paulo*. **L'Ordinaire des Amériques**. Disponível em: <<http://orda.revues.org/1120>> . Acesso: 31/08/2015.

TOCANTINS. **Turismo Tocantins**. Disponível em: <<http://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas>> . Acesso em 26/02/2018.

TOCANTINS EVENTOS. **Praia Das Arnos**. (2017). Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/tocantinseventos/videos/2120763338201194/>> . Acesso: 29/03/2018.

_____. **Prefeitura transfere festa de Réveillon para a praia das Arnos em Palmas**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/prefeitura-transfere-festa-de-reveillon-para-a-praia-das-arnos-em-palmas.ghtml>> . Acesso: 29/03/2018.

TOCANTINS TV. **Parque Cesamar**. (2015). Disponível em: <https://i.ytimg.com/vi/X_ddVp4yXtl/maxresdefault.jpg> . Acesso:29/03/2018.

_____. **Praia da Graciosa Palmas**. (2015). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KphOVIFW-iU>> . Acesso: 29/03/2018.

V-BRAZIL. s/d/ Disponível em: <<http://www.v-brazil.com/tourism/tocantins/map-tocantins.html>> . Acesso em: 28/01/2018.

VELASQUES, A. B. A. **A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna**. 2010. 246 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, apr. 2011. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597/12339>>. Acesso em: 19/02/2018.

Documentos

Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). **Carta de Atenas**, 1933.

GRUPOQUATRO, **Memorial de Projeto da capital do Tocantins**, 1989.

ICES BRASIL. **Palmas Fase 1/Meta II: Relatório contendo o conjunto de indicadores com análise de semáforos e comparativos com outras cidades**. 2015. 124 p. ICES, 2015.

PALMAS. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais. **Mapa Geral de Palmas**. 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais. **Histórico de Parcelamentos aprovados**. 2015.

Leis e decretos

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13465-11-julho-2017-785192-norma-atualizada-pl.html>>. Acesso em: 14/11/2017

BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre condomínio em edificações e incorporações imobiliárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591.html>. Acesso em: 13/09/2014.

_____. Lei n. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PaginaDocumentos.action>>. Acesso em: 13/09/2016.

PALMAS. Lei Complementar n. 328, de 10 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a Regularização de áreas situadas na Zona Especial de Interesse social Santo Amaro.

_____. Lei Complementar n. 321, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a divisão da Área Urbana da Sede do Município de Palmas em Zonas de Uso e dá outras providências.

_____. Lei n. 2.018, de 31 de dezembro de 2013. Institui a Planta de Valores Genéricos, para o exercício de 2014 e adota outras providências.

_____. Lei Complementar n. 195, de 22 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a Regulamentação e Aplicação do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsório - PEUC do solo urbano não edificado subutilizado ou não-utilizado, da forma que especifica.

_____. Lei Complementar n. 155, de 28 de Dezembro de 2007. Plano Diretor Participativo do Município de Palmas. Disponível em: <<http://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20155%20de%2028-12-2007%2011-53-26.pdf>>. Acesso em 03/04/2016.

_____. Lei Complementar n. 81, 19 de fevereiro de 2004. Estabelece os usos toleráveis para os lotes lindeiros às avenidas da Área de Urbanização Prioritária I, e dá outras providências.

_____. Decreto n. 35, de 4 de fevereiro de 2004. Fixa os procedimentos a serem adotados para aprovação de projetos urbanísticos de empreendimentos.

_____. Lei Complementar n. 58, de 16 de setembro de 2002. Institui o Macrozoneamento Territorial do Município de Palmas e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2058%20de%2016-09-2002%2052-0.pdf>>. Acesso em 24/04/2016.

_____. Lei Municipal n. 45, 22 de março de 1990. Código Municipal de Obras.

Levantamento dos Empreendimentos Horizontais de acesso controlado em Palmas

		Nome	Área (m2)	Perímetro (m)	N. de Unid. Residenciais	Local	Ano de aprovação	
Emp. dentro do Perímetro Urb. (quadras)	Empreendimentos. em Lotes multifamiliares	1	Aldeia do Sol	158948,70	1653,24	204	203 sul	2008
		2	Alphaville1	410999,00	2680,75	365	109 sul	2015
		3	Privilege	75328,06	1353,92	132	ARNO 22	2006
		4	Mirante do Lago	337169,00	2676,69	S.I.	1407 Sul	2008
		5	Solar do Tocantins	4310,72	394,50	28	106 Norte Al2 Lote 9-11	2002
		6	Residencial Candeia*	2800,00	180,00	10	106 Norte Al2 Lote 13	2008
		7	S/ nome	2000,00	180,00	9	106 Norte Al18 L14	2007
		8	S/ nome	1755,09	169,27	S.I.	108 Norte al2 L21	2006
		9	S/ nome	3717,56	254,16	S.I.	108 Norte al16 L11B	2004
		10	Condomínio Luciana	3052,23	224,73	13	110 Norte Al6 L7	2011
		11	Condomínio Mariana	4492,23	459,78	11	110 Norte Al6 L 12A	2008
		12	Condomínio Milena	1392,27	147,42	8	110 Norte Al17 L 22	2011
		13	Residencial Barcelona	1973,30	182,75	14	110 Norte Al4 L 0	2010
		14	S/ nome	1589,97	159,40	7	110 Norte Al11 L3	2008
		15	Condomínio Maria Vitória	1392,27	147,42	4	110 Norte Al11 L07	2008
		16	S/ nome	1392,27	147,42	7	110 Norte Al12 L05	2010
		17	S/ nome	2687,60	204,56	7	208 Norte Al7 HM1 L21	2011
		18	Residencial Madri	2359,00	201,51	9	208 Norte Al32 HM1 B	2008
		19	S/ nome	1080,12	138,32	5	208 Norte Al32 HM1 C	2012
		20	Residencial Ruppental	2380,25	196.36	15	304 Norte Al1 HM3	2011
		21	Residencial Solar dos Girassóis	7349,72	346,92	12	404 Norte Al2 HM1 L2	2008
		22	Residencial Talismã	3143,90	227,00	12	404 Norte Al28 HM1 L14	2007
		23	Residencial Florença	3294,37	238,00	11	508 Norte Al2 HM2 L2	2008
		24	Condomínio Belo Vale	3030,77	243,51	12	106 Sul Al3 L16	2003
		25	Condomínio Aliança	4120,00	286,00	9	110 Sul Al1 L20G	2010

26	Condomínio Lucijane	2226,18	205,43	8	110 Sul Al5 L5E	2007
27	Em construção	1898,97	190,69	S.I.	110 Sul Al5 L6/2A	2016
28	S/ nome	2625,36	226,13	12	110 Sul Al5 L84[B]	2013
29	S/ nome	3526,23	243,92	14	110 Sul Al7 L1	2006
30	Em construção	1851,53	191,15	8	110 Sul Al9 L8A	2016
31	Condomínio Luna	1959,12	197,42	7	110 Sul Al13 L10E	2009
32	Residencial Park	1774,28	177,23	6	110 Sul Al13 L10D	2004
33	S/ nome	512,13	95,19	5	205 Sul al12 L7	2014
34	S/ nome	580,82	109,47	S.I.	205 Sul al21 L8	2011
35	S/ nome	558,87	105,00	S.I.	205 Sul al23 L8	2013
36	S/ nome	10625,68	434,47	13	206 Sul Al2 L4	2002
37	S/ nome	8280,84	384,87	27	206 Sul Al2 L1 e 3	2007
38	S/ nome	1680,00	166,00	S.I.	207 sul Al4 HM5	2012
39	S/ nome	2199,80	190,00	6	208 Sul al4 L4 M	2006
40	RESIDENCIAL JEOVÂNIA MANGUEIRA	3037,99	246,66	12	208 Sul al4 L4 G	2006
41	S/ nome	1380,00	152,00	S.I.	305sul al1 HM1A	2006
42	S/ nome	1993,00	189,00	S.I.	305sul al2 HM2 QI7	2006
43	S/ nome	1992,97	179,34	7	306 Sul Al1 HM1 QI5	2002
44	Residencial Luiza Jeovanna	2150,88	186,29	9	306 Sul Al1 L4	2004
45	Condomínio Villa Mabela	2150,88	186,29	11	306 Sul Al1 L5	2006
46	Residencial Pelicanos	1482,80	166,09	6	308 Sul Av LO-07 HM1.1 V	2009
47	S/ nome	1665,10	163,63	4	404 Sul Al2 L2	2002
48	Condomínio Caroline	5760,00	312,00	12	404 Sul QR10 L1A	2002
49	S/ nome	5040,00	288,00	S.I.	405 sul al5 HM3	2011
50	S/ nome	3655,00	286,00	S.I.	407 SUL Al2 HM8-2	2013
51	S/ nome	3020,00	220,00	S.I.	407 SUL Al2 HM5-2	2011
52	Residencial Ágata	3404,00	240,00	16	504 Sul Al 11 L4	2007
53	S/ nome	1560,00	158,00	12	504 sul al 14 l13	2008
54	S/ nome	475,75	91,07	5	507 Sul Al 16 L9	2002

55	S/ nome	636,43	110,67	S.I.	509 Sul Al 4 L16	2013
56	S/ nome	630,00	106,00	5	509 Sul Al 19 L2	2013
57	S/ nome	626,73	106,90	5	509 Sul Al 20 L2	2012
58	Residencial Canto do Lago	597,60	107,17	5	509 Sul Al 20 L3	2012
59	Residencial Florais do Lago IV	600,82	106,70	5	509 Sul Al 20 L4	2011
60	Residencial Cristal	555,00	104,00	5	509 Sul al 29 I9	2012
61	Residencial Granath	554,5	104,00	6	509 Sul al 29 I10	2012
62	Residencial Pérola	545,93	102,65	5	509 Sul al 29 I11	2012
63	Residencial Rikana II	708,94	108,08	8	509 Sul al 29 I12	2011
64	Parque dos Oitis	3520,00	260,00	8	606 Sul alameda Mabe HM4	2004
65	Residencial Amaral	1050,00	134,00	9	606 Sul alameda Volpi L1B	2010
66	Residencial Terra Nova	1050,00	130,00	5	606 Sul alameda Cesciachi 4A	2007
67	Residencial Julia Ramos	1050,00	134,00	8	606 Sul alameda Volpi HM-3 L1C	2010
68	Residencial Felimar - Letícia	1200,00	140,00	16	606 Sul alameda Athos Bulcão L26 e 24	2010
69	Residencial World	600,00	110,00	8	606 Sul alameda Athos Bulcão L22	2009
70	Maison Célia	750,00	130,00	12	606 Sul alameda Cesciachi L8	2012
71	S/ nome	750,00	130,00	S.I.	606 Sul alameda Cesciachi L6	2012
72	S/ nome	1500,00	160,00	S.I.	606 Sul alameda Cesciachi L10A	2014
73	S/ nome	750,00	130,00	8	606 Sul alameda Cesciachi L14A	2012
74	S/ nome	4201,80	262,27	3	606 Sul alameda Di Cavalcanti HM8-1	2006

75	Residencial Topázio	4017,80	258,25	8	606 Sul alameda Di Cavalcanti HM8-2	2009
76	Condomínio Gabriela Rodrigues	751,41	121,44	7	606 Sul alameda Di Cavalcanti QI- 1 L6	2011
77	S/ nome	631,60	112,00	5	606 Sul alameda Di Cavalcanti L4	2011
78	S/ nome	545,00	102,00	5	606 Sul alameda Dejanira L4	2011
79	Residencial World II	600,00	110,00	8	606 Sul alameda Bruno George L15	2012
80	S/ nome	1120,00	140,00	6	606 Sul alameda Bruno George L12A	2002
81	S/ nome	2250,00	190,00	8	606 Sul alameda Bruno George L13A	2002
82	S/ nome	818,00	122,00	5	606 Sul alameda Portinari L27	2011
83	Residencial das Palmeiras	3167,39	236,14	8	706 Sul al25 HM L2	2006
84	Residencial Fenix	3167,39	236,14	18	706 Sul al25 HM L14	2010
85	Parteno Residencial	1440,00	152,00	10	804 sul Al 9 L13	2008
86	Condomínio Bragança	1440,00	152,00	8	804 sul Al 9 L17	2009
87	Residencial 4 estações	360,00	84,00	10	804 sul Al 10 L11	2010
88	S/ nome	560,00	158,00	12	804 sul Al 2 L7	2012
89	Condomínio Ipê amarelo	5950,00	310,00	18	806 sul al 12 L6 HM8	2011
90	Condomínio Serra do Carmo	7005,00	351,84	12	806 sul al 12 HM7	2006
91	S/ nome	1560,35	158,02	23	904 sul al 14 HM17 e 18	2008
92	Residencial Vitória	4851,00	280,00	20	1004 sul al11 L24	2009
93	S/ nome	1560,00	158,00	16	1104 sul al 2 L3	2012
94	S/ nome	1560,00	158,00	4	1104 sul al 2 L2	2014
95	S/ nome	3120,00	238,00	8	1104 sul al 2 L21a	2004
96	S/ nome	2934,20	216,00	12	1204 sul Al3 HM1	2012
97	S/ nome	3174,00	235,00	12	1103 sul al36 HM6	2011

Empreendimentos regulares Fora do perímetro urbano	98	S/ nome	2892,00	590,00	8	1105 sul al21 HM5	2007
	99	Caribe Residence e Resort	507454,25	2914,27	357 unifamiliar, 10HM	Gleba3	2012
	100	Polinésia Residence e Resort	624719,00	3507,5	267,00	Gleba3 lotes 130,131,132 e 133	2003
Empreendimentos Irregulares	101	Cond. Alpha Ville	180.460,73	2.730,73	S.I.	Loteamento área verde de Palmas - Setor Leste - Chácara 15 e 16	2009
	102	CHÁCARA 25	102.001,69	1732,46	S.I.	Loteamento área verde de Palmas - Setor Leste - Chácara 25	2009
	103	CHÁCARA 27	105.206,09	1778,71	S.I.	Loteamento área verde de Palmas - Setor Leste - Chácara 27	2011

USP

Universidade de São Paulo

instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos

FAPESP